

A Defesa Nacional



SETEMBRO
1951

NÚMERO
446

General **RENATO BAPTISTA NUNES**, Diretor-Presidente.
General **ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO**, Diretor-Gerente.
Coronel **ADALARDO FIALHO**, Diretor-Secretário.

RIO DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XXXVIII

BRASIL — RIO DE JANEIRO, SETEMBRO DE 1951

N. 446

SUMÁRIO

	Págs.
EDITORIAL.....	3
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
O emprégo tático da bomba atômica — Gen. James M. Gavin.....	7
Estudo dirigido — Ten.-Cel. J.H. Garcia.....	15
Aviação leve "verde-oliva" — Ten.-Cel. Jayme Alves de Lemos.....	19
Execução do tiro na Artilharia de Costa — Ten.-Cel. Newton Franklin do Nascimento.....	23
Se tivéssemos Cavalaria a cavalo! — Ten.-Cel. Paulo Enéas F. da Silva.....	31
Alimentação do cavalo — Ten.-Cel. Hermenegildo de O. Carneiro.....	35
A potência de fogo — Fator chave da guerra da Coreia — Tradução do Major Floriano Möller.....	39
Envolvimento vertical — Tradução do Major Cesar Neves.....	43
Tiro de armas portáteis nas subunidades de Artilharia — Cap. Roberto Meira de V. Chaves.....	59
Quadrante de cálculo topográfico — Cap. Paulo Afonso F. Viana.....	69
O pelotão de minas — III — Ten. Gustavo Lisboa Braga.....	75
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
A Bolívia, uma experiência Geopolítica — Tradução do Gen. Antônio de Castro Nascimento.....	87
Problemas do Brasil — XVI — Cel. Adalardo Fialho.....	97
Os militares e os problemas sociais — VII — Ten.-Cel. Riograndino da Costa e Silva.....	113
Os interesses estratégicos do Reino-Unido — Ten.-Cel. Raphael de Souza Aguiar.....	119
A trilogia imortal — Ten.-Cel. Arold Ramos de Castro.....	127
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
Geografia Militar — Cel. Ivano Gomes.....	133
Aspectos gerais da população argentina — Maj. Meton Borges Gadelha.....	139
Resumo histórico do 13º B.C. — Ten. E. Orsi Pimenta.....	157
DIVERSOS	
Importância das rotas marítimas para o Brasil — Almirante Carlos Penna Botto.....	177
Homenagens a Caxias.....	181
Personalidade — Cel. Costa Braga.....	183
Dúvidas sobre um nome — "Caxias" — Ten.-Cel. Felício de Azevedo Aveline.....	185
A nacionalização do petróleo iraniano — Maj. José Codeceira Lopes.....	187
Importância do Brasil como produtor de minerais atômicos.....	191
Atividades da Fundação Brasil Central.....	195
Produção e exportação do vale do rio Doce.....	197
Como o sentido das frases se deturpa nas transmissões verbais.....	199
Português sem mestre — Sgt. Geraldino Marônes.....	201
NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR	
Notícias de interesse militar.....	209
Atos oficiais gerais.....	219



"EM MARCHA ASCENCIONAL!"

Ao ensejo de mais um aniversário da independência da Pátria, justo é que os verdadeiros patriotas, aquêles que anseiam por um Brasil forte, política, econômica e militarmente e respeitado na comunidade das nações livres, façam um balanço da nossa atual situação.

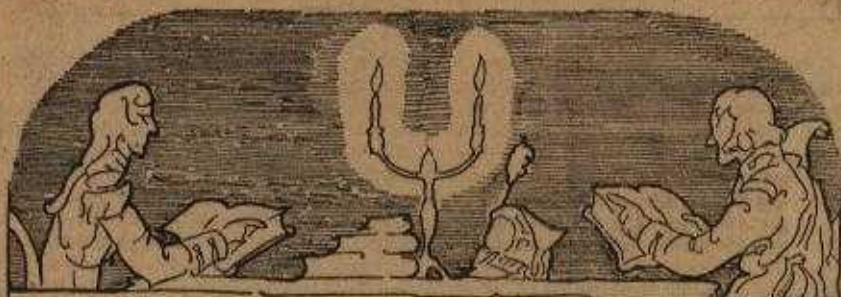
No setor da saúde pública e em poucos anos, o Brasil extirpou, praticamente, a malária do seu território. Somos considerados, na opinião do Diretor da Secção de Impaludismo da "Organização Mundial de Saúde", o campeão do mundo no combate à malária. Os índices de mortalidade pela tuberculose e os de mortalidade infantil baixaram grandemente, segundo as mais recentes estatísticas. No setor da alimentação, produzimos, também em poucos anos, o milagre do trigo nacional. Já produzimos trigo para um terço de nossas necessidades e tudo indica que, dentro de poucos anos, estaremos livres da importação. O café e o cacau estão em período de euforia. A produção da maioria de nossos produtos agrícolas aumentou significativamente, no último quinquênio e a tendência é para maior expansão, mercê da mecanização da lavoura, que se acelera e do efeito de acertadas medidas que o governo vem de tomar, tais como a fixação de preços dos produtos agrícolas e financiamento das safras, sem falar dos benefícios que, sem o recurso de métodos violentos, tais como a socialização das terras, tão do agrado de certos reformadores embuçados, advirão para a lavoura da Lei da reforma agrária, do cooperativismo e da extensão das leis, sociais ao campo. No setor das comunicações e transportes enveredamos, no tocante às

rodovias, pelo caminho acertado, sob o influxo da Lei Joppert. O Fundo Rodoviário Nacional aumenta de ano para ano, possibilitando a ampliação da rede nacional de estradas e a melhoria dos transportes rodoviários. Só nos últimos dez anos, foram importados cerca de 300 mil veículos auto-propulsados. Minas Gerais acaba de firmar contratos para a construção de milhares de quilômetros de estradas. Por toda a parte se abrem novos caminhos. Nossas estradas de ferro se eletrificam (Central Sorocabana, Noroeste, Leopoldina, Sul Mineira, Leste Brasileira, etc.). Grandes planos estão iminentes, à base de financiamentos externos, para o melhoramento das nossas vias férreas e portos. No terreno do tráfego aéreo, o Brasil é o segundo país do mundo, logo abaixo dos Estados Unidos. Em 1940, nossas aeronaves sobrevoaram 7 milhões de quilômetros e, em 1950, mais de 80 milhões. No das comunicações marítimas, estamos principalmente modernizando a nossa frota e adquirimos, muito recentemente, 21 petroleiros, valiosa contribuição para o fortalecimento da nossa economia. O nosso intercâmbio comercial externo cresceu de 15 milhões de toneladas, em 1940, para 22 milhões, em 1950. Só a expansão do volume da cabotagem representa-se por 3 milhões de toneladas de carga transportada, em 1941, contra 4,5 milhões, em 1949. No setor da energia, os índices são os mais animadores possíveis. Grandiosos planos estão em plena execução quanto à energia elétrica. O aproveitamento de Paulo Afonso é um êxito garantido e despertará todo o Nordeste. A Light amplia as suas instalações, realizando, no Estado do Rio, um dos maiores empreendimentos, no gênero, em todo o mundo. Minas Gerais firma a sua política governamental no binômio "transportes-energia" e está a ponto de encetar grandes obras hidrelétricas. Importantes trabalhos, de caráter oficial, estão em pleno curso no Rio Grande do Sul, Paraná, S. Paulo, Bahia, Estado do Rio e outros Estados, sem falar em inúmeras outras iniciativas de caráter privado. Quanto ao petróleo, já descobrimos campos que garantem uma produção diária de 20 mil barris, ou seja, 1/5 do nosso consumo atual. E com o funcionamento, para breve, das destilarias já encomendadas, num total de 80 mil barris diários, teremos resolvido pelo menos 50 % do problema nacional do petróleo. Nossa produção de carvão é de 2/3 das necessidades do país, mas recentes planos governamentais estão destinados a expandir a produção das minas e a consolidar a situação do comércio dessa riqueza. No setor da educação, avançamos a passos acelerados, sendo de notar-se a campanha pela alfabetização de adultos, que vem chamando a atenção do mundo. O número de unidades escolares do país passou de 30 mil, em 1932, para 55 mil, em 1946. O número de alunos de 2.300 mil, em 1932, para 4.500 mil, em 1946.

Nada é mais significativo, quanto à educação, que a participação do cidadão na vida política da Nação. Em 1922, o número de eleitores do país era de 3 milhões. Em 1945 votaram 6 milhões e em 1950 foram inscritos 10 milhões de eleitores. No setor da indústria, somos os primeiros na América Latina e avançamos a passos gigantescos. Em 1925, produzíamos 8 mil toneladas de aço. Em 1950, produzimos 780 mil e para 1953 a nossa produção está avaliada em 1.200 mil toneladas. O valor da nossa produção de artefatos de borracha passou de 50 milhões de dólares, em 1946, para 111 milhões, em 1950. Em 1930, produzíamos 87 mil toneladas de cimento e em 1950 produzimos 1.500 mil toneladas. Só no período de após-guerra, o Brasil importou equipamentos industriais no valor de 4 bilhões de cruzeiros. As nossas indústrias se potencializam e se diversificam cada vez mais. Os dados são os de uma nação em marcha ascensional e incutem fé nos destinos da Pátria. Desenvolvendo as suas fontes de energia, ampliando as suas vias de comunicações e os seus meios de transportes, modernizando e expandindo as suas indústrias, mecanizando e amparando a sua lavoura, melhorando a sua pecuária, amaneando o seu homem, a sua principal riqueza, dando-lhe uma mentalidade nova, capaz de compreender os grandes problemas nacionais, como prova-o o recente movimento pró-mudança da capital do país e assistindo-o através de sábias leis sociais que o humanizam e dignificam, o Brasil não pode fugir aos seus altos destinos e ao lugar ao sol que merece no concêrto das nações.

Fiel ao seu passado, orgulhoso do seu presente, dando aos seus irmãos da América tanto quanto deles recebe e sabendo honrar livremente os compromissos internacionais que o prendem à família universal livre e que constituem, na hora que passa, a garantia da sobrevivência da civilização cristã sob cujo signo nasceu, cresceu e se firma, o Brasil, unido, sem preconceitos de cor e de raça, pacifista e soberano, operoso e honrado há de se projetar para o futuro, forte e respeitado, como fator de equilíbrio e mediação entre as velhas civilizações em ocaso e os novos sóis de poder que despontam, como força de progresso e como fonte de aspiração social, política e moral. E as suas forças armadas, pesadas e vigilantes na guarda e defesa do seu patrimônio territorial, estarão, hoje como ontem, prontas para cumprir a sua missão de esmagar os seus inimigos, quer na ordem externa e em qualquer terreno e quer, na ordem interna, principalmente aqueles que ousarem atacar o seu regime, as suas instituições e os seus princípios de vida.

VIVA O BRASIL!



CULTURA PROFISSIONAL

O EMPREGO TÁTICO DA BOMBA ATÔMICA

General JAMES M. GAVIN

De "Combat Forces Journal", transcrito na revista "Ejército", da Espanha e traduzido desta pela Redação

A bomba atômica foi empregada, pela primeira vez, para destruir uma cidade japonesa. Seguiram-se muitas especulações mais ou menos fantasiosas sobre suas possibilidades. Típicas entre estas foram as idéias expressadas por William Bradford Huie, no "Reader's Digest", de dezembro de 1948, nos seguintes termos: "Já dispomos de bastantes armas atômicas, suficientemente apertigoadas, para imobilizar a nação russa... Uma enorme proporção dos habitantes das cidades-chave russas (milhões de pessoas) poderão ser mortas ou mutiladas na primeira incursão aérea". Não nos parece que se haja pensado muito em outras modalidades possíveis de seu emprego e se atribuiu à sua mera utilização contra os centros urbanos e zonas industriais a virtude de manter a precária situação internacional de após-guerra.

Esta idéia de exclusividade da bomba atômica como arma decisiva contra a economia e os ele-

mentos não combatentes de um país tornou difícil admitir o seu emprego contra as forças combatentes inimigas, e, no entanto, jamais existiu uma arma mais a propósito contra essas forças.

A bomba atômica, modelo T (empregada contra Hiroshima), encerra um poder explosivo equivalente a 20.000 toneladas de TNT (Tri-nitro-tolueno). Mas, como não se aproveita ao máximo a sua energia potencial, sua força destrutiva real é de, apenas, 1.300 toneladas desse explosivo, aproximadamente. O informe oficial americano, sobre o bombardeio estratégico, compara assim os efeitos do bombardeio atômico com os do clássico:

"Baseando-nos na força destruidora de vários tipos de bombas empregados durante a guerra, na Europa e no Pacífico, assim como também em várias provas experimentais, calculamos a tonelagem de bombas comuns que teriam sido

necessárias para atingir os mesmos efeitos conseguidos em Hiroshima e Nagasaki. Para obter-se destruições materiais equivalentes às da bomba atômica nessas duas cidades, ter-se-ia necessitado cerca de 1.300 toneladas de bombas comuns (a quarta parte de bombas explosivas e as outras três quartas partes de bombas incendiárias) em Hiroshima e 600 toneladas (3/4 de explosivas e 1/4 de incendiárias) em Nagasaki.

Para colocar essas quantidades de bombas na áreas dos objetivos e supondo ataques nas mesmas condições meteorológicas e de oposição inimiga que prevaleceram, quando foram lançadas as bombas atômicas, ter-se-ia que lançar 1.600 ton. de bombas sobre Hiroshima e 900 sobre Nagasaki. A estas quantidades ter-se-ia que acrescentar bombas contra pessoal, para se conseguir número comparável de baixas, ou seja, por suposição, mais 500 ton. em Hiroshima e 300 em Nagasaki. Os totais, em toneladas, de bombas necessárias, seriam pois 2.100 ton em Hiroshima e 1.200 em Nagasaki. Utilizando aviões de 10 ton de carga, as Forças Aéreas atacantes teriam necessidade de dispor de 210 B-29 em Hiroshima e 120 em Nagasaki".

Além dos efeitos da explosão e do calor, a bomba atômica também provoca baixas por radio-atividade, que podem estimar-se em 15% do total.

A vulnerabilidade dos elementos de combate, ante um ataque atômico, variará grandemente, dependendo do modo que se encontram resguardados pelos montes, edifícios, obras de fortificação e da distância do ponto de explosão. Podemos imaginar a existência de forças terrestres ocupando abrigos e fortificações suficientemente sólidos para proporcionar-lhes uma proteção completa contra uma explosão que tenha lugar a 650 metros de altura. Porém, por vezes, teremos também uma força terrestre desabrigada e concentrada; à noite, por exemplo, para transpor um rio, na manhã do dia seguinte, que poderia ser des-

truída totalmente por uma bomba atômica bem lançada. As concentrações de aviões, nos aeródromos de partida e as concentrações navais semelhantes às que tiveram lugar ante as praias normandas seriam, também, completamente vulneráveis. Não se presta a uma apreciação exata a vulnerabilidade de cada combatente, em cada caso especial, mas, é fora de dúvida que serão bons objetivos as forças terrestres em movimentos ofensivos ou as que, estando na defensiva, não se achem bem abrigadas.

O que compensará ou não o emprego de uma ou várias bombas atômicas dependerá das destruições que se consigam efetuar. Deve ser salientado um aspecto especial do problema: a persistência da radioatividade, depois de uma explosão atômica a 650 metros de altura, por exemplo, não durará mais que uns poucos minutos. Em outras palavras, unidades dotadas de alta mobilidade poderiam atacar imediatamente na área da explosão atômica, com uma imunidade razoável à radio-atividade.

A maioria dos veteranos que tratassem de estabelecer uma comparação com o que viram, descreveria um bombardeio atômico como a explosão simultânea de centenas de bombas incendiárias e explosivas que tivesse lugar em uma área de 5 a 8 km² e que fosse acompanhada de intensa radioatividade. Comparada com a artilharia, aproximar-se-ia de uma combinação perfeita de granadas incendiárias e explosivas, com forte densidade. Um quadro bastante aproximado da explosão de uma bomba atômica, do modelo T, seria a explosão simultânea de uns 3.000 projéteis de artilharia média em uma área de um quilômetro quadrado, na qual a concentração fosse muito maior no centro do que na periferia. Não existiria, por hipótese, a intensa fragmentação característica da artilharia; mas esta ausência ficaria compensada, em parte, pela radioatividade e pelos objetos que a explosão atômica projetaria à distância.

Para prosseguir as nossas comparações, podemos examinar situações da 2ª Grande Guerra, nas quais se lançaram toneladas comparáveis de explosivos, ou sejam as batalhas em que os bombardeios pesados prestaram apoio tático direto às forças terrestres. Houve muitas situações em que a bomba atômica teria podido ser decisiva. Além de contribuir, em grande escala, para as realizações do Exército, o seu emprégo teria salvo muitas vidas e poupado material.

Monte Cassino talvez seja o mais conhecido dos ataques aéreos em massa, da 2ª Grande Guerra. Só a aviação lançou, durante um dos ataques, 1.100 ton. de bombas. Os defensores de Monte Cassino estavam entrenchados e bem abrigados e as forças atacantes, neste caso, teriam sido muito mais vulneráveis que aqueles, se o bombardeio tivesse sido atômico.

Em julho de 1944, em certo momento, as forças terrestres necessitaram todo apoio aéreo que se lhes pudesse dar para poderem desembarcar para o ataque, partindo da "cabeça de praia" em que se encontravam. Durante os dias 24 e 25 de julho, a aviação, utilizando os bombardeios mais pesados do T.O. europeu, lançou 2.500 ton de bombas, em missão de apoio às forças terrestres, numa área de 2.300 x 6.400 metros, o que representa uma superfície saturável por duas bombas atômicas. Isto ocorreu na batalha de Saint-Lô, decisiva na campanha da Normandia. A atuação dos bombardeios estratégicos da aviação, nesta significativa missão, contribuiu grandemente para o êxito aliado. Por ironia do destino, a dispersão do bombardeio acarretou a morte do Ten.-Gen. Lesley J. Mc. Nair, o mais conspicuo partidário da instrução e da cooperação terra-ar. Será difícil encontrar um exemplo mais significativo da necessidade de uma estreita coordenação das ações das forças terrestres e aéreas.

Iwo Jima é outro caso de uma batalha em que a bomba atômica poderia ser empregada com grande sucesso tático. Tratava-se de um bastião bastante fortificado que se

interpunha na rota Guam a Tóquio. Sua superfície é aproximadamente a mesma que a da área destruída em Hiroshima. Sua conquista foi dispendiosa: 24.000 baixas, um porta-aviões e um transporte de infantaria afundados, 30 navios gravemente danificados e 168 aviões abatidos (dados oficiais). Muito menos teria custado a batalha se se houvesse podido empregar uma bomba atômica e, depois, assaltar a ilha com forças anfíbias ou aeroterrestres!

Taticamente, Creta e Okinawa tiveram muito de comum: a conquista de Creta era um requisito preliminar para o assalto a Suez. (Interrogatório do Coronel-General Student, em outubro de 1945). A de Okinawa, a primeira fase indispensável de nosso assalto ao Japão. Ambas as ilhas possuíam vários bons campos de aterrissagem e as duas estavam bem defendidas.

Creta foi conquistada por meio de um assalto aeroterrestre que se seguiu a um "amaciamento" prévio da defesa, por meio de um bombardeio aéreo com bombas explosivas. A operação saiu bem cara. Os atacantes perderam 12.000 homens e 170 aviões de transporte e, consoante palavras do comandante das forças alemãs que ali operaram (o mesmo Gen. Student), "Creta foi o túmulo dos pára-que-distas alemães".

A conquista de Okinawa teve, taticamente, a mesma importância. Depois de um "amaciamento" prévio das defesas, (idêntico ao de Creta), foi aquela ilha assaltada por forças anfíbias. Terminada a luta, ao ser feito o cômputo das perdas americanas, verificou-se que 36 embarcações haviam sido afundadas e 368 avariadas e que, além de termos perdido 763 aviões, havíamos tido 48.025 baixas. Foi um preço elevado pago para a conquista dessa ilha.

Em ambas as batalhas, um bombardeio atômico preliminar teria ajudado enormemente as forças assaltantes a estabelecerem-se na posição de partida. Mediante um assalto aeroterrestre, logo após o bombardeio atômico, seguido de um agrupamento de forças de acompa-

ESTUDO DIRIGIDO

Ten.-Cel. J. H. GARCIA

Em 1947, ao voltarmos de um estágio nos E.E.U.U., reocupamos o nosso lugar de instrutor na E.A.O. Durante este estágio, na Escola de Estado-Maior do Exército Americano, seguíamos atentos as aulas de tática e, com muita curiosidade, ouvíamos, não só os instrutores, ex-combatentes, como todos aqueles que, durante as sessões, apresentavam seus testemunhos e muito particularmente nossa atenção se concentrava sobre os métodos e processos de ensino adotados.

Um ponto, das muitas observações feitas, nos pareceu mais interessante: — o modo como conduziam suas sessões de discussão dirigida (veja-se "A Defesa Nacional", de fevereiro de 1947).

Não desejando voltar àquela argumentação, embora não fosse coisa perdida, lembramos o desembaraço, a boa vontade, as maneiras, a camaradagem, a inteligência, a simplicidade com que eram conduzidas aquelas sessões pelos instrutores e vividas pelos oficiais alunos.

De regresso, assumindo nossas funções, tratamos logo de experimentar o processo e o fizemos, parece, com muita felicidade, haja visto a opinião dos próprios alunos da turma, cremos que do 2º turno de 1947, uma vez que os alunos, em geral, são "do contra".

Mas, afóra a opinião dos alunos que, no caso, devia influir 80 % na apreciação dos resultados, o processo nos satisfaz e ficamos convencidos de que, com o tempo, podíamos chegar a ótimos resultados.

Agora, em 1950, fizemos outro estágio, este, aqui no Brasil, o Estágio Técnico de Ensino, na Diretoria de Ensino, cujos professores foram civis especialmente convidados.

Entre as matérias deste Estágio, tínhamos "Pedagogia e Didática" que foi tratada pelo professor Luiz Alves de Mattos, da fundação G.V. e com longos anos de prática no estrangeiro.

Dos múltiplos assuntos tratados, os quais ouvíamos sempre comparando com o que temos aprendido e aplicado durante vários anos, um, como aquele da América, nos chamou particularmente a atenção. Dêle aqui trataremos, não como novidade, embora nos E.E.U.U. não seja generalizado, mas por duas razões:

— não ser ainda utilizado entre nós, no Exército;

— possibilidade de ser empregado junto com a discussão dirigida no ensino da tática.

Referimo-nos ao "estudo dirigido", substituindo a aula (1).

Exemplifiquemos, para entrar logo no mérito da questão:

— Trata-se de ensinar um ponto de tática...

Como seria organizada a sessão de estudo dirigido sobre este assunto?

Reunida a turma na sala de estudos, o instrutor distribuiria um polígrafo com a explanação do assunto ou uma nota com os parágrafos, dos manuais que deviam ser

(1) The concept of directed study is comparatively new in education.

A thorough understanding of the nature and the practice of directed study is necessary if you desire to master the art of teaching.

lidos, bem como trechos de obras, artigos de revistas e bem assim préveria, para ter em exposição na sala, fotografias, filmes-strips, quadros murais, etc.

Nesta sala de estudos, com mesas amovíveis e não classes, a fim de permitir a organização de grupos de estudo à vontade dos alunos, devia haver estantes com duas ou três coleções de manuais e o material necessário acima citado, tudo à disposição dos alunos.

O professor ou o instrutor, com os seus adjuntos, ficaria na sala, não para fiscalizar a disciplina, pois trata-se de uma sala de estudos, mas para atender às consultas e observar a conduta dos trabalhos.

Esta sessão pode ser prolongada por uma ou duas horas, diariamente, devendo mesmo preceder, tratando-se de tática, às sessões de aplicação, que podem assumir a forma de trabalhos de estado-maior, dependendo de sua finalidade particular.

Aprendida a matéria da "Unidade", uma das partes de um programa distribuído, podiam ser iniciadas as sessões de discussão dirigida, onde os ensinamentos adquiridos seriam fixados, ficando a turma, então, em condições de assistir a uma demonstração, como complemento muito necessário, ou de passar à aplicação no terreno.

A grande vantagem que vemos neste processo sobre as aulas é que, desde o início, o aluno toma parte nos trabalhos, aprende por si; o trabalho do instrutor é o de um orientador, de um esclarecedor de pontos duvidosos; aluno e instrutor não realizam trabalhos dissociados.

Ninguém pode ocultar-se sob a modéstia, acanhamento e falta de hábito de trabalho em cooperação; aliás, esta é uma das grandes vantagens, entre as muitas que alinhavamos, quando tratamos especificamente da discussão dirigida.

O grande defeito das nossas aulas de tática tem sido o seguinte: o aluno é apenas um assistente da pericia com que o instrutor, ou às vezes um aluno mesmo, dentre 50,

maneira com unidades, armas e direções; aliás, não é certo nos referirmos apenas à tática, quando é esta uma norma geralmente seguida no ensino em nosso país.

Neste processo, segundo notas extraídas de uma conferência sobre o assunto, proferida pelo professor civil acima citado — "o compromisso máximo do instrutor não está na matéria programada, mas nos alunos"; a matéria não é o fim da instrução, mas apenas um meio para se atingir os objetivos visados.

"Por outro lado, não se transmitem os conhecimentos; eles devem ser habilmente dosados para que os alunos os possam assimilar".

"Entre a simples apresentação dos conhecimentos pelo professor ou instrutor e a assimilação dos mesmos pelos alunos há uma grande distância."

"A autêntica aprendizagem não consiste na retenção mecânica de fórmulas verbais, mas na assimilação reflexiva e vital dos conceitos nelas contidos."

"O autêntico ensino jamais poderá ser uma atividade dissociada da aprendizagem a ser feita pelo aluno, particularmente nas matérias teórico-práticas como a tática. Ensinar, na acepção mais legítima, é dirigir, passo a passo, a aprendizagem do aluno; explicar é apenas um detalhe incidental que pode ser suprimido."

"A importância do estudo e a necessidade de amparar o aluno nos seus estudos sempre foram reconhecidas, mas praticamente nunca realizadas".

Para aplicação deste processo, foram organizados vários planos nos EE.UU.:

- Plano de Período Extra
- Plano de Períodos Divididos
- Planos de Períodos Alongados
- Planos de Períodos Alternados
- Planos da Colômbia
- Plano dos Períodos Dobrados, também chamado "Batavia".

Há muitas objeções a estes vários planos de trabalho.

De todos êles, o mais radical é o chamado de "Pueblo", justamente o que corresponde à nossa idéia — banir completamente a explanação do ensino da tática.

Este processo, além da aproximação íntima entre instrutor e alunos, tem como objetivo, como o próprio nome indica, "dirigir o estudo, isto é, ensinar a estudar".

Aí deixamos estas notas esparsas sobre assunto que julgamos de capital importância, particularmente para o estudo da tática.

Há detalhes sobre a técnica da conduta do instrutor ou professor, bem como sobre a aplicação do processo, que devem ser minuciosamente estudados por quem se propuser a aplicá-lo.

Grande Hotel do Recife

Ótimas acomodações — Cardápios regionais

*

ARRENDATÁRIO

ALBERTO QUATRINI BIANCHI

*

AVENIDA MARTINS DE BARROS

Enderêço Telegráfico: "GRANTEL"

Telefone, 6496

RECIFE — PERNAMBUCO

AVIAÇÃO LEVE "VERDE-OLIVA"

Ten.-Cel. JAYME ALVES DE LEMOS

I — RAZÕES DE SUA NECESSIDADE

Muito se tem falado e debatido sobre a necessidade de serem as grandes unidades do Exército dotadas de uma aviação equipada com material leve, com a finalidade de atender às necessidades imediatas daquelas G.U. Entretanto, até a data presente, as coisas não se concretizaram. Urge, enquanto é tempo, tomarmos a iniciativa de criar alguma coisa que sirva de núcleo ou início daquela atividade.

Entre os ensinamentos da 2ª Grande Guerra, encontramos, como inovação, a Observação Aérea feita em aviões leves e com observadores integrantes do Exército, recebendo a mesma o nome de "Aviação Leve do Exército".

Em princípio, eram os artilheiros os que mais dela careciam para a regulação de seus tiros e identificação de objetivos (Aviões Leves de Observação).

Posteriormente, veio a necessidade da ligação entre os elementos mais avançados e os comandos de retaguarda; era o nascimento da "Aviação Leve de Ligação".

Mais tarde, tornou-se necessário que aviões leves acompanhassem o deslocamento das vanguardas, reconhecessem itinerários, identificassem linhas atingidas pelos elementos mais avançados, etc.; surgiu assim a "Aviação Leve de Acompanhamento".

Na última guerra, muitas vezes foram utilizados os aviões leves de observação, durante os combates para identificar posições adversas; e a simples presença no ar do avião leve de observação da artilharia era o suficiente para que silenciasse

a artilharia inimiga, bem como as suas armas automáticas.

Este artifício passou a ser utilizado nas horas de serem distribuídas as refeições, na linha de frente, ou mesmo ao ser feita substituição de tropas.

A nossa F.E.B. possuía uma esquadrilha de observação e ligação aérea, cujas missões eram realizadas por oficiais do Exército Brasileiro em colaboração com os do Exército Norte-Americano.

Alguns oficiais do Exército Brasileiro, da arma de artilharia, foram treinados na Itália como pilotos e chegaram mesmo a pilotar os aviões leves da esquadrilha da F.E.B.

Estes oficiais confirmam que todas as vezes que o "teco-teco" da F.E.B. sobrevoava a zona ocupada, a artilharia alemã deixava de atirar e as armas automáticas enfudeciam, receiosos de terem suas posições localizadas.

Diz o Cap. Paul F. Wachholz, da artilharia (U.S.A.) que, por informações colhidas e inquirições feitas entre os oficiais alemães e japoneses, com referência aos efeitos das armas empregadas pelos aliados, nos diversos Teatros de Operações, o que mais temiam eles, em sua maioria, era a artilharia, porque todas as vezes que seus aviões leves estavam no ar, as posições por eles ocupadas eram rapidamente atingidas.

Na frente europeia, o alto comando alemão instituiu uma recompensa de dez dias de licença que seria concedida a todo piloto de avião de caça que conseguisse derrubar um "teco-teco" de observação.

Segundo os próprios oficiais alemães, não consta haver alguém abatido tão minúsculo objetivo; o que vem comprovar a sua pequena vulnerabilidade.

II — SOLUÇÃO NORTE-AMERICANA

A D.I. possui Aviação leve assim distribuída:

— No Q.G. — 1 piloto (Major), oficial do Exército, como consultor técnico;

— Na Cia. do Q.G. — oito pilotos (1 Cap. e 7 Tenentes), oito mecânicos e oito aviões leves;

— No Q.G. da A.D. — 3 pilotos (1 Cap. e 2 Tenentes), 3 mecânicos e 2 aviões leves;

— Nos grupos de artilharia (3 grupos de 105 e 1 de 155) possui, cada grupo, 2 pilotos (Tenentes), 2 mecânicos e 2 aviões leves, ou sejam 8 pilotos, 8 mecânicos e 8 aviões leves.

Total da D.I. (U.S.A.):

- 20 pilotos
- 19 mecânicos
- 18 aviões leves.

A Divisão Blindada (U.S.A.) possui em sua organização: 22 pilotos, 21 mecânicos e 20 aviões leves, assim distribuídos:

— Q.G. — 1 piloto (como consultor técnico).

— Cia. de Q.G. — 10 pilotos, 10 mecânicos e 10 aviões leves.

— No Q.G. da A.D. — 3 pilotos, 3 mecânicos e 2 aviões leves.

— Nos Grupos de Artilharia — (3 de 105 e 1 de 155), total 4 Grupos; cada Grupo tem 2 pilotos, 2 mecânicos e 2 aviões leves, num total de 8 pilotos, 8 mecânicos e 8 aviões leves.

III — MISSÕES DA AVIAÇÃO LEVE

Além das missões já referidas anteriormente, poderá ainda ter a Aviação Leve do Exército de desempenhar mais as seguintes:

- Evacuação de feridos.
- Deslocamento de oficiais do estado-maior dos grandes comandos.

— Informações e reconhecimento pelos estados-maiores.

— Reconhecimentos e identificação de itinerários e vias de acesso.

— Contrôlo de tráfego.

— Vigilância das atividades do inimigo.

— Reabastecimento de emergência.

IV — SUGESTÕES "VERDE-OLIVA"

A Aviação Leve do Exército deve ser inteiramente liberada dos elementos da F.A.B.

Os seus aviões leves (teco-teco) servem ao Exército e, em princípio, seus pilotos são da arma de artilharia. Porém, como carecemos de observadores, estes poderão ser oriundos de qualquer das armas.

As missões que impliquem no vôo sobre terreno ocupado por G.U. do Exército (missões de curto raio de ação), devem ser cumpridas pelos aviões "Verde-Olive" e as que requeiram missões de grande raio de ação, sobrevoando zonas ocupadas pelo adversário, bem como a ligação com a zona interior, serão executadas pelos aviões da F.A.B.

O piloto da F.A.B. é um elemento de preparação demorada e cara, de treinamento constante e portanto possuidor de requisitos que o tornam um elemento precioso e que só deve ser empregado nos aviões de maior potência e capacidade e não em um avião primário (teco-teco).

Seria desperdício e mesmo mal emprego dar-lhe a missão elementar de pilotar aviões leves (teco-teco) para sobrevoar linhas amigas, com missões de curto raio de ação, de regulação de tiros de artilharia, localização de objetivos aproximados, etc.

Assim, podem os pilotos (de guerra) da F.A.B. executar as missões de grande envergadura próprias de uma Força Aérea.

Em face do exposto, já é tempo de possuírmos um Centro de Preparação de Pilotos e Observadores Aéreos, com a finalidade de treinar oficiais de artilharia (até capitães) como pilotos e de todas as armas, como observadores.

CASA OLIVEIRA

Ferragens — Tintas — Óleos — Vidros para vidraças — Artigos para pintores e para presentes — Materiais para encanamento de água e esgoto — Cal e cimento

Horacio de Oliveira

RUA CORONEL SOUZA FRANCO, 491/499

Telefone, 330

MOGI DAS CRUZES — ESTADO DE SÃO PAULO

Companhia Industrial Fiação e Tecidos de Goiana

**FABRICA DE TECIDOS DE ALGODÃO E DE SACOS
PARA AÇÚCAR E CEREAIS**

FUNDADA EM 1893

INCORPORADA EM OUTUBRO DE 1893

Iniciada em novembro de 1893 — Começou a fabricar em 29 de julho de 1895

Capital — Cr\$ 3.000.000,00 em 30.000 ações integralizadas

Rua Nunes Machado n. 199

Telegramas : "FIAÇÃO"

GOIANA — PERNAMBUCO — BRASIL

ESCRITÓRIO DE INFORMAÇÕES

Avenida Marquês de Olinda n. 274

Telegramas : "FIAÇA" — Telefone : 9317

RECIFE — PERNAMBUCO — BRASIL

EXECUÇÃO DO TIRO NA ARTILHARIA DE COSTA

Ten-*Cel.* NEWTON FRANKLIN DO NASCIMENTO, D.A./B

Conforme mostramos no artigo anterior, o tiro na artilharia de costa obedece a comandos simples e já padronizados, o que muito facilita a sua execução.

Para encerrar este assunto, apresentaremos alguns exemplos.

Tiro a comando: significa que o desencadeamento será feito "a posteriori", adotando-se, para a abertura do tiro, comandos como se seguem.

a) *Na defesa de porto ou agrupamento:*

(1) "Todos os grupos! Objetivo: Rasa! Divisão de encouraçados em coluna! Navio n. 1! Destruição!" (quando designado pela subárea marítima).

(2) "1º e 2º grupos! Objetivo: 220-250! Divisão de cruzadores em coluna! 1º Grupo, navios 1 e 2! 2º Grupo, navios 3 e 4! Neutralização! Fogo quando dentro do alcance" (se designado pela carta quadriculada).

(3) "1º Grupo! Objetivo: distância 19.000! azimute 137! contra-torpedeiros lançando cortina de fumaça! Neutralização! Fogo!" (quando designado pelas coordenadas polares).

(4) "2º Grupo! Objetivo H 88! Divisão de cruzadores em coluna! Navio n. 1! Fogo!" (quando designado pelo plano diretor).

b) *No grupo:*

(1) "Todas as baterias! Objetivo: Atlântico! Divisão de encouraçados em coluna! Navio n. 1! Fogo!" (quando designado pela subárea marítima).

(2) "Baterias Duque de Caxias e Rio Branco! Objetivo B-20! Divisão de encouraçados em coluna! Duque: navio 1! Rio Branco: navio 2! Fogo!" (quando designado pelo plano diretor).

(3) "Todas as baterias! Objetivo: distância 12.000! azimute 140! Contra-torpedeiros lançando cortina de fumaça! Navio n. 1! Fogo!" (quando designado por coordenadas polares).

(4) "1ª Bateria! Objetivo: 20-83! Cruzador isolado! Fogo!" (quando designado pela carta quadriculada).

c) *Na bateria:*

Uma vez iniciado o tiro, o comandante da bateria pode intervir, quer para acelerar o ajustamento, pela introdução de correções arbitrárias, quer para modificar certos elementos, em particular a cadência de tiro.

Nas baterias, dispondo de circuito de segurança, o controle dos comandos de abertura e suspensão de tiro é facilitado, em situações de urgência não previstas de antemão, conquanto constituam um tempo morto introduzido entre a ordem de tiro dada à bateria e a execução dessa ordem.

d) *Decomposição dos comandos:*

Os comandos devem ser simplificados e compreenderão o mínimo de palavras, sendo decompostos em partes distintas mediante pequenas pausas, a fim de facilitarem a apreensão correta pelos executantes. A seriação dos comandos

para a abertura do tiro é a seguinte:

- elementos a atuar;
- designação do objetivo;
- o que atira (munição);
- unidade que atira (bateria, secção ou peça);
- como atira (espécie de tiro);
- quando atira (desencadeamento).

a) *Elementos a atuar.* Recebida do escalão superior a indicação do objetivo, o comandante da bateria identifica-o; prescreve, se for o caso, quais as estações de levantamento, observatórios e processo de pontaria, considerados de emprego normal, cuja utilização dispense qualquer indicação.

Exemplos:

(1) Base E 2 — E 3!

Observação do alcance P.O. 2 — P.O. 3!

Observação da direção P.O. 4!
Pontaria caso II!

Estes comandos indicam que o capitão fixou o emprego da base alternada 2-3 para o levantamento; da observação conjugada do alcance, por meio dos P.O. 2 e 3; da observação em direção, independente do alcance, pelo P.O. 4, e do caso II para a pontaria.

(2) Levantamento e observação, radar!

Pontaria, caso III!

Estes comandos indicam que o levantamento e a observação serão feitos pelo radar e empregando-se o caso III de pontaria.

(3) Base E 6 — E 8!

Este comando indica que serão empregados no levantamento as estações de extremo de base E 6 e E 8. Todos esses órgãos e processo de pontaria não estavam previstos para o emprego normal. Assim sendo, de acordo com os casos citados, o oficial de tiro manda colocar em serviço o material que se tornar necessário e prepara os serventes e aparelhos para o funcionamento do sistema fixado.

Os comandantes da secção (ou C.L.F.) procederão idênticamente, quanto à pontaria.

b) *Designação do objetivo.* Em seguida à indicação dos elementos do sistema que vai ser empregado, é feita a designação do objetivo.

Exemplo: "Objetivo: Atlântico! Divisão de encouraçados em coluna! Navio n. 1!"

(1) Logo após a designação do objetivo, os levantadores, apontadores e observadores, sem mais outro comando ou advertência, informam "Objetivo apreendido!", assim que tiverem identificado o objetivo. Passam logo a acompanhá-lo, sendo que os levantadores iniciam o levantamento, a fim de abreviar a obtenção dos elementos de tiro. Em certos casos, pode ser conveniente relocar o objetivo para dar, aos observadores dos extremos de base, os azimutes aproximados do navio, facilitando-lhes sua identificação. A designação dos objetivos é, normalmente, enviada aos levantadores pela rede de comando, diretamente às estações de levantamento; para os observadores de extremo de base (no caso da observação conjugada), por intermédio da prancheta de observação e, para os apontadores das peças, por telefones ou pela voz, do P.C. da bateria. Os comandantes da linha de fogo, secção, cúpula, etc., devem verificar a identificação do objetivo pelos apontadores.

(2) A menos que seja determinado outro procedimento, é utilizado o sistema de levantamento normal empregado pela bateria, no acompanhamento do objetivo, assim que este tenha sido apreendido.

c) *O que atira (espécie de tiro).* Nas baterias, onde são utilizadas combinações de projéteis, cargas e espoletas, a munição deve ser especificada para evitar discordâncias ou enganos. Se o comandante da linha de fogo (secção ou cúpula) tiver sido previamente informado da combinação a ser utilizada, ou se este elemento for estabelecido pelas N.G.A., esta parte do comando torna-se desnecessária. A designação da munição é feita logo após a do objetivo, a fim de permitir o preparo conveniente da

mesma, não retardando, dêste modo, o disparo da peça.

Exemplos de comando de munição:

(1) "Granada explosiva, com retardo!" (quando a bateria dispõe de vários tipos de munição).

(2) "Granada F 14, instantânea!" (quando a bateria dispõe de muitos tipos de espoleta, ou um tipo de várias utilizações).

Se é utilizado, somente, um tipo de munição, não trazendo por conseguinte, qualquer dúvida, o elemento de comando correspondente pode ser omitido, o mesmo acontecendo no caso de utilização da munição de emprêgo normal.

O elemento que se seguir, ao da designação do objetivo, importará no preparo da munição.

d) *Unidade que atira.* Quando todas as peças da bateria devem participar do tiro, nenhuma indicação se torna necessária; se, porém, tal não ocorrer, indicam-se os elementos que devem atirar: "Só tal peça (secção)!" ; todas as peças, porém, acompanham o objetivo, mantendo-se constantemente em condições de atirar. Para passar ao tiro com todas as peças, comandar-se-á: "Toda a Bateria!".

Os comandos referentes ao que atira e à unidade que atira, quando necessários, devem ser emitidos imediatamente após a apreensão do objetivo. Se, logo depois dessa designação, não fôr recebido comando, os órgãos da bateria devem ser acionados de acôrdo com os elementos normais, fixados de antemão pelo comandante da bateria.

e) *Como atira (espécie de tiro).* Semelhantemente ao que foi estabelecido para os comandos anteriores, cada bateria deve ter uma espécie de tiro considerada normal, cujo emprêgo dispense qualquer indicação.

A fixação da espécie normal de tiro prende-se ao modo de ação mais provável da bateria, para a fase de ensaio.

A fim de evitar dúvidas, quanto à espécie de tiro, pelos órgãos

executantes, deve ser emitido o comando correspondente, quando se tratar de espécie diversa da normal, logo após o comando anterior. A ausência de comando indicará o emprêgo da espécie de tiro normal.

Para a abertura do tiro, a espécie é designada da seguinte forma:

"Uma rajada!" (quando toda a bateria tiver que atirar).

"Só tal peça (secção), uma rajada!"

f) *Quando atira.* A abertura do tiro se processa ao comando de "Fogo", dado após a notificação da câmara de tiro "elementos corrigidos!"; o comando deve ser emitido em seguida ao toque que precede imediatamente ao momento em que a bateria deve atirar. Quando a abertura do tiro não deva ser feita imediatamente, o comando acima será substituído por um dos abaixo:

(1) "Tiro a tal alcance!" (ângulo).

Este comando é empregado, em geral, quando o objetivo ainda está fora do alcance da bateria, ou no limite dêste, e o capitão vai aguardar alcance mais favorável ao tiro.

(2) "Tiro a comando!" e, no momento oportuno: "Fogo!" Geralmente este comando já vem indicado pelo escalão superior.

Após o comandante da bateria haver sido informado, pela câmara de tiro, de que a correção resultante da observação da rajada da abertura do tiro (peça ou secção) foi introduzida, comanda: "Só tal peça (secção), uma rajada!" E o ensaio continuará até que a câmara informe: "Correção introduzida! Eficácia!" (caso da adaptação do alcance por enquadramento). Se a adaptação do alcance estiver sendo conduzida por deslocamento do ponto médio, após a rajada de bateria, o comandante da bateria deverá receber da câmara a informação:

"Correção introduzida. Eficácia!"

O comandante da bateria, ao receber da câmara a informação aci-

ma indicada, determinará a realização da eficácia por um dos seguintes comandos:

a) "Por secção, em rajadas!"

A bateria atirará por secção, em rajadas, e com o intervalo normal.

b) "Por secção, em rajadas! Intervalo 60!"

A bateria atirará por secção, em rajadas, e com o intervalo de 60 segundos entre as rajadas de secção.

c) "Em rajadas!"

A bateria atirará em rajadas de bateria até uma nova espécie de tiro ser comandada, ou haver ordem de paralisação do mecanismo de tiro.

d) "Quatro rajadas!"

A bateria atirará quatro rajadas de bateria, findas as quais aguardará novo comando.

Os elementos de um comando e o momento particular, no qual um certo comando é dado, dependem de vários fatores (ver C-4-20 e manuais sobre o serviço da peça).

Como mostram os exemplos, os elementos de um comando são dados em ordem conveniente ao desenvolvimento das operações nas unidades.

Os elementos que tiverem sido dados previamente, ou não sejam necessários, são omitidos.

A sequência, ou o momento dos comandos, segue o mesmo princípio geral, sendo deixada a decisão ao comandante da bateria, para assegurar o cumprimento apropriado da missão.

Uma bateria bem instruída exige um mínimo de comandos e bate, prontamente, o objetivo designado.

As baterias de tiro rápido e às de alerta pode ser dada a ordem de abrir fogo, imediatamente após a designação do objetivo.

A artilharia de costa utiliza, durante a execução do tiro, os seguintes comandos e participações:

a) Comandos:

(1) *Cessar fogo!* Indica que o tiro deve ser parado de uma vez. Este comando pode ser dado por um sinal convencional.

(2) *Mudança de objetivo!* Indica que o fogo deve cessar imediatamente e o pessoal deve ficar pronto para acompanhar outro objetivo a ser designado e atirar sobre ele.

(3) *Suspender fogo!* Indica que a linha de fogo deve cessar o tiro temporariamente. O comando não afeta a turma da direção de tiro.

(4) *Continuar!* Indica o renício da ação suspensa pelo comando "Suspender fogo!"

(5) *A vontade!* Significa que a tropa deve permanecer em seus postos, mas, sem ser em estado de alerta. Caso a peça tenha atirado, a guarnição procederá logo aos serviços de manutenção da mesma.

(6) *Repousar!* Significa que a tropa pode deixar suas posições, mas, deve permanecer nas vizinhanças imediatas das peças.

(7) *Alto!* Determina a paragem dos movimentos do pessoal e do material.

(8) *Abrigar!* Indica que o pessoal deve abrigar-se, como for possível, e permanecer abrigado até o comando de "Em ação!", ou "Continuar!". Este comando pode ser utilizado para proteger o pessoal contra ataques aéreos.

(9) *Atracar a palamenta!* É dado pelo comandante da bateria, para desobrigar o pessoal empregado no exercício, tiro ou ação. Como resultado deste comando, o comandante da linha de fogo e os comandantes de secção, cúpula ou poço, e o oficial de tiro, repetem o comando, a fim de que toda a bateria fique com o material perfeitamente guardado.

(10) *Preparar para a marcha!* Em unidades móveis, este comando é dado pelo comandante da bateria, ou pelo comandante da linha de fogo, para preparar todo o material para o deslocamento.

(11) *Não carregar!* Dado pelo comandante da bateria, caso o objetivo ainda esteja fora do alcance e não haja certeza de que a bateria possa atirar sobre ele. Tão logo haja possibilidade, quanto à execução do tiro, será dado o comando: "Carregar!"

(12) *Bateria em ação!* Este comando é dado para iniciar o serviço da linha de fogo, cúpula ou peça, quando a bateria tiver que ser acionada, ou ainda, quando a bateria estiver em coluna de marcha e tenha que ocupar posições e preparar-se para a ação (caso das unidades móveis).

(13) *Comandante da bateria em ação!* Este comando é dado em circunstâncias excepcionais, pelo comando imediatamente superior, a fim de liberar um comandante de bateria para o comando tático de subunidade e significa que, dentro dos limites pre-determinados, deverá tomar suas decisões quanto à escolha dos objetivos, efeitos do tiro a ser empregado e momento em que a ação deve ser iniciada.

Sujeito a restrições nas ordens, este comando é automático, quando cessarem as comunicações com os comandos superiores.

(14) *Comandante do grupo (agrupamento) em ação!* Este comando pode ser dado pelo comandante da defesa do porto, ou pelo comandante do agrupamento, quando não for mais possível, para eles, manterem o controle eficiente das unidades subordinadas.

b) Participações:

(1) *Linha de fogo pronta!* É a participação do comandante da linha de fogo, ou cúpula, ao comandante da bateria, depois de receber o "pronto" de todas as peças por intermédio dos comandantes de seção, peça ou chefes de peça.

Esta participação deve ser dada tão cedo quanto possível, após a ocupação das posições.

(2) *Direção de tiro pronta!* É a participação do oficial de tiro ao comandante da bateria, depois de receber o "pronto" de todos os elementos da direção de tiro.

Sob certas circunstâncias, é possível prescrever normas de ação para um comando.

Estas normas são de natureza semelhante aos sinais de semáfora utilizados pelos elementos do comando na repartição dos fogos. Este tipo de comando tem a vantagem de economizar tempo em si-

tuações rápidas e movimentadas e é de particular importância na preservação da continuidade da ação, em uma situação onde haja possibilidades de destruição dos meios de transmissões. Os exemplos de normas de ação são os seguintes:

a) *Ação n. 1:* Todas as baterias, de cada grupo, devem concentrar seus fogos sobre o navio designado para o grupo.

A primeira série de navios a ser batida consistirá em tantos navios, tomados da frente para a retaguarda da coluna (ou da direita para a esquerda da linha), quantos forem os grupos atirando. Cada grupo, depois de pôr fora de combate o seu objetivo, deverá atirar no navio que lhe corresponda na série seguinte.

b) *Ação n. 2:* Todas as baterias de um grupo (a ser designado) devem concentrar seus fogos sobre o navio testa (ou navio da direita, se a formação for em linha) e todas as baterias de outro grupo (a ser designado) devem atirar no navio da retaguarda (ou navio da esquerda se a formação for em linha).

Depois de pôr fora de combate o navio da retaguarda (ou da esquerda) da formação, o grupo que estiver atirando nesse navio passará a atirar no que lhe anteceder.

Qualquer número de ordens de ação pode ser prescrito com antecedência, por um determinado comando.

Divisão de encouraçados em linha de marcação!

Ação n. 1!

Fogo!

b) *I e III Grupos!*

Objetivo: Atlântico!

Cruzadores em coluna!

Ação n. 2!

I Grupo, navio 6; III Grupo, navio 1!

Fogo!

Quando as normas de ação forem utilizadas, o comando recebido pelo comandante da bateria tem, comumente, a forma padronizada; entretanto, quando indicado pela situação, as normas de ação podem

ser transmitidas como tal às baterias.

Ao encerrar esta série de modestos estudos, que "A Defesa Nacional" houve por bem acolher em suas generosas páginas, não posso deixar de agradecer a meus valiosos auxiliares, Majores Villas Bôas

e Selmann, ambos da D.A./8, o grande concurso que me prestaram, ajudando-me a concatenar o trabalho em causa. Ademais, solicitamos aos camaradas da Artilharia de Costa que nos honrem com a sua valiosa contribuição, enviando sugestões para esta mesma Revista.

Companhia Boavista de Seguros

AVENIDA 13 DE MAIO, 23-8º ANDAR — RIO DE JANEIRO

Opera em Seguros de:

INCÊNDIO

LUCROS CESSANTES

TRANSPORTES

ACIDENTES PESSOAIS

ACIDENTES DO TRABALHO

RESPONSABILIDADE CIVIL

AUTOMÓVEIS

AERONÁUTICOS

Receita de Prêmios em 1950 — Mais de Cr\$ 116.000.000,00
Capital e reservas em 31-12-50 — Cerca de Cr\$ 60.000.000,00
Sinistros pagos até 31-12-50 — Mais de Cr\$ 187.000.000,00

SUCURSAIS E AGÊNCIAS EM TODO O BRASIL

PARA SEGUROS

BOAVISTA

Cia. de Seguros de Vida

DE VIDA

RECOMENDAÇÃO IMPORTANTE

Sendo freqüente a remessa de importâncias correspondente a assinaturas desta revista para a Biblioteca do Exército e para a Secretaria Geral do Ministério da Guerra, em uma única guia, o Diretor-Gerente de "A Defesa Nacional" encarece aos Srs. representantes da mesma as necessárias providências junto aos tesoureiros das Unidades Administrativas, no sentido de evitar a repetição desses fatos, os quais criam sérios embaraços à boa marcha do serviço com prejuízo para os próprios assinantes.

As guias de remessa de importâncias para "A Defesa Nacional" devem ser enviadas diretamente para o Diretor-Gerente da Revista, cujo endereço é Caixa Postal 17, do Ministério da Guerra.

CASA MACHADO

FAZENDAS, ARMARINHO, LOUÇAS, FERRAGENS,
VIDROS — CALÇADOS, CHAPÉUS, SECOS
E MOLHADOS — BEBIDAS



Oliveiros Machado

Agente da Anglo Mexican Petroleum Co. Ltd.



AV. JOÃO PESSOA, 246 — CAIXA POSTAL 41
PIRAÍ DO SUL — PARANÁ

Antonio Bittencourt de Moraes

CAFÉ — ALGODÃO — MAMONA — CEREAIS

AV. BRASIL, 64 — CX. POSTAL, 91

TELEFONE, 16

Cambará — Estado do Paraná

R. V. P. S. C.

SE TIVÉSSEMOS CAVALARIA A CAVALO!

Ten.-Cel. de Cav. PAULO ENEAS F. DA SILVA,
Instrutor-Chefe na ECEMAR

Sumário:

Preâmbulo — Preceitos regulamentares —
Fatos — Conclusão

PREAMBULO

Os debates em torno deste assunto têm ocorrido, ultimamente, com mais frequência, ora no sentido de afirmar a necessidade de riscar da organização militar esse tipo de arma, como obsoleta, ora no interesse de mantê-la, embora com restrições várias. As opiniões se dividem e, mesmo entre oficiais da arma, encontram-se adeptos de uma e outra teoria.

Os argumentos apresentados pelos partidários do desaparecimento da Cavalaria a Cavallo, via de regra, incidem na possibilidade, e conveniência mesma, de sua substituição pelos elementos motomecanizados. Afirmam esses que o motor pode alijar o cavalo. Estribam-se, certamente, nos resultados obtidos sobretudo na última grande guerra, no teatro europeu.

Para os que procuram defender a sobrevivência da nobre arma, o argumento principal reside no caráter nacional do problema, isto é, na incipiência de nossas possibilidades no campo da motomecanização.

Extravasando nossas fronteiras e caindo no âmbito mundial, podemos ver também tais debates. Certos países, como os Estados Unidos, acabaram de vez com sua cavalaria a cavalo. Outros, porém, como os Russos, ainda a mantêm, no alto escalão da organização. Como, então dizer, categoricamente, que se deve acabar com a arma?

PRECEITOS DO REGULAMENTO

Valendo-nos tão somente do nosso Manual Básico, C-100.5 (Operações), poderemos recordar certos aspectos peculiares à Cavalaria a Cavallo.

Assim:

1. "Ela é particularmente eficiente em terrenos *não adequados* (o grifo é nosso) às unidades motorizadas e blindadas.

2. A cavalaria a cavalo pode agir em quase todos os terrenos e *sob todas as condições de tempo* (ainda é nosso o grifo).

3. A cavalaria a cavalo é apta para o combate, *aproveitamento do êxito e perseguição* (mesma observação), *segurança na frente e nos flancos*."

Ainda mais sábiamente diz aquele regulamento:

"Quando não existirem missões específicas para ela, deve ser mantida em reserva, à espera da oportunidade para seu emprego".

Se formos ao Manual Norte-Americano para emprego da cavalaria, o FM-2-15, encontraremos, no número 5, do capítulo I, referente à Doutrina Básica, o seguinte:

"... Sua força principal não deve ser dissipada em desta-

camentos esparsos, nem no desempenho de missões que dizem respeito mais propriamente a outras armas" (o grifo é nosso).

Ainda no número 2 desse capítulo, encontraremos a mesma observação feita pelo nosso manual básico:

"A mobilidade das unidades a cavalo é caracterizada pela sua habilidade em operar através qualquer terreno e sob, praticamente, qualquer condição de tempo".

FATOS

As duas últimas conflagrações mundiais estão cheias de fatos que nos permitem colher ensinamentos sobre o emprego e necessidade da cavalaria a cavalo.

Na guerra de 1914/18, o exemplo mais convincente é o da campanha dos Balkans. A natureza do terreno e das operações ali desenvolvidas deram à cavalaria a cavalo o panorama adequado às suas características. Na segunda grande guerra, os exemplos foram ainda mais abundantes. As duas campanhas da Rússia mostraram, sobretudo aos alemães (porque não possuíam essa arma), quão importante papel estava reservado à cavalaria. As grandes massas de divisões montadas, lançadas à luta com oportunidade e, principalmente em terrenos que lhes eram favoráveis (e só a elas), sobre um inimigo mais potente, mas, no momento, em situação crítica, mostraram o seu valor insuperável. Muito se tem lido sobre tais fatos da última guerra. Autoridades militares, sobretudo, tem trazido o seu testemunho oficial e abalizado às questões atinentes ao problema.

Com respeito à luta na Itália e também no Norte da África, vários são os depoimentos existentes e que testemunham a falta imperdoável de unidades a cavalo nesses teatros, especialmente nas situações de crise. Conta-se mesmo que, na Itália, recrutaram todos os cavalos de corrida para constituírem destacamentos capazes de andar

pelos escarpados terrenos daquele teatro.

A última edição da revista "Time" (junho de 51) publica um interessante artigo a respeito. O título é "Desapareceu a cavalaria a cavalo?" O seu autor é o Major General Herr, o último comandante das unidades a cavalo do Exército Norte-Americano. Vejamos o que ele diz:

"Nossas tropas, na Coréia, estão circunscritas às estradas existentes, pois os veículos não podem circular fora delas. Mesmo o movimento das tropas a pé é restringido, porque os suprimentos tem que ser trazidos a motor. Com o complemento indispensável de elementos a cavalo (de cavalaria, artilharia e dos serviços), teria sido possível obstar a infiltração inimiga ou pelo menos dificultá-la. Nessa espécie de terreno, é praticamente impossível uma perseguição sem cavalaria que possa andar através do terreno, como tão bem demonstrou o Corpo de Cavalaria do Marechal de Campo Lord Allenby, na campanha da Palestina, em 1917/18.

O General Lucian Truscot, comandante da 3ª Divisão de Infantaria, na campanha da Itália, disse que, se dispusesse de cavalaria a cavalo para a perseguição, melhor teria acabado a vitória e que, em Anzio e Castello, quem sabe, não teria havido ataques.

O General Patton disse: "em quase todos os teatros de operações possíveis, as situações surgem onde a presença da cavalaria a cavalo, de escalão Divisão ao Exército, seria de vital oportunidade.

Como estamos vendo, nossos Generais de cavalaria compreenderam claramente a necessidade de se contar com unidades móveis e treinadas dessa arma, uma vez que o seu emprego era previsto. Infelizmente, os generais de Infantaria a cavalo (!!!), com suas preocupações sempre voltadas

para as estradas da Europa Ocidental, acabaram prematura e criminosamente com a nossa grande cavalaria. Ela terá que ser revivida".

CONCLUSÃO

Os americanos são os donos da guerra. Pelo menos a ganharam no último conflito. O grau de mecanização a que chegaram pode ser considerado o mais alto. Entretanto, o que vemos? Altas patentes de suas forças armadas vêm se penitenciando da falta da nobre arma e apontam a necessidade de revivê-la.

Olhemos agora um pouco para dentro de nós mesmos. Façamos

um giro através do nosso sistema de estradas. Lembremo-nos das vastidões territoriais fora delas. Como pensar em acabar com a cavalaria a cavalo? como pensar em motorizar tudo? como suprir em essência? como fazer a manutenção cara e variada? Com sonhos não se prepara o país para a guerra, pois ao acordar a realidade é dura.

Cuidemos de nossa cavalaria a cavalo, mas não somente quanto às unidades de tropa. Pensemos também em reviver o espírito sagrado, que enalteceu os generais de Napoleão e que engrandeceu particularmente Osório, o nosso grande cavaleiro.

Companhia Brunswick do Brasil S. A.

FABRICANTES DE BILHARES E ACESSÓRIOS

Casa principal em Chicago, Ill., U.S.A., fundada em 1845



MAIS DE UM SÉCULO DE EXPERIÊNCIA NA FABRICAÇÃO DOS AFAMADOS BILHARES "BRUNSWICK"

Vendas a prestações com grande facilidade de pagamento

Peçam-nos informações

MATRIZ

RIO — Av. Franklin Roosevelt, 194 - loja D — Tel., 22-4021

FILIAIS

SÃO PAULO — Rua Vitória, 85

BELO HORIZONTE — Avenida Paraná, 93

IRMÃOS MARQUES & CIA. LTDA.

CRIADORES — INVERNADORES DE GADO — AÇOUGUEIROS

PORTO AMAZONAS — ESTADO DO PARANÁ — BRASIL

ALIMENTAÇÃO DO CAVALO

RECRIA DE POTROS

Ten.-Cel. HERMENEGILDO DE O. CARNEIRO

A Recria de Potros é uma idéia em marcha.

As idéias não têm Pátria, saltam oceanos, transpõem abismos e se realizam, porque idéias não são metais que se fundem, no dizer imortal do grande gaúcho Silveira Martins.

Vêzes sem conta temos afirmado que o problema da criação de cavalo, no ponto que atingimos, graças à orientação inteligente e tenaz do General Silva Rocha, reside na solução do problema da alimentação bem orientada.

A indústria automóvel não deixará de criar tipos mais possantes e velozes porque consomem mais alguns litros de gasolina.

Não vamos tentar criar um cavalo que se não alimente porque, quando atingirmos esse objetivo, o cavalo certamente morrerá, como o célebre cavalo do inglês.

Os Exércitos lutam em torno dos seus eixos de reabastecimentos. Só os guerrilheiros e revolucionários vivem da exploração dos recursos locais.

Esse argumento serve para neutralizar, uma vez por todas, aqueles que, também no meio militar, pensam em criar um cavalo que viva da exploração dos recursos locais.

O cavalo aprende a comer milho, aveia, feno de alfafa, feno de marmelada de cavalo, feno de guando, feno de amoreira, feno de graminha, farelo de trigo e de milho, farelo de cana forrageira, cenoura forrageira, leite desnatado e açúcar.

É uma questão de hábito e tenacidade ensiná-lo a apreciar e ali-

mentar-se com a maior variedade de alimentos.

Ao definirmos o tipo do cavalo militar, chamamos a atenção sobre a sua principal qualidade, que é a rusticidade e o costume à variedade de rações equivalentes em valor nutritivo.

Quando servimos, em 1941, em Santo Ângelo, no insquecível 4º Regimento de Cavalaria, cuja cavallhada era o orgulho da 1ª D.C. e da 3ª R.M., detentora que era do lindo e valioso bronze General Leitão de Carvalho, conquistado após muitas competições com todas as outras Unidades da Região, foi a nossa atenção despertada para o forrageamento dessa cavallhada.

Procurando determinar as causas que concorriam para que a cavallhada do nosso R.C. se distinguísse sempre das demais Unidades, eliminando os fatores comuns a todas às Unidades, vigorosamente impulsionadas pelos Generais Leitão de Carvalho e Mário Xavier — Pensagem cuidadosa e carinhosa — Trabalho metódico e progressivo — Assistência médica-veterinária — Rações de milho e alfafa iguais, — dedicação dos quadros permanentes (Oficiais e Sargentos), concluímos que o segredo era a cana forrageira que substituíamos com vantagens as demais graminhas verdes que eram distribuídas às outras Unidades.

A importância da cana forrageira ou farelo de cana, como complemento forrageiro, ficou sobejamente constatada e demonstrada pela resistência e pelo estado da cava-

lhada do 4º R.C., cujos Esquadrões realizavam marchas diárias de 40 quilômetros, atingindo o seu grande objetivo, como a marcha a Saycan, para tomar parte nas grandes manobras, retornando ao Quartel em ótimas condições.

Brilhou ainda o 4º R.C., realizando o "raid" Santo Angelo — São Luiz — São Borja — Santiago e Santo Angelo. O Pelotão Comandado pelo então 1º Tenente Cícero Imbuzeiro fez um percurso de cerca de 590 quilômetros em 10 dias, realizando etapas médias de 60 quilômetros, máxima de 85 quilômetros e mínima de 30 quilômetros, chegando ao Quartel em ótimas condições, apesar do grande esforço produzido.

A cavallhada que participou do "raid" da marcha a Saycan era constituída de mestiços de puro sangue Inglês que, inteligentemente alimentados, mostraram o acerto e a clarividência do General Silva

Rocha, na melhoria do nosso rebanho equino.

Vários fatores influem no arraçoamento da cavallhada e qual deve ser estabelecido em função de idade, peso e trabalho. Teremos assim: rações de manutenção e rações de trabalho e crescimento.

Na 1ª R.M., sofrem os animais da irregularidade e constante oscilação da tabela de forrageamento, para enquadrá-la no valor da ração; esquecendo-se que, no Distrito Federal e Estado do Rio, possuímos dois elementos forrageiros de grande valor nutritivo e de baixo preço. O primeiro é a cana forrageira, que deve ser constante na tabela do arraçoamento e a segunda, elemento de muito valor, é o feno da graminha, capim de burro, capim cidade, cuja cultura devemos intensificar por todos os meios, para não deixar desaproveitada uma riqueza nutritiva que a natureza põe à disposição de nossos animais.

Transcrevemos a análise da referida graminha, feita pelo Instituto Agrônomico de Campinas e que evidencia o seu valor:

Graminha — Capim de burro — (Cynodon dactylon)

A análise efetuada no Instituto Agrônomico de Campinas, demonstrou, antes da floração, resultado da substância verde:

	antes	durante	após flora- ção
Matérias azotadas.....	2,77 %	3,16 %	3,16 %
Matérias graxas.....	0,63 %	0,73 %	0,85 %
Matérias não azotadas.....	17,80 %	22,19 %	26,73 %
Matérias fibrosas.....	10,20 %	12,40 %	15,23 %
Matérias minerais.....	3,67 %	3,53 %	4,10 %

Interessante é comparar esse com o seguinte, procedido na planta seca, pelo mesmo Instituto e que revelou o seguinte:

	antes	durante	após flora- ção
Matérias azotadas.....	7,90 %	7,45 %	6,32 %
Matérias graxas.....	1,70 %	1,78 %	1,70 %
Matérias não azotadas.....	50,75 %	53,08 %	53,39 %
Matérias fibrosas.....	29,10 %	29,71 %	30,41 %
Matérias minerais.....	10,46 %	7,98 %	8,19 %

A relação nutritiva da forragem é de 1:7,8

O capim de burro tem ainda a seguinte sinonímia vulgar: capim cidade, capim sêda, grama comum, grama das boticas, grama marajó, grama rasteira, etc.

Fizemos chegar às mãos do Exmo. Sr. Ministro da Guerra, Diretor de Remonta e do Cel. Loureiro, da Diretoria de Intendência, amostras de feno da referida graminha, preparadas no Curso Especial de Equitação, pelo Capitão Darcy Villaça.

A recria de potro removerá os dois grandes obstáculos à equinocultura: a falta de mercado certo e comprador e a alimentação do cavalo, que também é um problema do homem brasileiro.

O campo de recria permitirá quebrar o Tabu do emprego da alfafa e a uniformidade das rações; a Inglaterra, terra dos melhores cavalos do mundo, não emprega alfafa na alimentação dos seus rebanhos; substitui-na por outros elementos equivalentes ao seu valor nutritivo.

Repitamos para convencer:

O cavalo, ontem como ainda hoje, interessa à defesa nacional e à nossa atividade agro-pecuária.

Não esqueçamos a lição: à simples ameaça de um bloqueio marítimo, imobilizamos viaturas automóveis e a articulação econômica do Brasil quase entrou em colapso.

D. F. VASCONCELLOS

FABRICANTE DE INSTRUMENTOS ÓPTICOS

BINÓCULOS PRISMÁTICOS

TELÉMETROS

GONIÔMETROS-BÚSSOLA

ESTEREOSCÓPIOS

Av. INDIANÓPOLIS 4254

SÃO PAULO

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes CASAS ou FIRMAS:

RIO DE JANEIRO

Escola de Comércio e Ciências — Rua Primeiro de Março, 97 — 1º andar — Tel. 23-4686

Anderson Clayton & Cia. Ltda. — Caixa Postal, 915

Cotonificio Rodolfo Crespi S/A — Rua da Conceição, 31, sala 405

Cia. Vale Rio Doce — Avenida Presidente Wilson, 164

Francisco Baroni & Filha — Rua Marechal Floriano Peixoto, 2312 — Nova Iguaçu

Thornicroft Mecânica Importadora S/A — Rua Santa Luzia, 405

A Potência de Fogo – Fator Chave na Guerra da Coréia

HANSON W. BALDWIN, do "The New York Times Review". Trad. do Maj. F. MOLLER

A potência de fogo e a mobilidade são fundamentais para o sucesso na guerra moderna e, desde janeiro do corrente ano, as forças das Nações Unidas em luta na Coréia, têm se aproveitado destas características para contrabalançar a superioridade numérica do inimigo, que é de 2 1/2 para 1.

Os americanos e seus aliados têm atualmente a possibilidade de lançar granadas perfurantes, explosivas, de fósforo branco e de "Napalm" (gasolina gelatinosa), em maior quantidade e maior densi-

dade por hectare, do que o inimigo. Nas estradas, graças ao transporte motorizado, as tropas americanas podem se deslocar mais rapidamente do que os elementos a pé do inimigo e, presentemente, as bem equipadas unidades das Nações Unidas na Coréia não estão presas às estradas, de modo que podem também superar o inimigo, em mobilidade, em qualquer terreno.

A companhia de fuzileiros, com seu armamento, constitui a espinha dorsal das forças combatentes de terra.

ORGANIZAÇÃO E EFETIVO DA COMPANHIA DE INFANTARIA

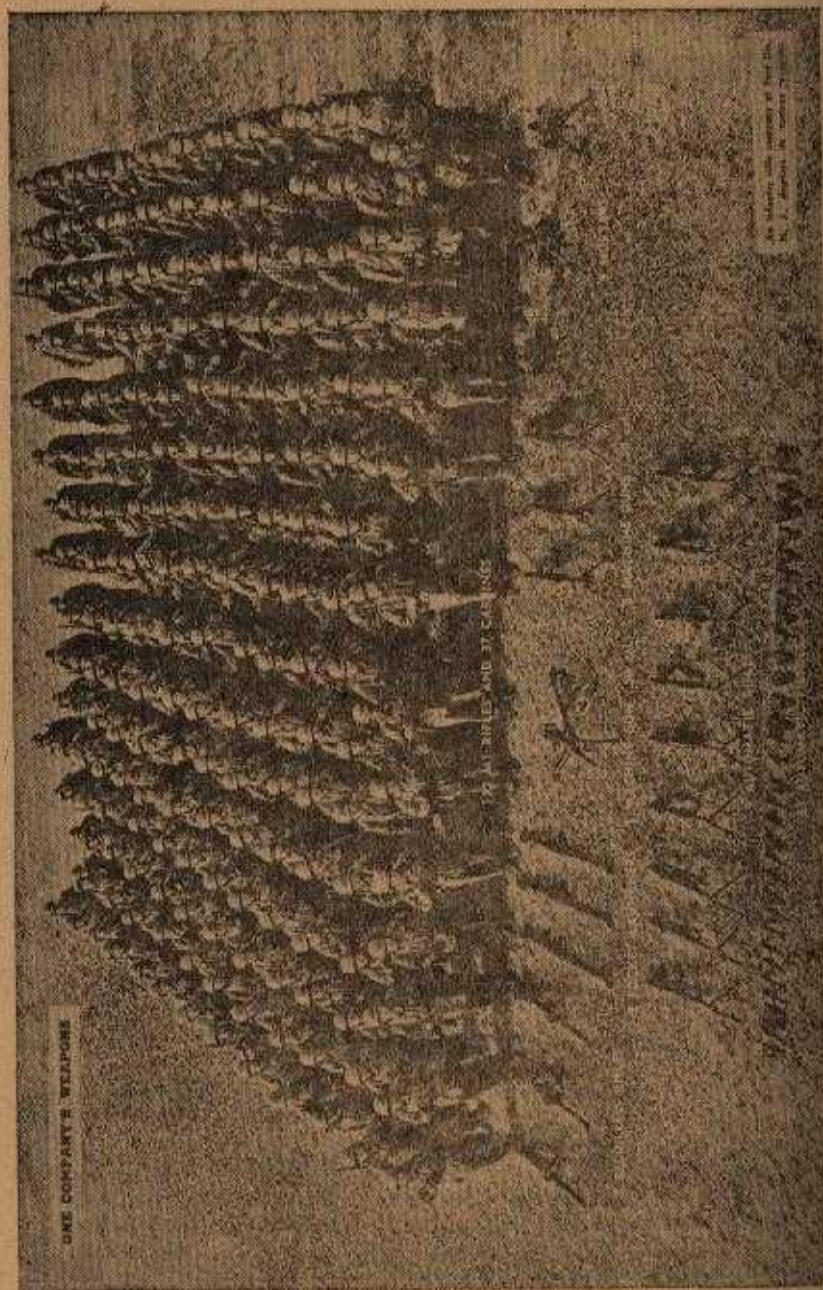
Cmt. e Secção de comando
3 pelotões de infantaria
1 pelotão de petrechos leves
Total 191 homens

ARMAMENTO

132 fuzis semi-automáticos M-1 (Garrand)
37 carabinas
3 morteiros
3 canhões sem recuo
3 lança-rojões
1 metralhadora pesada calibre .50
3 metralhadoras leves calibre .30
9 fuzis-metralhadores
33 pistolas automáticas calibre .45

CARACTERÍSTICAS DO ARMAMENTO

Armamento	Alcance útil em m	Velocidade de tiro (tiros por min.)
Pistola automática cal. .45.....	45	21 — 28
Carabina cal. .30.....	270	50 — 75
Fuzil semi-automático cal. .30.....	450	16 — 32
Fuzil-metralhador cal. .30.....	450	500 — 600
Metralhadora .30.....	1.800	400 — 550
Metralhadora .50.....	1.800	400 — 550
Morteiro de 60 mm.....	1.620	30 — 35
Canhão sem recuo de 57 mm.....	3.600	10
Lança-rojão de 3,5 pol. (88 mm)...	45 — 270	10



A Cia. 2ª. apresenta seu variado armamento

Qualquer das subunidades da infantaria americana dispõe de mais armamento e de maior dotação de munição do que qualquer elemento equivalente do inimigo. Mas, sem os elementos de apoio de fogo, a potência de fogo das companhias de fuzileiros, em relação aos elementos comunistas equivalentes, não seria tão preponderante.

Além do fuzil semi-automático M1 (Garrand), o infante americano dispõe de uma vasta gama de armas especiais. Os fuzis-metralhadores lhe dão um forte apoio de fogo imediato e de grande rapidez e eficácia. As metralhadoras pesadas .30, resfriadas a água, são distribuídas às companhias de pelotões pesados do regimento de infantaria. Por sua vez, as companhias de fuzileiros são dotadas das metralhadoras leves .30, resfriadas a ar, as quais podem bater facilmente, pelo fogo, as barreiras e obstáculos anticarro colocados nas estradas para deterem o inimigo, ou apoiarem as tropas de assalto em operações de grande mobilidade, tal como as desenvolvidas na guerra da Coreia.

Os morteiros são de valor apreciável nos terrenos movimentados e cobertos, onde suas granadas, de trajetória curva, podem bater objetivos que estejam fora das possibilidades das armas de tiro tenso. Os lança-rojões e os canhões sem recuo surgiram da necessidade recente de disporem os infantes destas armas, para sua própria proteção, contra a possibilidade de serem ultrapassados pelas incursões súbitas de carros de combate inimigos. O atual soldado de infantaria deve estar em condições de se defender a si próprio, até que os elementos de apoio, situados mais

à retaguarda, atinjam a linha da frente.

Os principais elementos de apoio de fogo para o infante — que tornaram os últimos meses de combate na Coreia tão dispendiosos e onerosos para o inimigo — são a artilharia, carros de combate, viaturas blindadas autopropulsadas, entre as quais as metralhadoras antiaéreas quádruplas, de calibre .50, empregadas contra aviões e alvos terrestres.

As unidades das Nações Unidas dispõem de mais canhões, carros de combate e aviões que o inimigo, dispondo também de muito maior dotação de munição. E, como resultado dessa supremacia, temos as elevadas baixas comunistas.

As vantagens da superioridade, em potência de fogo, não são uma descoberta feita na Guerra da Coreia. Todos os exércitos do mundo estão constantemente buscando aumentar a potência de fogo de suas unidades, o que tem determinado o aparecimento de armas novas e, cada vez, em maior número. Se bem que algumas armas usadas na Coreia sejam novas, a maioria delas já o foi na 2ª grande guerra, tendo sido, a seguir, aperfeiçoadas e modernizadas.

A pesada "Bazooka", ou seja o lança-rojão de 3,5 polegadas (88 milímetros), novos foguetes montados em aviões; o carro de combate "General Patton" (M-46) e os aviões a jato tiveram seu batismo de fogo na Coreia, mas, de um modo geral, pode-se dizer que a superioridade de fogo das unidades americanas não é dada propriamente pelas novas armas, mas, sim, pela superioridade numérica do armamento, pela maior dotação de munição e pela melhor técnica de tiro.

A FEIRA DE MÓVEIS

Sucessores da CASA DAVID

Móveis de pinho, iúbuá, vime e estofados — Vendas de peças avulsas e grupos

S. BIELER

RUA SÃO FRANCISCO, 284 — Tel., 1671 — CURITIBA — PARANA

ENVOLVIMENTO VERTICAL

Pelo Ten.-Cel. D. RAFAEL PADILLA, Professor da Escola de Estado-Maior e da Escola Superior do Exército Espanhol (De "Ejército" — Espanha).

Tradução e Adaptação do Major CÉSAR NEVES

Durante os cinco anos da passada contenda, apareceu esta nova modalidade de guerra que teve, sem dúvida, influência no ritmo das operações, com características que permitiram, por vezes, ao preço de fortes perdas, obter êxito de um modo geral, desempenhando uma parte importante e em algumas vezes decisivas, nas operações que se desenrolaram no mundo inteiro, tanto no Pacífico como no Mediterrâneo e na Europa Ocidental.

A sorte assombrosa que permitiu às forças aeroterrestres alcançar tantos êxitos, em tão pouco tempo, não pode comparar-se a não ser com a das blindadas e, sobretudo, com a da aviação. Sua ligação com esta última é muito estreita, por duas razões: primeira, e de um modo evidente, porque seu emprego está subordinado a esse meio de transporte e, depois, e sobretudo, porque suas possibilidades gerais de ação dependem das realizações de todas as técnicas e podem ter, como consequência de sua evolução, progressos surpreendentes.

Não vamos, porém, prosseguir sem ressaltar a afirmação de que as unidades aeroterrestres de todos os tipos são unidades do Exército, organizadas e instruídas para combater em terra, em estreita colaboração com as demais unidades desse Exército. Sua diferença, em relação às Divisões de Infantaria normais ou motorizadas, não vai além do meio empregado para transportá-las, uma vez que, durante o seu transporte, carecem de toda possibilidade de ação e não podem in-

tervir na batalha aérea, se esta se realiza, a não ser como o faria um fardo transportado nos mesmos aviões.

Mesmo os pára-quedistas não constituem unidades aéreas, pelo fato de usar o veículo que os conduz à terra, ainda que este, no momento atual, seja extraordinário e pouco empregado.

Sua única especialidade aérea seria de conquistar, balizar e reparar aeródromos para a utilização dos mesmos pelas forças aéreas de suprimento; porém, inclusive esta missão, quando tiver de ser confiada às forças que tenham de combater e convenha destacar elementos aéreos com os primeiros escalões de pára-quedistas, para organizarem o tráfego aéreo, é semelhante a um desembarque naval, onde os destacamentos de marinha são enviados nas primeiras vagas de desembarque para organizar nas praias o tráfego naval.

No decorrer de cinco anos de guerra, foram realizadas uma infinidade de ações de todos os tipos e qualidades; porém, com o fim de colher ensinamentos, vamos citar, ligeiramente, alguns exemplos que nos permitem estabelecer normas para o emprego tático destas grandes unidades no futuro.

AS AÇÕES

Se admitirmos que o batismo de fogo consagra a existência de uma arma nova, devemos admitir que, no dia 9 de abril de 1940, as tropas aeroterrestres marcaram, de um

modo admirável, o seu aparecimento na vida militar. Nesta data, com efeito, a Wehrmacht dominou, em menos de doze horas, a capital e todas as localidades importantes da Noruega. As unidades aeroterrestres desempenharam, nestas operações, um papel essencial; enquanto que uma companhia de pára-quedistas foi lançada sobre a estação de Dombos, com a missão de barrar o caminho ao Corpo Expedicionário Britânico, que vinha do norte e, enquanto outros elementos eram lançados na região de Narvik, parte de uma divisão de infantaria aterrisava no aeródromo, de Forneba, próximo de Oslo e a outra parte da D.I. foi transportada para as imediações de Stavan-ger. Tudo isto deu tempo a que chegassem reforços suficientes pelo Skagerrak, contribuindo para concluir a ocupação do país.

Sem dúvida, a primeira ação de guerra efetuada por tropas pára-quedistas teve lugar no aeródromo de Wagram, nos arredores de Viena, por ocasião da invasão da Austria pela Alemanha; naturalmente, realizou-se com uma precisão matemática, que já deixava entrever a possibilidade do novo meio de transporte.

No dia 10 de maio de 1940, a aviação alemã bombardeou os aeródromos da Bélgica e da Holanda, destruindo numerosos aparelhos. Na França, a mesma surpresa aérea obteve resultados análogos. Algumas horas mais tarde, os pára-quedistas do Major General Student desciam em Haia, Rotterdam, Delft e Dordrecht. O 1º Corpo de Exército holandês atacou vigorosamente a 7ª Divisão do Ar inimiga, que era orientada e apoiada por uma numerosa quinta-coluna. Conquanto as tropas do General Winckelmann tivessem conseguido limpar alguns pontos e particularmente os arredores de Haia, não foram capazes de reconquistar o aeródromo de Vaalhaven, porque os pára-quedistas alemães não cessaram de ser reforçados por planadores e aviões de transporte. Por outro lado, a perda da ponte sobre o Mosa inferior, em Moerdijk, comprometia gravemente as comunica-

ções entre a fortaleza holandesa e a região de Breda, por onde devira chegar o 7º Exército francês.

Esta insólita intervenção, na retarguarda de uma divisão de infantaria, reduzia as possibilidades do Exército holandês a sete grandes unidades de infantaria: contra o 18º Exército alemão, que dispunha de doze divisões, sendo uma blindada.

No dia 13, às 1500 horas, o Governo holandês viu-se obrigado a render-se.

* *

Na Bélgica, os acontecimentos seguiram um curso igualmente desconcertante; cerca das 0400 horas, do dia 10 de maio, surgiram, sobre o Forte Eben-Emael, que flanqueava o canal Alberto com seus fogos e batia as pontes de Vroenhoven, de Veldwezelt e de Briedgen, aviões de um tipo desconhecido para os belgas e que, com seus motores calados, pareciam avariados. Destes planadores (porque não eram aviões) saltaram homens armados de fuzis, metralhadoras e lança-chamas, e, de surpresa, num abrir e fechar de olhos, foram atacadas e mortas as guardas das pontes, que caíram intactas nas mãos dos invasores.

Sobre a plataforma do forte, os assaltantes reagruparam-se, rapidamente, em número de trezentos; imobilizaram as torres, introduziram cargas poderosas nas bocas de fogo, cegaram os observatórios e lançaram granadas pelas chaminés de ventilação.

As reações da 7ª Divisão belga, que cobria uma frente de 20 km, foram fracas e indecisas e os postos de comando, as posições de bateria e os menores movimentos de tropa foram localizados de cima e atingidos por numerosos ataques dos Stukas, cuja intervenção teve, sobre a defesa, importantes resultados morais, sem contar os mortos e feridos. A surpresa foi total e definitiva e a primeira posição belga foi conquistada quase sem baixas para as tropas alemãs.

No dia 20 de maio de 1940, ao amanhecer, os ingleses e os seus aliados gregos procuravam refa-

zer-se, em Creta, da derrota sofrida na Grécia e a já célebre Divisão Aeroterrestre do General Student, que, salvo a ocupação do arquipélago, não havia feito falar de si mesma, a não ser na surpresa de Rotterdam, pousava nos aeródromos de Maleme, de Rethymnon e de Herakleion. Durante vários dias, os contedores bateram-se com um encarniçamento inaudito em torno dos aeródromos que a artilharia britânica batia de enfiada e onde os pára-quedistas de Luftwaffe eram continuamente reforçados por grupos de planadores. À noite, destacamentos da Wehrmacht trataram de atravessar o canal de Cerigo, empregando todas as embarcações a vela e a motor que puderam requisitar nos pequenos portos do Peloponeso. A decisão foi finalmente obtida pelo Corpo de Exército do General Von Richtfen, cujas bombas afundaram os cruzadores "Gloucester" e "Fiji" e quatro "destroyers", causaram grandes avarias num encouraçado e num porta-aviões, tendo assim os pára-quedistas alemães obrigado a esquadra inglesa a abandonar Creta.

Os aliados não esqueceram a lição e, por sua vez, organizaram unidades de pára-quedistas que iriam realizar intervenções muito destacadas na guerra e, assim, na noite do dia 27 para o dia 28 de fevereiro de 1942, ocorreu um fato de grande envergadura em Bruneval, que iria mudar o aspecto do emprego tático dessas unidades.

Existia ali, segundo informações do "Intelligence Service", um posto de rádio-localização, de uma técnica desconhecida que permitia assinalar com antecipação a chegada dos aviões de bombardeio ao continente. O objetivo, de acordo com informações precisas que foram obtidas, estava situado numa casa pequena, que ficava isolada, junto às elevações da costa e era defendido por uma casamata e cerca de quinze postos de metralhadoras. A situação e a importância dos efetivos alemães das proximidades eram conhecidos com toda a exatidão. No citado dia, foi lançado um destacamento de pára-quedistas, composto de 120 homens, que devia

ser transportado por aviões de bombardeio e voltar à Inglaterra (com a presteza conseguida em sua excursão) com as forças navais constituídas de canhoneiras e embarcações de desembarque, escoltadas por dois "destroyers". O ataque foi feito de surpresa e, às 0235 horas, efetuou-se o embarque de volta, levando o aparelho, cujo conhecimento, por parte dos técnicos aliados, assinala o início do fim da campanha submarina alemã.

Uma operação do mesmo tipo que a de Bruneval, muito conhecida atualmente com o nome de "batalha da água pesada", ocorreu anos mais tarde, na fábrica de Norsk-Hydro, na Noruega e dela pôde dizer Churchill "que a história provará, sem dúvida, que esse "raid" teve maior influência no resultado da 2ª Guerra Mundial que o desembarque na Normandia". Assim era, com efeito, porque com a destruição dos depósitos de água pesada na Noruega, perdeu a Alemanha a possibilidade de empregar, durante largo tempo, as bombas atômicas contra os centros aliados.

Em junho de 1944, as costas da Normandia foram teatro de uma operação de um volume incomparavelmente maior do que o das anteriores.

O comando aliado havia decidido que o desembarque na Europa seria condicionado à execução de uma operação aeroterrestre, que deveria cobrir as praias que se estendem entre a foz do rio Orne e o canal de Caen e opor-se, mediante uma atitude ofensiva, a todo movimento inimigo que viesse de Leste ou de Sudeste.

A 6ª Divisão Aeroterrestre britânica, lançada na região de Caen, devia apoderar-se, em primeira urgência, das pontes próximas à dita localidade, sobre o rio Orne e o canal de Caen e opor-se, mediante uma atitude ofensiva, a todo movimento inimigo que viesse de Leste ou Sudeste.

A 82ª Divisão Aeroterrestre norte-americana devia apoderar-se de Sainte-Mère L'Eglise e cobrir ali, pelo norte, o flanco direito das praias de desembarque, que seria protegido pelo sul, pela 101ª Di-

visão Aeroterrestre, que devia colaborar, ocupando Carentan.

A divisão inglesa apoderou-se das pontes às 0900 horas, e, graças à surpresa produzida pelo lançamento, em outros lugares, de paraquedistas de palha, até o meio-dia, os elementos da 21ª Divisão Blindada alemã não iniciaram os contra-ataques; assim, ao cair da noite, a divisão inglesa conservava seus objetivos e tinha recebido seu material pesado e seus suprimentos, por via aérea.

As divisões norte-americanas encontraram maiores dificuldades, por que as condições atmosféricas e a falta de experiência de alguns pilotos provocaram uma larga dispersão de homens e material; sem dúvida, nas primeiras horas do dia seguinte, as tropas tomaram contacto com o inimigo e progrediram para o interior.

Ainda que nesta operação tenham entrado em jogo grandes unidades aeroterrestres e o seu êxito tenha condicionado o desencadeamento de toda a operação de desembarque, a operação, em si mesma, não foi mais do que uma ação tática auxiliar, realizada em benefício das forças principais, que não eram transportadas pelo ar e cuja missão consistia em facilitar a criação de uma cabeça de desembarque e apoderar-se dos pontos de passagem obrigatória, tendo em vista a ulterior progressão dos elementos terrestres.

No dia 10 de setembro desse mesmo ano, os aliados preparavam uma nova operação aeroterrestre de grande envergadura. Tratava-se de flanquear o Reno na região de Arnheim.

Para permitir ao Grupo de Exércitos do norte a passagem do Mosa e dos braços do Reno, com o objetivo de desbordar a ala direita do dispositivo inimigo e desembarcar no Rhur, as tropas aeroterrestres deviam apoderar-se de uma cabeça de ponte no Reno, que permitisse às forças blindadas, situadas a mais de 90 quilômetros, alcançar os elementos avançados pela única estrada que passava por Eindhoven e Nimega.

Deviam participar desta operação as 101ª e 82ª Divisões norte-americanas, já conhecidas e a 1ª Divisão aeroterrestre britânica, reforçada por uma Brigada Polonesa. Toda a operação havia sido planejada e estudada com todos os pormenores, assim como a proteção aérea necessária para o transporte, porém, infelizmente, ignorava-se a presença, nessa região, de uma Divisão Blindada da S.S. que estava em reorganização.

O lançamento foi precedido por ataques aos aeródromos, atribuídos a 250 aviões dos tipos Lancaster e Mosquito e, no mesmo dia do ataque, as posições da defesa antiaérea foram bombardeadas por 875 fortalezas voadoras.

No dia 17, saiu, de 24 bases aéreas da Inglaterra, uma frota aérea de mais de 1.500 aviões de transporte e 500 planadores, com 1.000 aviões de caça de escolta e 1.200 aviões de bombardeio escoltados, por sua vez, por 200 caças.

A 101ª Divisão norte-americana aterrisou nas proximidades de Zon e apoderou-se das pontes que lhe haviam sido atribuídas; porém, o inimigo pôde reconquistar uma delas e fez a outra ir pelos ares, de modo que as forças blindadas aliadas não conseguiram tomar contacto com as forças desta divisão. Ao centro, a 83ª Divisão não conseguiu apoderar-se das pontes de Nimega, até o dia 20, no norte, a 1ª Divisão britânica encontrou-se em graves dificuldades, desde o primeiro momento; conseguiu apoderar-se da ponte de Arnheim, porém não pôde receber reforços por causa do mau tempo e, no dia 23 de setembro, verificou-se que a operação havia fracassado, ocasionando a perda de 620 aviões e 12.216 homens, tendo empregado mais de 6.000 aviões de transporte e 2.600 planadores.

As causas do fracasso foram atribuídas a um erro de concepção geral do emprêgo das unidades terrestres e, pelo que se refere especialmente às forças aeroterrestres, à insuficiência de informações e sobretudo ao mau tempo, que, no momento decisivo, impediu a intervenção da aviação em seu proveito.

Vemos, pois, que com esta operação tentava-se uma ação tática de alcance estratégico, na qual as tropas aeroterrestres, empregadas em massa, eram um mero auxiliar em benefício das forças terrestres.

No mês de abril de 1945, o Exército alemão já se encontrava em plena derrota, porém, na Holanda do norte, os restos do Exército pára-quedista alemão combatiam em boa ordem, opondo ao 21º Grupo de Exércitos aliados uma resistência tenaz e mortífera. Como consequência, tentou-se uma operação muito diferente, confiada a pequenas unidades, repartidas em amplas zonas, cuja missão era produzir confusão na retaguarda inimiga, impedindo-lhe deter sua retirada em uma determinada linha de defesa e fazer operações danosas para a progressão dos aliados.

Na noite de 8 para 9 de abril, foram lançadas 55 "equipes" (num total de 676 homens), tomando-se, ao mesmo tempo, medidas para exagerar a importância da empresa aos olhos do inimigo, mediante o lançamento de manequins, importantes ações de bombardeio e irradiação de um desembarque na Holanda.

A maior parte das "equipes" cumpriram sua missão com êxito, realizando emboscadas, cortando os trilhos de vias férreas e retirando as cargas de destruição das pontes. Muitas foram alcançadas rapidamente pelos elementos de reconhecimento; outras tiveram de resistir durante oito dias; em suma, as perdas totais elevaram-se a duas centenas e é muito difícil avaliar os resultados positivos desta operação. Podem-se estimar as perdas inimigas em 500 feridos ou mortos e 200 prisioneiros, além de umas trinta viaturas capturadas ou destruídas; porém, não se pode dizer em que medida contribuíram para impedir ao inimigo o restabelecimento de uma linha de defesa. Sem dúvida, o comandante dos Comandos aéreos julgou tão interessante o resultado que, em seu relatório, no final da guerra, não vacilou em propor a adição, a cada exército, de vários batalhões que poderiam ser denominados de "Ca-

valaria Aeroterrestre" e que seriam empregados na perseguição, como vanguarda dos elementos móveis terrestres, para manter o ritmo do ataque, apesar das tentativas inimigas de paralisação da ação ofensiva.

O panorama das operações aeroterrestres ficaria incompleto se não mencionássemos uma ação, aparentemente sem importância, que teve lugar na campanha da Birmânia, em 1944.

O restabelecimento das comunicações terrestres entre a Índia e a China foi, desde janeiro de 1943, uma das preocupações dominantes das potências anglo-saxônicas, porém, até o inverno seguinte, não estiveram em condições de empreender uma ação eficaz na Birmânia. Em maio de 1944, os aliados chegaram ao aeródromo de Mitkyina. Durante essas operações, os japoneses foram bloqueados no vale do Irawady, em grande parte graças à ação dos comandos aéreos, que conseguiram estabelecer, no interior do território inimigo, uma base de operações, da qual puderam ser atacadas as linhas de comunicações japonesas. A zona escolhida foi a situada a nordeste de Katha, que se encontrava a 150 km das tropas amigas e a mais de 600 km dos aeródromos de partida. Depois de um bombardeio das bases aéreas inimigas, a 1ª Força dos Comandos do Ar aterrissou, à noite, na região de destino. Na noite seguinte, os primeiros Dakotas, conduzindo tropas e animais de carga, podiam pousar numa pista de 1.500 metros, preparada pelos primeiros elementos desembarcados. Mais tarde, multiplicaram-se as chegadas, os vôos eram feitos à luz da lua e sem caça. Rapidamente foi posta em serviço uma nova pista, na qual, de três em três minutos, levantava vôo ou aterrissava um avião. Ao fim de seis dias, os aparelhos de caça podiam decolar e pousar em aeródromos apropriados. Este episódio merece nossa atenção, porque é o único que representa, na guerra passada, de modo característico, o meio de criar uma cabeça de desembarque aérea, que seja, por sua vez, a única base de

operações subseqüentes, empreendidas em terra.

SERVIDÕES TÉCNICAS

Antes de fixar as possibilidades técnicas das unidades aeroterrestres, vamos fazer uma breve exposição das servidões técnicas que lhes impõe seu meio específico de transporte e que, em muitos casos, dificultarão sua ação de maneira extraordinária.

Em princípio, o sistema de lançamento dos homens foi tentado apenas com pára-quedas e assim podemos dizer que a origem destas unidades remonta ao aeródromo de Sttaken, onde Sperrling começou a instruir 30 pilotos, em 1935. Em janeiro de 1936, foi publicado o primeiro regulamento de pára-quedistas e com este instrumento de doutrina formou-se uma escola de voluntários em Spandau. Ao deflagrar a 2ª Guerra Mundial, a Alemanha tinha 3 regimentos de pára-quedistas e 3 batalhões de 500 homens.

Se um pára-quedista, porém, lança-se de grande altura, durante prazo apreciável vai caindo, incapaz de qualquer ação e absolutamente inerte, sujeito à ação dos elementos de terra; se, ao contrário, for lançado de alturas inferiores a 90 m, o número de acidentes graves que produzem é extraordinariamente elevado; como consequência, é necessário medir, de maneira precisa, a altura de lançamento, para que seja realizado em boas condições.

Há, no entanto, outra dificuldade ainda mais grave, do ponto de vista técnico: num avião, ainda que seja de velocidade reduzida (180 km por hora), que transporta 25 indivíduos, não se pode pretender que estes saltem, por melhor que seja seu grau de instrução, em menos de 20 segundos e, durante este tempo, o avião percorre 1 quilômetro, com o que os nossos 25 pára-quedistas ficarão espalhados em uma extensão do terreno de 1.000 metros, o que obriga a uma fase de movimentos em terreno desconhecido, para que as unidades possam ser reunidas e iniciar suas

ações táticas. O vento, quando houver, aumenta naturalmente a dispersão.

Por outro lado, o peso que um pára-quedista pode transportar não é ilimitado; para que a descida não se faça com uma velocidade incompatível com a segurança pessoal de quem desce, não se pode ultrapassar de 90 kg de carga individual, o que acarreta, como consequência, que os pára-quedistas têm que ser lançados com um equipamento ligeiro e armas portáteis de pequeno peso. Quando se deseja dar maior resistência a essas forças, é necessário lançar as armas pesadas em fardos independentes, com a consequente dificuldade de que, pelo menos nos primeiros momentos, seus serventes possam empregá-las; deste fato surge, correlativamente, a pesada servidão de instrução necessária para que todo homem seja capaz de empregar a arma ou aparelhos que caírem mais próximo dele, já que algumas vezes encontrará uma metralhadora anti-aérea, em outras vezes uma estação de rádio, que não podem esperar, no período de crise que se segue, a chegada do seu servente titular.

Naturalmente, tem-se procurado remediar estas servidões com o emprego de planadores que transportam pelotões e até seções inteiras, que, por este meio, aterrissam reunidas em um mesmo lugar do terreno; da mesma maneira, os planadores podem transportar, também, armas pesadas, alguns caminhões leves e inclusive tanques leves.

Os planadores, porém, também, têm graves inconvenientes; precisam de áreas extensas para aterrissar e têm sua dispersão; porém, sobretudo, é preciso levar em conta a dificuldade de formação do comboio, quando se trata do transporte de grandes unidades. Em um mesmo aeródromo, qualquer que seja sua extensão, não se deve pensar que levantem vôo, ao mesmo tempo e com seus reboques, mais de 20 aviões. Ainda que se leve em conta que uma divisão aeroterrestre, com a composição das atuais, necessita, aproximadamente de 228 aviões e 680 planadores para o seu transporte, devemos cogitar do grave

problema logístico que representa a partida de todos esses elementos e a organização da coluna correspondente no ar, agravado pelo fato de que os aviões, ao contrário dos barcos, não podem permanecer no ar, parados, esperando que sejam carregados e seja dada a partida do resto dos aviões que terão de conduzir a grande unidade. O número de aeródromos deverá ser muito grande e, portanto, os tempos de percursos de todos eles a um ponto comum de reunião deverão ser exatamente medidos e calculados, para se conseguir a formação do comboio, no lugar e no tempo oportunos.

Os planadores podem, também, ser rebocados por aviões de caça e de bombardeio. Os primeiros, uma vez largado o planador, nas proximidades do objetivo, ficam em condições de proteger as primeiras ações ainda mal ajustadas e fracas das forças lançadas e, os segundos, se largarem os seus reboques com alguma antecipação, podem realizar uma violenta preparação com bombas, neutralizando as possíveis resistências que o inimigo pudesse opor à ação dos planadoristas, momentos antes da chegada destes.

Outra dificuldade tem sido a escolha de um material de artilharia capaz de ser aerotransportado, tendo sido solucionado em parte, usando-se canhões de montanha desmontáveis, lançados em pára-quedas. Esta solução tem o grave inconveniente de que as cinco ou seis partes, que é necessário juntar para montar a peça, podem cair tão distantes como antes caíam os homens lançados por aviões. Outro sistema consiste em transportar cada peça com seu trator em um planador, de tal maneira que possam intervir diretamente, desde o momento que o planador chega à terra; requer, no entanto, planadores muito grandes e caros, devendo levar-se em conta que, quase sempre, os planadores são usados uma só vez.

O conjunto destas dificuldades pode ser diminuído, se a unidade aeroterrestre for imposta, como missão inicial, a conquista de um aeródromo; com isto, limitam-se os

objetivos possíveis para esta espécie de unidades, porém, em troca, facilita-se de maneira extraordinária a alimentação posterior da batalha, com a remessa dos elementos complementares de reforço, especialmente elementos de transporte e armamento pesado que esta unidade há de necessitar para o desempenho de uma gama muito mais extensa de missões em terra.

Todas estas dificuldades, de caráter técnico, impuseram entraves à organização de uma divisão de infantaria aeroterrestre, que, na atualidade, é reduzida a um esquema, e pode ser assim constituída:

A) Quartel-General

- 1) General Comandante.
- 2) Estado-Maior.
- 3) Companhia do Quartel-General.
- 4) Companhia de Transmissões.

B) Tropa

1) Infantaria (3 Regimentos)

1 (um) Regimento de pára-quedistas (a 3 Batalhões).

2 (dois) Regimentos de Planadores (a 2 Batalhões).

2) Artilharia

1 (uma) Artilharia Divisionária (A.D.) constituída de:

Comando e Estado-Maior.

1 (um) Grupo de pára-quedistas (de 3 Baterias de 75 mm de montanha desmontável).

1 (uma) Bateria Mista de Canhões antiaéreos e antitanques.

2 (dois) Grupos de Planadores (a 2 Baterias de 75 mm).

1 (um) Grupo de Canhões automáticos antiaéreos (de 6 Baterias). Este Grupo não faz parte da Artilharia Divisionária.

3) Engenharia

1 (um) Batalhão, com uma Companhia Mista de Comando e Serviços, em planadores.

1 (uma) Companhia de Sapadores pára-quedistas.

2 (duas) Companhias de sapadores em planadores.

4) Serviços

Material Bélico

1 (uma) coluna de munições.

Intendência

1 (uma) Companhia de Suprimentos.

Saúde

1 (uma) Companhia mista, composta de um Posto de Socorro e 1 (uma) Secção de Ambulâncias.

Transporte

1 (uma) Companhia de Transporte Automóvel que chega geralmente em planadores ou aviões de transporte, em uma segunda etapa.

C) Armamento

Na divisão norte-americana desta especialidade, o regimento de infantaria de pára-quedistas tem um efetivo de 1.824 pára-quedistas; como tem, entre oficiais e tropa, mais de 2.000 homens, vê-se que uma parte é transportada em planadores.

Cada Batalhão é armado com:

- 45 fuzis metralhadoras (F.M.);
- 400 fuzis;
- 44 metralhadoras leves;
- 9 morteiros de 81 mm;
- 9 morteiros de 60 mm;

O Regimento tem, ainda, uma unidade dotada com metralhadoras anti-aéreas de 12 mm e lança-rojões ("bazookas").

O Regimento de Infantaria em planadores tem um armamento semelhante.

O Regimento de Artilharia está armado com um obus de 75 mm, desmontável em seis cargas. O peso da peça norte-americana, em bateria, é de 550 kg, seu alcance é de 8.700 metros e o peso do projétil é de 6,5 kg.

O material de artilharia anti-aérea é provavelmente a metralhadora de 12 mm, única peça desmontável e de peso adequado e alguns canhões Bofors de 40 mm; o canhão antitanque era o de 37 mm, de 40 kg de peso, porém, é possível que tenha sido substituído pelo de 57 mm.

Na organização anterior, vê-se que as divisões podem formar, e de fato formam, uma vanguarda pára-quedista composta de Infantaria, Artilharia Anti-aérea e Engenharia, encarregada de ocupar a região do terreno onde deverá aterrissar o grosso da Grande Unidade, de balizá-la com luzes e pelo rádio (as operações de desembarque são feitas geralmente à noite) e de prepará-la, efetuando ligeiras remoções de terra, derrubadas de obstáculos, etc.

Nesta constituição de forças podem ser observadas as seguintes deficiências:

— A Infantaria está muito fracamente dotada de armas antitanques, razão pela qual é muito vulnerável aos contra-ataques de blindados;

Não dispõe de víveres nem munição além da que o soldado carrega consigo;

Como inicialmente está desprovida de viaturas, as metralhadoras, morteiros e demais petrechos têm que ser transportados ou tracionados a braços. Em consequência, os regimentos, privados dos indispensáveis trens de combate, tem a mobilidade de uma coluna de carregadores e sua capacidade de marcha é sensivelmente inferior à etapa do infante.

— A Artilharia, transportada em planadores, com seus tratores ligeiros, tem uma mobilidade tática mais satisfatória, porém fica sujeita a uma penúria enorme de munições.

— A Engenharia dispõe de um parque reduzido: explosivos apenas suficientes para algumas destruições; minas antitanques que permitem somente colocar alguns elementos de campos de minas; balsas de material de pontes que só servem para atravessar obstáculos de pouca importância, etc.

— O Serviço de Intendência dispõe dos escassos recursos que lhe são remetidos em "containers", lançados em pára-quedas e não pode fazer outra coisa a não ser distribuí-los.

— O Serviço de Saúde tem um Posto de Socorro onde os baixados

recebem tratamento, porém, a evacuação não pode ser feita a não ser dentro das escassas possibilidades dos aviões de saúde quando se dispõe de terrenos propícios à aterrissagem e o domínio do ar o permite.

Em resumo, a divisão aeroterrestre, tão logo chega ao solo, perde praticamente sua mobilidade. Existe um divórcio manifesto entre a deslumbrante mobilidade estratégica desta unidade, que se desloca a 200 ou 300 km por hora, no ar e a semi-paraliza que a espera, ao tocar o solo inimigo.

Existe, também, manifesta discordância entre a fabulosa potência dos meios aéreos necessários para o transporte e as restrições de suprimento e remunicação, desde que são lançados em terra.

Por último, revela-se incongruente o contraste entre a ação eminentemente ofensiva que constitui o aparecimento de uma divisão aeroterrestre, na retaguarda inimiga e a atitude absolutamente defensiva que esta unidade deve observar em terra, em virtude de suas debilidades técnicas.

Resumindo, podemos dizer que a ação das unidades aeroterrestres é limitada pelas condições meteorológicas, que necessitam ser favoráveis, por sua falta de mobilidade tática, muito reduzida nos primeiros momentos, uma vez que somente contará com as viaturas que puder tomar do inimigo, porque, ainda que organicamente disponha de uma grande quantidade delas, somente poderão ser postas em terra numa segunda fase da operação.

Estas unidades são extremamente vulneráveis aos ataques inimigos, no período de descida e reunião. Como consequência, a rapidez e a surpresa são capitais.

O perigo dos ataques por forças blindadas pode ser atenuado, reforçando-se esta espécie de unidades com tanques leves, transportados em planadores e com uma dose muito grande de armas antitanques.

A preparação e a coordenação do transporte aéreo são extremamente complexas e requerem muito tempo.

As informações com que se conta, da zona de operações, é normalmente insuficiente.

O exercício do comando é difícil, durante a descida e a reunião da grande unidade.

Quando isoladas, seu armamento ligeiro e equipamento aliviado não lhes permite uma ação prolongada no tempo. Pode-se afirmar que uma divisão aeroterrestre não deve ser lançada sem a certeza de ser socorrida e substituída, antes de três dias, por forças terrestres ou marítimas.

POSSIBILIDADES ESTRATÉGICAS

As tropas aeroterrestres são, de fato, os elementos idealizados e mais ou menos afortunadamente organizados para efetuar um ataque de revés de amplitude variável, desde o simples golpe de mão até a realização completa do envolvimento vertical. A ação destas forças representa o aspecto moderno e consideravelmente ampliado da manobra napoleônica sobre a retaguarda inimiga.

Graças à mobilidade estratégica que lhes dá a aviação, estas tropas podem ser lançadas a grande distância ou intervir rapidamente, em um Teatro de Operações, interpondo-se profundamente em território inimigo para cumprir missões somente limitadas por suas servidões técnicas. Sob o ponto de vista tático, sua mobilidade e sua potência de fogo são muito fracas em relação às das demais forças terrestres; mesmo dotando-as com meios aéreos consideráveis, não podem dispor, nas circunstâncias atuais, de mais do que um número relativamente reduzido de viaturas, cuja tonalidade não excede a de um "jeep", e, de armas pesadas, representadas somente por um obus de 75 mm ou, no máximo, de 105 mm.

Estas características explicam porque as operações destas unidades têm que ser limitada no tempo e no espaço, e, porque, por outro lado, inclusive dentro deste quadro restrito, devem beneficiar-se, obrigatoriamente, do efeito de surpresa, baseado no segredo e no conheci-

mento de informações precisas e pormenorizadas sobre o inimigo.

As tropas aeroterrestres dependem da aviação para o seu transporte, o qual seria, afinal de contas, uma sujeição relativamente limitada; porém, além disso, dependem dela, de uma maneira absoluta, no que concerne aos suprimentos. As evacuações, a obtenção de informes e aos fogos potentes que só em casos raros poderá fornecer-lhes a artilharia das forças terrestres ou marítimas, quando não estiverem demasiado distantes.

Depreende-se a necessidade permanente de respeitar as servidões particulares da aviação, para o projeto e execução do transporte; porém, além disso, é necessário levar em conta duas consequências capitais que se depreendem da importância concedida à aviação no emprego destas unidades. Para beneficiar-se do concurso permanente da aviação, é indispensável possuir o domínio absoluto do ar, o que implica em superioridade aérea local e no aniquilamento da defesa anti-aérea inimiga. O domínio do ar é condição "sine qua non" para toda operação aeroterrestre e isto pode explicar a ausência de ações desta espécie, de alguma envergadura, que foi observado durante a contenda, na frente russa, onde nenhum dos adversários em presença, pôde conseguir uma superioridade aérea incontestável.

As operações aeroterrestres não podem ser decididas senão num escalão muito elevado, geralmente no do Comandante em Chefe de um Teatro de Operações, não somente por tratar-se de operações combinadas, como também porque põe em jogo forças terrestres, aéreas e até mesmo marítimas e porque as necessidades de aviação são tão elevadas, que é necessário obter os meios indispensáveis entre vários recursos, assumindo, eventualmente, a responsabilidade de sacrificar outras missões muito importantes.

Chama extraordinariamente a atenção a desproporção manifesta que existe entre a importância da missão que lhes é atribuída e a fraqueza dos meios terrestres postos

em jogo; porém, esta desproporção pode explicar-se pela potência de apóio aéreo que se lhes dá e o efeito de surpresa que se obtém, lançando sobre o inimigo uma ação de revés imprevista.

Duas maneiras distintas de emprego dessas unidades se nos apresentam: A primeira, como auxiliares de elementos terrestres e anfíbios em proveito dos quais intervêm para a conquista de uma cabeça de desembarque, como na Normândia, a ocupação de pontos de passagem obrigatória, como em Arnhem, ou produzindo perturbação na retaguarda inimiga, como na Holanda, caso em que a progressão das outras armas, influenciada por múltiplos fatores, condiciona o resultado final da operação. A segunda, intervindo isoladamente em golpes de mão, de maior ou menor importância, desde a captura de um aparelho, como em Bruneval ou em Norak-Hydro, na criação de um importante Teatro de Operações, no qual se efetuasse uma ação importante, procedendo depois à evacuação por via aérea das forças, uma vez cumprida sua missão. O ataque de centros atômicos inimigos, por exemplo, pode dar uma idéia do que serão, no futuro, as ações desta natureza. Naturalmente, estes centros estarão protegidos contra os bombardeios de aviões e de projéteis dirigidos, por meio de instalações subterrâneas; porém, como o número destes centros será forçosamente limitado, inclusive nos países de grande extensão, como a Rússia e Estados Unidos, poderá tornar necessária e interessante sua destruição, cujos perigos estarão perfeitamente justificados pela influência decisiva que o êxito exerceria sobre o desenvolvimento posterior do conflito. Seria necessário lançar em terra forças capazes de proceder à destruição desses centros, depois de aniquilar a defesa permanente dos mesmos, sustentando, ao mesmo tempo, sua posição contra os ataques das forças inimigas, que não deixariam de intervir rapidamente, e, por último, evacuar todas ou, em parte, as formações assim empenhadas.

O EMPREGO TÁTICO

Sob o aspecto puramente local, os combates terrestres das divisões aeroterrestres podem ser esquematizados, dizendo-se que terão sempre quatro fases nitidamente distintas:

Primeira fase: a reunião da unidade.

Se o segredo tiver sido guardado e se tiver sido escolhida com acerto a zona de partida, a surpresa pode ser total; sem dúvida, certas unidades encontrarão núcleos imprevididos de resistência. Por outro lado, não se pode evitar que se produzam alguns erros de lançamento; em síntese, transcorrerão várias horas antes que se possam reconstituir as unidades, orientarem-se e estabelecerem as ligações entre si. Durante este tempo, as pequenas unidades devem estender uma rede de segurança em torno da divisão, sondar os arredores, enviando patrulhas de reconhecimento, instalar postos de vigilância nas ruas, interceptar as estradas. Durante esta fase, começam a chegar ao posto de comando (P.C.) os ecos das primeiras escaramuças. Entretanto, os aviões amigos vigiam, sobrevoando a zona de lançamento e a protegem por meio de bombardeios e rajadas de metralhadoras.

Segunda fase: progressão até o objetivo.

Na maior parte dos casos, as servidões técnicas do lançamento, a obrigação de afastar-se de toda defesa antiaérea, a preocupação de cair em terreno vazio de forças inimigas, nos teria conduzido a fixar a zona de lançamento bastante distante do objetivo estratégico que o Grande Quartel-General (G.Q.G.) tem em vista atingir.

Este objetivo pode ser uma ponte, como em Catania ou em Arnheim; um desfiladeiro, como em Corinto, ou um nó de comunicações, como em Sainte-Mère L'Eglise. Sua conquista é a materialização, sob o ponto de vista tático, da missão atribuída à divisão. Compreende-se que o princípio da economia de

forças deverá guiar o comando na escolha deste objetivo. Não é possível impor, aos meios limitados de uma divisão aeroterrestre, o ataque a um ponto fortemente defendido. Terá que impor-lhe o ataque a um ponto com uma defesa não organizada e que não conte com reforços importantes, em curto prazo. Em suma, terá que ser um objetivo tal, que os nove batalhões e as baterias da artilharia aeroterrestre, enérgicamente apoiados pelo bombardeio aéreo, sejam capazes de aniquilar rapidamente.

Vemos que essa segunda fase é essencialmente ofensiva: infiltração e assalto de vários batalhões apoiados por fogos de artilharia a pequena distância, limpeza rápida do objetivo e perseguição dos fugitivos para tornar impossíveis os contra-ataques imediatos.

Não se devem esquecer, nesta fase, as possibilidades que podem proporcionar: a ação audaz de um comando que ocupe de surpresa o objetivo, ou a intervenção, por um golpe de mão, de uma "quinta coluna" bem enquadrada por um punhado de voluntários; isto evitará a operação de força e então o grosso da divisão limitar-se-á à ocupação do objetivo, sem disparar um tiro.

Terceira fase: a ocupação do terreno.

Passadas algumas horas, o comando inimigo, certamente, reagirá com vigor, chegando a localizar rapidamente o agressor, lançado à sua retaguarda, através das notícias que lhe chegam, que embora, ao princípio, sejam confusas, à medida que o tempo vai passando são se concretizando e lhe permitirá alertar e deslocar as reservas estratégicas.

Por sua parte, a autoridade territorial da região ameaçada não perderá tempo para reunir e empregar todos os recursos disponíveis (regimentos em descanso, pessoal dos depósitos, etc.); inclusive, se a região for importante, disporá de fortes destacamentos destinados especialmente à defesa contra paraquedistas. Todas estas frações serão as vanguardas das grandes

unidades que, um ou dois dias mais tarde, formando o grosso dos reforços inimigos, aparecerão no novo campo de batalha.

Neste curto espaço de tempo, nossa grande unidade terá que recorrer ao terreno, para que este supra as deficiências naturais de seu armamento e de sua mobilidade. Deve apoderar-se dos pontos fortes do terreno, antes que o inimigo chegue até eles, para tornar sua resistência sólida e eficaz. Um batalhão deverá subir rapidamente, para ocupar um observatório importante; outro deverá apoderar-se de uma orla de bosque; outro co-roará uns escarpados dominantes; outros se dispersarão, ocupando localidades com edifícios sólidos, começando a preparar ninhos de armas antitanques no andar térreo.

Realmente, esta fase pré-defensiva se confunde e se mistura com a precedente; ao mesmo tempo que conquista seu objetivo, a divisão aeroterrestre trata de instalar-se no terreno, rapidamente, destaca postos de vigilância o mais longe possível, para ganhar tempo e enquanto limpa de inimigos o campo de batalha, cavam-se trincheiras, colocam-se minas, constroem-se barricadas e instalam-se as reservas com proteção suficiente.

Quarta fase: luta para manter o objetivo.

Preparado deste modo, o combate defensivo se desenvolverá de maneira essencialmente variável. Uma vez terá que defender o terreno, palmo a palmo, contra o ímpeto brutal do inimigo; outras vezes, serão lançados contra-ataques para descongestionar uma pressão perigosa; em outras, produzir-se-ão pequenos ataques diversionários.

Em certos pontos que não estiverem ameaçados, lançam-se pontas, formadas por unidades ligeiras, para inquietar o inimigo.

Não deve ser excluída a hipótese de que o inimigo chegue a ceder em todas as partes. Em tal caso, a divisão deverá estender-se como uma nódoa de azeite e deverá lançar destacamentos de exploração que cheguem a ocupar outros pontos importantes ou, pelo menos,

fazer prisioneiros, preparando destruições e paralisando a circulação.

A luta tomará o aspecto normal de uma divisão qualquer, no momento em que as forças amigas, rompendo a frente, cheguem a dar as mãos às divisões aeroterrestres.

Assim esboçada a operação aeroterrestre, tem que se circunscrever a um espaço limitado e se nos sentirmos tentados a medir a zona que a divisão pode abranger, veremos que quando a situação geral fizer supor que vai ser necessário conter contra-ataques inimigos, procedentes de todos os pontos cardiais, os nove batalhões da divisão aeroterrestre terão que formar um círculo e um simples cálculo nos demonstra que nove batalhões, embora sem reserva, não poderão defender um perímetro maior de 12 a 14 km.

Se por causa da escolha do objetivo a ser defendido, for possível apoiar-se em um obstáculo natural: rio, cadeia de montanhas, braço de mar, zona de bosque, etc., o perímetro que terá de defender comportará um setor passivo que se poderá defender mais economicamente. Em tais condições, a frente ativa de combate da divisão pode chegar a uns 10 km e então será possível constituir-se uma reserva.

Por outro lado, as ameaças inimigas pesarão desigualmente no despregamento da grande unidade; em certas direções será menos provável a chegada de reforços inimigos e então uma pequena densidade de forças será suficiente para conter um ataque pouco provável. Em troca, face às direções mais perigosas, será necessário concentrar a maioria das forças e agrupar as reservas.

Em suma, podemos dizer que o desenvolvimento da frente ocupada, com alguma solidez, pela grande unidade, não poderá passar de 10 km e o diâmetro da zona ocupada, de 3 km.

O FUTURO

No estado atual da técnica, não parece ser possível melhorar, de maneira imediata, as qualidades

das grandes unidades, porém, assim como toda a história da Artilharia tem sido a luta incessante para obter um acordo entre a rapidez e a potência, assim também a luta entre a rapidez e a potência, que é importante para todas as armas e particularmente para a aviação, atinge uma acuidade singular para as tropas aeroterrestres, porque rege muito estreitamente suas possibilidades de emprego e, sob este aspecto, convém que prestemos atenção ao preceito alemão expresso no seu Regulamento para o Comando que dizia: "A guerra está em constante evolução; as novas armas criam novas formas de combate. Prever com exatidão esta

evolução técnica, avaliar o efeito de uma arma nova sobre o desenvolvimento da batalha e adiantar-se ao adversário, em seu emprego, são condições de êxito". O último comandante das forças pára-quedistas alemãs escreveu, recentemente, que não basta examinar o possível emprego e as características de um armamento dado para, em seguida, buscar a tática de combate mais favorável. A missão principal de um estado-maior consiste em muito mais do que empregar as armas atuais e, sim, em indicar, à técnica e à ciência, a direção na qual devem trabalhar para aperfeiçoar e melhorar o rendimento das armas e unidades disponíveis.

BAZAR RODOVIÁRIO

Artigos para caça, e pesca — Miudezas em geral — Papelaria e instrumentos musicais — Máquinas fotográficas e filmes — Cutelaria — Cintos e suspensórios — Isqueiros e cigarreiras — Cachimbos — Piteiras, etc.

Agostinho Soto

RUA DR. DEODATO WERTHEIMER, 412

(Ed. Est. Rodoviária)

Telefone, 393

MOGI DAS CRUZES — ESTADO DE S. PAULO

CASA SANTO ANTÔNIO

Secos e molhados

Dyonisio Eduardo Gerevini

RUA DO SOCORRO, s/n. — MOGI DAS CRUZES — E. DE S. PAULO

TIRO DE ARMAS PORTÁTEIS NAS SUBUNIDADES DE ARTILHARIA

Cap. ROBERTO MEIRA DE V. CHAVES

I — INTRODUÇÃO

A instrução de tiro de armas portáteis requer preparação cuidadosa e geralmente dispendiosa em tempo. Além disso, necessita pessoal instrutor hábil e metucioso, visto serem comuns acidentes desagradáveis, quase sempre culposos.

Durante os anos em que fomos instrutor de tiro, deparamos geralmente com dificuldades que prejudicavam muito o bom andamento da instrução: ora faltavam alvos porque não foram reparados em tempo, ora era um soldado que deveria efetuar uma série e não podia fazê-lo por estar de serviço externo, ora um soldado ignorava o número de seu mosquetão de tiro... Tais falhas poderiam ser sanadas, desde que organizássemos e dividissemos melhor, mais racionalmente, o nosso trabalho. Tínhamos assim necessidade de:

- a) reduzir ao máximo os tempos mortos perdidos com substituição dos atiradores, reparação de alvos, marcação e registro dos tiros;
- b) formar melhor média de atiradores;
- c) efetuar o tiro com todos os recrutas, dentro do período de tempo previsto;
- d) manter correto controle do adiantamento da instrução e do consumo de munição;
- e) evitar, por todos os meios, os acidentes.

Movidos, então, por essas necessidades, organizamos uma equipe de tiro, base do presente trabalho, a qual, aplicada no 1º G.F.A.C. e 1º G.A.C.M. deu ótimos resul-

tados. Sua elaboração foi baseada em regulamentos, sugestões de companheiros e em nossa própria experiência.

II — GENERALIDADES

O objetivo da instrução, nas unidades de artilharia, é tornar seu pessoal apto a executar eficientemente tiros para a defesa pessoal, bem como tiros coletivos na defesa aproximada da unidade.

O armamento utilizado é o seguinte:

- mosquetão ou fuzil;
- revólver ou pistola;
- fuzis-metralhadores;
- metralhadoras;
- granadas de mão e de bocal;
- lança-rojões.

É indispensável seu perfeito conhecimento técnico, a fim de bem poder empregá-lo; serve de base ao tiro, principalmente nas condições reais de combate, permitindo sanar qualquer incidente que porventura surja.

III — MÉTODO DE INSTRUÇÃO

Para atingir o objetivo colimado, ou seja, tornar o pessoal apto à execução dos tiros para defesa pessoal e coletiva nas condições reais de combate, são ministradas:

- a) *Instrução Técnica* — destinada a formar o atirador em condições especiais que simplificam o tiro; o silêncio, a boa visibilidade, o espelho e o apoio da arma são condições que nem sempre existem em combate. Com esta instrução,

exercerão, permanentemente, suas funções até ao fim do ano de instrução; durante a execução dos tiros reais, funcionarão ainda mais 2 soldados telefonistas e 4 soldados municionadores, todos porém escalados pelo tenente instrutor dentre os próprios atiradores.

Cabe aqui uma explicação. Chamamos *Estande-Padrão* de Bateria um estande que permita o tiro simultâneo de 4 atiradores, tanto na distância real como na reduzida. O número quatro foi ditado por experiência, pois concluímos que o sargento de tiro poderia controlar e corrigir quatro homens em boas condições. Se pudermos obter um estande que permita o tiro simultâneo de mais de quatro atiradores, será acelerada a instrução, porém será conveniente acrescer, para cada quatro alvos, 2 cabos e 2 soldados.

1 — Incumbe ao Sargento de Tiro:

— É o encarregado da escrituração de tiro da Bateria e confeciona;

— mapas regulamentares ns. 1, 2, 3, 4 e 5;

— fichas individuais de tiro, quando necessário;

— borrão do registro de tiro;

— gráficos estatísticos e demonstrativos;

— relações de controle do adiantamento da instrução;

— relações de controle do consumo de munição;

— relações de distribuição do armamento de tiro;

— É o auxiliar direto do tenente instrutor e seu substituto eventual;

— Para execução de uma jornada de tiro real, com armamento portátil e granadas, a fim de tornar o mais automático possível a instrução, executa o seguinte:

— escala, de véspera, o pessoal que deverá atirar, tomando como base a relação de controle do adiantamento da instrução e em quantas séries, por alvo, por hora, poderão ser realizadas (é um dado prático que depende do grau de treinamento da equipe de tiro e outros fatores; como ordem de

grandeza, poderão ser tomadas 6 séries/alvo/hora, para distância reduzida e 4 séries/alvo/hora para distância real);

— escala, de véspera, os atiradores que deverão atirar em cada série e em determinado alvo, a fim de facilitar as substituições dos atiradores na ocasião do tiro;

— indica ao cabo chefe da linha de tiro o número das armas, o número de tiros, ou o número de granadas a levar para o estande;

— indica ao cabo chefe dos alvos os escantilhões e alvos a levar para o estande, se for o caso;

— leva para o estande o borrão do registro de tiro, as relações de distribuição de armamento, de adiantamento da instrução, um regulamento de tiro, uma trena e um binóculo;

— no estande, antes do tiro, fiscaliza a disposição do pessoal e material, atendendo às regras de segurança;

— antes de cada série, faz a chamada dos atiradores que irão atirar, indicando-lhes os respectivos alvos;

— durante a execução de cada série, observa e corrige a posição de cada atirador, observa o estado emotivo de cada atirador, e fiscaliza, de maneira geral, a execução das operações de pontaria;

— participa ao tenente instrutor os incidentes que não possa sanar;

— depois de cada série, à ordem de marcar do instrutor, no caso de tiro a distância reduzida, vai aos alvos, juntamente com os atiradores da série e o cabo chefe dos alvos e, auxiliado por este, passa para o borrão o resultado dos tiros;

— depois de cada jornada de tiro, fiscaliza os trabalhos de transporte de pessoal, armamento e munição para o quartel.

2 — Cabo Chefe da Linha de Tiro:

— É o auxiliar que trabalha na linha de tiro;

— Para uma jornada de tiro real, executa o seguinte:

— prepara, de véspera, o material que lhe incumbe levar para o estande;

— no dia do tiro, retira do material bélico o armamento e munição indicados pelo sargento de tiro;

— leva para o estande o armamento e munição indicados pelo sargento de tiro, cavaletes de apoio para o tiro, lonas ou esteiras para os atiradores, cabide de mosquetões, dispositivo para o controle da pontaria e os soldados que lhe couber transportar;

— no estande, antes do tiro, dispõe o material que lhe está afeto para o tiro e inspeciona o armamento, principalmente a alma e seu mecanismo da culatra;

— antes de cada série, distribui a munição aos auxiliares dos atiradores, recebendo deles os estojos vazios; auxilia o instrutor e o sargento na correção da pontaria dos atiradores;

— observa o funcionamento do armamento e cuida do material que lhe está afeto;

— após cada série, recebe os estojos vazios e os coloca nos respectivos carregadores, quando fôr o caso, e os arruma na caixa destinada à munição;

— depois do tiro, verifica se há algum dano no material, conta a munição gasta, verificando quantos cartuchos falhados, avariados ou perdidos.

3 — Cabo Chefe da Linha de Alvos:

— É o auxiliar que trabalha junto dos alvos;

— Para uma jornada de tiro real, executa o seguinte:

— prepara, de véspera, os alvos e a cola, reparando os que necessitarem de reparo;

— no dia do tiro, reúne o material indicado pelo sargento;

— leva para o estande os alvos, indicados pelo sargento, escantilhões, obores, espelhos diversos e os soldados que lhe couber para o transporte do material;

— no estande, antes do início da instrução, dispõe os alvos e todo o material que lhe está afeto;

— antes de cada série, no caso do tiro real a distância real, abriga-se

juntamente com o marcador e o reparador;

— faz a marcação do tiro à distância real;

— depois de cada série, nos tiros à distância reduzida, vai aos alvos, juntamente com o sargento e, manejando o escantilhão, auxilia-o a registrar o tiro; nos tiros à distância real, a um sinal convencional (apito por exemplo) emitido pelo instrutor, sai do abrigo e faz o registro no borrão;

— depois do tiro, transporta o material que lhe está afeto para o quartel.

4 — Soldado Reparador:

— Trabalha junto com o cabo chefe dos alvos;

— Repara os alvos, obturando, na ocasião do tiro, os orifícios dos projéteis.

5 — Soldado Marcador:

— Trabalha junto com o cabo chefe dos alvos;

— Efetua a marcação, apontando os impactos.

6 — Auxiliares dos Atiradores:

— Trabalham ao lado direito de cada atirador; são municionadores escalados entre os próprios atiradores que já tenham efetuado suas séries;

— Executam o seguinte:

— antes de cada série, recebem do cabo chefe da linha de tiro a munição necessária à série, só a fornecendo ao atirador à ordem do instrutor; coloca e ajusta o suporte de apoio para o tiro, conforme lhe pede o atirador;

— depois de cada série, restitui os estojos vazios ao cabo chefe da linha de tiro e recebe novos cartuchos.

7 — Telefonistas:

— podem usar-se telefonistas em número de dois para facilitar as ligações entre o estande e os alvos;

— são telefonistas e como tal devem trabalhar, com toda disciplina de conversação.

VII — MEDIDAS DE SEGURANÇA NO ESTANDE

Relacionamos, a seguir, uma série de medidas de segurança que convém observar a fim de evitar acidentes:

a) No estande, antes de iniciar-se o tiro, será içada uma bandeira vermelha que indica estar o mesmo em funcionamento;

b) É proibido o trânsito entre estande e alvos sem permissão do instrutor;

c) A ligação entre a linha de tiro e os alvos deve ser feita exclusivamente por meio de telefone, rádio, apito ou bandeirola;

d) Todas as comunicações entre linha de tiro e estande devem ser correspondidas com o "entendido";

e) Não são permitidas conversas em torno dos atiradores, nem gritos, mesmo com intuito de comunicação;

f) Devem ser evitadas movimentações próximo dos atiradores;

g) A munição e as armas devem estar ao abrigo do sol;

h) É expressamente proibido apontar armas fora do local a isso destinado, sendo transgressão grave apontar a arma para um companheiro, ainda que descarregada;

i) Junto dos atiradores ficarão, apenas, os elementos da equipe de tiro; os restantes atiradores permanecerão afastados de, pelo menos, dez metros;

j) Todas as armas, exceto a que está atirando, permanecem no estande, no respectivo cabide e com a culatra aberta;

k) É expressamente proibido manejar o mecanismo da culatra fora do local de tiro;

l) Todas as armas devem ser inspecionadas em sua alma e culatra pelo cabo chefe da linha de tiro;

m) O tiro e cada uma das séries só será iniciado à ordem do Instrutor;

n) A munição só será entregue ao atirador mediante ordem do Instrutor;

o) O cabo chefe dos alvos e seus auxiliares só sairão do abrigo mediante ordem ou sinal conveniado do Instrutor;

p) Ao carregar a arma, o atirador deve voltá-la para o alvo;

q) Se, durante a série, o atirador deseja repousar, deve abandonar a tecla do gatilho, travando a arma para demora maior;

r) Qualquer incidente ou acidente deve ser levado logo ao conhecimento do instrutor;

s) Depois de cada série, o atirador deixa a culatra aberta, descarregando a arma, se for o caso;

t) As presentes medidas devem ser rigorosamente observadas, sendo severamente punido o transgressor.

VIII — DOCUMENTAÇÃO

Além dos documentos prescritos pelo regulamento, incumbimos o sargento de tiro de confeccionar mais outros, não regulamentares. Pode-se julgar, à primeira vista, que estamos fazendo da burocracia um fim; porém, os documentos são facilmente escriturados e simplificarão sobremaneira a conduta da instrução e a escrituração dos mapas regulamentares.

a) Gráficos são confeccionados ao fim de cada período de instrução e têm como principal escopo dar uma idéia de conjunto rápida sobre o desenvolvimento da instrução.

— exemplo de um gráfico estatístico: (Fig. 1).

TIRO N. 1

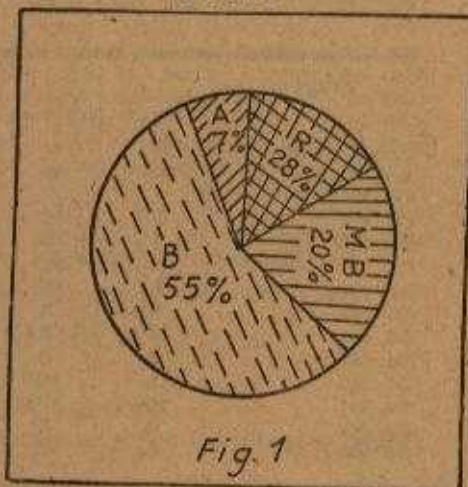
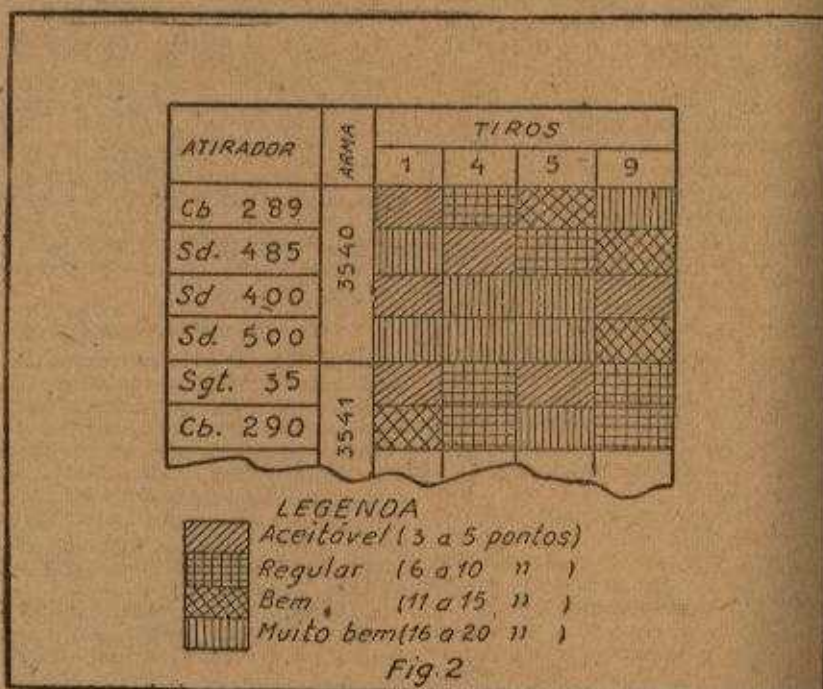


Fig. 1

— exemplo de um gráfico demonstrativo : (Fig. 2).



b) Relações não regulamentares são confeccionadas em folhas de papel quadriculado, sendo um sumário o que se leva para o es-

tado, a fim de não levar os mapas regulamentares, muito detalhados.

— exemplo de relação de controle do adiantamento da instrução :

Atirador	1	4	5	9	Observ.
Ten. Chaves	B	B	B		Licenciado
Ten. Paulo	MB	B			
Sgt. Couto	A				
Cb. 271	R	A			
Sd. 300	B	MB			
Sd. 301	B	MB			
Sd. 302	B	MB			
Sd. 303	R	A			
Sd. 304	R	B			
Sd. 305	B	R			
Sd. 306	A	MB			
Sd. 307	MB	MB			
Sd. 308	A	R			
Sd. 309	A	R			

— exemplo de relação de controle do consumo de munição :

DIA	GUERRA	FESTIM
14-IV-946	100 10 falhados 2 avariados 5 estojos perdidos	80

— exemplo de relação de distribuição do armamento :

Mosquetão	Atradores das Armas							
	Cap. Sá	Ten. Pedro	Ten. Chaves					
3335.....								
3336.....	25	41	55					
3337.....	26	42	56					
3338.....	28	43	57					
3339.....	29	44	58					
3340.....	30	45	59					
3341.....	31	46	60					
3342.....	32	47	61					
3343.....	33	48	62					
3344.....	34	49	63					
3345.....	38	50	64					
3346.....	39	51	65					
3347.....	40	54	66					

IX — CONCLUSÃO

A instrução pode ser conduzida de maneira idêntica nas subunidades de qualquer arma ou serviço, sendo necessárias, apenas, ligeiras adaptações, tendo em vista que o objetivo da instrução deverá variar. Na arma de infantaria, por exemplo, esta instrução é ainda mais importante que na artilharia e requer

adestramento mais longo e detalhado ; isto, certamente, exige execução de maior número de tiros, tanto de instrução como de combate.

Ao concluirmos, desejamos agradecer aos companheiros que tenham tido a bondade de ler este artigo. Se o que aqui está escrito lhes puder ser útil, estaremos sobrejamente recompensados !

BAZAR ORIENTE DE

PAULO IWAMOTO

AV. BANDEIRANTES, 905 — BANDEIRANTES — E. DO PARANA

QUADRANTE DE CÁLCULO TOPOGRÁFICO

Cap. de Art. PAULO AFONSO F. VIANA

I) Introdução — O quadrante de cálculo topográfico é um instrumento destinado a resolver, graficamente, radiamentos e caminhamentos. Permite rapidez maior que a da régua de cálculo, podendo ser construído com grande facilidade.

O citado instrumento veio ter-me às mãos por meio de um oficial da F.E.B., que o trouxe de uma bateria alemã. Nenhuma explicação havia no mesmo sobre sua utilização, nem tenho conhecimento dos processos topográficos alemães; entretanto, o uso que me ocorreu de seu estudo é o descrito no presente artigo.

II) Descrição — Compõe-se de um quadrante milimetrado, de

20 cm, limitado por quatro setores, em cor diferente, graduados de 50'' em 50'', correspondentes aos quadrantes trigonométricos. Um quinto setor, graduado de 10'' em 10'', permite completar o registro ou a leitura de ângulos.

Completa o instrumento um índice móvel, dotado de uma escala milimetrada, cujo zero coincide com o centro da circunferência do quadrante e de um traço de referência, para leitura de ângulos. Uma tabela, colorida de acordo com os setores, permite determinar imediatamente o sinal dos DELTA.

III) Modo de utilização — Suponhamos uma caderneta de campo com os seguintes elementos:

Est.	P. Visado	Lançam.	Dist.
	—	—	—
1	2	457	36,2
2	1	2743	—
	3	4358	42,7

A) Cálculo de ΔX e ΔY .

Façamos coincidir o índice móvel com o valor do lançamento de (1 — 2), 3457. Sobre o cursor marquemos o valor do lado 1 — 2 = 36,2. O quadrante permite a leitura imediata dos valores de ΔX_1 e ΔY_1 . Seu sinal é achado da maneira seguinte: o lançamento foi lido na escala branca; a tabela de

sinais nos dá, na mesma cor, o valor dos sinais. Assim, teremos:

$$\Delta X_1 = + 15,5$$

$$\Delta Y_1 = + 32,5$$

Idênticamente, obteremos

$$\Delta X_2 = - 38,5$$

$$\Delta Y_2 = - 18,0$$

Donde

$$\Delta X = -23,0$$

$$\Delta Y = +14,5$$

Se quisermos o lançamento e a distância entre os pontos 1 e 3, faremos passar o índice móvel pela interseção dos valores de ΔX e ΔY . O valor do lançamento será lido na escala da cor que, na tabela de sinais, corresponder aos DELTA finais. Assim, no exemplo acima, temos:

1) a distância $D = 28,0$, lida na régua;

2) na tabela de sinais encontramos para ΔX negativo e ΔY positivo, a cor vermelha, donde leremos, no setor vermelho, o lançamento desejado, $L = 5373''$.

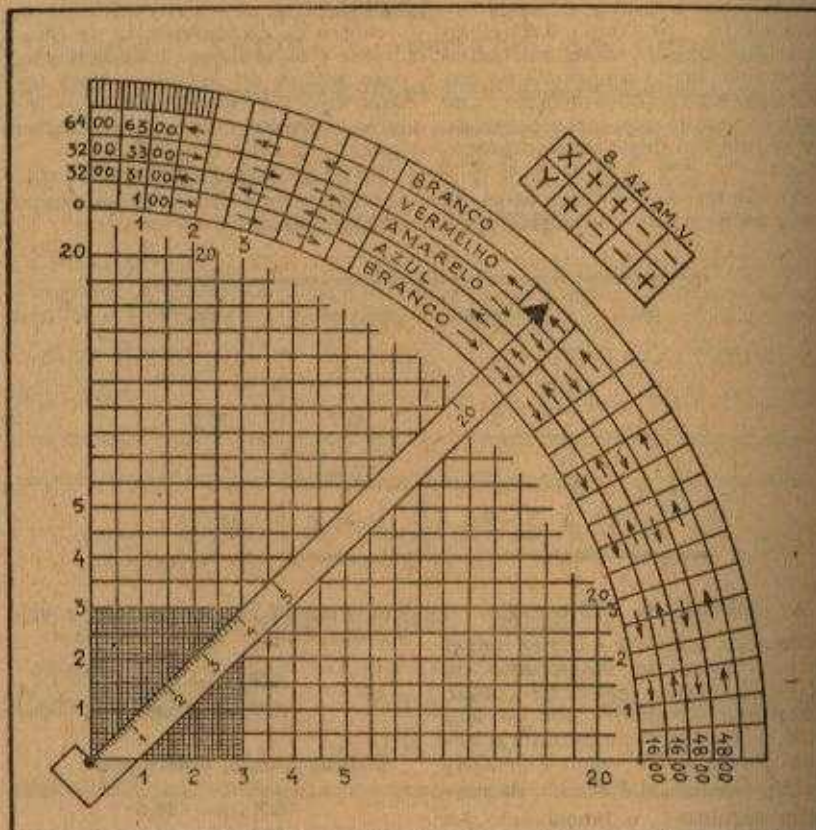
B) Cálculo de ΔZ — O quadrante não oferece suficiente precisão para este cálculo.

IV) Ligeira comparação com régua de cálculo.

O quadrante oferece uma série de vantagens sobre a régua de cálculo:

a) *rapidez* — em uma única operação, mais simples, nos dá imediatamente os valores de ΔX e ΔY sem necessidade de reduções ao primeiro quadrante. A leitura é direta, não havendo necessidade de raciocinarmos com fórmulas do tipo $m + n - 1$ e valor de linha trigonométricas, como na régua;

b) *precisão* — a precisão do quadrante é perfeitamente satisfatória para os levantamentos des-



tinados ao tiro, como veremos mais adiante. Os erros do operador são reduzidos a um mínimo, não só pela leitura direta, sem necessidade de introduzirmos os elementos citados no item anterior, como também porque as divisões são iguais em todo o instrumento, o que torna a leitura bem mais fácil do que na régua;

c) *simplicidade de operação* — a simplicidade do instrumento torna sua utilização possível com muito

menos horas de instrução que as exigidas pela régua, além de permitir seu emprego por pessoal de menor desenvolvimento intelectual, o que não é de desprezar-se em nosso meio;

d) *precisão* — para se avaliar a precisão oferecida pelo quadrante, apresentamos o quadro abaixo, extraído de um caminhamento, cujos elementos foram calculados por logaritmos, pela régua e pelo quadrante:

Elem. Calc.	Lôgar.	Régua	Quadrante
ΔX_1	- 49,3	- 49,0	- 49,0
ΔX_2	- 0,6	- 0,7	- 0,6
ΔX_3	- 10,0	- 10,6	- 10,5
ΔX_4	+ 85,6	+ 85,0	+ 85,0
ΔX	- 26,0	- 24,7	- 25,6
ΔY_1	- 10,0	- 10,6	- 10,5
ΔY_2	+ 34,0	+ 34,0	+ 34,0
ΔY_3	+ 16,6	+ 16,5	+ 16,5
ΔY_4	+ 11,1	+ 11,0	+ 11,0
ΔY	+ 51,7	+ 51,2	+ 51,0

PADARIA E CONFEITARIA REALENGO

FORNECEDORA DA E.I.E.

PRÓXIMO AO CAMPO DE INSTRUÇÃO FÍSICA

Bebidas finas nacionais e estrangeiras — Conservas alimentícias, queijos, cigarros, etc.

M. PAULINO

197, RUA BERNARDO VASCONCELOS, 197 — REALENGO
TELEFONE BANGU 218

O PELOTÃO DE MINAS

Ten. GUSTAVO LISBOA BRAGA

ESTUDO E EMPREGO DAS ARMADILHAS

O termo armadilha traduz a expressão inglesa "booby trap". Entende-se por armadilha qualquer mecanismo disfarçado, colocado em posição tal que possa ser inadvertidamente acionado pelo inimigo ou que, por meio de um dispositivo qualquer, venha a funcionar automaticamente.

O objetivo de uma armadilha é atormentar e desmoralizar o inimigo e a distinção entre uma armadilha e uma mina C.P. reside mais no seu emprego que propriamente na operação dos mecanismos. Em consequência, qualquer mina

C.P. pode ser armada como armadilha. De modo análogo, qualquer mina C.C. também pode ser usada como armadilha.

Os dispositivos detonadores para nossas minas e armadilhas, são de três tipos:

- tração
- pressão
- decompressão
- Detonador por tração:

a) É um dispositivo mecânico, destinado a ser usado com um pequeno arame de puxar, para fazer explodir minas ou cargas explosivas.

Compreende:

Detonador de Tração	Mecanismo de fogo	- Pino de desengate - Pino de segurança - Mola de carregamento - Percutor - Mola de compressão
	Base	- Encaixe - Ressalto - Espolêta de percussão - Ressalto para espolêta M8

(Vêr figura com nomenclatura).

b) O dispositivo de segurança: É constituído por dois pinos de segurança: o pino de segurança da cabeça do detonador e o pino de segurança inferior, que é propriamente o verdadeiro pino de segurança.

O pino de segurança da cabeça do detonador penetra por 2 orifícios existentes na cabeça do detonador, atravessa o pino de desengate e o imobiliza, enquanto o pino

de segurança inferior atravessa 2 orifícios existentes no tubo e se interpõe no caminho do percutor, impedindo que este vá ferir a espolêta de percussão. Previne-se desse modo um movimento accidental de tração no pino de desengate, que venha acionar o dispositivo.

c) Funcionamento: Tendo sido removidos os pinos de segurança (primeiro o pino superior e em 2º lugar o pino inferior), uma pequena tração, de um quilograma,

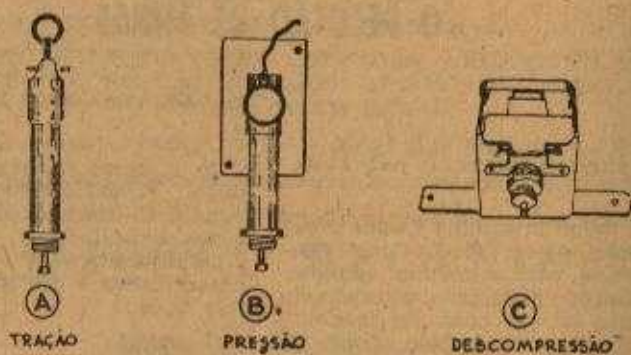


FIG. 1 DISPOSITIVOS DETONADORES REGULAMENTARES, M-1

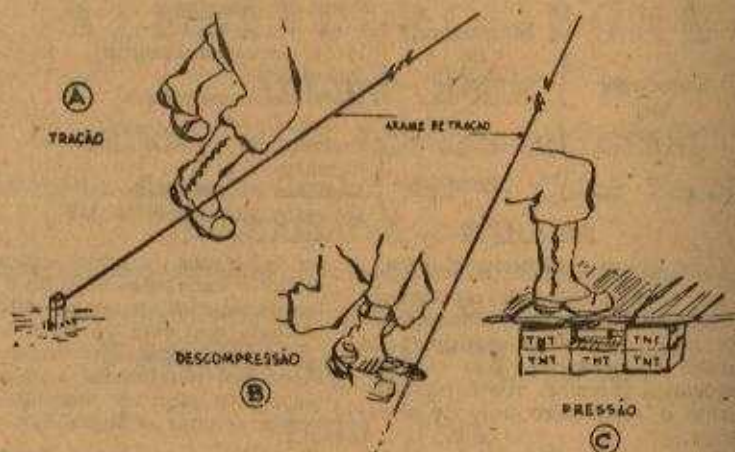


FIG. 2 LANÇAMENTO DE FOGO

no pino de desengate, ocasiona o funcionamento do engenho, na seguinte seqüência :

— vencida a pequena resistência da mola de disparo, o pino de desengate se entrosa no percutor.

— o percutor não encontrando mais resistência na sua parte superior e pela ação da mola compressora, percute violentamente a espoleta de percussão alojada no pé do detonador.

— a espoleta de percussão detona, transmitindo o fogo à espoleta comum M8.

— a espoleta comum M8 explodindo ocasiona a explosão da carga da armadilha, ou da mina se fôr o caso.

d) Verificação :

— desparafusar a base e recolocar a mesma novamente, invertendo-a ; o ressalto de adaptação da espoleta comum M8 penetra no tubo, apontando na direção da ponta do percutor ; segurar o tubo e a base numa das mãos e com a outra remover o pino de segurança superior e em seguida o inferior ; puxar o pino de desengate pelo anel da extremidade superior ; o percutor deverá movimentar-se e dar, na base invertida, uma pancada seca.

— para rearmar o dispositivo, empurrar a cabeça do percutor para trás, contra o mola de compressão, utilizando a base de um lápis, ou outro objeto semelhante ; com esse movimento, o pino de desengate deve deslizar no interior da extremidade superior do percutor e aí ficar preso ; colocar em seguida os pinos de segurança.

e) Instalação :

— preparar a carga explosiva. Esta, de qualquer tipo, deve ser detonável por uma espoleta comum M8.

Colocado o pino de segurança em posição, remover a base e então :

— Introduzir a extremidade de uma espoleta comum na base e estriá-la — operação delicada.

— recolocar a base no dispositivo.

— fixar o engenho — armadilha, mina, carga explosiva — no terreno, aproveitando os arbustos, estacas...

— instalar o arame de puxar — a ligação no anel do detonador é a última a ser feita, a fim de evitar acidentes ; — o arame não deve ficar esticado e deve estar camuflado.

— ligar o arame estendido ao pino de desengate, pelo anel existente na extremidade superior.

— concluir a operação removendo cuidadosamente os pinos de segurança : primeiro, o pino de segurança da cabeça do detonador e, em seguida, o pino de segurança inferior.

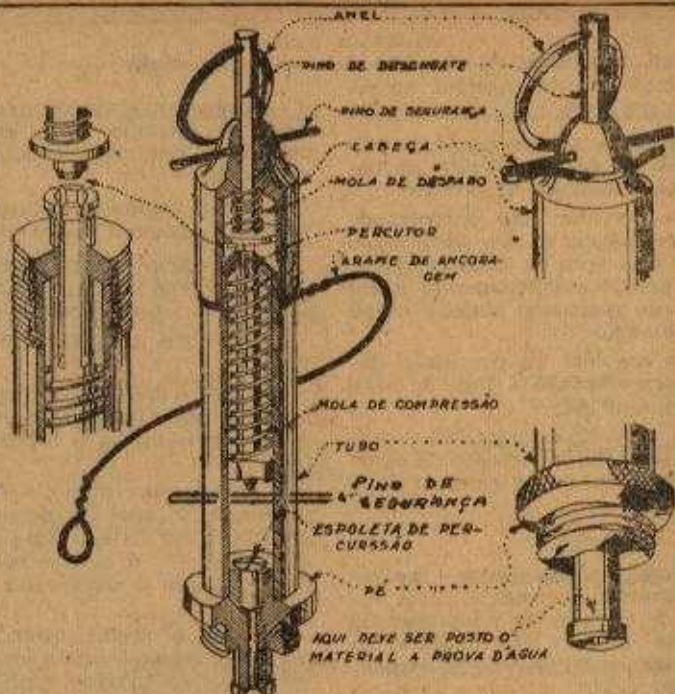
— Detonador por pressão :

a) O dispositivo detonador por pressão é um engenho mecânico, destinado a ser usado para provocar a detonação de minas, armadilhas, cargas explosivas..., quando submetido à pressão de pequeno peso — cerca de 13 quilos.

O dispositivo é montado sobre uma base metálica retangular e compõe-se de :

Detonador de Pressão	Mecanismo de fogo	Cabeça de pressão ou gatilho Mola da cabeça ou do gatilho Grampo de segurança Percutor Mola de compressão
	Base	Encaixe Ressalto ; aí está instalada a espoleta de percussão e será instalada a espoleta comum M8

(ver figura com nomenclatura).



DISPOSITIVO DETONADOR POR TRACÇÃO

MODO DE COLOCAÇÃO DA ESPOLETA COMUM.



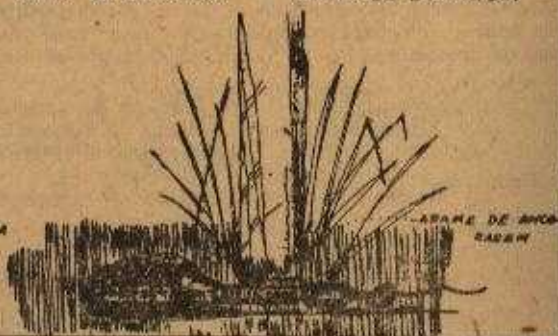
PE COM ESPOLETA COMUM ANTES DE ESTRIADA.



PE COM ESPOLETA COMUM DEPOIS DE ESTRIADA.

DISPOSITIVO LIGADO A UMA GRANA DA

FIG. 3



b) O dispositivo de segurança é constituído de um "clip" de segurança que se adapta ao redor do pino do gatilho, entre a cabeça deste e o cano. É impossível qualquer movimento do gatilho sem que este "clip" seja removido, pois o conjunto gatilho consiste de uma cabeça chata na parte superior de um pino que se prolonga em placa, a qual possui dois orifícios ligados: um, onde se encaixa a sola do eixo do percutor, na sua posição de retenção, e outro, destinado a dar passagem ao percutor, quando comprimida a cabeça do gatilho.

o qual sob a ação da sua mola, é impellido para a frente, indo ferir a espoleta de percussão. Esta, detonando, acarreta a detonação da espoleta comum M8, adaptada no pé do dispositivo e esta, por sua vez ocasiona a detonação da carga, da mina, da armadilha...

d) *Verificação*: Proceder de modo semelhante ao do dispositivo de tração.

e) *Instalação*: Na mesma sequência do dispositivo de tração, suprimindo a parte do arame de tropêço.



FIG. 4

c) *Funcionamento*: Removido o pino de segurança, uma pequena pressão na cabeça do gatilho (cerca de 13 quilos), provocando um afastamento deste para baixo de cerca de 5 mm, é suficiente para remover a resistência da mola do gatilho e causar o livramento do percutor,

— *Detonador por descompressão*:

a) O dispositivo detonador por descompressão é um mecanismo destinado a funcionar quando uma carga é removida de cima dele. O mecanismo consiste de uma peça em forma de cubo e compõe-se de:

Detonador por Descompressão	Mecanismo de fogo	Aldrava (pêso minimo 900 g). Alavanca Mola Percutor
	Base	Encaixe Ressalto Espoleta de Percussão Local de instalação da espoleta comum M8

(Ver figura com nomenclatura)

b) O dispositivo de segurança é constituído por um pino que se introduz por dois orifícios existentes no corpo do detonador e se interpõe justamente entre o per-

cutor e a espoleta detonadora, não permitindo a percussão.

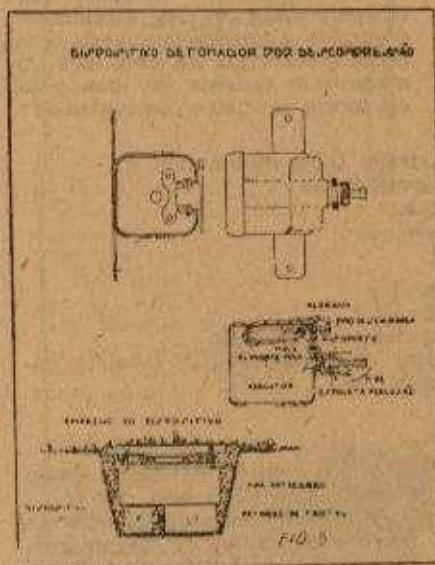
c) *Funcionamento*: Estando armado o dispositivo de descompressão, a retirada do pêso de cima da

aldrava livra automaticamente a alavanca, a qual, sob a ação da mola, desce de golpe, batendo na base do percutor, detonando então a espoleta de percussão, a qual, por sua vez, ocasiona a detonação da espoleta comum M8, e finalmente, a explosão da carga, mina, armadilha...

d) *Verificação*: Retiramos a base do detonador com a espoleta de percussão e, em seguida, procedemos do seguinte modo:

— seguramos o dispositivo numa das mãos e, com a outra, forçamos a aldrava para baixo o suficiente, removendo então o pino de segurança. Relaxamos a pressão e a alavanca deverá dar um golpe seco no percutor.

Para rearmar o dispositivo, remover a tampa para a extremidade oposta ao percutor. Com os dedos, puxar para cima a alavanca-mola, prendê-la com o gancho da aldrava e, ao mesmo tempo, abaixar a outra extremidade da aldrava, dentro do suporte. Quando o orifício da chapa da aldrava coincidir com o orifício do suporte, introduzir o pino de segurança, recolocar a tampa e aparafusar a base no corpo.



e) *Instalação*: Proceder na mesma sequência dos demais dispositivos.

EMPREGO DA GRANADA E ESPOLETA D.M.B. NOS EXERCÍCIOS DO PELOTAO DE MINAS

É comum o emprego das granadas como armadilha e esta particularidade é muito antiga e conhecida. Basta fixar a granada a um suporte — geralmente árvore, mourão de cerca, estaca,...; e passar um arame fino, preso no suporte por um prego, que prenda o capacete da granada e vá se fixar, à distância, num outro suporte — também árvore, mourão, estaca,... — Procedemos então à camuflagem da armadilha armada. Feito isso, retiramos o grampo da granada e ela não funciona porque o arame fino (arame de tropéço) está prendendo o capacete. O inimigo tropeçando no arame, o partirá e, em consequência, o capacete se libertará e a espoleta entrará em funcionamento.

Temos então uma armadilha, onde:

- a carga é a própria granada;
- o dispositivo detonador é a espoleta D.M.B.;
- o meio provocador é o arame de tropéço.

A grande desvantagem desta armadilha é o retardo da espoleta D.M.B.

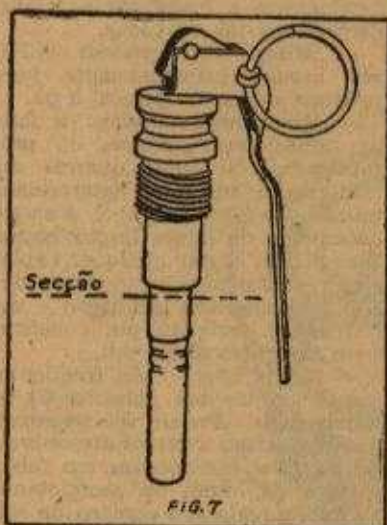
O soldado, sentindo o arame de tropéço nas pernas, tem tempo de se abrigar, pois o retardo da espoleta, varia de 5 a 6,5 segundos.

A figura n. 6, dá um exemplo nitido da armadilha exposta.

Podemos também fixar a extremidade do arame no grampo de segurança da espoleta — como mostra, também, a figura anterior, mas adiantamos que neste caso é muito comum a falha, razão pela qual não o aconselhamos.

Para outros exercícios da Cia., conseguimos sanar a inconveniência do retardo, com o seguinte artifício: Seccionamos, como mostra a figura, a espoleta na parte indicada na fig. 7.

Adaptamos, então, a essa nova espoleta, uma bomba estopim de pólvora, do tamanho que se deseja (usávamos a de 14 gramas) e do tipo usado nas festas de São João. A bomba estopim é presa à



nova espoleta, por um arame fino, na altura da rosca. Com o uso de tal artifício, terminamos com a inconveniência do retardo e ficamos em condições de realizar bons exercícios, com relativa segurança. Este

engenho muito se presta, também, para armadilhas em Viaturas, para demonstrações, pois faz um barulho razoável e não oferece perigo.

Conseguimos outro bom rendimento na instrução prática de armadilha, usando a nossa granada ofensiva, procedendo da seguinte maneira:

— fixamos no corpo da granada a extremidade de um arame (fio, cordel, barbante...) e a outra extremidade vai se prender a um ponto de apoio qualquer (árvore, estaca, cerca, mourão...). Retiramos, então, com cuidado, o grampo de segurança da granada, prendendo o capacete com a mão, sem deixar a espoleta entrar em funcionamento. Feito isto, colocamos a granada no interior de uma pequena lata — a lata de leite condensado "Moça" se presta exatamente. A granada não entrará em funcionamento, pois o capacete não se poderá libertar, por ficar imobilizado pelas paredes internas da lata, mas, será suficiente um pequeno tropeço, no arame, para a granada abandonar o interior da lata e a espoleta — com a libertação do capacete — entrar em funcionamento.

Aconselhamos o máximo cuidado na montagem da armadilha, a fim de evitar falhas; aconselhamos também, a fixar a lata no terreno, o que facilitará o funcionamento do engenho.

Poderemos usar, no lugar da granada ofensiva, a granada citada anteriormente e conseguiremos um exercício mais real, com a eliminação do retardo ocasionado pela granada ofensiva. Recomendamos, neste caso, o máximo cuidado na montagem do engenho, pois havendo um descuido, não temos os 6 segundos de retardo da granada ofensiva para procurarmos um abrigo.

No caso real, é bastante substituir a granada ofensiva por uma defensiva e teremos uma armadilha cem por cento.

Usamos, também, com bom aproveitamento, a espoleta seccionada sem retardo, para ocasionar o fun-

cionamento do fecho de iluminação, usado pelas transmissões. Esse engenho permite o lançamento de armadilhas para exercícios noturnos, as quais, ao invés de explodirem, iluminam o terreno. Também pode ser usado para a iluminação de alvos em exercícios de Tiro Real, à noite. Neste caso, fazemos funcionar o arame de tropézo, por intermédio do grampo especial — descrito no III capítulo, que ligamos a uma corda e puxamos das posições, na hora do início do tiro.

Para maior compreensão do dispositivo, damos o desenho da figura 8.

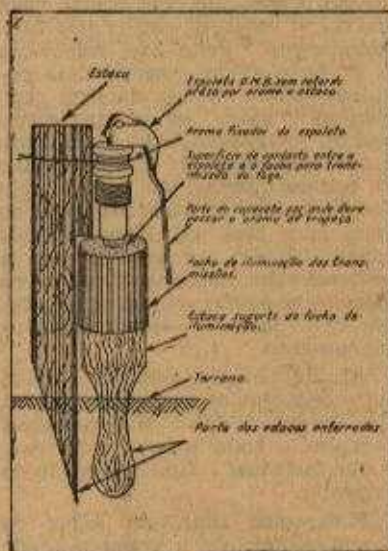


Fig. 8

ESTUDO DAS MINAS EM GERAL E DAS MINAS M1A1, M6 E M7, EM PARTICULAR

Mina terrestre é uma carga explosiva com envoltório, de forma e substância variável — metal, madeira, matéria plástica..., à qual se adapta um dispositivo detonador — ou mais de um — e que é destinada a ser acionada por viatura ou pessoal.

Uma mina geralmente se compõe de:

ACIONADOR + ESPOLETA + CARGA AUXILIAR + CARGA

O acionador: é todo mecanismo que, sob a ação exterior, acionará a carga. Com exceção dos de retardo, os acionadores recebem denominações particulares, de acordo com o tipo de ação exterior que os ativa: tração, pressão, liberação e descompressão. Ai, geralmente, é que encontramos o dispositivo de segurança — pino, garfo, parafuso, — que oferece uma segurança para quem coloca a mina.

A espoleta: (fulminato de mercúrio), produz a força efetiva capaz de fazer a detonação da carga inerte.

Carga auxiliar: (pode deixar de existir) fornece maiores garantias para detonar a carga principal, quando se deseja certeza do funcionamento da mina.

Carga (inerte), geralmente de TNT, dá o poder destruidor da mina.

No Exército, normalmente, usamos os seguintes tipos de minas:

— Minas contracarros (CC): destinam-se a imobilizar as viaturas de lagartas ou rodas.

— Minas contrapessoal (CP): são usadas principalmente para produzir baixas no pessoal a pé.

— Minas improvisadas: a falta de minas suplementares ou pré-fabricadas, ou ainda quando sua inutilização em uma determinada missão não é aconselhável, acarreta o emprego de minas improvisadas. Elas podem conter qualquer explosivo regulamentar ou improvisado. São de demorada instalação e sua retirada é perigosa, por constituírem tipos desconhecidos.

— Minas falsas: são frequentemente usadas em substituição às minas reais. Podem ser constituídas de quaisquer restos disponíveis de material e colocadas em falsos campos de minas ou completando as minas reais, em campos de minas também reais. Sua finalidade principal é retardar o inimigo, obrigando-o a perder tempo na sua investigação e retirada.

— Minas de exercício: são usadas em exercícios de treinamento. Não contém carga explosiva, sendo porém, de construção idêntica à

das minas reais. Podem ser fabricadas de modo a produzirem fumaça, quando acionadas.

A terminologia usada pelo Exército, no emprego das minas, é muito fácil e intuitiva, senão vejamos:

— Escorvar uma mina: é o ato de inserir o conjunto acionador — espoleta na carga que constitui a mina. A mina escorvada pode ser carregada na mão, porém não oferece segurança para o armazenamento ou o transporte.

— Neutralizar uma mina: é a operação inversa do escorvamento. Retiram-se da mina o acionador e a espoleta, os quais são acondicionados separadamente; só assim oferecem segurança para o transporte e armazenamento.

— Armar uma mina: é a operação de retirar todos os dispositivos de segurança dos acionadores, deixando a mina pronta para funcionar.

— Desarmar uma mina: é recolocar pinos, grampos ou outros dispositivos de segurança, de modo que a mina não possa explodir acidentalmente, pela ação de viaturas ou pessoal. Uma mina desarmada não oferece segurança sistemática para transporte e armazenamento.

— Ativar uma mina: é dotá-la de um conjunto acionador-escorva suplementar, o qual provocará uma explosão, quando a mesma for retirada. Esse artifício pode ser ligado diretamente à mina, ou a uma segunda mina ou carga auxiliar, abaixo dela.

— Arame ou cordel de tropeço, ou de tração: é um arame ou cordel ligado ao acionador principal ou suplementar, com objetivo de fazer funcionar o acionador.

— Explosão por influência ou por simpatia: é a provocada pela explosão de outra carga próxima; ou melhor, é o ato de explodir uma mina, por efeito da onda explosiva de outra. Exemplo: duas minas

MINA ANTI-TANQUE MIAI —
AMERICANA

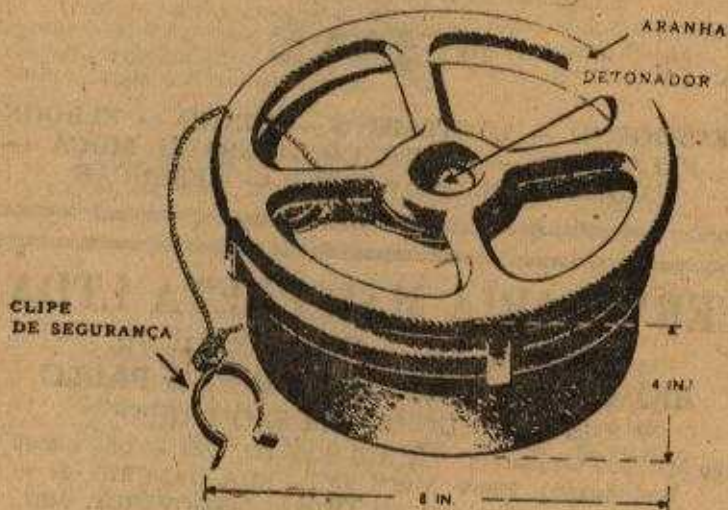


FIG. 9

CC sobre o solo, distanciadas até 2 pés (0,90 m) explodirão ao mesmo tempo, pela explosão de uma delas; quando enterradas as minas, a distância pode ser diminuída para 2 pés (0,60 m).

MINA CONTRATANQUE MIAI AMERICANA

Esta mina é o tipo-padrão americano. Pesa cerca de 11 libras, das quais 6 são de TNT. Uma pressão de 500 libras sobre o detonador ou 250 libras sobre os braços ou bordas da aranha, produz sua detonação.

Para armar a mina, remove-se a aranha e coloca-se o seu detonador no alojamento existente no seu corpo. Enganche duas presilhas laterais da aranha sob as bordas do corpo da mina e passe as outras duas presilhas através os dois recortes existentes e torça a aranha de 1/8 da circunferência.

Para colocar e enterrar a mina, remova primeiro o "clip" de segurança e coloque a mina protegida. Então coloque a mina no buraco e encha-o de maneira que a aranha fique menos de um quarto de polegada acima do terreno natural. Recoloque as leivas naturais e complete a camuflagem. Se a mina é enterrada com a aranha para baixo, a superfície superior não deverá estar mais que 1 polegada abaixo do terreno natural.

Para desarmar a mina, corte e retire o terreno sobre a mina, para descobrir o detonador. Então, se o detonador não estiver danificado, recoloque o "clip" de segurança, verifique a existência de algum "bubitraxe" e levante a mina. Se o "clip" de segurança não entrar facilmente, não force ou remova a mina com a mão. Nesse caso, amarre uma corda ou arame de 50 jardas de comprimento, arraste a mina para um lugar seguro e destrua-a com explosivo.

Ciência e Experiência a Serviço da Pediatria



NESTOGENO — LACTOGENO — NINHO — ELEDON
— PELARGON — LEITE CONDENSADO MOÇA —
FARINHA LÁCTEA NESTLÉ — NESSUCAR

CERVEJARIA MÃE PRETA LTDA.

Telefone, 509 — Caixa Postal, 70

RIO CLARO — ESTADO DE SÃO PAULO

DISTRIBUIDORES EM SÃO PAULO

João Machado Guimarães — R. RIO BONITO, 1743 — Tel., 9-4866

Distribuidora Monte Alto Ltda. — RUA DANÚBIO, 34

Reynaldo Mansani — RUA CARDEAL ARCOVERDE, 2407

EM SANTOS

Manoel Rodrigues Rebola — RUA CAIUBI, 42



A BOLÍVIA, UMA EXPERIÊNCIA GEOPOLÍTICA

Alguns elementos da Geopolítica do "pivotal" sul-americano

ALFREDO A. KOLLIKER FREIRE

Traduzido da "Revista Militar", do Circulo Militar da República Argentina, Vol. 92 — 3 e 4, pelo General ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO

Assim como o Norte da África pertence mais ao Mediterrâneo europeu do que à região equatorial que está além do Sahara, devemos incluir a Venezuela e a Colômbia no Mediterrâneo americano. Estes dois países estão separados da América do Sul, propriamente dita, pela impenetrável floresta do Amazonas e por serranias que não são cortadas por nenhum rio que corra na direção dos meridianos. Sem prejuízo da estrada pan-americana, que não modificará substancialmente o problema, constitui a parte meridional da América Austral uma "ilha" excêntrica, a que só se pode chegar por mar ou pelo ar. O centro geográfico e o nó das comunicações desta região sulina é o altiplano boliviano, verdadeiro Tibet da América. Tanto o seu valor político-econômico, como a

sua posição geoviária, a fazem objeto das solicitações das nações lideiras.

Para a Argentina, é a única rota terrestre de comunicações com o Peru e é, também, uma brecha no cerco chileno-brasileiro. Para estes é a ponte por onde poderiam realizar a sua união e é a barreira que separa Lima de Buenos Aires. A importância estratégica da Bolívia, verdadeira região "pivotal" da América do Sul, vem da circunstância de estar situada na retaguarda de todos os seus vizinhos. Cabe acrescentar a isso a imensa riqueza deste país "pobre", cuja atual produção mineral (predominantemente estanho), assim como seus fabulosos bens potenciais em petróleo e ferro, para só citar os mais importantes, o convertem em objeto da cobiça alienígena.

Como já dissera Derwent Whitlesey, em sua conhecida "Geografia Política": "A desgraça da Bolívia consiste em que, dependendo do comércio exterior, a única região de trânsito para o oceano está pontilhada de jazidas minerais valiosas, que puderam ser dominadas mais rapidamente pelo mar do que pelo planalto interior". Ao analisar, em sua "Geografia e Política", a guerra civil chilena de 1891, que teve por cenário estas mesmas regiões onde as comunicações são muito mais marítimas que terrestres, exclama Gonzalo de Reparaz: "Ai daquelas raças nécias que pretendem da terra governar o mar, porque nada dominarão!" A Bolívia não compreendeu, a tempo, que "grandes riquezas minerais são o maior perigo para os estados política e militarmente fracos, pois facilmente atraem os conquistadores estrangeiros". (Henning y Korholz in "Introdução à Geopolítica"). Sua falta de preparação lhe custou a perda do litoral.

Havendo se convertido em um país mediterrâneo, após a Guerra do Pacífico — também chamada acertadamente "Guerra do Salitre", a Bolívia depende, para seu comércio externo, dos vizinhos que dominam suas vias de acesso (importa 75 % dos artigos de primeira necessidade que consome). Sabemos que todos os países que a rodeiam, com exceção do Paraguai, a excedem em potencial. A intenção da Bolívia de abrir um amplo respiradouro, seguindo pela linha de menor resistência, fracassou, pois não conseguiu instalar-se no baixo Paraguai. A propósito, é interessante apontar a circunstância de que, para atingir o rio Paraguai, à altura da república guarani, é mister atravessar a vasta região do Chaco, autêntica barreira, completamente intransitável, enquanto que, ao Norte de Coimbra, a fronteira boliviana se acha separada da via fluvial por uma faixa de território brasileiro de apenas 6 Km de largura. Por essa região avança

hoje a ferrovia construída pelos brasileiros, em demanda do Altiplano. O pórtico de território estrangeiro, que se interpõe entre Porto Suarez e o rio Paraguai, cruzado pelo canal Tamengo, de uns 13 a 14 Km de extensão, que, com a devida permissão brasileira, poderia se converter na desejada saída fluvial para o sistema do Prata (1). Por enquanto não se pensou nêlo, pelo fato de que o encasso tráfego de gêneros não justificaria a manutenção de um permanente e oneroso serviço de dragagem do canal.

Mais ao Sul, sobre o paralelo 20, possui a Bolívia um estreito corredor de uns 12 Km de largura, — seu único acesso ao rio Paraguai que é, nesse trecho, francamente navegável. Essa passagem, denominada "Manuel Céspedes", está colocada em uma zona afastada, pantanosa, exigindo também custasíssimas obras que, no momento, prestariam pouca ou nenhuma utilidade. Nem sempre coincidem os postulados do nacionalismo político com as verdadeiras necessidades geográficas do país.

O Chile construiu uma estrada de ferro para Arica e concedeu um porto livre nessa cidade, em benefício do Altiplano, como estipulava o tratado de paz de 1904. Por essa via, a mais curta (450 Km), importa-se na Bolívia cerca de 75 % da carga bruta que a mesma importa.

As outras ferrovias são: a que unindo-se em UYUNI com o "peruano" (Buenos Aires-Lima) termina no ex-porto boliviano Antofagasta, capital da província chilena homônima, por onde escoam 70 % da produção mineral e a que conduz, através do lago Titicaca, aos portos peruanos de Mollendo e Matarani. A ferrovia peruana tem o inconveniente do duplo transporte no Titicaca. Como está projetado, algum dia as ferrovias bolivianas e peruana se unirão diretamente. Dada a falta de proteção do porto de Mollendo, o governo de Lima construiu o excelente

(1) O rio Paraguai é navegável, nesse local, durante a maior parte do ano, por embarcações de pequeno calado. (N.A.).

pôrto de Matarani, para uso da Bolívia.

A Argentina e o Brasil, os dois poderosos vizinhos da parte oriental do Altiplano, travaram uma verdadeira competição ferroviária para atraírem os produtos bolivianos para o Atlântico. A interessante e difundida obra do brasileiro Mário Travassos — "Projeção Continental do Brasil" — de cuja primeira edição já se passam vinte anos, analisa, com precisão e clareza, esta apaixonante disputa geoviária. O fraternal gesto de Vargas, que, em 1943, ofereceu à Bolívia um pôrto franco em Santos, foi seguido por Perón, em 1949, pondo à disposição do altiplano uma zona franca no rio Paraguai. A Argentina ainda leva vantagem nesta luta, embora esteja próxima a ser deslocada pelo Brasil. No entanto, a ferrovia argentina é a única que liga a altiplanicie ao Atlântico, unindo-se, em La Quiaca, com a longitudinal boliviana, cujo trecho Villazón — Atocha foi construído por nós (argentinos).

Na corrida que os argentinos iniciaram em Yacuiba e os brasileiros no rio Paraguai (Corumbá) para alcançarem Santa Cruz de la Sierra, situada no extremo oriental da Cordilheira de Leste e um pouco ao norte do "divortium aquarum" entre o Amazonas (Beni) e o Rio da Prata (Chaco), levam os segundos considerável vantagem. O trilho argentino está a 500 Km, em linha reta, de Santa Cruz e os trabalhos estão paralisados; o trilho brasileiro, no entanto, está a apenas 210 Km, em linha reta, dessa cidade. O trecho ferroviário que completará a estrada de rodagem de Cochabamba (ligada à ferrovia do altiplano) e Santa Cruz, alcança, por enquanto, uma extensão de 120 Km sobre um total de 635 Km.

A imensa região nordeste boliviana (Beni), que compreende aproximadamente a metade do território nacional, faz parte integrante do anfiteatro amazônico. Os rios Guaporé, Mamoré, Beni e Madre de Dios, todos afluentes do Madeira, drenam a produção tro-

pical das margens do Mamoré e a subtropical dos vales orientais para a calha do Amazonas, que a entrega ao Atlântico, na linha do Equador. Os brasileiros, em virtude do tratado de paz de Petrópolis (1903), construíram, no interior do "inferno verde", uma estrada de ferro de Guajará-mirim (Rio Guaporé) a Pôrto Velho (Rio Madeira), com o objetivo de vencer as corredeiras do Madeira; tal obra foi realizada com um dispêndio de vidas e de dinheiro só comparável à celebre ferrovia de São Petersburgo a Arkhangel ou à primeira excavação do canal do Panamá por Lesseps. O caminho Santa Cruz — Cuatro Ojos, pôrto provisório no Rio Pirai, afluente navegável do Mamoré, mencionado por Mário Travassos (op. cit.) foi destruído pela selva que, rapidamente, recobrou seus domínios. Projeta-se estender até esta região (pôrto Grether sobre o Ichilo, outro tributário navegável do Mamoré) um ramal da ferrovia de Cochabamba a Santa Cruz.

Se os brasileiros chegassem a construir a via férrea de Santa Cruz a Guajará-mirim, como estipula um tratado de 1928, poder-se-ia levar mercadorias (borrachá) pelo trilho até Pôrto Velho, de onde seguiriam viagem por via fluvial.

Finalmente traçou-se uma estrada que, transpondo a cordilheira oriental, une La Paz a Yungas, sobre o rio Beni, num esforço para dar saída à produção da altiplanicie para o Amazonas. A ferrovia correspondente, partindo de La Paz, avançou, por enquanto, uns 54 Km para leste, transpondo os Andes orientais. A aquavia do Amazonas, (capaz de atender a 3/5 do território boliviano, mais barata que a ferrovia para Santos e mais curta e econômica que a saída por Buenos Aires), está chamada a desempenhar um importante papel na economia do Alto Peru, especialmente quando se eliminar ou reduzir o grande número de custosos transbordos. A contradição desta calha, aberta para o Atlântico Norte, está em que o único mercado local para todos os produtos tropicais do Beni,

especialmente a borracha, é a Argentina, situada em sentido oposto.

Tão logo esteja completada a rede rodoviária, ferroviária e fluvial com que os dois "colossos do Atlântico" abordam o Altiplano, correrá este sério perigo de converter-se numa segunda Pérsia, em consequência da mediatização econômica (2) de extensas regiões de seu território nacional. Recorde-mos que o Irã esteve dividido, antes da 1ª guerra mundial, em três partes: — a do norte — zona de influência russa; a do sul, região de penetração inglesa e a central, onde se permitia aos infelizes persas serem apenas persas. A falta de comunicações internas agrava o perigo assinalado e conspira, não só contra a unidade nacional, como, também, contra a distribuição adequada de sua produção agro-pecuária, fato que obriga a Bolívia a depender das importações desses produtos.

Toda a região noroeste é tributária das vias de comunicações do Brasil, não obstante os trilhos argentinos da Puna (3) que, segundo Mário Travassos, "representam, frente às cabeças dos vales do Mamoré, Beni e Madre de Dios (Amazônia), decisiva barreira econômica, verdadeira calha coletora em favor do Prata". A ferrovia brasileira de Puerto Suarez a Santa Cruz, uma vez completado o trecho Santa Cruz — Cochabamba, converter-se-á em uma transcontinental que ligará Arica a Santos, sugando para o Brasil, não só a produção do Este boliviano, como também a do próprio Altiplano. A Argentina, que tem feito meritórios esforços para ligar-se pela ferrovia com o Alto Peru, vê-se, de um modo geral, favorecida pela conformação orográfica dos Andes, cujas cadeias principais correm na direção dos meridianos. A Bolívia importa, como consequência da falta de comunicações internas, 80 % de trigo e 70 a 80 % da carne

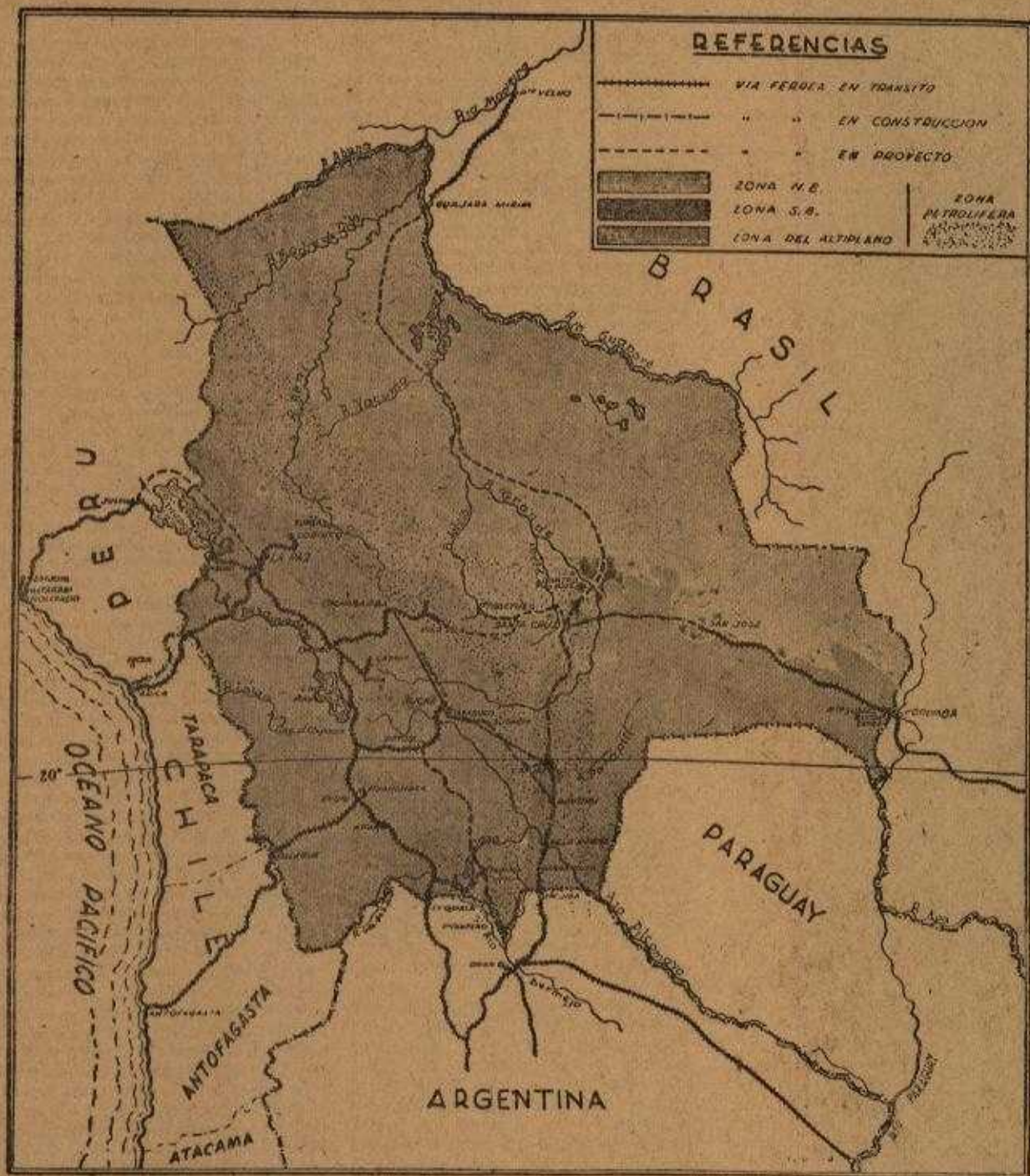
que consome, apesar do Altiplano ter tudo dentro de suas fronteiras nacionais. Embora a carne seja exclusivamente fornecida pela Argentina, só lhe compra o trigo em época de guerra, preferindo normalmente o cereal americano ou canadense. Pelas razões acima expostas, goza ainda a Argentina de certa preponderância na região servida por seus trilhos.

A competição com o Brasil, na Puna e nas regiões oriental e sudeste, é de resultados incertos. O transcontinental brasileiro e as ferrovias argentinas disputar-se-ão as cargas do planalto boliviano que não se dirijam para o Pacífico; bem como o frete do triângulo sudeste, cujo vértice é Santa Cruz. O transcontinental, sem dúvida, é, para os brasileiros, uma perigosa arma de dois gumes, porque grande parte da carga por ele carregada pode ser transbordada para barcos fluviais, utilizando a aquavia do Paraguai, infinitamente mais barata que a ferrovia, sempre que esta não goze de auxílios governamentais extraordinários. Desta maneira, a Argentina poderá compensar a sobrecarga do frete marítimo ocasionado pela má situação relativa das bocas do Prata (Santa Cruz — Yacuiba — Buenos Aires: 2.700 Km; Buenos Aires — Santos: 1.600 Km; total 4.300 Km. Santa Cruz — Santos: 2.600 Km).

Se, algum dia, a Argentina conseguir realizar o projeto de canalização do rio Bermejo e de conceder à Bolívia um porto livre sobre o Paraguai, poderão combinar vantajosamente esta aquavia com a ferrovia Yacuiba a Santa Cruz. Todavia, a realização deste projeto é ainda muito remota. O interessante projeto do engenheiro argentino José Palácio, recentemente apresentado, para construir um canal navegável através das províncias de Salta, Jujuy, Tucumán, Santiago del Estero, Córdoba e Santa Fé e os territórios do Chaco

(2) Ato ou efeito de privar o governo de um Estado do seu poder econômico, que passa para outro Estado, porém, conservando aquele a soberania nominal (N.T.).

(3) Região alta, próxima da Cordilheira dos Andes. (N.T.).



e Formosa, utilizando as águas dos rios Bermejo e Pilcomayo, não tem perspectivas de ser aprovado pela Bolívia, que necessita das águas deste rio para irrigar uma extensa região do deserto do Chaco.

Toda a penetração geoviária tem um fim imperialista, de acordo com uma sentença do grande economista alemão do século passado Friedrich List: — "Aquêle que tem em suas mãos os meios de tráfego de um país, tem também o próprio país". Por isso, compreende-se que os governos de La Paz considerem prudente não se inclinarem por nenhum vizinho específico, mas sim animar apenas a livre emulação de todos, desejando, como "desideratum" ideal, a obtenção de uma saída própria para o Pacífico, ou, na sua falta, um bom acesso ao Rio Paraguai. Não obstante, procuraram seus vizinhos, com maior ou menor êxito, aproveitar-se do ensejo da presença de algum governo particularmente amigo no "Palácio Quemado" para obterem concessões exclusivistas.

Assim, pelo tratado de 25 de fevereiro de 1938, em troca de um empréstimo de 750.000 dólares, conseguiu o Brasil o direito de participar da exploração de todas as jazidas petrolíferas ao norte do rio Parapiti, ou seja ao norte do paralelo de 20°. Cabe lembrar aqui, que, de acordo com os geólogos, existe um lençol petrolífero em potencial, que se prolonga como continuação das anticlinais de Salta e Jujuy e das jazidas de Camiri e Sanandita, ao longo de toda a cordilheira oriental até o Peru. Estas jazidas seriam das mais ricas do globo terrestre. A zona reservada ao Brasil compreende 3/4 partes do lençol em questão.

A Argentina, por sua vez, construirá um oleoduto de Oran a Sanandita, situada nas proximidades da fronteira. A Bolívia amortizará, em petróleo, as somas que deve a Buenos Aires pela construção das ferrovias de Yacuiba a Santa Cruz e de Sucre a Boyubí (esta última, atualmente em construção, foi projetada para suprir de combustível líquido o Altiplano; havendo-se

estendido, no entanto, o oleoduto de Camiri a Sucre e Cochabamba, carece de finalidade). Além disso, a República do Prata prometeu sua ajuda financeira para intensificar a exploração petrolífera de Sanandita. O Palácio San Martín tratou de obter vantagens decisivas por meio de um tratado de união aduaneira, que consultava, não obstante, todos os interesses do Altiplano. Apesar de haver sido ratificado por ambos os parlamentos, houve forças ocultas que paralisaram seu mecanismo, se bem devamos admitir, em honra à verdade, que também contribuiu para isso o exgotamento prematuro das divisas em poder de Buenos Aires e outros fatores inerentes à situação econômica do país.

A Bolívia está empenhada em equilibrar a sua balança comercial com a Argentina, tradicionalmente negativa, em virtude da importação não compensada de produtos alimentícios. A conhecida tese, sustentada pelos próprios bolivianos, de que as economias de ambos os países são complementares, é de uma realidade incontestável. Já na época da Colônia, foi o irremediável contrabando com Buenos Aires que obrigou Carlos III a incluir o Alto Peru no Vive-reinado do Rio da Prata. A exploração dos minérios de Mutún, cerro situado um pouco ao sul de Puerto Suarez, sobre a fronteira brasileira interessa de perto à Argentina. Estes fabulosos depósitos de ferro e manganês só podem ser comparados com os que o Brasil possui. Nosso país, paupérrimo em ferro e carvão para a sua indústria siderúrgica, contaria, por estimativa, com 150.000.000.000 de toneladas de ferro e 50.000.000.000 de toneladas de manganês, que se contrapõem às reservas ferríferas do resto do globo (exceto o Brasil), as quais não excedem 42.000.000.000 de toneladas. O ferro fundido, elaborado nos altos fornos de Mutún com carvão de lenha da região, poderia ser transportado, por via fluvial, até às grandes acearias do Exército argentino em San Nicolás. Por outro lado, as 6.000 toneladas

de borracha que o Beni produz cobririam 60 % do consumo argentino (é provável que, uma vez mais, os Estados Unidos consigam assegurar a exclusividade da produção gomífera boliviana, na presente emergência internacional, como já o fizeram na guerra passada). Já assinalamos que os produtos tropicais do oriente boliviano têm, na Argentina, seu único consumidor local, especialmente no Noroeste. A limitação de espaço não nos permite analisar, mais a fundo, a notável integração da economia da Argentina com a Bolívia, que, de um modo geral, faz concorrência às de seus outros vizinhos.

O Chile, que conseguiu, em outra época, a zona salitreira que lhe interessava, possui, hoje, importantes interesses nos minérios da zona fronteiriça do Altiplano, especialmente no rumo sudoeste, lindero com a Argentina, na região denominada "Los Lipéz", reputada como a de maior riqueza mineralógica (estanho, wolfrâmio, chumbo, zinco e prata).

Isto pôsto, adquire transcendental importância a sensacional notícia de uma negociação chileno-boliviana, capaz de modificar radicalmente o equilíbrio de forças na altiplanicie, senão mesmo em toda a região que antes definimos como América do Sul propriamente dita. Trata-se da proposta chilena de conceder uma saída ao Altiplano, na forma de um corredor de 7 Km de largura, que correria ao longo da fronteira peruano-chilena, indo terminar numa praia entre a cidade chilena de Arica e a peruana de Tacna. Em troca desse corredor se concederiam ao Chile certos privilégios em "Los Lipéz" e o direito de desviar para a sua fronteira e aproveitar as águas dos lagos Titicaca, Poopó e Coipasa e bem assim as dos rios Desaguadero, Lauca, Maure e outros.

Convém analisar essa proposta feita por um país que durante 3/4 de século, se opôs terminantemente em reconhecer o direito boliviano a uma saída para o oceano. Um estudo do terreno, realizado pela revista chilena "VEA",

demonstra que a construção de uma ferrovia, nesse corredor de 7 Km, é absolutamente impossível, dada a topografia da região. Não menos teórica é a construção de um pôrto na praia que se daria à Bolívia, por ser a mesma totalmente desabrigada, carecendo de uma proteção natural como a que oferece o célebre Morro à vizinha cidade de Arica. Por outro lado, nesse local, os arrebatamentos das ondas se iniciam a cerca de 500 metros da praia, tornando esta inabordável. O projeto em questão, que conta com o beneplácito do governo americano, que emprestaria o dinheiro para as obras a executar, seria extraordinariamente dispendioso, não guardando nenhuma relação com a renda nacional do Altiplano, pois o orçamento da Bolívia oscila em torno de apenas 12 milhões de dólares. Sua dívida contraída com os Estados Unidos eleva-se já a 150 milhões de dólares, podendo-se concluir, desde logo, que, ainda que a Bolívia aceitasse o projeto, continuaria a ferrovia de Arica, por muitos anos ainda, senão para sempre, a saída principal para o Oceano Pacífico. A parte mais realística do projeto em aprêço e que deve ter levado Santiago a afastar-se de sua tradicional política em relação à Bolívia, foi certamente o aproveitamento das águas a que nos referimos acima. Extraindo do Titicaca, cuja superfície é de 8.500 Km², 100 metros cúbicos por segundo, o seu nível baixaria apenas uns 3 centímetros, podendo, em troca, irrigar, no litoral desértico do Chile (províncias de Tarapacá, Antofagasta e Atacama), cerca de 200.000 hectares de terras atualmente desabitadas. Como o referido lago se acha a 3.800 metros de altitude, podem-se aproveitar quedas d'água sucessivas, num total de 2.500 metros. Com isto poder-se-ia produzir 3 milhões de HP de energia hidrelétrica. Estes algarismos não consideram o caudal aproveitável dos rios e demais lagos. A título de comparação, assinalaremos que a Argentina obtém um total de 1.780.000 HP de energia térmica e hidrelétrica. As pro-

víncias do Chile converter-se-iam em uma riquíssima região produtora de tipo subtropical. Somente em algodão e seus derivados obter-se-iam 120 milhões de dólares. Os 3 milhões de HP, se tivessem que ser gerados em usinas térmicas, representariam 50 milhões de dólares de carvão. O custo de produção do salitre, seriamente ameaçado pelo sintético, baixaria consideravelmente; o mesmo aconteceria com o cobre. Com as matérias-primas locais poder-se-ia dar vida à mais importante indústria química do mundo, produzindo-se ácido sulfúrico, soda cáustica, etc. Atualmente, funcionam, nessa região, importantes estabelecimentos pertencentes aos grandes grupos financeiros norte-americanos Guggenheim (Electric Bond), Standart Oil, United Steel e outros.

É evidente que tanto a agricultura como a indústria eletrificada alimentariam uma abundante população que se pode calcular em milhões, revitalizando uma vez mais, — como depois da guerra do Pacífico —, mas desta vez de maneira definitiva, o declinante potencial demográfico e econômico do Chile. Se obtivesse simultaneamente o auxílio de capitais estrangeiros, o Chile adquiriria uma influência econômica incontestável no Altiplano, liberando da gravitação brasileira o nordeste e oriente boliviano e limitando a influência argentina o extremo sudoeste do país (vertente Este da Cordilheira Oriental e o Grã Chaco até o paralelo 20°).

Provoca certa inquietação a situação que esboçamos, se compararmos os antecedentes da Argentina em relação com os demais vizinhos importantes da Bolívia. Aquela submeteu-se, talvez penalizada, mas sem protesto, ante a vontade secessionista do Alto Peru, renunciando por atos posteriores, à província de Tarija e ao curso do Bermejo, atitude que tem sido confirmada por sua invariável conduta de desprendimento observada em todas as questões de limites com terceiras potências. Estas, em tro-

ca, arrancaram-lhe províncias inteiras, aquém e além dos Andes.

É óbvio que a proposta feita por "La Moneda" é muito unilateral. A opinião pública boliviana, por outro lado, não terá esquecido que um condomínio semelhante, concedido pelo presidente boliviano Melgarejo, sobre as riquezas minerais do litoral, converteu-se num verdadeiro cavalo de Tróia, culminando na perda total dessa região. Só há um caminho para tornar politicamente viável este projeto, não só para a Bolívia, como também para certos vizinhos interessados no equilíbrio político das regiões e esse caminho é a união econômica, se não política, dos países andinos ao sul do Equador.

A Bolívia, criação arbitrária do Marechal Sucre, mutilada na única região que lhe daria autonomia geográfica — o Altiplano com sua costa no Pacífico — constitui um exemplo integral dos perigos que acarretam a desobediência aos ditames da Geografia, na construção de Estados. Apesar de sua área ter se reduzido a quase a metade da que lhe legara o Marechal de Ayacucho, em seu testamento, as fronteiras naturais dos países mais importantes da América do Sul passam dentro do território boliviano, no dizer do ex-presidente Frederico Avila. A Bolívia é requestada por forças superiores, pois que duas de suas unidades geográficas (bacias do Amazonas e do Prata) estão submetidas à ação centrífuga das regiões vizinhas e a terceira, o Altiplano, está artificialmente separada do mar.

Sua total dependência do estrangeiro impede que possa fortificar sua posição internacional. Vive, como muitos países latino-americanos, da venda de um só produto, no caso o estanho, cujo preço é fixado pelos dois grandes compradores de ultramar. Sua população urbana depende, por outro lado, para sua subsistência, da importação de produtos alimentícios que, em qualquer oportunidade, lhe podem ser negados. O antigo "Collasuyo" da época pré-colombiana, notável foco de instabilidade na geografia poli-

víncias do Chile converter-se-iam em uma riquíssima região produtora de tipo subtropical. Somente em algodão e seus derivados obter-se-iam 120 milhões de dólares. Os 3 milhões de HP, se tivessem que ser gerados em usinas térmicas, representariam 50 milhões de dólares de carvão. O custo de produção do salitre, seriamente ameaçado pelo sintético, baixaria consideravelmente; o mesmo aconteceria com o cobre. Com as matérias-primas locais poder-se-ia dar vida à mais importante indústria química do mundo, produzindo-se ácido sulfúrico, soda cáustica, etc. Atualmente, funcionam, nessa região, importantes estabelecimentos pertencentes aos grandes grupos financeiros norte-americanos Guggenheim (Electric Bond), Standart Oil, United Steel e outros.

É evidente que tanto a agricultura como a indústria eletrificada alimentariam uma abundante população que se pode calcular em milhões, revitalizando uma vez mais, — como depois da guerra do Pacífico —, mas desta vez de maneira definitiva, o declinante potencial demográfico e econômico do Chile. Se obtivesse simultaneamente o auxílio de capitais estrangeiros, o Chile adquiriria uma influência econômica incontratável no Altiplano, liberando da gravitação brasileira o nordeste e oriente boliviano e limitando à influência argentina o extremo sudoeste do país (vertente Este da Cordilheira Oriental e o Grã Chaco até o paralelo 20°).

Provoca certa inquietação a situação que esboçamos, se compararmos os antecedentes da Argentina em relação com os demais vizinhos importantes da Bolívia. Aquela submeteu-se, talvez penalizada, mas sem protesto, ante a vontade secessionista do Alto Peru, renunciando por atos posteriores, à província de Tarija e ao curso do Bermejo, atitude que tem sido confirmada por sua invariável conduta de desprendimento observada em todas as questões de limites com terceiras potências. Estas, em tro-

ca, arrancaram-lhe províncias inteiras, aquém e além dos Andes.

É óbvio que a proposta feita por "La Moneda" é muito unilateral. A opinião pública boliviana, por outro lado, não terá esquecido que um condomínio semelhante, concedido pelo presidente boliviano Melgarejo, sobre as riquezas minerais do litoral, converteu-se num verdadeiro cavalo de Tróia, culminando na perda total dessa região. Só há um caminho para tornar politicamente viável este projeto, não só para a Bolívia, como também para certos vizinhos interessados no equilíbrio político das regiões e esse caminho é a união econômica, se não política, dos países andinos ao sul do Equador.

A Bolívia, criação arbitrária do Marechal Sucre, mutilada na única região que lhe daria autonomia geográfica — o Altiplano com sua costa no Pacífico — constitui um exemplo integral dos perigos que acarretam a desobediência aos ditames da Geografia, na construção de Estados. Apesar de sua área ter-se reduzido a quase a metade da que lhe legara o Marechal de Ayacucho, em seu testamento, as fronteiras naturais dos países mais importantes da América do Sul passam dentro do território boliviano, no dizer do ex-presidente Frederico Ávila. A Bolívia é requestada por forças superiores, pois que duas de suas unidades geográficas (bacias do Amazonas e do Prata) estão submetidas à ação centrífuga das regiões vizinhas e a terceira, o Altiplano, está artificialmente separada do mar.

Sua total dependência do estrangeiro impede que possa fortalecer sua posição internacional. Vive, como muitos países latino-americanos, da venda de um só produto, no caso o estanho, cujo preço é fixado pelos dois grandes compradores de ultramar. Sua população urbana depende, por outro lado, para sua subsistência, da importação de produtos alimentícios que, em qualquer oportunidade, lhe podem ser negados. O antigo "Collasuyo" da época pré-colombiana, notável foco de instabilidade na geografia poli-

tica da América Meridional, só poderá evitar sua desintegração mediante uma hábil política exterior. Neste aspecto só há três alternativas: confiar na segurança coletiva proporcionada pelo sistema continental interamericano e pelas Nações Unidas; chegar a um entendimento com alguma potência local ou tratar de manter o equilíbrio e a compensação recíproca entre os seus vizinhos.

A segurança coletiva fracassou mais de uma vez, conforme tem

demonstrado a história contemporânea. O equilíbrio entre os vizinhos pode converter-se, facilmente, em um entendimento à custa do Altiplano. Só resta, em definitivo, a possibilidade de conjugar suas conveniências com alguma forte potência regional. Para que este entendimento seja estável, deve basear-se, de sua parte, na orientação traçada pelo determinismo geográfico-econômico. Mais uma vez é a Geografia que se impõe.

Indústria de Laticínios «Seridó»

J. V. DE MORAES



ESCRITÓRIO E DEPÓSITO

Rua Direita, 132

RECIFE — PERNAMBUCO



FÁBRICA

São Bento do Una — Pernambuco

"AUMENTOU" NOSSA ESQUADRA

(ANEDOTÁRIO DA FEB)

Oferta da CASA NENO

Um dos grupos de Artilharia encontrava-se na frente, e não havia sofrido o "batismo de fogo". O Cap. J. A. S. M., Cmt. Bia., ordenara a confecção dos abrigos individuais, porém, os pracinhas raciocinavam assim: "Deus é brasileiro... Artilharia fica longe... Este Capitão está muito "Caxias" — e os "fox-holes" só tinham o nome e um palmo de profundidade.

Quando o tedesco localizou a posição, esperou o almoço e deu uma salva sobre os incautos. Foi um corre-corre danado, e nesta mesma tarde, ninguém pensava senão em cavar buracos, no que se excederam a ponto dos abrigos chegarem a ter quase dois metros. Voltou a calma, por dias, e neste meio-tempo choveu, choveu tanto que todos viraram poços. E ninguém queria exgotá-los, apesar de previdentes conselhos.

Numa bela manhã, Bateria em posição, circundada de... poços, e silva no ar uma granada de tempo. O inesperado imobiliza a todos, isto é, a todos menos um: o pracinha Santos, ordenança, moleque ligeiro, de um salto atirou-se no poço mais próximo e foi ao fundo.

A mortífera granada além do susto causou enorme hilariedade, porque depois do seu estouro, um grande silêncio, ninguém ferido, e todos olhando para o poço onde se jogara o Santos: nada, a princípio; depois a carcassa verde-oliva dum capacete surgindo; finalmente, dois olhos pesquizando em redor, qual um periscópio.

Então, gritou outro pracinha, quebrando a tensão nervosa: — Submarino à vista!!!... Estava "aumentada" a nossa esquadra.



DO MILITAR PARA O MILITAR

AVISO AOS COMPANHEIROS

A CASA NENO

tão nossa conhecida, oferece RÁDIOS, BICICLETAS, RELÓGIOS, ENCERADEIRAS e demais utilidades domésticas, entregando imediatamente a mercadoria mediante a apresentação da identidade, para pagamento em 10 prestações, isto porque, seu sócio-gerente, COMPANHEIRO REFORMADO, deseja facilitar tôdas as nossas compras.

RUA REPÚBLICA DO LÍBANO, 7, 14 E 16

(Antiga Rua do Núncio)

RUA BUENOS AIRES, 151

PROBLEMAS DO BRASIL

Coronel ADALBERTO FIALHO

XVI

"Uma nação vale pelo petróleo que possui"

Presidente Wilson

GENERALIDADES

A acuidade do problema internacional do petróleo vem aumentando dia a dia e, depois da crise na nacionalização do petróleo iraniano, tudo leva a crer que atingirá o seu ponto máximo. Para avaliarmos os seus reflexos sobre a nossa economia, começaremos por um balanço da situação do petróleo mundial. Verificaremos como tende a aumentar a pressão externa sobre nós, no sentido de abrímos as portas ao capital estrangeiro para a exploração do nosso ouro negro. Faremos, a seguir, um resumo histórico do problema do petróleo no Brasil. Alinharemos, de um lado, os argumentos que nos advertem para não entregá-lo aos trustes e, de outro, os que nos aconselham a conservá-lo em nossas próprias mãos. Terminaremos por tirar conclusões, de ordem pessoal, sobre a linha de conduta a seguir a respeito dessa tão importante questão nacional.

A SITUAÇÃO INTERNACIONAL DO PETRÓLEO

As "reservas comprovadas" de petróleo, em todo o mundo, são avaliadas em 117.300.000.000 de barris (um barril equivale a 159 litros), porém, 2/3 dessas reservas

estão situadas no hemisfério oriental contra 1/3, apenas, situado no hemisfério ocidental. Quanto ao consumo, a situação é inversa: enquanto que o hemisfério ocidental tem um consumo equivalente a 70 % da produção total mundial, o oriental só consome 30 %, situação que, se não é para lamentar, quanto ao hemisfério ocidental, porque maior consumo significa maior progresso, aumenta, no entanto, a acuidade do problema. Particularizando mais, podemos informar que as nações fora da chamada "cortina de ferro" consomem 9,5 milhões de barris de petróleo por dia, enquanto que as que se encontram sob a influência soviética têm um consumo estimado em 900 mil barris, em igual período. O consumo diário mundial, no período atual, é de 10 e meio milhões de barris de petróleo e, em 1949, o consumo total atingiu a 3.557.000.000 de barris. Entre 1939 e 1949, o aumento registrado foi de 60 % e, no período de após-guerra, o aumento foi de 28 %, de 1946 para 1949. Só os Estados Unidos, possuindo 21 % das reservas petrolíferas mundiais, têm um consumo de mais de 60 % do total mundialmente produzido. Em outras palavras, para uma reserva comprovada de 25 milhões de bar-

ris, aquela nação tem um consumo de 2.350.000.000 de barris de petróleo por ano, o que faz supor que as suas reservas se esgotariam em 10 anos, se não lançasse mão de uma política inteligente de conservar o seu próprio petróleo e explorar e importar o dos outros. A base desse enorme consumo mundial está na revolução industrial que, no século XIX, teve por base o carvão e, neste século XX, o petróleo. O consumo, hoje em dia, é tal que, dificilmente a produção vem lhe acompanhando a progressão. A generalização cada vez maior do emprego de fontes de energia à base do petróleo e seus derivados (gasolina, querosene, óleos combustíveis e lubrificantes, gás, nafta, parafina, asfalto, etc.), de um lado e as dificuldades de distribuição, conseqüentes da contínua escassez de navios tanques, de outro, sem falar na própria exaustão dos poços, são causas importantes daquele desequilíbrio entre a produção e o consumo. Outras causas, tais como a necessidade de conservar reservas nacionais, vêm influiendo na questão. As nações produtoras, em face do agravamento da situação internacional, procuram limitar, por medida de prudência, a exportação de seus óleos minerais, de forma a conservar as suas reservas. Em troca, aconselham as nações potencialmente ricas em petróleo a incentivar a pesquisa do precioso líquido. Não há dúvida, como vimos no caso dos Estados Unidos, que a estratégia do petróleo consiste em conservar o próprio e ir gastando, tanto quanto possível, o dos outros. Seja interesse puramente comercial, seja interesse político-estratégico internacional, seja a consciência da crise iraniana, que vinha fermentando há muito tempo, o fato é que Washington já vinha fazendo repetidas advertências para que as nações do hemisfério ocidental procurassem desenvolver as suas fontes de petróleo. A crescente tensão e mesmo a probabilidade de uma guerra entre os Estados Unidos e a Rússia, tornando problemático o aproveitamento do petróleo do Oriente Médio (agora mais do que nunca), cujas fontes

se encontram demasiadamente próximas da fronteira russa e sob influência e pressão direta dos vermelhos, vinham ditando, ultimamente, toda a política "yankee" na bacia do Mediterrâneo. Foi para conservar livre o acesso ao petróleo do Oriente Médio que os Estados Unidos sustentaram a Turquia, a Grécia e a própria Itália. A gravidade da situação já se podia avaliar há 2 ou 3 anos atrás, quando o Sr. James Forrestal, falando perante o Subcomité das Forças Armadas da Câmara dos Representantes dos EE.UU., disse que uma guerra inesperada e de grandes proporções encontraria os EE.UU. com a sua produção petrolífera inadequada e que esse país deveria reforçar as suas atuais reservas, explorando novas jazidas, criando a indústria do petróleo sintético e importando petróleo estrangeiro para conservar as suas reservas interiores; que as forças armadas norte-americanas já lutavam com dificuldade para conseguir o suprimento de paz de 343 mil barris diários e que esse total se elevaria, em caso de guerra de grandes proporções, a 2 milhões de barris, quantidade muito superior à produção dos EE.UU.; que se não podia contar com tanta segurança com o petróleo do Levante, que depende de transportes extracontinentais, quanto com o do Hemisfério Ocidental, que depende de transportes intracontinentais. Daí se depreende o grande interesse de Washington pela exploração do petróleo deste hemisfério e inclusive do nosso país. Mas, se a situação já era considerada crítica, naquela época, hoje, em face da nacionalização do petróleo iraniano, tornou-se de uma gravidade excepcional. A situação pode resumir-se, segundo Drew Pearson, no seguinte: 1) "Se o petróleo iraniano deixar de estar disponível, isso acarretará o racionamento da gasolina dos Estados Unidos, porque o petróleo do Irã é utilizado atualmente pela Inglaterra, a França e quase toda a Europa ocidental, sendo vital para as atividades relacionadas com o Pacto do Atlântico. Se essa fonte de abaste-

cimento se fechar, os Estados Unidos terão de encarregar-se de fornecer pelo menos parte do combustível de que esses países necessitam. E os Estados Unidos estão importando petróleo à razão de um milhão de barris por dia. 2) O que Moscou mais deseja é que haja revolução e intranquilidade no Irã, para que os comunistas tenham oportunidade de apoderar-se do governo. É muito provável que isso aconteça quando o Irã deixar de receber as rendas que o petróleo lhe assegura. 3) As dificuldades são contagiosas nos países petrolíferos. O que está acontecendo no Irã pode repetir-se no Iraque, na Arábia e em outros pontos. Já começa a haver visível inquietação nesse sentido. A Venezuela, um dos principais produtores de petróleo, poderia sentir também a febre de nacionalizar a sua indústria petrolífera."

Uma das causas do fracasso da Inglaterra no Irã foi não ter agido com a presteza que seria de desejar, no caso do aumento dos direitos pagos àquele país pelo uso do seu petróleo. Enquanto as companhias petrolíferas da Arábia pagavam 50 % de direitos, a Inglaterra pagava apenas a metade disso. Se o petróleo do Oriente Médio for definitivamente suspenso para o hemisfério ocidental (ou mesmo limitado) e os Estados Unidos tiverem de abastecer a Europa, como disse Pearson, a situação se refletirá imediatamente no Brasil, seja sob a forma de limitação da importação dos derivados do petróleo, seja mesmo sob a forma de pressão por parte das companhias petrolíferas ou, quem sabe, até mesmo de governos estrangeiros. Um parlamentar britânico, o Sr. Harold Davies, já fez, na Câmara do Comuns, uma sugestão visando "permitir" às companhias petrolíferas de seu país a prospeção de 700 mil km² de território brasileiro ainda não explorado. Já circularam boatos sobre ofertas concretas da "Shell", que reapplicaria os seus lucros obtidos no Brasil, integralmente, na prospeção em zonas determinadas pelo Conselho Nacional do Petróleo. Outros, segundo um

observador econômico dos "Diários Associados", falam de um grandioso "New Deal" proposto pela "Shell" e a "Standard", após a conferência de emergência mantida em Washington, a todos os países onde a produção e a refinação do precioso líquido se ache ainda em fase inicial. Outros veiculam as intenções da "Standard Oil" de participar das sondagens técnicas no Amazonas e Maranhão.

O que dissemos já é suficiente para nos capacitarmos todos da necessidade de equacionar e resolver, de vez, com nossas próprias mãos, o problema do petróleo.

Diante da maré que nos ameaça, não podemos cruzar os braços e protelar uma decisão que a própria situação internacional está a exigir.

LIGEIRO HISTÓRICO DO PROBLEMA DO PETRÓLEO NO BRASIL

Vejamos, antes de prosseguir, o estado em que se encontra o problema do petróleo no Brasil. Não foi senão em 1938, com o Decreto-lei n. 366, declarando que a lei não reconhecia o domínio privado de particulares sobre jazidas de petróleo e gases naturais, que surgiu a primeira iniciativa governamental visando ao resguardo, em termos de nacionalização, do nosso ouro negro potencial, por isso que o Código de Minas, de 1934, não tratou, em especial, das jazidas de petróleo. Fundamentava-se o citado Decreto-lei no fato de não ter sido ainda descoberta nenhuma jazida de petróleo, explorável em bases industriais, durante o tempo em que vigorou o direito de acesso da propriedade do solo sobre as minas. Por ele, as jazidas de petróleo e gases naturais pertenceriam aos Estados ou à União, a título de domínio privado imprescritível. Posteriormente, os Estados foram excluídos. Pelo Decreto-lei n. 3.236, as jazidas referidas pertenceriam à União, a título de domínio privado imprescritível. "Ficam de nenhum efeito", reza o parágrafo único do artigo 1º desse Decreto, "os manifestos e registros de jazidas de petróleo e gases naturais que, porventura, hajam sido efetuados".

Era, ainda em 1938, que surgia o Conselho Nacional do Petróleo, órgão autônomo, diretamente subordinado à Presidência da República e com amplas atribuições para exercer o controle técnico e administrativo dos problemas relacionados com os combustíveis em todo o território nacional, abrangendo importação, exportação, pesquisas, produção, transportes, distribuição e comércio de petróleo bruto e seus derivados. Graças à sua ação, já em 1939 era descoberto o primeiro poço produtor, mas, devido ao fato de não possuírmos refinarias, só em 1950, com a inauguração da de Mataripe, iríamos iniciar o aproveitamento dessa riqueza. Devido a esse fato e também, sem dúvida, à irrupção da guerra na Europa, só terminada em 1945 e que retardou o encaminhamento do problema. Pelo Decreto-lei n. 395, de 1938, que declarou de utilidade pública a indústria da refinação de petróleo importado ou produzido no país, "procurou-se criar condições para que surgisse, afinal, no Brasil, uma indústria que fornecesse energia para a realização do transporte, especialmente aéreo e rodoviário, indispensável à defesa militar e econômica do país. Buscou ainda a lei uniformizar, tanto quanto possível, o preço do petróleo e seus derivados, em todo o território nacional". Na elaboração desse decreto, "o governo partiu do princípio que a chave da indústria do petróleo está na refinação, exista ou não petróleo nacional; que somente quem refina está em condições de fixar os preços dos derivados; que o caráter essencial da indústria da refinação é o monopólio; que o mercado de óleo bruto é livre no mundo e que a indústria do refino deve preceder a descoberta do óleo". "Por iniciativa do C. N. P., foram promulgadas as leis constitucionais 3 e 4, de 18 e 20 de setembro de 1940 e que reservaram ao Governo Federal competência privativa para tributar a produção e o comércio, a distribuição e o consumo, inclusive a importação e exportação dos combustíveis e lubrificantes líquidos de qualquer origem, competência essa que, até

então, era dividida com os Estados e Municípios". Ainda por iniciativa do C. N. P., foi baixado o Decreto-lei n. 2.615, de 21-IX-940, "estabelecendo que os combustíveis e lubrificantes minerais, importados ou produzidos no país, ficam sujeitos a um imposto único federal, cobrado sob a forma de direitos de importação (100 %) para consumo, quando de procedência estrangeira e de imposto de consumo (75 %), se produzidos no país. Ao mesmo tempo, proibia a incidência de quaisquer taxas ou impostos municipais ou estaduais sobre os cidadãos produtores". Dêsse decreto nasceu o "Fundo Rodoviário dos Estados e Municípios", para aplicação exclusiva no desenvolvimento e conservação de suas redes rodoviárias. "Essa notável lei marca, verdadeiramente, o início de sólida política rodoviária, ao estabelecer que o imposto cobrado sobre o combustível líquido deve ter obrigatória aplicação na construção e conservação de rodovias".

O Decreto n. 3.463, de 27-XII-945 (Lei Joppert), aperfeiçoando o Decreto-lei n. 2.615, criou o "Fundo Rodoviário Nacional", com receita proveniente da arrecadação da totalidade do imposto único federal sobre combustíveis e lubrificantes líquidos minerais, destinando 40 % ao custeio das rodovias federais e os restantes 60 % à conservação de rodovias estaduais e municipais. Esse imposto rendeu, em 1946, a importância de Cr\$ 453.939.965,60 e em 1950, a de Cr\$ 1.441.401.736,50, acompanhando a evolução do consumo total de derivados de petróleo no Brasil, que passou de 32.280 barris por dia, em 1940, para mais de 100 mil barris, em 1950, ou, em números anuais, de 1.274.197 toneladas, em 1940, para 4.000.000, em 1950.

Durante os seus 12 anos de existência, o C. N. P., entre os seus inúmeros serviços, selecionou três grandes áreas com possibilidades de petróleo explorável em bases industriais:

1) a planície amazônica, particularmente o Território do Acre e a ilha de Marajó;

2) a planície litorânea do Nordeste, particularmente o Recôncavo baiano;

3) o trecho sedimentar da bacia do Paraná, entre S. Paulo e Santa Catarina.

Além disso, descobriu 5 campos petrolíferos no Recôncavo baiano:

- Lobato-Joanes
- Aratu
- Candeias
- Itaparica
- D. João.

Estes 5 campos têm, presentemente, uma produção efetiva de mais de 5.000 barris diários, extraídos de mais de 200 perfurações feitas numa área cuja reserva é da ordem de 26 milhões de barris de óleo e 1 bilhão de metros cúbicos de gás natural. No ano de 1946, o governo abriu concorrência para a construção de 2 refinarias, a serem erguidas, uma no Rio e outra em São Paulo. Em 1948, foi apresentado, no Congresso, onde ainda se encontra, o célebre anteprojeto do Estatuto do Petróleo, que tanta celeuma levantou na opinião pública. Os debates versaram principalmente sobre a fórmula a adotar para o financiamento do nosso ouro negro:

- exploração por conta exclusiva do Estado;
- exploração por conta de sociedades anônimas, organizadas com capital do Estado e com capital particular nacional;
- exploração por conta de empresas organizadas no Brasil, com capitais nacionais e estrangeiros.

O inconveniente das sociedades anônimas por ações é de cair a exploração nas mãos dos trustes, por meio de interpostas pessoas. Apesar da redação do art. 1º do anteprojeto declarar bens inalienáveis (que se não pode tornar alheio, ceder a outro) e imprescritíveis (cujos direitos não podem ficar sem efeito) da União as jazidas de petróleo, abre-se o campo, nos artigos seguintes, ao regime de concessões. Enquanto não se decide, definitivamente, a política nacional relativa à exploração do nosso petróleo, o governo, também premido pela

questão das divisas, que cada vez mais se agrava com o aumento vertiginoso da importação dos derivados do petróleo, decidiu:

— intensificar a pesquisa e a extração do petróleo, através do C. N. P.;

— estabelecer, o quanto antes, a indústria da refinação e investindo, de frente, o problema da distribuição, adquirindo, por conta própria (ou dando concessões a particulares para o mesmo fim) usinas para destilação do óleo bruto importado ou produzido no país e meios especializados de transporte para assegurar o auto-abastecimento do país.

Nesse sentido, foram adquiridas 2 refinarias, sendo:

— uma, com capacidade de 2.500 barris por dia, já em funcionamento, em Mataripe, na Bahia, a fim de beneficiar o petróleo nacional extraído do Recôncavo e suprir, inicialmente, as necessidades da Bahia, Sergipe e Alagoas. Já foram tomadas providências para a ampliação dessa refinaria para a produção de 5.000 barris por dia.

— outra, com capacidade de produção diária de 45.000 barris, já em fase de instalação, no sopé da serra de Cubatão, em Santos e destinada a refinar o óleo bruto, seja nacional, seja o procedente de ultra-mar, seja o procedente da região petrolífera boliviana de Santa Cruz de La Sierra. Adquirida na França, por cerca de 350 milhões de cruzeiros, esta refinaria, cuja produção corresponderá, aproximadamente, à metade do consumo atual do país, suprirá às necessidades do Brasil meridional.

Quanto aos meios de transporte, devemos dizer, preliminarmente, que, na guerra passada, o Brasil teve a sua economia profundamente afetada pelo racionamento dos combustíveis líquidos, motivada não pela falta de óleo cru ou derivados de petróleo nas fontes de suprimento, mas sim pela crise de navios tanques. O país ficou "na situação que todos conhecemos, a de mendigar nos aliados escassos suprimentos porque não possuíamos frota própria de petroleiros. Qual seria a situação do país em

face de um novo conflito, agora que o consumo do país é muito maior?

Premido por movimento de opinião pública, o governo do General Dutra, resolveu, então, transformar saldos em moedas inconvertíveis em 22 navios tanques, com um total de 223.000 toneladas, sendo 10 de cerca de 16.000 toneladas, 2 de 20.000 toneladas, para o transporte de longo curso e 9 de 2.000 toneladas e 1 de 1.200 toneladas, para o transporte costeiro. Custou essa frota, cujas entregas se escalonam até junho de 1952, a quantia de 595 milhões de cruzeiros, inteiramente paga.

Para finalizar este breve histórico, desejamos fazer uma referência ao xisto betuminoso, do qual existem grandes afloramentos em Marau, Irati, Taubaté e Tremembé. Os depósitos de Taubaté já foram explorados por uma companhia particular e, no momento, passaram para o controle do Estado, sob a supervisão de uma Comissão nomeada pelo governo federal. Cogita-se de montar uma destilaria para a obtenção de 10 mil barris diários de petróleo bruto, havendo a vantagem das jazidas estarem situadas entre Rio e S. Paulo, ou seja, equidistante dos centros principais de consumo.

Será um petróleo caro, mas independêr de transportes marítimos e poupará divisas.

ARGUMENTOS CONTRA O EXPLORAÇÃO POR ESTRANGEIROS

Foi o Diretor e Vice-Presidente da "Standard Oil" (New Jersey) quem disse, em discurso perante a Câmara de Comércio do Rio de Janeiro, falando a respeito das garantias que os cidadãos americanos esperam, de um modo geral, de governos estrangeiros, para concessões sobre reservas petrolíferas, serem as seguintes tais garantias:

1. Garantia do título da propriedade ou dos direitos adquiridos;
2. Direção de suas próprias operações;
3. A oportunidade de poder obter um lucro razoável do empreendimento.

Examinemos uma por uma. O que significa a garantia do título de propriedade? Entre outras coisas que o truste poderá assenhorar-se da concessão e não explorar ou retardar a exploração das jazidas, guardando-as como reservas futuras, com evidente prejuízo para o nosso desenvolvimento econômico. Cita o General Horta Barbosa, a propósito, o caso do Paraguai. "Em 1944, o Paraguai deu em concessão, a uma empresa subsidiária do truste americano, toda a área do Chaco, ou sejam 2/3, aproximadamente, do país. Quase 4 anos decorridos, verifica-se que a Companhia não investiu nos trabalhos senão 60 milhões de cruzeiros, o que dá uma média anual de 15 milhões, isto é, quase 7 vezes menos do que a quantia consignada, para o mesmo fim, no orçamento brasileiro. Em todo esse período, foram perfurados apenas 2 poços profundos, em nenhum dos quais foi encontrado petróleo. Deparam-se esses dados em notícia oficial divulgada pela Agência Nacional, em nossa imprensa. Lê-se, também, no informe referido, que dificuldades oriundas da guerra impediram a exploração geofísica em maior amplitude. Destarte, é interessante assinalar que, enquanto no Paraguai o truste deixou de proceder a operações geofísicas em virtude da guerra, o Brasil, no mesmo espaço de tempo, pôde realizá-las normalmente".

"A verdade é que as grandes companhias, conforme já temos mostrado, não têm interesse comercial em intensificar, no momento, a pesquisa de jazidas de petróleo em nosso território. A sua preocupação é assegurar-se das melhores zonas como reservas para empreendimentos futuros". Embora escritas antes da crise iraniana, que provocou no estrangeiro um súbito interesse pela pesquisa e exploração do petróleo brasileiro, nem por isso perdem o valor as afirmações acima do General Horta Barbosa. Mas, suponhamos, para argumentar, que os trustes se dispusessem a explorar intensivamente o petróleo brasileiro, em face da perda do petróleo do Médio Oriente. O que signi-

ficaria, neste caso, a garantia do título de propriedade? Ninguém pode afirmar quais são os limites exatos da cupidez e ambição de lucro dos trustes. A exploração das jazidas de petróleo de um país precisa obedecer a um certo equilíbrio e grau de razoabilidade, ressaltando condições técnicas influentes na sua própria produção e tudo com o propósito de não exaurir de vez, de conservar reservas. Diz ainda o General H. Barbosa: "Na exploração das jazidas" (quando há verdadeiro interesse nela, opinamos nós) "não se conhecem ainda meios eficientes para obstar a lavra gananciosa que o concessionário faz da jazida, com o propósito de obter a maior quantia em dinheiro no menor tempo possível. Não o preocupa o interesse público de economizar a jazida, prolongando-lhe a existência por meio da lavra racional, conduzida segundo preceitos técnicos para acautelar as reservas minerais do país". "Jazida de petróleo não é queda d'água, cujos mananciais se renovam. A concessão da jazida petrolífera equivale à alienação, uma vez que o concessionário vai esgotá-la em nome e por conta própria. Não é como as estradas de ferro, serviço público que o concessionário pode explorar e, findo o prazo, restituir ileso à autoridade concedente. É bem cujo valor desaparece com a utilização e tanto mais rapidamente quanto mais desordenada e intensa for a lavra. "Disso resulta que a concessão de uma jazida de petróleo importa, praticamente, na alienação do petróleo que nela se contém, mormente se as concessões se prolongam por prazos dilatados.

Vejamos agora o que significa a garantia de direção de suas próprias operações. Isso significa, como diz ainda o General H. Barbosa "que os titulares de concessões petrolíferas não suportam, em seus extensos domínios, a justiça da terra, sabotam as autoridades e não toleram os desastres, cujas vidas fazem desaparecer sumariamente. "Cita, a respeito, o General Lázaro Cardenas, em manifesto dirigido à nação (México): "Em quantos povoados próximos às ex-

plorações petrolíferas existe um hospital, uma escola, um centro social, um serviço d'água, um campo desportivo, uma usina de luz, não obstante se desperdicem nas explorações milhões de metros cúbicos de gás? Em compensação, em que centro de atividade petrolífera não há uma polícia privada destinada a salvaguardar interesses particulares egoístas e, algumas vezes, ilegais? Desses grupos, autorizados ou não pelo governo, há muitas histórias de atropelos, abusos e mortes, sempre em benefício das empresas. Quem não sabe ou não conhece a diferença irritante que norteia a construção dos acampamentos das companhias? Conforto para o pessoal estrangeiro, desconforto, miséria e insalubridade para os nacionais". Diz ainda o General Cardenas: "Outra contingência forçosa do estabelecimento da indústria petrolífera, acentuadamente caracterizada pelas suas tendências anti-sociais e mais prejudicial do que todas anteriormente enumeradas tem sido a persistente, ainda que indébita, intervenção das empresas na política nacional. Ninguém discute mais que fortes facções de rebeldes foram sustentadas pelas empresas petrolíferas em Huasteca Veracruzana e no istmo de Tehuantepec, de 1917 a 1920, contra o governo constituído. Ninguém ignora como, em épocas posteriores e ainda contemporâneas, as Companhias petrolíferas têm alentado, quase sem dissimulação, ambições de descontentes contra o regime do país, cada vez que vê afetados seus negócios pela fixação de impostos, retificação de privilégios ou corte de tolerância. Têm tido dinheiro, armas e munições para a rebelião. Dinheiro para enriquecer os seus incondicionais defensores. Para o progresso do país, para encontrar o equilíbrio mediante justa compensação do trabalho, para o fomento da higiene nos locais onde elas mesmas operam, ou para salvar da destruição as valiosas riquezas que significam os gases naturais, não há dinheiro, nem possibilidades econômicas, nem vontade para extrair-lhe o volume dos seus lucros".

Valemo-nos ainda do General H. Barbosa para afirmar, com êle, que, "a exemplo dos antigos distritos diamantíferos, como tem sido demonstrado por meio de fatos e documentos, os titulares de concessões petrolíferas não suportam, em seus extensos domínios, a justiça da terra, sabotam as autoridades e não toleram os desafetos, cujas vidas fazem desaparecer sumariamente". Pandiá Calógeras, escrevendo a respeito das companhias inglesas que exploram a mineração do ouro, registrou que, nelas, "a feição característica é a existência de uma zona inteiramente segregada do resto da população, constituída pelo pessoal dirigente e seus auxiliares, todos ingleses ou filhos e netos destes, tão aferrados à pátria de seus ascendentes que, já representando a segunda geração nascida no Brasil, ainda se declaram estrangeiros e falam a língua da terra com fortes sotaques britânicos".

"O motivo da exclusão do elemento nacional" diz o General H. Barbosa, "está na natureza do minério: o ouro". E continua: "com o petróleo, ainda mais fechados serão os círculos estrangeiros, como, aliás, foi verificado no México e ainda se nota na Venezuela, na Colômbia, no Peru e no Equador. Os concessionários vedam aos nacionais os postos de chefia e de maior projeção; dificilmente lhes darão emprego e, isso mesmo, na frase de Calógeras, nas categorias inferiores". Vejamos agora o que significa a última garantia, a de poder obter um lucro razoável do empreendimento. Esse lucro razoável, para os trustes, é sempre o máximo possível já vimos, quando há interesse positivo na exploração e resulta da lavra gananciosa das jazidas. Eles não visam o interesse público e aim satisfazer os interesses privados, como no caso da "Standard", dos seus 215.000 acionistas. O petróleo e seus derivados constituem a chave dos transportes num país pobre de carvão e onde o aproveitamento da energia elétrica ainda está em estado incipiente. Não deve haver lucros na produção dessa energia que visa ao desenvolvi-

mento econômico do país. "Em nenhuma outra atividade cabe melhor a aplicação do art. 146 da Constituição Federal que permite à União monopolizar determinada indústria ou atividade, tendo por base o interesse público. É preciso que a União monopolize esses serviços, controle as refinarias para poder impor os preços dessa fonte preciosa de energia que são o petróleo e seus derivados, base do desenvolvimento tanto do litoral como e principalmente das mais longínquas regiões do interior brasileiro". Diante do interesse público, que, no caso, é tanto de ordem econômica como militar, o lucro, mesmo razoável e muito menos o ganancioso dos interesses privados deve desaparecer. Não é aceitável o argumento de que, se não recebermos a colaboração estrangeira, retardaremos demasiadamente a satisfação de nossas necessidades internas de combustível. O nosso petróleo, mercê de Deus, vem se mostrando promissor e recursos financeiros não hão de faltar ao governo para explorá-lo como prova-o os recentes empréstimos obtidos para a industrialização de Paulo Afonso, a ampliação de Volta Redonda, da Companhia do Vale do Rio Doce e tantos outros. Se é da história da extração do petróleo que, em cada 7 poços de exploração abertos, em campos ainda não delimitados, apenas um é produtivo e que essa procura tem exigido o dispêndio de imensas somas de dinheiro e a aplicação de grandes conhecimentos técnicos e longa experiência, não é menos verdade que, no Brasil, o petróleo, ainda que com recursos apoucados e empíricos, tem aloradado no litoral e a pouca profundidade. De resto, onde se dariam as concessões? É claro que os trustes visariam a obtenção daqueles pontos onde a presença do petróleo já se positivou. Seria crime de lesa-pátria, por exemplo, entregar-lhes o petróleo da Bahia, situado em pleno litoral e de cujas possibilidades ninguém mais duvida. Essa concessão poderia trazer-nos graves inconvenientes. Em caso de guerra e para protegê-la, os trustes poderiam solicitar aos respectivos go-

vernos a fazer o que, por exemplo, fizeram os americanos com as suas minas de bauxita (de onde extraíam o alumínio de seus aviões), na Guiana holandesa, na última guerra: simplesmente desembarcar na área da concessão e ocupá-la militarmente. A proteção, em terra, seria facilmente apoiada pelas forças navais do país do truste. Isso seria novo xeque-mate para o Brasil. Qualquer tentativa de reação deste, o encontraria confrontando com o mesmo problema da guerra passada, em relação à atividade dos submarinos alemães. Nosso país se encontraria dividido em 2 pedaços, isolados um do outro. Além de tudo isso, de uma exploração no litoral poucos proveitos ficam no país. A mão-de-obra é mínima. Não há transportes internos a pagar. É extrair e embarcar para o exterior. O truste, ali, não depende, praticamente, da nossa autoridade, não sente os nossos problemas domésticos, não está sujeito à pressão interna e, quando se sente em perigo, apela para a esquadra do seu país, como aconteceu em Abadan, a maior refinaria do mundo, situada no litoral do Irã. Dar concessões na foz do Amazonas (Marajó), seria ainda mais insensato. A expansão da produção, nessa região, poderia levar os trustes, mesmo sem guerra e fossem eles americanos ou ingleses a apresentarem exigências descabidas. É que essa zona está demasiadamente próxima do canto Noroeste da América do Sul, onde os "yankees" já possuem uma indiscutível ascendência e é vizinha das Guianas, onde os ingleses já estão estabelecidos. A zona de alta pressão política das Caraíbas já transbordou, na última guerra, até à Guiana inglesa, com a cessão da base de Georgetown, pela Inglaterra, aos Estados Unidos, em troca de alguns "destroyers". A boca do Amazonas, como, de resto, todo o litoral Norte do Brasil, está, como se sabe, dentro do raio de ação da frota naval americana integrada no sistema de defesa do Canal de Panamá. Idem quanto à Força Aérea do mesmo sistema. Como, pois, dar concessões em semelhante ponto? Uma

concessão na ilha de Marajó seria um crime de lesa-pátria, dado o estado atual de nossas comunicações com o vale do Amazonas, inteiramente marítimas. Ocupada a ilha, ficaria a bacia amazônica isolada do resto do Brasil. Seria pôr nas mãos do estrangeiro a chave do mundo amazônico.

Qualquer concessão no Acre, onde já se sabe da existência de petróleo e, de modo geral, nas regiões fronteiriças, poderia também trazer-nos complicações internacionais. É da história dos trustes de petróleo o suscitar divergências e até guerras em áreas de concessões limítrofes (Chaco), para enfraquecer a autoridade local nessas zonas e, em câmbio, fortalecer a própria posição. Foi sempre deles a iniciativa de explorar as riquezas dos países atrasados e debilitados, conservando-os sempre atrasados e debilitados. Não seria insensato afirmar que já fomos vítimas desses polvos, mas, no nosso caso, por uma política de "silêncio" em relação ao nosso ouro negro, de negação de sua existência, de ausência de iniciativas fomentadoras de sua descoberta. E que lhes convinha a manutenção do "stato-quo" existente, isto é, o fabuloso negócio de fornecimento dos derivados do petróleo a um mercado em plena expansão. Para um país que depende de fontes de suprimentos situadas fora de seu território, para um país cujo petróleo tem de viajar milhares de milhas em navios, através de linhas de suprimentos mais ou menos vulneráveis, a manutenção daquele "stato-quo" é também u'a maneira de manter em xeque este colosso que é o nosso país, dobrando-o à vontade dos trustes. Traduzindo em cifras o referido "stato-quo", é ele representado, atualmente, por mais de um bilhão de cruzeiros, que é o lucro anual dos trustes no Brasil. E isso porque não é possível controlar preços de refinados importados. Eles nos são impostos pelos trustes. Só é possível fazê-lo desde que a indústria esteja, de fato, na mão de brasileiros e, de preferência, do próprio governo. Enquanto o negócio estiver na mão dos trustes, a poli-

tica comercial será sempre a mesma, em detrimento dos interesses do nosso país: enviar todos os proventos do negócio para o exterior e reclamar, aqui, a fixação de um preço sempre mais alto para os seus produtos.

ARGUMENTOS PRO-EXPLORAÇÃO POR NACIONAIS

Alinhemos, agora, os argumentos pró-exploração por nacionais, seja por intermédio de empresas tipo Volta-Redonda, seja por intermédio do próprio governo, através dos seus órgãos especializados. Já vimos que, neste país, onde 80 % da energia consumida ainda provém da lenha, a necessidade de investir na exploração do nosso ouro negro é fundamental, pois só a energia barata, produzida em nossa própria casa e com preços controlados por nós mesmos, poderá despertar o vasto "hinterland" brasileiro. Não nos faltarão recursos para isso e a prova é que, aqui mesmo, consignamos, no chamado "Plano Salte", nada menos de dois milhões de cruzeiros só para petróleo. No momento, já adquirimos, está paga e está sendo instalada a grande refinaria de 45 mil barris de Cubatão. Já temos a de Mataripe, em pleno funcionamento e em fase de ampliação e estão em organização as 2 outras, cujas concessões foram dadas a grupos particulares. Nestas, 50 % dos lucros reverterão em benefício do governo, para o fim especial de pesquisar petróleo. Postas em funcionamento todas essas refinarias, seja com petróleo nacional, seja mesmo com petróleo importado, proporcionarão à larga, os recursos que o governo precisa para a prospecção e lavra do óleo cru, aliviando, ao mesmo tempo, os seus orçamentos, ordinários ou especiais, como o "Plano Salte", das verbas destinadas ao C.N.P. As refinarias, diz o General H. Barbosa, "dão lucros astronômicos, com os quais podem e devem ser financiadas as pesquisas. Na indústria do petróleo", acrescenta ele, "a pesquisa é a única fase aleatória. Tudo o mais é rendoso e altamente lucrativo. Por que pri-

var-se a economia nacional das vantagens da exploração pelo Estado e desfalecer-se o Tesouro de tão copiosa fonte de receita? Até a pesquisa, que é considerada, em geral, uma loteria, tem, no Brasil, na multiplicidade de áreas indicadas como favoráveis a petróleo, auspicioso fator que afasta a feição do jogo e oferece razoáveis bases econômicas ao empreendimento. Se no imenso vale do Amazonas falhar a pesquisa, a que se fizer no Puraná poderá ser profícua; se malograr a do Parnaíba, positivar-se-á a do Nordeste e a de outras regiões, qual sucedeu no Recôncavo da Bahia. Falta de técnicos, escassez de material e tantos outros pretextos contrário ao monopólio oficial, já tiveram sua inconsistência demonstrada à sociedade. Podemos livremente contratar técnicos nacionais e estrangeiros. A compra de equipamentos é perfeitamente possível ao governo brasileiro, sujeito, como é natural, às contingências do racionamento que ora regula o mercado, não só para nós, como para qualquer consumidor". Passando a palavra ao General Ibá Jobim Meireles:

"Com os lucros da refinação cobrem-se as despesas da pesquisa e as inversões para o desenvolvimento da lavra. Uma indústria verdadeiramente nacional de refinados (Estado ou brasileiros natos e não testas-de-ferro), permitiria convênios com governos, como os da Venezuela e México, em que receberíamos petróleo bruto em troca de nossos produtos. A Argentina mantém ajustes desse tipo com a Venezuela, de quem recebe petróleo em troca de carne. A Venezuela dispõe de óleo cru proveniente das regalias cobradas e sempre manifestou desejo de manter intercâmbio com o Brasil nas bases indicadas. O Chile assinou convênio semelhante com o Uruguai, a quem fornece óleo bruto. Essa modalidade cria mercados novos para a expansão da indústria nacional, sem as limitações de dólares, ora existentes". É costume argumentar contra a exploração estatal dizendo-se que o Estado é mau in-

dustrial. Não é verdade. "Em petróleo, o Estado tem se revelado tão capaz quanto o truste, mesmo em países de desenvolvimento industrial inferior ao nosso, como o Uruguai, Argentina e México". E até entre nós mesmos, os refinados de Mataripe não estão sendo vendidos por preços superiores aos do estrangeiro. Por todos os motivos devemos, nós mesmos, explorar o nosso ouro negro. De ordem militar: para garantir os transportes militares e constituir reservas essenciais à segurança nacional. Há sempre grande vantagem de ordem militar para os que têm meios próprios e assegurados de suprimento de petróleo. De ordem econômica: para atender às necessidades de circulação das riquezas nacionais, com o auxílio de energia barata e em qualquer tempo, isto é, independentemente de transportes extracontinentais e fora da tirania e das injunções político-financeiras das fontes estrangeiras de produção. De ordem financeira: para reduzir cada vez mais e mesmo eliminar a sangria das divisas que, no pertinente ao petróleo, tende a nos asfixiar. Afirma o General Ibá que "a expansão da riqueza nacional e o crescimento da rede rodoviária só serão possíveis com a implantação da indústria nacional de refinados e a criação de uma frota, também brasileira, de navios-cisternas". E para prová-lo, adianta que gastaremos, na importação de derivados, 150 milhões de dólares, em 1952, segundo as estatísticas permitem prever. Com eles, poderemos obter 4.892.800 toneladas de produtos elaborados, trazidas em navios estrangeiros, as quais, pagando 100 % de direitos de importação, renderão Cr\$ 1.760.959.000,00 para o Fundo Rodoviário Nacional. "Se importássemos todo o óleo cru da Arábia em navios-tanques nacionais, poderíamos comprar, ainda com os mesmos 150 milhões de dólares, 9.182.100 toneladas de cru (consumo que só atingiremos em 1956), as quais, refinadas no país e pagando 75 % de imposto de consumo, renderiam Cr\$ 2.488.181,00 para o P.R.N." Avaliem-se agora os imensos benefícios que adviriam

para a economia nacional se aqueles 150 milhões de dólares anuais (quantia que tende sempre a aumentar) ficassem integralmente no país, com a implantação, em bases nacionais, isto é, com óleo nosso e preços uniformes nossos, da indústria do petróleo! Como disse o C. N. P., em exposição de motivos ao Presidente da República: "De cunho político essencialmente nacionalista, a uniformização prevista dos preços do carburante e dos combustíveis líquidos, em geral, teria como consequência estimular o movimento migratório das populações litorâneas para o "hinterland", pois que viria facilitar às regiões mediterrâneas menos desenvolvidas e mais pobres, o gozo de uma parcela dos benefícios e vantagens inerentes a zonas, que, por mera fatalidade geográfica, são mais acessíveis e, por isso mesmo, melhor aproveitadas e mais ricas. A paridade de condições sociais e econômicas que resultasse imediatamente da almejada uniformização do custo dos transportes contribuiria, de seu turno, para robustecer os vínculos que já unem os habitantes e as regiões mais diversas do país".

CONCLUSÕES

1. O Brasil, tudo indica, possui petróleo em abundância. A própria "Standard Oil" declarou que o Brasil é possuidor de 6 % das áreas sedimentárias do mundo, favoráveis à ocorrência do petróleo (contra 21 % dos EE. UU.). Basta contemplar-se o mapa geológico do Brasil (ver figura), no que interessa ao petróleo, organizado em 1938 pelo engenheiro Avelino de Oliveira, mapa que ainda é o melhor que possuímos, para nos certificarmos disso. Segundo ele, vê-se que há vastas zonas de boa probabilidade de acumulação de petróleo em grande número de Estados.

2. O Brasil está numa situação ímpar, no mundo, relativamente ao petróleo, desobrigado de qualquer compromisso com quem quer que seja. "Não temos desapropriações para fazer, pois todas as jazidas de petróleo existentes no território na-

cional pertencem à União, como parte de seu domínio privado, inalienável e imprescritível. Não temos indenizações a pagar, direitos adquiridos que remir, nem tão pouco satisfações que dar a companhias ou potências estrangeiras". Até hoje nenhum truste teve con-

no continente, conquistada pelo esforço e dedicação de nossos diplomatas.

3. A respeito da exploração do petróleo vimos seguindo, até agora, uma política sábia, centralizando as atividades a ela relacionadas nas mãos de um órgão federal autô-

MAPA PETROLÍFERO DO BRASIL

CONVENÇÕES

-  Zona altamente favorável à acumulação de Petróleo.
-  Boa probabilidade de acumulação de Petróleo.
-  Zona onde é possível o aparecimento do Petróleo, ou inexploração até agora.
-  Pouca possibilidade de acumulação de Petróleo.
-  Zona desfavorável.



Autor: Eng.^o
Avelino Inácio de Oliveira

cessões, em nosso país e dá-las é estender para o nosso território, até então livre das injunções político-econômicas que os trustes arrastam, a mesma situação incômoda que perdura no canto N.W. da América do Sul, pondo em perigo a nossa posição político-estratégica

nome, vale dizer, conservando-lhe o caráter nacional. E muito recentemente tomamos decisões transcendentais que equivalem a um salto de 50 anos, pelo menos, para a frente. Referimo-nos ao gigantesco plano do governo de ampliar a refinaria de Mataripe, instalar

uma de 45 mil barris, autorizar a nacionais a instalação de mais 2 e de cujos lucros reverterão 50 % para as pesquisas do governo, num total de 30 mil barris e adquirir uma frota de 22 petroleiros, com 223 mil toneladas, plano cuja importância e alcance para a economia nacional nem os próprios brasileiros se aperceberam completamente, até agora.

4. Não nos faltarão recursos financeiros para a pesquisa e lavra, principalmente depois da instalação e funcionamento das refinarias. Instaladas estas e postas em bases comerciais, teremos pesquisas, lavra e aliviaremos o orçamento da Nação na parte de verbas para o C.N.P.

5. Não nos faltarão técnicos, pois o C.N.P. nunca encontrou dificuldades em contratar os mais eminentes especialistas estrangeiros. De resto, a nacionalização do petróleo iraniano aumentou o mercado de oferta deles.

6. A exploração do petróleo está ligada ao desenvolvimento das nossas rodovias e mesmo aerovias e energia e transporte são o binômio-chave do progresso deste imenso país, principalmente do seu vasto "hinterland". O Brasil, com mais de 10 milhões de habitantes vivendo no litoral, precisa virar as costas para o Atlântico e investir para o interior, mas a industrialização de seus inumeráveis recursos dependente daquele binômio. Somos pobres de carvão. Estamos produzindo, em condições empíricas, 2 milhões de toneladas de carvão, por ano, e ainda importamos 1 milhão. Os Estados Unidos produzem 548 milhões de toneladas, anualmente. Em eletricidade, enquanto temos disponível 225 milhões de kilowatts, anualmente e assim mesmo racionados, os Estados Unidos dispõem de 30 bilhões e 920 milhões de kilowatts, no mesmo período de tempo. O Brasil tem fome de energia. Quanto ao petróleo, consumimos 1.274.197 t, em 1940 e consumiremos 4.600.000 t, em 1951. Para 1956, o consumo previsto é de 9.252.200 t. Para evitar a sangria de divisas,

cujas ascensão vertiginosa nos levará ao racionamento e ao estancamento do progresso do país, só uma solução: "Implantar a indústria nacional de refinação e transportar o cru em frota nacional". Foi o atual Ministro da Fazenda quem declarou, quando ainda na Câmara: "Digamos todos ao governo e ao Brasil que o problema de instalação de refinarias e de aquisição de navios petroleiros não pode ser mais protelado".

7. Os imperativos de ordem militar, relativos à segurança e defesa da Nação aconselham-nos a desenvolver, com nossas próprias mãos, as nossas fontes de energia, libertando-nos das fontes e transportes estrangeiros. Quem já se libertou do aço estrangeiro, saberá libertar-se do petróleo estrangeiro.

8. A análise meditada do problema aponta-nos o caminho a seguir: exploração por nacionais ou, melhor ainda, pelo próprio governo, em monopólio oficial e seja a pesquisa, a lavra e refino, ou seja a distribuição, pois só o governo, através das pulsações da Nação, é órgão habilitado para determinar a ampliação ou limitação do negócio, capaz de manter os preços baixos e uniformes que o desenvolvimento do país reclama.

9. Se é verdade que o fornecimento de materiais para pesquisa, lavra e refinação do petróleo, muito mais do que os recursos financeiros, está sujeito, no momento, às condições complexas da situação internacional, impondo o seu racionamento, não é menos verdade que o Brasil tem, nas mãos, trunfos de primeira ordem, tais como o manganês, minérios de ferro, monazita, quartzo, diamantes industriais, borracha, mica e tantos outros produtos dos 3 reinos da natureza e com os quais poderá entrar no jogo internacional e exigir, em troca deles, o fornecimento dos referidos materiais. De resto, para provar que eles não nos são negados, basta citar-se que o C.N.P. recebeu ofertas de todo o mundo.

10. Se há uma estratégia do petróleo, essa é fugir do litoral e ganhar o interior. E quanto mais

para o Sul melhor, isto é, explorá-lo na zona sedimentar de São Paulo-Paraná, onde somos fortes econômica e militarmente, onde temos o centro de gravidade de nosso sistema de comunicações e a proteção natural da Serra do Mar e de onde poderemos fazer irradiar o progresso com o auxílio de energia barata. A posse das refinarias, que deve preceder a própria descoberta do petróleo e a de navios petroleiros, permitir-nos-á adquirir o óleo cru em fontes não bloqueadas, armazená-lo em reservas estratégicas e refiná-lo à medida das necessidades militares e civis. Não possuí-los é depender do inimigo e jogar com a sobrevivência da nação, em caso de guerra.

11. A tão propagada necessidade de competição e livre empreendimento, como fatores essenciais de êxito, na industrialização do petró-

leo e de que fazem tanta praça os trustes, poderá encontrar a sua aplicação dentro do próprio quadro nacional, através de uma legislação adequada, prudente e ressalvadora dos mais legítimos interesses do país, caso o governo não se disponha a manter totalmente o monopólio da exploração.

12. Finalmente, saibamos conservar para nós um negócio que surge sob tão felizes auspícios: temos petróleo, meios para industrializá-lo e um mercado interno em plena expansão. A soberania e a liberdade política de um país se fundam na independência econômica e se, como disse Wilson, uma nação vale pelo petróleo que possui, nós valemos muito e ainda queremos valer mais com a posse e industrialização do nosso próprio ouro negro.

MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO

(ESTADO DO PARANÁ)

Cornélio Procópio é um dos principais Municípios do "Norte do Paraná", a "Terra Abençoada" do país. A Cidade tem 60.000 alqueires de superfície, abrigando uma população de 56.828 habitantes, sendo 47.995, na zona rural e 8.831, na zona urbana. Apenas com os Distritos de Leopoldina, Sertaneja, Congonhas e Sede alcança uma renda aproximada de Cr\$ 4.500.000,00 das seguintes fontes principais: impostos de: Indústrias e Profissões, Predial e Territorial Urbano, Melhoramentos Públicos Rurais, Publicidade e Veículos. E são suas produções principais, o café, o milho, o feijão, o trigo, o algodão e o tungue.

No setor educacional encontram-se 40 escolas isoladas, um Ginásio Novo-Ateneu, um Grupo Escolar e um Colégio de Irmãs, e no de Assistência Social, conta o Município: Posto de Higiene, Lactário, Abrigo de Velhos em vias de conclusão e uma Santa Casa em construção.

É notável o progresso de Cornélio Procópio. Vive este Município de seus recursos próprios e graças à administração incansável do Dr. Francisco Lacerda Júnior, seu atual Prefeito, cujas realizações mais úteis à população foram: construções de estradas de rodagem, escolas, instrução e aéroponto municipal.

Possui iluminação elétrica, sendo concessionária a Cia. Hidrelétrica Paranaapanema e comunica-se com as cidades vizinhas por estradas de rodagem e ferro (Rede Viação Paraná-Santa Catarina).

A imprensa compreende 3 jornais semanais: "A Tribuna", "Democracia" e "A Cidade"; possui uma emissora com a denominação: Rádio Sociedade Norte do Paraná Ltda., prefixo ZYR-5 e a sua vida social, além de outras agremiações, orgulha-se da Associação Atlética e Recreativa de Cornélio Procópio, Clube Comercial e do Aéro Club de Cornélio Procópio.

E, realmente, Cornélio Procópio uma das cidades orgulho do Norte do Paraná.

OS MILITARES E OS PROBLEMAS SOCIAIS

Ten.-Cel. RIOGRANDINO DA COSTA E
SILVA

VII

OS FUNDAMENTOS DE UMA DOUTRINA

(Continuação)

Dentro da seqüência de idéias em que joga com suas concepções de valor e lucro, de onde resulta o conceito de supra-valor, Karl Marx desenvolve seu pensamento e chega à outra teoria, também engenhosa, que é a da concentração crescente de capitais.

Segundo essa teoria, o capital deverá passar, necessariamente, da apropriação individual à da família, desta ao âmbito das empresas econômicas isoladas, daí às concentrações de empresas, ou aos "trusts", em seguida ao Estado e, finalmente, à coletividade popular.

O fenômeno decorre, logicamente, do próprio raciocínio marxista. Com efeito, quanto menos trabalho uma mercadoria representar, menos valor terá e menos elevado, em consequência, será também o lucro que deixa por unidade de produção, mais diminuindo, igualmente, a percentagem de lucro.

Querendo harmonizar essa baixa de lucro com a massa total do lucro obtido no conjunto da produção, os capitalistas apelam para a fabricação em série, que exige quantidades consideráveis de matérias-primas, máquinas aperfeiçoadas e caríssimas, instalações cada vez maiores e mais onerosas. Desse modo, somente os grandes capitalistas, ou as sociedades poderosas, conseguem reunir os meios necessá-

rios a uma produção em larga escala e os pequenos fabricantes nunca poderão entrar em concorrência com eles. Estabelece-se, então, na vida econômica da sociedade, um processo de concentração e de centralização crescentes, com o qual se cava e aprofunda ainda mais o abismo entre as classes, acentuando-se cada vez mais a divisão da coletividade humana em dois grupos antagônicos: de um lado, um grupo de magnatas onipotentes, que concentra em suas mãos todas as riquezas; de outro lado, a grande massa dos que nada possuem, daqueles que, para viver, contam apenas com a sua força de trabalho. Além disso, a concentração das riquezas determina, ainda, a aglomeração de massas consideráveis de proletários nos grandes centros industriais, o que agrava ainda mais a luta de classes, até que ela possa ser orientada convenientemente para a transformação da ordem social existente.

A concepção marxista julga, porém, que o regime das crises continuas de super-produção representa uma consequência inevitável da organização da sociedade capitalista, em face dos excessos que, ano a ano, se vão acumulando, como resultante da própria ansia de produzir riquezas e mais riquezas. E o capitalismo encontrará a

sua dissolução fatal nessas crises econômicas a que ele mesmo dá lugar. Porque a super-produção acarreta a diminuição do trabalho nas fábricas, não encontrando os fabricantes colocação para os seus produtos; da redução de trabalho vem o desemprego, que determina um oferecimento de trabalho a salários mais reduzidos. Em virtude disso, a produção nas fábricas terá possibilidades de voltar ao ritmo anterior, a preços mais baratos de custo, mas daí vem novamente a super-produção. Os salários voltam, então, a baixar mais ainda e se estabelece verdadeiro círculo vicioso, até que o "exército de reserva da miséria", que são as massas proletárias, segundo Marx, explodirá em revoluções que classifica como necessárias, destruindo o regime econômico capitalista e substituindo-o pelo regime coletivista, ou comunista.

REFUTAÇÃO SUMÁRIA DAS TESES FUNDAMENTAIS

Com apoio na autorizada opinião do Dr. Alceu de Amoroso Lima, já demonstramos, não faz muito, a inteira improcedência dos argumentos de Karl Marx, no sentido de fundamentar sua teoria do materialismo histórico. Da apreciação dos maiores e mais decisivos movimentos históricos da humanidade, tirou o ilustre sociólogo brasileiro a conclusão incontestável de que os fatores que nêles intervêm "são infinitamente mais variados e complexos do que pretende o unilateralismo sistemático de Marx e seus discípulos", pois suas características essenciais são de caráter religioso, intelectual, político ou literário, tendo um aspecto econômico apenas secundário. Para demonstrar o absurdo das outras teses doutrinárias do marxismo, vamos nos socorrer, ainda uma vez mais, da lição magistral do acatado mestre, cujo pensamento procuraremos resumir, na refutação sumária que apresentamos a seguir.

Contestando a teoria da luta de classes, ensina o grande pensador patricio que é também na história que encontramos a cooperação en-

tre as classes, como característica da vida normal da sociedade. A luta de classes é uma exceção e não regra. Tem havido, é certo, choques de classes, ao longo da história, mas são choques precedidos e sucedidos por longos períodos de entendimento pacífico. E a solução para os períodos de mal-estar, como hoje em dia, não é a provocação à luta das classes e, sim, os entendimentos recíprocos, a aproximação das mesmas classes.

Quanto à teoria do valor, de envolta com observações exatas, há nessa tese também, afirmações insubstituíveis. Reconhece, pois, o Dr. Amoroso Lima que há, na teoria do valor de Marx, "observações exatas" e "muito de verdade", o que evidencia claramente que, embora católico de profundas convicções (ou talvez por isso mesmo), não existe intolerância dogmática em seus estudos doutrinários, aumentando, portanto, ainda mais, o enorme valor de suas opiniões. Vamos, porém, à sua contestação para concluir pela supremacia social do proletariado, o marxismo atribui o valor, exclusivamente, ao trabalho material. Há, entretanto, produtos de imenso valor sem nenhum trabalho dessa natureza, como uma invenção ou um achado precioso. Ao contrário, quantos produtos sem valor existem e que são o resultado de um trabalho enorme, de esforços longos e penosos. Outros produtos têm valor igual, com trabalhos diferentes, como o café produzido numa terra boa e numa terra má: o que foi plantado numa terra boa dá sem trabalho, pela própria fecundidade da gleba; ao passo que o plantado em terra pobre custa suor e sangue; ao apurar das contas, porém, ambos valem a mesma coisa. E o inverso também se dá, quando, com o mesmo trabalho, se obtêm produtos de valores muito diferentes. Na teoria do valor de Marx, esses fatores diferentes não são levados em consideração, de forma que o valor se concentra apenas no elemento material do trabalho, sem atender a seu elemento intelectual. Desconhece-se aí, como em tudo o mais, a atuação do homem na sociedade

e não se levam em conta os direitos da pessoa humana, da mesma maneira por que se despreza o direito de propriedade e de disposição de um capital, como instrumento de trabalho.

A lei da concentração dos capitais, por sua vez, não é menos falsa que as outras, porquanto a riqueza oscila sempre entre o indivíduo e a coletividade. Nas tribos primitivas, encontramos a propriedade individual, a propriedade familiar, a coletiva e ausência de propriedade, tudo simultaneamente, ou parcialmente. O mesmo se dá, hoje em dia, nas grandes sociedades civilizadas. Não há uma superação sucessiva de regimes de concentração crescente de riquezas, mas uma co-existência de regimes apenas, em maior ou menor escala, com o aparecimento de mais ou menos fatores.

A existência das crises continuas de super-produção é um fato e modernamente ele se tem agravado, devido, precisamente, ao errado sistema capitalista; mas, errado também é Karl Marx no estudo profundo das crises, em que, como sempre, aplica a sua medida invariável — o seu *sociômetro econômico*, pretendendo reduzir tudo a uma questão de técnica. As crises têm também uma casualidade muito mais complexa, na qual entram tanto os fatores econômicos, qual seja a *máquina*, como os fatores *morais e intelectuais*, como a separação entre *economia e ética*, que o pensamento moderno adotou, com o pretender fazer da economia uma ciência *natural e não moral*. Estudando-se o fenômeno *crise*, sem levar em conta todo esse conjunto de fatores, cairíamos no unilateralismo e no partidarismo, que viciam todo o fundamento pseudo-científico do socialismo.

Tão falsa como as anteriores, em quase toda a sua extensão, se apresenta, igualmente, a última tese marxista, que prega a revolução como necessária para a salvação do "exército de reserva da miséria". É certo que se verifica a super-produção e se reduz o trabalho à mercadoria, sujeita à lei da oferta e da procura, no re-

gime do materialismo capitalista. Não se verifica, porém, ao mesmo tempo, a redução contínua dos salários, que serve para estabelecer aquele círculo vicioso que conduz as massas ao desespero. Ao contrário, as estatísticas econômicas mostram que, nas grandes nações industriais, os salários têm crescido em proporções maiores que o preço do custo da vida e que a retribuição ao capital tem diminuído.

Com referência a esse último argumento, parece oportuno esclarecer que nem mesmo o agravamento trazido às condições de vida nos países mais adiantados, e que mais duramente foram atingidos pelas consequências da última guerra, pode servir para invalidá-lo. E isso porque, se o custo de vida aumentou consideravelmente, os salários subiram também nas mesmas proporções, mediante reivindicações muitas vezes violentas, insufladas pelos comunistas, e a retribuição ao capital tem sofrido restrições sensíveis em virtude dessas mesmas reivindicações, ou por imposição de dispositivos legais mais humanos, como no caso da participação nos lucros das empresas e do descanso dominical remunerado.

OUTRA CONTESTAÇÃO FORMAL E AUTORIZADA

Temos, assim, feito um resumo da sólida refutação do Dr. Amoroso Lima às teorias essenciais do marxismo. Acentuamos que se trata de um estudo doutrinário imparcial, mas sempre é possível que seja o mesmo arguido de faccioso, porquanto seu autor, sendo católico dos mais ilustres e de espírito combativo, tem sempre se batido contra o comunismo e, por isso, talvez seja suspeitado de sectarismo. Procuramos, então, um outro depoimento de não menor valor intelectual e que, não podendo ser acoimado da suspeita de intolerância, serve para bem evidenciar que os estudiosos da Sociologia não divergem na apreciação da doutrina de Marx, quando a analisam à luz da evidência científica. Valemos, agora, da lição de um ilustre

catedrático da Faculdade de Direito de Porto Alegre — o Doutor Darcy Azambuja, que é também um nome consagrado na moderna geração de escritores brasileiros. Em notável conferência sobre "A sociedade e os fenômenos sociais", esse professor e jurista sul-riograndense faz, também, uma contestação formal à doutrina marxista. Suas considerações nos apresentam ensinamentos preciosos e equivalentes, a nosso ver, à mais absoluta condenação das idéias do criador do socialismo, como se concluirá pelos seguintes trechos de seu referido trabalho:

"A falsidade irremediável das teorias marxistas é hoje indiscutível. A sua interpretação da evolução social tem sido desmentida totalmente pela história, a sociologia, a psicologia e a lógica; as premissas e conseqüências postas e tiradas por Marx e seus seguidores são falaciosas e puramente fantásticas. Nem nas sociedades primitivas nem nas contemporâneas, o fator econômico não foi e não é predominante. Nas sociedades primitivas, o fator geográfico em primeiro lugar, o fator religioso, o racial e outros puramente sociais, como a educação, os costumes, têm uma influência incomparavelmente maior que as condições econômicas na evolução do grupo e em suas manifestações intelectuais. Os trabalhos de sociólogos da envergadura de Weber, Thurnwald, Mitchell, Douglas, Thorndicke, Stamler e tanto outros demonstraram-no exaustivamente. A verdade é que nenhum fator social é absolutamente predominante; se, em certas épocas, predomina um ou dois, logo a seguir restabelece-se o equilíbrio, a interdependência de todos eles agindo em conjunto. Logicamente consideradas, as afirmações da escola marxista são de todo absurdas. Porque, se se admite com ela que o fator econômico é sempre decisivo, se foi ele que sempre determinou a vida,

a estrutura e a evolução das sociedades, temos que chegar à afirmação ininteligível de que a guerra e a paz, a prosperidade e a pobreza, a escravidão e a liberdade, foram sempre produzidas pela mesma causa.

A escola marxista, como bem notou um sociólogo contemporâneo, é uma incongruente mistura de determinismo e livre arbítrio, em que a produção econômica aparece como uma entidade proteiforme, onipresente e oniciente, de que tudo decorre e de onde tudo depende. Mas, o mais contraditório é que, segundo Marx, quando a humanidade atinge a fase do socialismo por ele vislumbrada, esse mesmo fator econômico, até então todo poderoso, deixa de ter a mais leve influência, anula-se e desaparece como por encanto.

Por fim, a mentalidade tática e violenta dos seus criadores, ao afirmarem que toda a vida da humanidade é a história da luta de classes, falseou deliberadamente a verdade, pois, mais frequente do que a luta, foi sempre a cooperação das classes, sem o que a civilização não teria sido possível.

Em resumo, pois, se pode afirmar, de acordo com a observação sociológica, que o fator econômico, como todos os fatores sociais, condiciona muitos fenômenos, mas é também condicionado por eles; não há dependência unilateral, mas inter-dependência mútua".

Pensamos assim que, através desses dois depoimentos autorizados, fica mais do que evidenciada a improcedência e "a falsidade irremediável" das teorias marxistas. E, entretanto, nessa doutrina absurda e falsa, que o comunismo vai buscar a fundamentação de toda a sua estruturação. O marxismo evoluiu e foi a sua aplicação prática no regime comunista soviético, de que trataremos em trabalhos posteriores.

(Continua)

OS INTERESSES ESTRATÉGICOS DO REINO-UNIDO

Major-General Sir JAN JACOB, K.B.E., C.B.,
ex-Secretário Assistente Militar do Gabinete
de Guerra Inglês (1939 a 1946) — Tradução
e adaptação pelo Ten.-Cel. RAPHAEL DE
SOUZA AGUIAR

I

I — Neste relato desejamos descrever alguns dos *mais importantes fatores* que intervêm na segurança do Reino-Unido.

Entre esses fatores, existem alguns cuja significação poderá variar, à medida que se apresentarem modificações na posição de equilíbrio da política mundial; mas as considerações fundamentais provenientes da própria natureza das ilhas britânicas, situação sob o ponto de vista geográfico, população, longa história, permanecem fundamentalmente inalteradas.

Por exemplo: — a importância capital que tem, para os ingleses, as condições em que possa se encontrar a Europa e a sua dependência quanto à segurança das comunicações, através dos mares, são dois fatores que permanecem constantes, muito embora o panorama geral dos acontecimentos, nos dias atuais, não sejam mais apenas europeus e sim universais.

Estas considerações não abrangem, por certo, os problemas dos demais membros do "Commonwealth", salvo nos casos em que esses problemas sejam igualmente do Reino-Unido.

Difícil se torna fazer uma síntese das correntes de opinião, em matéria de estratégia e não nos meteremos na pele de solucionador dos transcendentes problemas defensivos e ofensivos que resultariam de uma guerra mundial en-

tre os EE. UU., o Commonwealth e a Rússia.

Apenas apontaremos alguns dos perigos que poderiam se apresentar, no caso do irrompimento dessa guerra, assim como as medidas que os ingleses terão de tomar para evitar um aniquilamento.

Se uma nova guerra mundial é provável ou iminente e se a sua irrupção apresentará novas formas, não pretendemos discutir, mas apenas desejamos encerrar a hipótese de uma guerra total feita nos moldes conhecidos e contra a qual os ingleses, como qualquer outra nação, terão de precaver-se.

II — O REINO-UNIDO E A EUROPA

Em assuntos estratégicos, é claro que o Reino-Unido tem suas vistas voltadas, em 1º lugar e principalmente, para os problemas impostos pela situação européia. A história da Inglaterra mostra que as ameaças à sua segurança têm sempre tido origem na própria Europa, contra "potências" que se tornaram grandes. Os interesses britânicos encontram-se espalhados por todo mundo e, para protegê-los, ela terá que levar a sua autoridade aos recantos mais longínquos; entretanto, o perigo para ela sempre surgiu da própria Europa.

Vejam os como a situação da Inglaterra se manteve no passado e como ela se mantém no presente, em face da Europa de hoje. Nos 300 anos que antecederam a 1914,

— a segurança do Reino-Unido repousou no apoio sólido de suas esquadras, que lhe davam o "Comando dos mares"; essa mesma poderio assegurava a tranqüilidade das comunicações entre o Reino-Unido e as demais partes do mundo. Enquanto a esquadra britânica permanecesse invencível, seria impossível a qualquer "potência", embora temporariamente dominadora da Europa, consolidar suas conquistas, sendo por fim levada a um insucesso.

Não havia pois, para os ingleses, qualquer necessidade de manter um grande exército. Para apoiar os exércitos de seus aliados, os ingleses deveriam apenas reforçá-los em homens e dinheiro e o seu poder naval prestava-se ao transporte de pequenos efetivos que eram sempre muito eficazes pela oportunidade do emprego no ponto desejado.

Assim, a Grã-Bretanha encontrava-se em condições de lutar indefinidamente, sem que seus recursos fossem esgotados e tendo a certeza de que a balança do poder europeu seria finalmente restabelecida. Durante esse longo período, a Grã-Bretanha dilatou a extensão dos limites de seus territórios de além-mar, assim como estabeleceu bases intermediárias que permitiram à sua marinha defender as vias de intercomunicações que possuíam.

Nos 20 anos anteriores a 1914, operou-se uma mudança lenta dos acontecimentos e quase que despercebida, no momento. As grandes Potências, em consequência da convocação de grandes exércitos, sustentados por uma indústria moderna, deslocando-se e reabastecendo-se por meio de estradas de ferro, também modernas, começam a transformar, assim, a própria natureza da guerra.

Ao fim de algumas vitórias rápidas e decisivas, a Prússia, tendo consolidado o poderio alemão no Centro da Europa, apresentava-se, cada vez mais, como um perigo ameaçador da balança de paz do Continente. Em seguida, fazendo construir uma grande esquadra, colocava-se em condições de fazer

periclitar o poderio naval britânico.

Desse modo, a Grã-Bretanha, com uma população superior a 40 milhões de almas e seu grande desenvolvimento industrial, não poderia continuar a fiar-se unicamente no apoio que lhe proporcionava a sua marinha e manter-se à retaguarda no que respeitava ao teatro de operações terrestres.

A fim de assegurar a existência de uma forte coalisão, durável, ela propôs-se a criar um grande exército que deveria cooperar ao lado da França. A partir de 1914, por ocasião do desencadeamento da tempestade, uma luta intensa se desenvolvia, tanto em terra como no mar, estendendo-se finalmente ao ar. A Grã-Bretanha e a França, reforçadas com o apoio dos Domínios da Índia e das Colônias, acrescido ainda das forças Norte-Americanas, como compensação do colapso Russo, conseguiram sair vitoriosas, mas essa vitória custou-lhes demasiadamente caro.

Em consequência de um massacre que durou quatro anos, a Grã-Bretanha enfraqueceu-se bastante e a França esgotou-se. Os efeitos econômicos dessa guerra, mais do que nunca, resultaram gravíssimos. Mas, além desses males evidentes, outros haviam de grande significação. A própria estrutura europeia foi completamente arrazada. O Império Austro-Húngaro foi desagregado e fragmentado; a Alemanha, prostrada, se bem que constituindo sempre uma ameaça em potencial; a Rússia, fora do baralho. As grandes Potências, sendo então em menor número, nenhum equilíbrio de forças, capaz de durar, se apresentava.

Os EE.UU., afastando-se do cenário, inveteraram pelo isolacionismo.

Em toda essa tragédia, o que resultou de mais importante, sob o ponto de vista inglês, foi a transformação da guerra que passou a ser uma luta entre grandes nações completamente mobilizadas.

Na guerra passada, o *Commonwealth* possuía uma frota de cerca de 50 couraçados e inumeráveis embarcações de menor tipo; um

exército acima de 5 milhões de homens e uma grande força aérea, tudo reforçado e apoiado por uma produção de munições em larga escala. Os dias das pequenas expedições, dos auxílios aos aliados e de uma esquadra invencível desapareceram. O domínio do mar, sem o domínio do ar que se lhe sobrepõe, perdeu muito de sua antiga significação. Agora, que Londres sofreu a ação de bombardelos, a largura da Mancha parece ter diminuído.

Começa-se a dizer que a segurança do Reino-Untido não mais se manterá, em presença da Idade do Ar que se aproxima.

A 2ª Guerra Mundial deve ser encarada, aqui, como uma renovação dos esforços com que se engajaram os ingleses, na 1ª, para impedir que os Alemães implantassem o seu domínio na Europa. A luta, desta vez, foi mais demorada e, de tempos em tempos, o Reino-Untido esteve sob perigo. De mais, a presença do Japão (primeira nação não europeia, de 1ª categoria, a se opor ao Reino-Untido e ao Commonwealth) na guerra, embora contrabalçada pela entrada simultânea dos EE.UU., muito contribuiu para o enfraquecimento dos recursos do Reino-Untido, agravando sobretudo a confusão que sempre se instala nas ocasiões de guerra. Todavia, ainda uma vez, finalizou-se pela vitória. A Inglaterra foi capaz de sobreviver a ferozes ataques aéreos, não obstante toda a Europa ocidental (com exceção da Espanha, Portugal, Suíça e Suécia) estivesse já em mãos do inimigo.

Saídos de uma guerra cuja conduta exigiu um esforço total, através de uma mobilização militar e industrial completa, com o esgotamento dos recursos de além-mar e enormes prejuízos para a propriedade e para a navegação, a Inglaterra sofreu uma distorsão violenta em sua vida econômica e social.

De tudo isso, porém, o que parece mais grave, no ponto de vista britânico, foi a situação em que ficou a Europa de pós-guerra.

III — O EQUILÍBRIO POLÍTICO NA EUROPA

O Reino-Untido jamais participou voluntariamente de uma guerra sem aliados. Dada a própria natureza da sua força e da situação geográfica, ao longo da Costa de um grande Continente, foi sempre obrigado a procurar aliados que completassem o seu poder naval, sob a forma de exércitos e de bases de operações. Esses aliados nem sempre puderam manter-se, em todas as ocasiões, mas, enquanto a Grã-Bretanha se mantivesse firme, poder-se-ia recompor gradualmente uma nova coalisão, permitindo a continuação da luta até que o equilíbrio se restabelecesse. O único elemento essencial, além do poder naval da Grã-Bretanha, seria a existência de uma Potência continental, fora da esfera da nação agressora, para agir como base de resistência e como elemento de desgaste. Em 1812 e em 1941/42, a Potência continental que se opunha ao agressor e não estava vencida era a Rússia. Em 1914/18, foi a França, apoiada pela Grã-Bretanha, que se manteve sobre suas posições até que os EE.UU. pudessem vir dar o golpe de misericórdia. Passando-se em revista a situação atual, parece, pela 1ª vez em mais de cem anos, não existir qualquer nação europeia que possa agir desse modo essencial, se for necessário deter o desenvolvimento da influência cada vez maior da expansão Russa. Diz-se frequentemente que a Grã-Bretanha não poderá manter sua segurança, se uma Potência continental se apossar das costas da Europa Ocidental.

Durante a 1ª Guerra Mundial, os aliados fizeram esforços hercúleos para impedir a queda dos portos da Mancha. Dizia-se que Antuérpia seria como que uma pistola apontada para o coração da Inglaterra. A história, contudo, mostrou não haver fundamento para tal asserção. Durante as Guerras Napoleônicas, a França manteve seguidamente e por longos períodos, a posse das costas

espanholas, franceses e dos países-baixos.

Na 2ª Guerra Mundial, a Alemanha ocupou toda a costa da Europa Ocidental, do cabo Norte aos Pirineus e mesmo assim foi impotente, quer para invadir o Reino-Unido, quer para lhe cortar as comunicações.

Por que, pois, deverá a Inglaterra considerar a hipótese de lutar a todo custo para impedir que uma só Potência venha a dominar a Europa? E por que vêm os Ingêses, consternados, a ausência de uma Potência continental, capaz de permanecer invencível, de modo a constituir o núcleo de uma coalisão que venha a derrubar um pretensso conquistador?

Existem duas razões, sendo, uma, de natureza econômica e outra, de natureza militar. Antes de mais nada, é essencial para o bem-estar do Reino-Unido que o comércio com a Europa não seja destruído definitivamente e que a economia européia não seja organizada de tal modo que a economia do Reino-Unido venha a ser arruinada. Em segundo lugar, e essa consideração cresce da importância à medida que o tempo passa e a ciência e a indústria se desenvolvem, um Estado, que se torne Senhor Incontestado da Europa, poderá fazer a guerra mais mortífera do que todas as que temos conhecido até hoje.

Durante a 2ª Guerra Mundial, a Alemanha esteve prestes a levar suas armas vitoriosas sobre o Reino-Unido, vencendo-o, muito embora só pudesse dirigir contra ele metade de suas forças. Em 1940/1, a Inglaterra manteve por pouco tempo o domínio do ar, enquanto a ação de Hitler se mantinha voltada para a luta iminente com a Rússia. Depois de maio de 1941, a Alemanha dirigiu o seu esforço principal sobre o "front" de leste. Se a Rússia tivesse sido vencida, em 1941, e se a Alemanha pudesse lançar à exploração de todos os recursos militares e industriais do continente, a fim de destruir a Grã-Bretanha, é duvidoso que a Inglaterra pudesse sobreviver, mesmo com o apoio do Com-

monwealth inteiro e dos E.E.U.U. Nesse caso, os anos de 1942 e 43, antes que o grande poder Norte-Americano se tivesse exercido sobre os campos de batalha da Europa, teriam sido bem críticos.

Muita coisa se passou nos cinco anos que se seguiram a todos esses acontecimentos. Inventou-se a bomba atômica e deu-se-lhe aplicação. Aperfeiçoaram-se os meios de lançar a bomba atômica e outros projetos devastadores. Não poderemos deixar de concluir que, se a Rússia puder, dentro de alguns anos, estender-se sobre a Europa Ocidental, as consequências desse acontecimento poderão ser desastrosas para o Reino-Unido.

As profecias de desastres têm se mostrado falsas, no passado e talvez se mostrem, também, falsas, no futuro, mas já foi dito o suficiente para mostrar como é importante para a Inglaterra evitar de pôr à prova essas profecias. De qualquer modo, os Ingêses tem como necessário impedir a dominação da Europa Ocidental pela Rússia. É preciso criar, a qualquer preço, uma coalisão sólida das potências ocidentais, a fim de neutralizar o perigo Russo e, se necessário, impedir pela força que ele atinja as costas Atlânticas e consolide a posse de toda a Europa. Será isso possível?

IV — A UNIAO OCIDENTAL E O PACTO DO ATLANTICO

Em 1945, quando de uma conferência do Commonwealth, existia um sentimento geral de que a Organização das Nações Unidas poderia ser constituída como uma força mundial, com um vigor e autoridade suficientes para resolver pacificamente as contendas, mesmo entre as Grandes Potências. Esse sentimento ganhou opinião, na Inglaterra, pela convicção de que a guerra é de tal modo desgraçada que, evitá-la, parecia ser o fim principal de todos os governos e de todos os povos que estivessem dispostos a fazer todos os sacrifícios para assegurar o sucesso das Nações Unidas. Essa esperança fazia nascer a idéia de que uma au-

toridade mundial poderia surgir da cooperação voluntária de todos os Estados. Durante os anos que se escoaram, daí para cá, o que se passou foi bastante para demonstrar que, se bem que uma organização internacional possa produzir uma grande soma de trabalho útil, (*) não se acredita completamente que essa organização possa resolver as questões sobre as quais existam uma acentuada diferença de opinião entre Grandes Potências que não estejam dispostas a se deixar colocar em minoria, quando se tratar de seus interesses vitais. Esse fato não escapou aos homens que redigiram a Carta de São Francisco. As disposições permitindo acordos regionais, a defesa mútua e, ainda, a concepção de unanimidade das Grandes Potências, que ficou conhecida pelo nome de veto, tudo foi introduzido na "Carta" depois de bem pesadas aquelas dificuldades. Em resumo, poderá dizer-se que a consideração e a discussão, pelas Nações Unidas, dos problemas mundiais capazes de criarem desentendimentos tem

valor desde que os grupos ou potências sejam assaz fortes para assegurarem-se que todos consideram ser um acordo preferível a um conflito armado. Certamente, com o tempo, espera-se criar o hábito da arbitragem, mas isto será pouco provável sem que, no fundo, exista um equilíbrio de forças. É bem evidente que esse equilíbrio não poderá ser imposto unicamente por forças internacionais agindo sob as ordens das Nações Unidas. As disposições contidas no "Pacto" permanecem letra morta. Para realizar o equilíbrio na Europa, de tanta importância para o Reino Unido, não poderão os Ingleses contar somente com um poder superior exercido pelas Nações Unidas; terão eles de procurá-lo em acordos regionais e essa conclusão se reflete na criação da União Ocidental e no Pacto do Atlântico, sendo preciso saber se esses acordos regionais poderão ser bastante fortes, de modo a preencherem o fim a que se destinam.

(Continua)

(*) Nota do autor — A intervenção da ONU na guerra da Coreia é uma prova disso.

RAPOSO & CIA. LTDA.

COMISSÁRIOS E COMPRADORES DE CAFÉ

CASA FUNDADA EM 1904

MATRIZ

SANTOS

Rua São Francisco, 25 — Tel., 2-5112 — Caixa Postal, 36

FILIAIS

BRAGANÇA PAULISTA

Rua José Domingues, 743 — Tel., 160 — Caixa Postal, 21

CAMPINAS

Rua Gov. Pedro de Toledo, 358 — Tel., 2294

Caixa Postal, 358

A TRILOGIA IMORTAL

(Palestra de encerramento do C.R.A.S. no
17º R.C., pelo Ten.-Cel. AROLD RAMOS DE
CASTRO, Cmt. do 17º R.C.)

SUMÁRIO

- I — A TRILOGIA IMORTAL. Seu significado e os seus fundamentos.
- II — A concepção de DEUS; sua significação e o seu valor para a humanidade.
- III — A concepção da PÁTRIA; sua significação e as bases da sua sobrevivência.
- IV — A concepção da FAMÍLIA; sua significação e os seus fundamentos.
- V — O papel dos Sargentos ante a TRILOGIA IMORTAL.
- VI — O EXÉRCITO E A TRILOGIA IMORTAL.
- VII — Conclusões.

I

Profundamente elevada e digna é a significação da TRILOGIA IMORTAL: DEUS, PÁTRIA e FAMÍLIA.

Elevada, por consistir na associação de três concepções que reúnem o que de mais puro e nobre existe, no pensamento e nos corações humanos.

Digna, por despertar, ao simples enunciado, em todos nós, uma mística de bondade e justiça, de civismo e de abnegação, de moral e de amor.

A concepção e a sobrevivência dessa TRILOGIA IMORTAL representam para a humanidade que orienta as suas ações e as suas atitudes pelo trabalho que dignifica e pela moral que enobrece, a sua continuidade e a sua marcha ascensional, apesar de ter de palmilhar, no MUNDO contemporâneo, longas e penosas trilhas, abertas pela inconsciência de alguns povos e pelas ambições mesquinhas e egoístas de outros.

No MUNDO presente, dividido nitidamente por duas ideologias antagônicas, forças MORAIS e MATERIAIS, se degladiam em uma luta encarniçada.

De um lado, luta-se pelos sagrados princípios da LIBERDADE humana; pela sobrevivência dos fundamentos morais, imaculados, da FAMÍLIA; pela intangibilidade material e moral da PÁTRIA e pelo direito, que nos assiste, de considerarmos e cultuarmos a existência de um DEUS, para o qual volvamos sempre os nossos pensamentos, nos momentos de alegrias ou de apreensões, com a alma e o coração inundados de reconhecimento ou de fé.

De outro, forças demagógicas maléficas, que procuram impregnar de covardia as massas; que ditam a violência completa como processo normal de ação; que menosprezam a piedade; que propõem, no terreno social, uma divergência constante entre as classes proletária e burguesa; que votam à Religião um ódio implacável e de extermínio e se baseiam, assim, em um materialismo absoluto, materialismo da natureza humana, "materialismo na concepção da sua história; que não consideram a família como uma instituição divina, insubstituível para transmissão e o desenvolvimento da vida, em harmonia com os desígnios da PROVIDÊNCIA".

Fundamentalmente cristã e humana é, pois, a luta daqueles que se batem pela sobrevivência da TRILOGIA IMORTAL e essa luta se alicerça, essencialmente, na moral e na razão.

Todos aqueles que norteiam as suas vidas e as suas ações pela mística de DEUS, da PÁTRIA e da FAMÍLIA, o fazem pela convicção que têm da sua FÉ, da crença no valor indiscutível das virtudes cívicas, pela segurança e pela honra dos lares, pela ordem e pelo engrandecimento da PÁTRIA.

II

Na vida da humanidade, algo existe como uma bússola que orienta o viajor, através de noites escuras e procélicas, conduzindo-o, com segurança, ao término da sua jornada.

Essa bússola, irradiação de fé e de esperança, é a concepção elevada e sublime da existência de uma força sobrenatural que comanda, com bondade, porém inflexivelmente, os nossos destinos.

Nenhum ser humano, seja qual for a religião que professe, pode eliminar da sua consciência a idéia da existência de um DEUS, pois, sem ela, restará na situação de um irracional, cujos pronunciamentos nada mais são que a manifestação brutal de seus instintos e dos seus desejos.

Voltaire, o grande filósofo, francês, ateu, definiu-se, entretanto, quando escreveu a frase que demonstrou, em realidade, a sua personalidade: "Se Deus não existisse, seria necessário inventá-lo".

Sim, se a humanidade civilizada não admitisse a existência de um Deus, não existiria, pois, "não há nenhuma civilização fundada sobre o ateísmo".

Farias Brito, o conhecido e brilhante filósofo nortista e, sem dúvida, um dos maiores que o Brasil já produziu, teve esta formosa expressão:

— "Há um princípio último que tudo explica, uma verdade suprema, que tudo ilumina: esta verdade é o Deus vivo e real que

mantém em equilíbrio o mecanismo do mundo. Negar DEUS é negar a razão do mundo.

Deus é, pois, para a humanidade, a força maravilhosa que evita o rompimento dos vínculos domésticos e sociais; que impede que atendamos unicamente aos impulsos da natureza sensível, evitando a dor e procurando os prazeres; que cria e ordena as leis do universo moral, escrevendo-as com caracteres indeleveis na consciência dos seres humanos".

III

A noção de Pátria surgiu no mundo, embora em caráter embrionário, há milênios e, progressivamente, foi evoluindo e se fortalecendo até atingir, na época contemporânea, a expressão máxima de amor e de orgulho pela terra em que se nasce, onde se constitui a família, onde repousam para a eternidade os restos dos nossos ancestrais, onde se criam e educam os nossos filhos e, onde, com o nosso trabalho digno, perseverante e honesto, elevamos o conceito e as possibilidades dessa mesma terra.

O amor e a dedicação devidas à terra "mater" é demonstrado por uma força de características morais e físicas de elevada significação: O PATRIOTISMO.

Assim, em uma nacionalidade civilizada, não pode deixar de existir os predicados de PATRIOTISMO, pois, sem eles, a coletividade que a constitui, será u's amorfa e desintegrada.

A noção de PATRIOTISMO é verdadeiramente inata às coletividades; existe até mesmo entre os selvícolas, que lutam pela intangibilidade dos seus domínios territoriais, pela segurança das suas tabas e pela tradição da sua tribo.

Nas nações civilizadas, a concepção de PÁTRIA representa o que de mais elevado e nobre existe, pois significa a preservação da própria vida da coletividade.

Precisamos, portanto, estar em guarda contra as investidas subversivas e malélicas que procuram destruir a concepção de PÁTRIA e "isto só será possível mediante uma

articulação completa e estreita de esforços, solidarizando vontades e consciências, reforçando todos os nossos valores morais num movimento profundo e convergente de disciplina e educação, capaz de sobrepor-se aos particularismos e dissensões estérteis e de transformar-se numa corrente poderosa de opinião nacional".

IV

Do livro "Fatos e Orientação", do General Moreira Guimarães, cito, agora, um trecho de beleza e significação excepcionais: "O indivíduo conserva-se e mantém-se pela nutrição; a espécie, pelo amor".

Realmente, o indivíduo, conservando-se, funda a FAMÍLIA. "E, com as FAMÍLIAS, a PÁTRIA. E, com as PÁTRIAS, a HUMANIDADE toda".

A FAMÍLIA representa, para o homem civilizado, um santuário; deve venerá-la, respeitá-la e engrandecê-la. A ela, deve dedicar todas as suas energias físicas e morais, a fim de fortalecê-la e elevá-la, no conceito social.

Os fundamentos essenciais da FAMÍLIA são, de um lado, de ordem MATERIAL e, de outro, de ordem MORAL; o homem, fundador e chefe da FAMÍLIA, deve esforçar-se no sentido de dar-lhe, pelo trabalho, um ambiente de segurança e bem-estar, e, pelos seus atos e pela sua conduta, cercá-la de uma atmosfera de respeito e consideração.

O conceito da FAMÍLIA é algo de sublime e dignificante; significa a manutenção da espécie humana sob a inspiração da MORAL e do determinismo DIVINO; para a SOCIEDADE, a FAMÍLIA representa a pedra angular da sua organização e das suas finalidades.

O homem, inspirado exclusivamente pelo materialismo, despreza a concepção da FAMÍLIA e, assim procedendo, esquece-se dos mais elementares princípios da dignidade humana e da moral. Retorna a um primitivismo degradante e se apresenta, então, aos olhos dos

seus semelhantes, com as características da irracionalidade.

Desgraçadamente, existe no mundo contemporâneo uma ideologia extremista que prega o desaparecimento da FAMÍLIA, esquecendo-se que, assim procedendo, dita o desaparecimento de seus próprios adeptos.

Para a felicidade, entretanto do mundo civilizado, os amantes dessa ideologia criminosa constituem uma minoria e não encontram eco para a sua demagogia destruidora e amoral, nos espíritos bem formados.

Mercê de DEUS, a mulher continuará a ser, pelos tempos afora, um símbolo e uma mística de FÉ; símbolo, pelo elevado e dignificante papel que representa para a preservação e a continuação da espécie humana; mística de FÉ, por consistir, para o MUNDO e para os homens, a segurança e a sobrevivência da FAMÍLIA.

Curvemo-nos pois, reverentes, ante a dignidade, a significação e os fundamentos da sublime e sagrada instituição que é a FAMÍLIA.

V

Os Sargentos constituem, modernamente, nas FORÇAS ARMADAS, uma corporação de significativa repercussão para a sua disciplina e eficiência. Já se foi o tempo em que os Sargentos eram indivíduos que tinham, como mérito essencial, uma bravura pessoal e uma rispidez de palavras e atitudes que aterrorizavam a soldadesca.

Felizmente, o nível moral e intelectual das FORÇAS ARMADAS contemporâneas evoluiu de uma maneira significativa e, nelas, não existe mais lugar para aquele Sargento "terra-braz" e aterrorizante, d'antão.

A classe dos Sargentos é, modernamente, encarada com consideração e respeito e representa uma coletividade de homens trabalhadores e dedicados, auxiliares prestimosos dos seus superiores hierárquicos e ansiosos pelo aprimoramento da sua cultura profissional e geral.

É uma corporação perfeitamente identificada com os elevados prin-

cípios da TRILOGIA IMORTAL; cre, seja qual for a religião que professe, na existência de um espírito superior que preside os seus destinos terrenos; consagra-se aos superiores interesses da PÁTRIA e vê, na FAMÍLIA, a honrosa e dignificante finalidade da sua vida social.

Seguindo tão elevada trajetória, a classe dos Sargentos engrandece as FORÇAS ARMADAS e engrandece a si própria.

VI

Extraordinária repercussão existe, no seio do EXÉRCITO, dos postulados maravilhosos da TRILOGIA IMORTAL.

Os militares, que fazem, da sua profissão, um sacerdócio de honra e dignidade, de trabalho anônimo, porém construtivo e de alta finalidade cívica e moral, olham com respeito e veneração DEUS, a PÁTRIA e a FAMÍLIA.

A consolidação do valor do EXÉRCITO de um lado, assenta-se, na sua eficiência técnica, porém, de outro, ela de nada servirá, se não estiver impregnada por uma mística de FÉ, de CIVISMO e de MORAL.

O militar, na atualidade, repele os impulsos naturais de barbarismo, mesmo no decurso das lutas mais encarniçadas; bate-se sem-

pre por um IDEAL; torna-se des-temido e heróico pela ação das forças morais e é tolerante e bondoso para com os vencidos, pela ação da FÉ, que o orienta.

Na paz, o EXÉRCITO representa, também, uma maravilhosa escola de civismo e moral, e conduz todos os seus integrantes por uma luminosa e larga estrada de honra e de dignidade, iluminada pela fulgurante irradiação emanada da TRILOGIA IMORTAL, que eleva o espírito e os corações humanos para a crença em DEUS, para o amor da PÁTRIA e para o respeito e a veneração pela FAMÍLIA.

VII

Dediquei esta palestra, especialmente, aos Sargentos que acabam de concluir, neste Regimento, o C.R.A.S., porém submeto-a à meditação de todos que me ouviram.

Finalizando-a, ergo, neste momento, o meu pensamento àquela que é na verdade, o arcabouço da TRILOGIA IMORTAL: DEUS.

Invoco a sua proteção espiritual para a PÁTRIA e para a FAMÍLIA BRASILEIRA, nestes dias apreensivos que atravessa a humanidade, a fim de que, ambas, continuem sendo, pelos tempos afora, um dignificante exemplo de honra e dignidade, de paz e harmonia, de moral e de civismo.

Companhia Cervejaria Rio Claro

Beber "Caracú" é beber saúde

SÃO PAULO

Escritório: LARGO DO TESOURO, 16, 3º andar — Tel., 2-9988

Caixa, 1512 — End. Teleg.: "SCARPA"

Distribuidor: RUA DINO BUENO, 176 — Telefone, 5-2222

CAMPINAS

RUA CÔNEGO SCIPIÃO, 464 — Telefones: 2285 e 3377

RIO CLARO

RUA SETE, 1249 — TELEFONES: 2 e 500 (Rêde interna)

Enderço Telegráfico: "CERVEJARIA"

ESTADO DE SÃO PAULO — BRASIL

MOINHO TUPI

DE

João Pinheiro Furtado



Fubá mimoso e comum, Cangica
especial, Quirera, etc.



RUA JOSÉ DE ALENCAR

TELEFONE, 44

Santo Antônio da Platina — Norle do Paraná

AUTO COMERCIAL S. A.

Concessionários: CHEVROLET

SERVIÇOS — PEÇAS — ACESSÓRIOS

PÓSTO SERVIÇO "SHELL"

Avenida Getulio Vargas, 1050 — Fones, 16 e 4

Teleg.: "Automil" — C. Postal, 13

Séde: PIRAÍ DO SUL

Geografia e História Militar



GEOGRAFIA MILITAR

Col. IVANO GOMES

Principiantes que somos no trato dos assuntos pertinentes à "Geografia Militar", submetemos as considerações abaixo alinhavadas — que, exclusivamente, traduzem nosso ponto de vista pessoal — à apreciação daqueles que são dedicados aos estudos dessa especialidade.

I — COMO CONSIDERAMOS A GEOGRAFIA MILITAR

As ocorrências físicas, econômicas e humanas estudadas pela GEOGRAFIA, quando analisadas quanto aos seus possíveis reflexos sobre OPERAÇÕES MILITARES a planejar, dão lugar ao que se chama: GEOGRAFIA MILITAR.

Se este conceito é exato, daí podemos deduzir as seguintes conclusões:

1ª) o estudo da "Geografia Militar" precederá, sempre, o planejamento de OPERAÇÕES, qualquer que seja sua natureza;

2ª) fazer a "Geografia Militar" de uma porção de território (país

ou T.O.) é obrigar-nos a que tenhamos sempre presente:

a) a suposição de que, naquela área, operações militares virão a ser planejadas ou, talvez, levadas a efeito;

b) a certeza de que não se fará obra útil e objetiva se, da análise das ocorrências geográficas registradas, não se chegar a CONCLUSÕES DE ORDEM MILITAR que definam quais hão de ser seus reflexos e influências sobre uma TROPA que, no território considerado, venha a operar.

3ª) Definição: "Geografia Militar" é o estudo analítico-conclusivo dos reflexos que as ocorrências geográficas de determinado território possam exercer sobre OPERAÇÕES que aí tenham de ser planejadas.

II — COORDENAÇÃO E ORDENAÇÃO NOS TRABALHOS DE E.M.

Não é indispensável a existência de uma Secção no E.M.E. e nos E.E. M.M. das Regiões e das

Grandes Unidades, a fim de que esses órgãos venham a fazer "Geografia Militar". De forma cabal, sempre se estudou e se fez essa modalidade de Geografia em nossos E.E. M.M., em que existisse a Secção encarregada, especificamente, desses trabalhos.

Entretanto, se nossos E.E. M.M. possuísem, cada um, a Secção correspondente, conseguir-se-ia, por certo, que tais trabalhos de E.M. pudessem vir a ser centralizados, coordenados, unificados, metodizados e padronizados. Em perfeita sintonia e usando uma só linguagem, os E.E. M.M. passariam, então, a fazer a "Geografia Militar" dos "Teatros de Operações" com absoluta ordenação, o que iria contribuir para um melhor estudo das "Instruções de Operações" (ou I.P.S.) que viessem a ser baixadas pelos escalões competentes.

III — PARTICIPAÇÃO DE GEOGRAFOS CIVIS NOS TRABALHOS DE E.M.

Sem a cooperação de professores civis especializados no trato da Geografia, a Secção encarregada do assunto jamais poderá produzir trabalho incontestável e de profundidade. Nossas constantes e repetidas transferências, por força de dispositivos regulamentares, nunca nos permitirão sejamos especializados em tais estudos. Os geógrafos que constituem as equipes do nosso Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — e de outros órgãos assessores do Governo nessa especialidade — são indivíduos que, espontânea e vocacionalmente, escolheram esse atraente ramo de ciência, são apaixonados pelas coisas da Geografia, a ela exclusivamente se dedicam durante toda uma existência e, ainda assim, particularizam, quase sempre, seus próprios estudos. Seu "métier" lhes obriga a freqüentes viagens de estudo e observação, a fim de que, no local da ocorrência geográfica em exame (seja ela física, econômica ou humana), possam colher material e dados necessários à análise que irá permitir conclusões acerca de sua

gênese, sua evolução e seu estado atual.

É conhecida, nas duas últimas guerras mundiais, a valiosa colaboração prestada, por geógrafos de nomeada, aos E.E. M.M. dos Exércitos de seus países.

Uma Secção de E.M. não se deve permitir à passividade de constituir-se em mera mapoteca, como também não pode ter a veleidade de fazer "Geografia" — ciência cujo domínio exige anos a fio de cuidadosa e desvelada dedicação. Tal veleidade, pretendida onisciência, é imprópria e não se ajusta à nossa condição de soldados. Essas duas épocas, felizmente, há muito foram ultrapassadas. Ao contrário disso, a Secção dessa especialidade deve ser ciosa da ANÁLISE e das CONCLUSÕES DE ORDEM MILITAR a tirar das ocorrências geográficas em estudo, o que será conseguido graças aos conhecimentos táticos e estratégicos ministrados pelo curso da E.E.M.

Dal, concluímos que a GEOGRAFIA MILITAR deve ser feita em dois tempos:

1º) estudo e registro das ocorrências geográficas a analisar operacionalmente (compreende a cooperação prestimosa de geógrafos civis por meio de trabalhos que lhes seriam, então, propostos);

2º) ANÁLISE e CONCLUSÕES DE ORDEM MILITAR relativas às ocorrências registradas (trabalho do oficial de E.M.).

IV — PORQUE A GEOGRAFIA DEVE INTERFERIR NA DELIMITAÇÃO DOS T.O.

Pessoalmente, parece-nos que a área de um T.O. deve ser, inclusive, delimitada pelas ocorrências geográficas, físicas, econômicas e humanas que, em território de países vizinhos, possam vir a exercer reflexos e influências sobre OPERAÇÕES MILITARES que aí devam ser PLANEJADAS. Não é justo, portanto, que se delimite um T.O. segundo as fronteiras internacionais de países limítrofes, se as operações que aí se vão desenrolar

ultrapassarão, por certo, essa linha divisória e, conforme a violência do embate dos contendores em presença, flutuarão centenas de quilômetros além dos marcos internacionais fronteiriços.

Este conceito e as razões atrás expandidas permitem concluir que, a "Geografia Militar" dos países limítrofes ou de além-mar, não só deve ser obra exclusiva da Secção encarregada, especificamente, desse trabalho, como também, para sua feitura, deve contar com a valiosa cooperação de geógrafos a tanto capacitados. Sem o adjutório desse conjunto de estudiosos, jamais far-se-á trabalho que mereça fé.

V — SEGUIMENTO E FINALIDADES DOS TRABALHOS DE GEOGRAFIA MILITAR

Em linhas gerais, é nossa impressão, os trabalhos de Geografia de um E.M. talvez pudessem ser encadeados com o propósito e a seqüência seguintes:

1º) A GEOGRAFIA ECONÔMICA, devendo ser a primeira a se pronunciar, teria por tarefa responder às quatro seguintes perguntas:

a) Como seriam suportadas as despesas resultantes duma conflagração internacional, pela situação ECONÔMICO-FINANCEIRA do país, no momento?

b) Qual a situação ECONÔMICO-FINANCEIRA dos adversários prováveis? Oscilações de suas balanças comerciais?

c) Quais as medidas a propor, a fim de que desapareçam ou sejam atenuadas as vantagens ECONÔMICO-FINANCEIRAS porventura assinaladas do lado dos adversários prováveis?

d) Como aumentar ainda mais, as vantagens ECONÔMICO-FINANCEIRAS porventura já existentes no país?

Para uma cabal resposta às perguntas supra, ter-se-ia de ESTUDAR, ANALISAR e COMPARAR a economia dos países considerados,

para, daí, concluir-se (a respeito de cada um deles):

a) quais as reservas ouro que possuera disponíveis às aquisições em mercados estrangeiros;

b) quais os produtos minerais, vegetais e animais (industrializados ou não):

1) que possuem: tonelagem, valor, exportação, importação, regiões onde são encontrados;

2) que mais necessitam, não possuem e terão de ser importados: mercados estrangeiros prováveis;

c) quais os materiais de guerra:

1) que fabricam;

2) que não fabricam, não possuem e terão de ser importados: mercados estrangeiros prováveis;

d) qual o valor econômico-militar e as possibilidades (estudo feito para cada T.O.):

1) das estradas de ferro, de rodagem e das linhas de navegação marítima, fluvial, lacustre e aérea;

2) das redes de comunicação (telégrafo, telefone e rádio);

3) das fontes de energia elétrica.

2º) Após a "Geografia Econômica" haver definido a situação, em MEIOS MATERIAIS, com a qual ter-se-ia de enfrentar os riscos da conflagração em potencial, passar-se-ia a argüir a GEOGRAFIA HUMANA que, como a anterior — estudada, analisada e comparada — informaria:

a) com que elemento humano — seu valor físico, intelectual, moral e cívico — seriam organizados os Exércitos a mobilizar pelos prováveis beligerantes;

b) como se acha distribuída a população desses países, particularmente nas regiões fronteiriças — densidade demográfica;

c) importância, valor cultural, econômico e militar dos principais

núcleos de população nos prováveis T.O.

3) Finalmente, a GEOGRAFIA FÍSICA, chamada a se pronunciar quanto aos reflexos de suas ocorrências acêrca de OPERAÇÕES MILITARES a serem levadas a efeito, justificaria, para cada T.O.:

a) quais as influências do clima e dos fenômenos meteorológicos sobre:

1) os homens, animais, suprimentos e materiais;

2) A Geologia do solo, particularmente quanto ao que se relaciona às organizações de terreno e às marchas da tropa a pé, a cavalo, motorizada e motomecanizadas;

b) como a Orografia, a Hidrografia e a vegetação — tendo em vista os objetivos geográficos assinalados anteriormente pelos estudos referentes aos assuntos econô-

mico e humano — poderiam influenciar sobre a indicação:

1) das direções mais vantajosas:

- às invasões de fronteira (ratificadas, certamente, pela História Militar);
- às operações:
 - ofensivas principais;
 - ofensivas secundárias;
 - de retraimento;
 - de mera vigilância;

2) das regiões mais favoráveis:

- aos prováveis campos de batalha;
- aos desembarques aerotransportados;
- à defensiva;
- às concentrações de G.G. U.U.;
- a serem admitidas como zonas passivas.

COMERCIAL E EXPORTADORA PLATZECK LTDA.

Casa fundada em 1925 — Atende a qualquer hora do dia e da noite
Peças — Lubrificações — Serviços

Matriz: São Paulo

ALAMEDA OLGA, 80 — Tels. 512961 e 514127 — Caixa Postal, 3162
Telegramas: "PLATZECK"

Filial: Cornélio Procópio — Estado do Paraná

RUA QUINZE DE NOVEMBRO, S/N. (Pôsto de gasolina ESSO)

Filiais no Estado de São Paulo: Santos à Rua Senador Dantas, 138 —

Caixa Postal, 489 — Telefone, 7940 — Pres. Venceslau, Martinópolis,
Araguaçu e Ourinhos

Filiais no Estado do Paraná: Santa Mariana — Cornélio Procópio —
Arapongas e Apucarana

CASA HÉLIOS

Móveis — Fazendas — Chapéus — Guardas-chuvas — Oleados — Congoleum —
Capas impermeáveis — Ternos sob medida, etc. — Vendas a vista e a prazo

RUA CORONEL SOUSA FRANCO, 401 (Prédio próprio) — TELEFONE, 249

MOGI DAS CRUZES — ESTADO DE SÃO PAULO

ASPECTOS GERAIS DA POPULAÇÃO DA ARGENTINA

Maj. METON BORGES GADELHA

I

DESENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO — CRESCIMENTO NATURAL, MIGRATÓRIO E TOTAL

A) *Desenvolvimento da População.*

Analisaremos o desenvolvimento da população da Argentina à luz das estatísticas oficiais conhecidas, desde 1797 até 1947, ou seja num período de 150 anos.

As primeiras estimativas oficiais datam do ano de 1747. A República Argentina realizou, até 1947, quatro Recenseamentos: o 1º em 1869, o 2º em 1895, o 3º em 1914 e finalmente o 4º em 1947, cujo resultado completo ainda não foi dado à publicidade.

Os Recenseamentos ou Censos, evidentemente, constituirão elementos básicos para julgarmos o desenvolvimento da população argentina, mas, além deles, consideraremos as estimativas anteriores ao primeiro Censo.

O período considerado, de 1797 a 1947, será dividido em 4 sub-períodos:

- o 1º, de 1797 a 1869 exclusive, no qual as estimativas oficiais não apresentam o rigor científico dos Censos;
- o 2º, de 1869 a 1895 abrangendo os resultados dos 1º e 2º Censos;
- o 3º, de 1895 a 1914 abrangendo os resultados dos 2º e 3º Censos;
- o 4º, de 1914 a 1947 permitindo a análise da situação atual da população argentina, bem como suas tendências no futuro.

1) *De 1797 a 1869.*

Entre 1797 e 1869 o crescimento da população argentina foi lento.

Sómente em 1853 consegue a República Argentina consolidar sua política interna, livrando-se das intermináveis lutas travadas no Prata e assegurando a ordem e a prosperidade da Nação.

Até 1857 a imigração em massa para o continente sul-americano é desconhecida, mas a partir daquela data, a República Argentina começou a receber crescentes massas de imigrantes que, de modo ponderável, concorreram para o rápido desenvolvimento da população.

Em verdade, o problema migratório fôra considerado pela Junta de Gobierno de 1810, por lei de 1822 e finalmente pela Constituição de 1853.

Esta, em seu artigo 25, determina: "El Gobierno Federal fomentará la inmigración europea y no podrá restringir, limitar ni gravar con impuesto alguno la entrada en el territorio argentino de los extranjeros que traigan por objeto labrar la tierra, mejorar las industrias e introducir las ciencias y las artes."

As conseqüências de tão sábio artigo se farão sentir de modo extraordinário nos anos subseqüentes. A população se desenvolve rapidamente e o progresso e a prosperidade da Nação são notáveis.

Na primeira estimativa oficial da população, realizada em 1797, antes da Independência, estimou-se em 310.628 o número de habitantes.

Posteriormente foram encontrados os seguintes resultados:

— Em 1819 — De 489.000 a 523.000 habitantes, dos quais 175.000 índios.

— Em 1837 — De 600.000 a 675.000 habitantes.

— Censo de 1869 — 1.737.076 habitantes, dos quais 93.138 índios.

A partir de 1857, a imigração passa a concorrer de modo acentuado no desenvolvimento da população.

2) De 1869 (inclusive) a 1895.

O Recenseamento de 1895 assinalou a existência de 3.954.911 habitantes no território argentino. O 2º Recenseamento apresentou um acréscimo de 2.217.835 habitantes. Assim, no período compreendido entre 1869 e 1895, o crescimento médio anual da população da Argentina foi aproximadamente de 4,9 %, taxa, sem dúvida, muito elevada.

3) De 1895 a 1914.

Nesse subperíodo a imigração continua a concorrer de modo positivo para o desenvolvimento da população. Grandes massas de imigrantes afluem à Argentina e sua população aumenta de modo impressionante.

O 3º Recenseamento, realizado em 1914, acusou 7.885.237 habitantes.

O Recenseamento de 1914 indicou, sobre o de 1895, um acréscimo de 3.930.326 habitantes, ou seja um crescimento médio anual de 5,2 %.

4) De 1914 a 1947.

A Primeira Grande Guerra Mundial interrompeu o afluxo de imigrantes para a República Argentina. As taxas de crescimento médio anual diminuíram de modo sensível.

O desenvolvimento da população da Argentina entre 1914 e 1947 apresenta o seguinte resultado:

Anos	População a 1 de janeiro	Crescimento vegetativo	Crescimento migratório	% no período
1914	7.885.237	—	—	—
1918	8.257.161	252.869	188.667	1,3
1920	8.510.030	2.677.651	51.951	1,9
1930	11.187.681	1.944.591	970.435	2,8
1940	13.132.279	2.976.294	182.948	1,53
1947	16.108.573	371.924	—	3,28

Considerando-se apenas os dados oficiais dos dois últimos recenseamentos, encontramos os seguintes resultados :

Recenseamento de 1914.....	7.885.237
Recenseamento de 1947.....	16.108.573
Aumento verificado.....	8.223.336
Porcentagem em 33 anos.....	104,1%
Taxa média anual.....	3,15%

O Censo realizado em 1947, deu margem a uma série de comentários. Uns, os otimistas, acham-no modesto, pois, esperavam que a população argentina atingisse a casa dos 20 milhões.

Outros, ao contrário, e em menor número, acham-no um pouco elevado.

Vejamos, à luz das publicações oficiais, a realidade.

O cálculo das estimativas, no período 1914-1944, apresenta um crescimento médio anual de 2,6 % e as populações estimadas para 31-XII-943 e 31-XII-944, foram respectivamente de 13.909.950 e 14.130.871.

Dentro das taxas normais, observadas nos últimos anos, a população argentina não poderia acusar, em 1947, 16 milhões e sim 15 milhões no máximo. Mas, a população recenseada em 1947 é perfeitamente aceitável, por ser difícil seguir com precisão o desenvolvimento de uma população durante 34 anos e em face de fatores diversos.

Entre esses fatores considera-se a imigração clandestina no pós-guerra, como de grande importância.

De acordo com a população determinada para 1947, as taxas de crescimento do período 1914-1947 e as tendências da população, expostas mais adiante, somente em 1980, poderá a Argentina ter uma população de 32 milhões de habitantes, salvo se incrementar a imigração de modo excepcional.

B) Crescimento Natural ou Vegetativo. — Taxas de Natalidade e Mortalidade.

A diferença entre os que nascem e os que morrem, num determinado ano, é chamada crescimento natural ou vegetativo da população nesse ano.

A Argentina, sob esse aspecto, apresenta características semelhantes às nações mais civilizadas e traduzidas por baixas taxas de natalidade e de mortalidade.

Atualmente apresenta as seguintes taxas:

— Natalidade.....	23,3 ‰
— Mortalidade.....	11,3 ‰
— Cresc. Veget.....	12,0 ‰

1) Taxas de Natalidade.

A taxa de natalidade tem diminuído de modo alarmante e tende a prosseguir nesse sentido. Aliás, o decréscimo da natalidade é um fenômeno universal, peculiar às nações mais prósperas. Com relação às principais nações, a taxa argentina é bem elevada, pois, aquelas apresentam as seguintes Taxas: Inglaterra 14,7 ‰, Estados Unidos 17,1 ‰, França 16,1 ‰, Suécia 13,7 ‰.

No Brasil esta taxa é excepcionalmente elevada, 43 ‰.

Na Argentina a evolução da taxa de natalidade é a seguinte:

Em 1910.....	38,3 ‰
Em 1920.....	32,3 ‰
Em 1930.....	29,5 ‰
Em 1940.....	24,1 ‰

Nas regiões pobres do país, essas taxas são elevadas, como por exemplo, Jujuy com 52,9 ‰, Salta com 44,2 ‰, Formosa com 57,48 ‰.

Ao contrário, nas regiões mais prósperas elas baixam acentuadamente, atingindo 17,7 ‰ em Santa Fé e 18,6 ‰ na Província de Buenos Aires.

Do livro "Argentina en la Post Guerra", de autoria de um grupo de eminentes argentinos, transcrevemos os seguintes trechos, que bem elucidam a gravidade do problema, particularmente para uma nação próspera e jovem como a Argentina. "Así en nuestro país las once provincias menos ricas con una población de 4.200.000 habitantes, dan cinco veces más nacimientos que la Capital Federal con cerca de 3.000.000 de habitantes, e igual número que las provincias de Buenos Aires, Santa Fe y Córdoba que tienen 6.000.000." "Santiago del Estero con menos de 500.000 da casi tantos hijos a la patria como la Capital Federal con una población seis veces mayor".

Como causas do fenômeno, apontamos :

- condições econômicas.
- o constante aumento da população urbana do país.
- o envelhecimento biológico da população.

É oportuno frisar que o número de casamentos tem aumentado, quer em valor absoluto, quer em percentagens.

Analisando as causas do declínio da natalidade, o Dr. Carlos B. de Quiros em seu magnífico livro "Problemas Demográficos Argentinos, ao estudar a influência da Cultura diz : "Y si de la "cultura" de liceos y colegios nacionales, pasamos a la superior y universitaria, tenemos conclusiones más precisas aún en este mismo sentido. Así, si comparamos los índices de natalidad entre los profesionales de esta Capital Federal, año 1940, veremos que los militares tienen el 9,20 ‰ de los nacimientos, los médicos el 8 ‰, los ingenieros el 5,28 ‰, los abogados el 4,60 ‰, los maestros el 4,77 ‰, y los procuradores, actores, médicos veterinarios e ingenieros agrónomos tienen menos del 1 ‰, contra el 329 ‰ de hijos de empleados (en general), el 113 ‰ de peones y jornaleros, y el 103 ‰ de comerciantes varios".

2) Tasa de Mortalidad.

Sob esse aspecto, a Argentina está colocada entre os países mais adiantados do mundo. Sua taxa de mortalidade é muito baixa, 11,3 ‰ e tem decrescido bastante. Este decréscimo, ao contrário do anterior, nos apresenta um ótimo índice, digno de ser atingido pelo Brasil.

Vejamos sua evolução :

— Em 1910.....	18,9 ‰
— Em 1920.....	15,5 ‰
— Em 1930.....	12,7 ‰
— Em 1940.....	11,5 ‰

Seus valores máximos e mínimos são assinalados nas seguintes regiões :

Máximo : Jujuy 26,7 ‰
Salta 20,0 ‰

Mínimo : Corrientes, La Rioja 8,5 ‰
Catamarca — 8,7 ‰

3) Crescimento Vegetativo.

Apresenta acentuado declínio, embora ambas as taxas, que o constituem, tenham baixado. Isso significa que a natalidade tem decrescido de modo mais acentuado do que a mortalidade.

Atualmente o crescimento vegetativo é de 12,8 ‰.

Sua evolução é a seguinte :

— Em 1910.....	19,4 ‰
— Em 1920.....	16,8 ‰
— Em 1930.....	16,8 ‰
— Em 1940.....	12,7 ‰

O declínio no decênio 1930-1940 foi muito sensível, maior mesmo do que nos anos posteriores a 1940.

4) Crescimento Migratório.

A partir de 1857, a Argentina recebeu grandes massas de imigrantes.

Sua população, enquanto esses imigrantes afluem ao território argentino, desenvolveu-se rapidamente.

De 1857 a 1870 não há emigrantes da Argentina; nesse período ela se afirma como uma nação que desconhece o problema emigratório.

A partir de 1871 o saldo migratório, embora elevado, resulta da diferença entre imigrantes e emigrantes. Ponderável se torna o número dos que, naturalmente, tendo conquistado bens materiais na terra Argentina, regressam à Pátria.

Entre 1857 e 1914 entraram na Argentina 6.578.712 imigrantes assim distribuídos :

— Italianos.....	2.973.971	44 %	} 75 %
— Espanhóis.....	2.085.819	30,9 %	
— Franceses.....	241.271	3,6 %	
— Polacos.....	182.097	2,8 %	
— Alemães.....	154.569	2,3 %	
— Diversos.....	940.199	16,6 %	

A guerra de 1914-1918 interrompeu o afluxo imigratório. Assim, podemos considerar o movimento migratório argentino dividido em dois períodos : o primeiro, de 1857 a 1914 e o segundo, de 1914 a 1947.

No primeiro período, os valores máximos são expressos pelos seguintes números :

— Imigração :

- Máximo : Em 1912 com 379.117 imigrantes.
 - Mínimo : Em 1902 com 93.080 imigrantes.
- Para determinação do mínimo, apenas consideramos o período 1900-1914.

— Emigração :

- Máximo : Em 1914 com 243.701 emigrantes.
 - Mínimo : Em 1900 com 55.417 emigrantes.
- Adotamos o mesmo critério do caso anterior.

— Saldo Migratório :

- Máximo : Em 1910 com 208.870.
- Mínimo : Em 1902 com 16.653.

Vejamos agora o movimento migratório no segundo período, particularmente de 1914 a 1944.

Número de Imigrantes.....	3.580.435
Número de Emigrantes.....	2.653.154
Saldo Migratório.....	927.281

Durante os anos da 1ª Guerra Mundial o Saldo Migratório é negativo.

— Em 1914.....	34.650
— Em 1915.....	64.488
— Em 1916.....	50.145
— Em 1917.....	30.977
— Em 1918.....	8.407

A partir de 1919 o movimento migratório entra em ritmo ascendente, atingindo o máximo no ano de 1929 para, em seguida, decrescer e tornar-se quase nulo no decorrer da 2ª Grande Guerra.

— Em 1929: Imigração 437.455 — Emigração 348.234 — Saldo 89.221.
— Em 1943: Imigração 2.335 — Emigração 2.941 — Saldo 606.

O eminente Professor Mortara calcula que no período de 1841-1940, um século, 7,4 milhões de imigrantes transoceânicos chegaram à Argentina, e em cerca de 3,6 milhões o excedente dos imigrados sobre os emigrados.

Os dados acima permitem verificar que cerca de 50 % dos imigrantes voltaram às suas pátrias. No já mencionado livro "Argentina en La Post Guerra", encontramos uma explicação, que nos parece justa, sobre o êxodo dos que procuraram se estabelecer no Novo Mundo. Julgamos oportuno transcrevê-la.

"En cuanto a la emigración que en algunos períodos señala que más del 50 % de los que venían a nuestro país volvían a marcharse, debe recordarse que ya en los tiempos del Presidente Avellaneda, el senador Nicasio Oroño auguró el fracaso del plan de traer inmigrantes al país porque la tierra no estaba en condiciones de entregarse fácilmente en propiedad a los mismos; no estaban aún delimitados los territorios nacionales, no estaba dividida la tierra y no existía un programa para su entrega en propiedad". Mais adiante acrescenta: "Por otra parte debe tenerse en cuenta que en nuestro país la conquista del desierto y la pampa se hicieron mediante campañas militares otorgando luego en compensación a los oficiales y soldados participantes, enormes extensiones de tierra que no podían arar ni cultivar, mientras que en los Estados Unidos la conquista se realizó en forma gradual y llevando al lado y a veces delante de las tropas, enormes grupos de colonos que de inmediatos se dedicaban a trabajar las tierras quitadas a los indios". "Esta manera distinta de solucionar el problema de propiedad de la tierra dió también resultados distintos; mientras que en el país se desarrolló de una manera extraordinaria el latifundio y la especulación con los terrenos, en los Estados Unidos se desarrollaron las chacras y con ellas la población".

5) Crescimento Total.

De 1840 a 1940, a população argentina aumentou de 14,78 vezes, passando de 900.000 habitantes a 13.300.000.

Em igual período, só foi ultrapassada pelo Uruguai, cuja população aumentou 22 vezes, e sobrepujou os Estados Unidos e o Brasil, que acusaram respectivamente acréscimos de 7,7 e 6,69 vezes.

O Professor Mortara em "Pesquisas sobre Populações Americanas" analisa o crescimento da população da Argentina, do seguinte modo: "Estimada em 0,9 milhões a população argentina em 1840, e em 13,3 milhões em 1940, o crescimento total de 12,4 milhões dividir-se-ia em 8,8 milhões de crescimento natural e 3,6 milhões de crescimento imigratório. A taxa média geométrica anual de crescimento total seria de 27,30 por 1.000 habitantes, a taxa de crescimento natural de 19,37. Aplicando esta última taxa à população inicial de 0,9 milhões, calculamos que em 100 anos o número dos habitantes subiria para 8,1 milhões, com um crescimento de 5,2 milhões. Portanto, o aumento total observado efetivamente nos cem anos pode ser discriminado em:

- 5,2 milhões, isto é, 41,94 %, crescimento natural independente da imigração;
- 3,6 milhões, isto é, 29,03 ‰, crescimento natural dependente da imigração;
- 3,6 milhões, isto é, 29,03 ‰, crescimento imigratório."

"Em 58 % o aumento da população seria determinado, direta ou indiretamente, pela imigração."

"Torna-se evidente a grande diferença entre o Brasil e a Argentina."

"No primeiro país o desenvolvimento demográfico é em 81 % independente da imigração, no segundo apenas em 42 %."

II — Composição e distribuição da População.

1) Composição.

Etnicamente, a população argentina é a mais homogênea da América do Sul.

É nitidamente européia." Ela assim se compõe:

- Brancos 89 % — predominam os descendentes de italianos e espanhóis.
- Mestiços 9 % — Cruzamento do branco com o índio.
- Negros 1 %
- Índios 1 %.

A população branca é descendente, em sua maior parte, de italianos e espanhóis. Julgamos difícil encontrar um argentino que não descendesse europeus.

A assimilação do estrangeiro na Argentina, convence-nos da precariedade dos argumentos contra a imigração, de algumas autoridades brasileiras.

O imigrante, de modo geral, é um fator de progresso, representa capital, técnica, experiência e cultura. Normalmente ele imigra em busca de melhores condições de vida para seus entes queridos, em busca de tranquilidade espiritual. Naturalmente se ele encontrar no país de destino, um povo inculto, sem aptidão para o trabalho, há de dominar, de sobrepujar os locais, particularmente, quando a ação do governo não se faz sentir.

Pensamos assim, mas, não julgamos justo nem patriótico, dispensarmos um tratamento excepcional ao imigrante, relegando nosso homem, nossa criança a um plano secundário.

A Argentina é um exemplo cabal, insofismável do valor da imigração; S. Paulo e o Sul do Brasil constituem outro exemplo.

A proporção entre nacionais e estrangeiros tem apresentado os seguintes números:

	Argentinos	%	Estrangeiros	%
Censo de 1889	1.526.734	87,9	210.173	12,1
Censo de 1895	2.886.581	74,9	964.961	25,1
Censo de 1914	5.320.725	70,4	2.234.944	29,6
Estimativa de 1942	10.764.402	82,8	2.228.410	17,2

O aumento intensivo da população estrangeira, atingiu seu máximo no ano de 1914, com 30 % da população total.

A partir de 1914 essa população entrou em declínio e o elemento estrangeiro jamais poderá atingir aquela percentagem.

Em 1914, os estrangeiros estavam assim distribuídos :

— Italianos.....	929.000	11,8 % da População Total
— Espanhóis.....	829.000	10,5 % da População Total
— Russos.....	93.834	1,2 % da População Total
— Uruguaios.....	86.428	1,1 % da População Total
— Diversos.....	—	5,0 % da População Total

29,6 %

Como característica interessante da população estrangeira, notamos o seu envelhecimento. Em 1939, dos 2.503.000 estrangeiros existentes no país, estimava-se que 1.671.000, ou sejam 65 %, tinham mais de 50 anos.

Infelizmente, não dispomos dos dados do Recenseamento realizado em 1947, relativos à população estrangeira, mas, como tudo indica, ela deve apresentar uma percentagem muito inferior a 17 % e maior envelhecimento.

Os estrangeiros, ontem como hoje, localizam-se de preferência no litoral. Mais de 75 % deles estão localizados na Capital Federal e nas Províncias de Buenos Aires e Santa Fé.

A população indígena na Argentina é pouco conhecida, ou, então, não tem muita divulgação.

O Censo de 1914 acusava a existência de 20.000 índios, mas, o Dr. Quirós, no Livro Problemas Demográficos Argentinos, atribuiu à Argentina, em 1934, uma população de 150.000 índios.

O Professor Donald Brand, do Institute of Latin — American Studies — The University of Texas, U.S.A., em recente e importante inquérito, calculou a população indígena em 274.000.

Pensamos que a população indígena da Argentina deve orçar em cerca de 200.000. A vida do índio argentino, como a do nosso, é extremamente primitiva.

Quanto ao negro, nenhum dado de valor dispomos. Ele não tem valor económico, nem social na Argentina; representa uma ínfima parte de sua população.

Ricardo Levene em seu livro Lecciones de Historia Argentina faz ligeiras referências ao elemento negro na formação da sociedade argentina.

O eminente historiador assim se exprime: "Los negros, en menor cantidad, también influyeron en la constitución étnica de los poblaciones del Plata".

Predominaron sobre todo, en Buenos Aires y en Córdoba, y su influencia fué grande, en el sentido moral, pues como veremos en seguida, los negros esclavos desempeñaron un importante papel en la vida del hogar, siendo como los compañeros de los niños y de los jóvenes".

"Oriundos del África, venían importados en carácter de esclavos, para substituir a los indios que habían muerto en la dura labor en que habían sido sometidos".

2) Distribuição da População.

a) Distribuição por Províncias e Territórios.

A população da Argentina apresenta uma densidade média de 5,9 habitantes por km².

Sua distribuição não é uniforme; 46 % estão localizados na cidade de Buenos Aires e na Província do mesmo nome. Tal aglomeração, parti-

cularmente a da Capital Federal, é considerada uma anomalia, denominada pelos habitantes das demais províncias, a macrocefalia da Grand Buenos Aires.

A Capital Federal com 190 km² e uma população de 3.080.000 de habitantes apresenta uma densidade média de 15.800 habitantes 1 km².

Se considerarmos apenas a Capital Federal, a Província de Buenos Aires, a Mesopotâmia e Santa Fé, constataremos que numa área de 639.489 km² ou aproximadamente 22 % da área total, habitam 65 % da população do país.

Mesopotâmia (Misiones, Corrientes, Entre Ríos).....	1.591.350
Buenos Aires (Capital Federal e Província).....	7.408.373
Santa Fé.....	1.700.026
	10.699.749

Além dos núcleos mencionados, apenas Córdoba merece destaque com 1.435.000 habitantes. A W. da Província de Buenos Aires e ao S. de Córdoba, a Argentina é muito despovoada. O governo argentino empreende, no momento, segundo notícias oficiais, um plano de colonização da Patagônia.

O Recenseamento de 1947 apresentou o seguinte resultado :

Províncias e Territórios	População	Taxa de Urbanismo	População Masculina	População Feminina
Capital Federal.....	3.000.371	100,00	1.462.711	1.537.660
Buenos Aires.....	4.408.373	69,50	2.310.964	2.097.409
Catamarca.....	145.216	31,80	70.486	74.730
Córdoba.....	1.455.222	51,70	741.043	714.179
Corrientes.....	570.967	32,10	281.613	289.354
Entre Ríos.....	776.280	53,90	391.031	385.249
Jujuy.....	166.783	36,80	88.570	78.213
La Rioja.....	109.386	31,10	53.924	55.462
Mendoza.....	590.548	46,20	302.267	288.281
Salta.....	290.063	39,80	150.539	139.524
San Juan.....	260.714	45,40	132.912	127.812
San Luis.....	167.620	38,00	82.540	85.080
Santa Fé.....	1.700.026	56,70	887.119	812.907
Santiago del Estero.....	538.383	23,20	260.659	277.724
Tucumán.....	604.526	50,60	308.719	295.807
C. Rivadavia.....	51.544	60,10	531.931	19.613
Chaco.....	443.922	28,40	237.318	206.604
Chubut.....	53.986	27,30	29.161	24.825
Formosa.....	112.056	25,60	59.885	62.171
La Pampa.....	167.562	36,30	89.710	77.852
Misiones.....	244.123	18,20	127.753	116.370
Neuquén.....	85.601	22,50	48.271	37.330
Río Negro.....	132.419	27,30	72.468	59.961
Santa Cruz.....	24.651	37,30	16.568	8.083
Tierra del Fuego.....	4.902	40,90	3.573	1.329
Zona Austral.....	3.329	—	1.934	1.395
TOTAL GERAL.....	16.108.573	61,40	8.243.659	7.864.914

Os dados acima foram transcritos de "Síntesis Estadística Mensual de la Republica Argentina", publicada pela Dirección Nacional de Investigaciones, Estadística y Censos".

b) *População Urbana e Rural.*

A Argentina apresenta uma das maiores taxas de urbanismo do mundo. Apenas a Inglaterra apresenta maior taxa.

O último Censo acusou a seguinte proporção :

População Urbana.....	61,4 %	9.994.951
População Rural.....	38,6 %	6.213.622

O crescimento da população urbana tem sido impressionante.

Vejamos seu desenvolvimento de 1869 a 1947.

Ano	População Rural	População Urbana
1869	67,0 %	33,0 %
1896	58,0 %	42,0 %
1914	42,0 %	58,0 %
1947	38,6 %	61,4 %

Em 19 anos, de 1895 a 1914, as percentagens foram invertidas, justamente quando mais intenso era o afluxo imigratório.

A característica urbana da população da Argentina é peculiar às das grandes Nações civilizadas. Quando se fala em população urbana, imediatamente ocorre a idéia do êxodo rural, que é um fenômeno atual e que se verifica em todos os países. A grande concentração urbana é uma anomalia, mas que apresenta, indiscutivelmente, grandes vantagens, particularmente sob o ponto de vista militar. O êxodo rural na Argentina não concorreu, graças à mecanização da agricultura, para a diminuição da produção, pois, o êxodo acentuou-se entre 1895-1914, período em que a Argentina apresentou extraordinário progresso agro-pecuário.

Os dados do Censo de 1947 permitem-nos verificar que o território de Misiones tem a menor taxa de urbanismo 18,2 %. Sua população dedica-se de modo geral à pecuária, à agricultura e à indústria extrativa.

A população da Mesopotâmia é nitidamente Rural, pois, apresenta as seguintes percentagens: Urbana: 35,7; Rural: 64,3 %.

c) *Distribuição por Idades — Capacidade de Ação Econômica — Capacidade de Ação Militar.*1) *Distribuição por Idades.*

A distribuição da população argentina por idades, segundo cálculo do Engenheiro Alejandro E. Bunge, em 1939 era a seguinte :

— Até 1 ano.....	295.000	2,25 %
— De 1 a 4 anos.....	1.041.000	8,00 %
— De 5 a 9 anos.....	1.373.000	10,50 %
— De 10 a 14 anos.....	1.353.000	10,40 %
— De 15 a 19 anos.....	1.276.000	9,69 %
— De 20 a 29 anos.....	2.321.000	17,70 %
— De 30 a 39 anos.....	2.158.000	16,40 %
— De 40 a 49 anos.....	1.583.000	12,10 %
— De 50 a 59 anos.....	977.000	7,40 %
— De 60 a 69 anos.....	499.000	3,60 %
— De 70 a 79 anos.....	204.000	1,50 %
— De 80 a 89 anos.....	45.000	0,35 %
— Além de 90 anos.....	4.000	0,03 %
	13.130.000	100,00 %

Cinquenta e quatro por cento estão compreendidos entre as idades de 20 a 60 anos, o que comprova o envelhecimento biológico da população argentina.

Para melhor comprová-lo vejamos os índices por 1.000 habitantes relativos aos Censos realizados e as estimativas oficiais para o ano de 1939, segundo dados extraídos do "Anuário Geográfico Argentino" de 1941.

Idades	Proporção por 1.000 habitantes			
	1869	1895	1914	1939
Até 1 ano.....	53	53	57	22
De 1 a 4 anos.....	128	126	117	79
De 5 a 9 anos.....	152	136	125	105
De 10 a 14 anos.....	107	108	105	103
De 15 a 19 anos.....	109	100	110	97
De 20 a 29 anos.....	186	183	200	177
De 30 a 39 anos.....	119	138	126	164
De 40 a 49 anos.....	71	83	78	121
De 50 a 59 anos.....	38	42	48	74
De 60 a 69 anos.....	16	18	22	38
De 70 a 79 anos.....	6	7	8	16
De 80 a 89 anos.....	2	1	2	4
Além de 90 anos.....	1	1	1	—

Fácilmente verificamos o decréscimo dos índices nas idades mais jovens, enquanto nas idades superiores a 30 anos os mesmos sobem de modo bem expressivo.

Não dispomos de dados relativos ao Censo de 1947. De acôrdo com a população recenseada e as tendências verificadas nas estimativas oficiais, pensamos que as percentagens atuais devem ser aproximadamente as seguintes:

— Até 1 ano.....	2,1 %	338.268
— De 1 a 4 anos.....	7,6 %	1.224.208
— De 5 a 9 anos.....	10,4 %	1.675.232
— de 10 a 14 anos.....	10,2 %	1.643.016
— De 15 a 19 anos.....	9,7 %	1.562.476
— De 20 a 29 anos.....	17,8 %	2.833.332
— De 30 a 39 anos.....	16,6 %	2.673.928
— De 40 a 49 anos.....	12,0 %	1.932.980
— De 50 a 59 anos.....	7,6 %	1.224.208
— De 60 a 69 anos.....	3,8 %	612.104
— De 70 a 79 anos.....	1,6 %	257.628
— De 80 a 89 anos.....	0,4 %	64.432
— Além de 90 anos.....	0,2 %	4.000

O envelhecimento biológico da população é o principal problema demográfico argentino.

A Argentina sendo um país novo, com uma fraca densidade demográfica, com enorme área para povoar, necessita aumentar sua população em proporções compatíveis com a extensão de seu território e de suas possibilidades econômicas. O Dr. Quirós referindo-se ao assunto, assim se expressa:

"Forém o fator da decadência racial que nos faz pensar, por sua gravidade, mais do que um problema demográfico, um verdadeiro suicídio coletivo, é o que nos ensina que nossa amada República é atualmente um país adulto sem reservas biológicas, conseqüente a acentuada diminuição

de crianças relativamente aos outros grupos de idade (3 adultos para cada criança de 1 a 5 anos), consequência lógica da diminuição das taxas de natalidade e dos expedientes fiscais ou administrativos que travam há vários anos a corrente sangüínea do exterior (imigração)."

A Argentina para incentivar seu progresso na forma desejada, mais do que qualquer outro país sul-americano, não pode prescindir da imigração.

2) Capacidade Presumível de Ação Econômica.

Para determinar a Capacidade Presumível de Ação Econômica, o Professor Mortara adota a seguinte classificação:

- *Ativos*: os de 18 a 64 anos, cuja produção excede o consumo;
- *Neutros*: os de 15 a 17 e os de 65 a 74 anos, cujo consumo iguala a produção;
- *Passivos*: os de 0 a 14 anos e os de mais de 75 anos, cujo consumo excede a produção.

De acôrdo com essa classificação, como distribuir-se-á a população argentina recenseada em 1947? Conforme nossa estimativa teremos:

— <i>Ativos</i> : De 18 a 64 anos.....	9.648.468
— <i>Neutros</i> : De 15 a 17 e 65 a 74 anos.....	1.379.245
— <i>Passivos</i> : De 0 a 14 e mais de 75 anos.....	5.079.966
	16.107.679

Para 100 economicamente ativos, encontramos 53 economicamente passivos.

3) Capacidade Presumível de Ação Militar.

Para determinação da Capacidade Presumível de Ação Militar, consideraremos a população masculina de 18 a 64 anos.

- Estimativa da população masculina de 18 a 64 anos.

— 18 a 19 anos.....	318.750
— 20 a 29 anos.....	1.487.500
— 30 a 39 anos.....	1.363.500
— 40 a 49 anos.....	975.800
— 50 a 59 anos.....	624.000
— 60 a 64 anos.....	156.000
	4.907.550

Assim, 30,5 % da população total da Argentina estão em condições de prestar serviço militar, seja como combatente, seja como trabalhador.

Considerando agora a população em idade militar, isto é, de 18 a 49 anos, teremos, de acôrdo com os dados acima 4.127.550 homens.

Este numero representa a capacidade máxima de mobilização da República Argentina, levando-se em conta que todos os homens, nessas idades, seriam empregados como combatentes, o que evidentemente não é possível, em face das múltiplas necessidades internas da produção. Dos 4.127.550, encontramos 1.788.250 compreendidos entre as idades de 18 a 29 anos, idades que nos parecem compatíveis com a exigência do combatente moderno.

4) Distribuição da População por Sexos.

Os países de imigração têm maior percentagem de homens do que de mulheres. A Argentina não faz exceção, é o país que possui maior percentagem de homens em sua população.

Com a diminuição da imigração, a vantagem para o sexo masculino tem diminuído.

Assim, enquanto em 1914 as percentagens eram de 53,6 % para os homens e 46,4 % para as mulheres, em 1938 acusavam respectivamente 53,4 e 46,6, e, em 1941, 51,6 e 48,4 %.

III — Condições Sociais e Econômicas.

A) Condições Sociais.

Na análise das condições Sociais da Argentina, notamos uma acentuada diferença entre a Grand Buenos Aires e as demais regiões da grande Nação.

A Argentina não pode ser interpretada apenas pelas condições existentes em sua Capital Federal; parece-nos que o contraste entre esta e as demais províncias e territórios é muito acentuado.

Ouçamos, a respeito, a palavra de alguns jovens argentinos, autores do livro "A Argentina em La Post Guerra".

"O país trabalha e produz, como trabalham e produzem os povos coloniais. Precisa de hospitais e médicos; a mortalidade infantil produz danos; em Tucumán morrem 189 meninos de cada 1.000 nascidos antes de completar 5 anos, em Jujuy 324; não há escolas e sobram professores. Seiscentos mil analfabetos figuram no quadro eleitoral e de cada 100 alunos que ingressem no primeiro grau apenas 8 chegam ao sexto; porém, a Gran Capital consome e absorve; tem e continua a projetar a construção dos maiores hospitais da América do Sul; dispõe, além disso, de médicos mundialmente famosos; os filhos de seus habitantes são tratados com carinho; a mortalidade infantil é das mais baixas do mundo, 59 por mil; possui professores e escolas; de cada 100 alunos do primeiro grau, 35 chegam ao sexto".

O antagonismo entre a Capital Federal e as demais Províncias argentinas tem raízes históricas e é verificado em todos setores da vida nacional. Apesar de não podermos julgar as condições reais da população argentina, pelas da de Buenos Aires, parece-nos que as condições médias do país são superiores aos dos demais países sul-americanos.

1) Saúde Pública — Condições Sanitárias:

As baixas taxas de mortalidade traduzem a situação vantajosa em que se encontra a Argentina. Como já vimos, Buenos Aires constitui uma exceção; suas condições são muito superiores às das demais províncias ou territórios.

Podemos apresentar um quadro das condições sanitárias do país e do real grau de higiene de sua população, transcrevendo algumas considerações do Dr. Quiros, publicadas em seu já mencionado livro. Diz o Ilustre argentino: "As diferentes deficiências constitucionais ou adquiridas, morfológicas ou funcionais, que vêm minando o organismo biológico da Nação, nos quatro pontos cardiais, têm sua comprovação estatística anual, nas inspeções médico-militares, que nos dizem, que de cada três cidadãos de 20 anos chamados às armas, aproximadamente 2 estão impossibilitados de prestar serviço." "Já em 1912, sobre 49.784 inspecionados, 23.473 foram incapazes, isto é, 47,14 %. Em 1915, os incapazes atingiram 45,33 %, e em 1933 48 %. Esta percentagem tem se mantido com pequenas alterações, nos anos seguintes, em que aumentou a proporção dos cidadãos inspecionados, e em 1939 entre 79.032 examinados, 33.348 foram eliminados, isto é, 42 %."

Por sua vez, o médico militar Dr. José O Pizzi, em seu livro "La Capacidad Física del Soldado Argentino", no qual tece considerações e

conclusões pouco lisongeiras sobre as condições sanitárias do país, diz o seguinte :

"Para dispormos de 10.000 homens adestrados e prontos para entrar em combate, devemos convocar, em nosso país, um mínimo de 19.000 homens de 18 a 35 anos, que se poderão classificar mais ou menos nos seguintes grupos :

— Inaptos na primeira Inspeção.....	10 %	1.900	homens
— Aptos Serviços Aux. 1ª Inspeção.....	30 %	5.700	homens
— Inaptos e Aptos S. Aux. na 2ª Inspeção.	3 %	570	homens
— Baixas durante o adestramento, por acidentes, falecimentos e diversos.....	2 %	380	homens
— Aptos para todo serviço, para marchar e combater.....	55 %	10.400	homens

"Isto é, 45 % de nossos cidadãos, quase a metade, não podem se incorporar às forças armadas por deficiências orgânicas.

Verificamos, assim, que a Argentina, embora apresente, com relação aos demais povos sul-americanos, excelentes condições sanitárias, muito ainda poderá realizar nesse setor, particularmente nas regiões mais afastadas do litoral.

A mortalidade infantil é das mais baixas do mundo. A média em 1911 era de 148 ‰, atualmente atinge a 83,9 ‰.

— Capital Federal.....	45 ‰
— Jujuy.....	185 ‰

A mortalidade infantil na Argentina representa 20,4 % do total de falecimentos.

O Plan de Gobierno 1947-1951, elaborado pelo atual governo argentino, encarou o problema sanitário com excepcional objetividade e, segundo notícias publicadas na imprensa, muito tem realizado nesse setor.

2) Instrução.

A Argentina figura entre os países que têm menor taxa de analfabetos. O Censo escolar realizado em 1943 acusou as seguintes percentagens :

— De 14 a 21 anos.....	7,6 %
— De 22 a 49 anos.....	15,2 %
— Além de 50 anos.....	29,6 %
— Média para o país.....	18,6 %

Analisando estes dados, verificamos os progressos realizados na alfabetização da mocidade argentina, o que bem demonstra o interesse que a Nação dispensa à instrução de seus filhos.

As taxas máximas e mínimas nas diferentes idades são as seguintes :

— De 14 a 21 anos :	Mínima 1,4 % na Capital Federal
	Máxima 24,7 % em Neuquen
— De 22 a 49 anos :	Mínima 6,4 % na Capital Federal
	Máxima 37,0 % em Jujuy
— Além de 50 anos :	Mínima 16,7 % na Capital Federal
	Máxima 58,3 % em Los Andes

Em 1914, a percentagem de analfabetos era de 35 %. Num prazo de 29 anos a Argentina reduziu esta taxa a metade, pois, como vimos, em 1943 era de 18,6. A Capital Federal apresenta um índice excelente.

A taxa máxima, pertencente a Los Andes, de 58,3 %, é, sem dúvida, inferior a média dos demais países sul-americanos, exceto o Uruguai.

Vejamos a título comparativo as taxas de analfabetismo de diversos países :

— Canadá.....	3,8 %
— Estados Unidos.....	4,3 %
— Portugal.....	60,0 %
— Itália.....	6,0 %
— Espanha.....	10,0 %
— Egito.....	88,0 %

Interessante se torna assinalar que as principais fontes de imigrantes para a Argentina — Itália e Espanha — têm baixa de analfabetos, ao passo que, Portugal, que concorre com maior contingente de imigrantes para o Brasil, tem uma elevada taxa.

Portanto, sob o ponto de vista ora analisado, a situação da Argentina é muito boa e tende a melhorar. Estimamos, mesmo, que, no momento, a taxa de analfabetismo não ultrapasse a média de 10,0 %, em face das medidas postas em execução.

B) Condições Econômicas.

A prosperidade econômica argentina repousa na agro-pecuária. Possuindo em abundância, dois elementos básicos da alimentação humana, o trigo e a carne, tem conduzido com acerto sua política econômica, pois, sua prosperidade tem se acentuado particularmente durante e imediatamente após as grandes crises mundiais ou continentais. Além disso, o clima e a imigração muito têm concorrido para a situação econômica da Nação Argentina.

No panorama continental a Argentina apresenta, alguns bens materiais, que traduzem prosperidade e conforto, em números absolutos superiores às demais nações sul-americanas. Queremos nos referir aos automóveis, aos rádios, refrigeradores, telefones, etc.

As taxas percentuais acentuarão ainda mais a vantagem argentina.

Assim, verificamos que a população argentina, em seu conjunto, desfruta de boas condições econômicas proporcionadas pela imigração, pela abundância de produtos básicos à alimentação dos povos civilizados e condições geográficas favoráveis. Seu progresso industrial, particularmente o da indústria pesada, a de base, possivelmente sofrerá grandes limitações em face das deficiências de seu solo e da grande dependência de fontes estrangeiras. O esforço atual da Argentina realiza-se nesse sentido, isto é, no sentido de desenvolver intensamente as indústrias básicas de modo a tornar o país auto-suficiente.

IV) Conclusões.

1) Características da População Argentina.

Do estudo realizado podemos afirmar que a população da Argentina, em seu conjunto, apresenta características peculiares aos povos mais adiantados e que não mais se encontram em fase de expansão territorial, política ou econômica ou possuidora de enormes áreas para povoar, cultivar e produzir, como a Argentina atual.

Essas características são :

- Elevada concentração urbana, das maiores do mundo.
- Baixas Taxas de mortalidade e natalidade.
- Elevado grau de alfabetização da massa da população.
- Boas condições sanitárias.
- Elevada proporção de indivíduos economicamente ativos.

- Maior proporção de adultos do que de crianças — envelhecimento biológico.
- Elevado consumo "per capita" dos artigos básicos da alimentação humana — carne e trigo.
- Padrão de vida superior a maioria dos países sul-americanos.

2) Tendências da População da Argentina.

A população argentina apresenta, no momento, características animadoras constituindo uma exceção no quadro sul-americano, mas, suas tendências não se ajustam aos interesses e objetivos argentinos. O crescente aumento da população urbana, o desejo de industrialização intensiva do país e o envelhecimento biológico de sua população, não favorecem a ocupação e exploração efetiva do território nem tão pouco o aumento da população no ritmo essencial. Uma densidade média de 6 hab/km², ou mesmo 10, não favorece a realização de grandes empreendimentos, como a história da humanidade poderá comprovar. A Argentina necessita incentivar intensamente a imigração, para possuir uma população compatível com as possibilidades de seu território e, além disso, estimular o aumento da natalidade.

A não ser, como vimos, recebendo grandes massas de imigrantes, o que dia a dia torna-se mais difícil, poderá a Argentina, por volta de 1980, ter uma população de 30 a 35 milhões de habitantes, época em que o Brasil, possivelmente deverá possuir, numa hipótese pessimista, cerca de 80 a 85 milhões. Alguns estudiosos dos problemas demográficos, estimam que o território argentino poderá abrigar cerca de 100 milhões de habitantes.

Em face das suas tendências, o problema demográfico argentino exige:

- a manutenção de intensas correntes imigratórias;
- a disseminação do imigrante pelas regiões de fraca densidade de população;
- incremento da natalidade;
- a diminuição ou estacionamento da proporção de sua população urbana, principalmente da Capital Federal;
- melhoria das condições sociais e econômicas.

Em rápida análise verificamos os aspectos fundamentais da população da Argentina.

Concluimos afirmando que as condições sociais e econômicas de sua população, embora com alguns aspectos negativos exigindo pronta solução, são excelentes, principalmente quando comparadas com os demais países de origem espanhola, exceto o Uruguai.

A manutenção dessas condições, no futuro, é tarefa grandiosa que exige árduos encargos da atual geração.

Fontes de Consulta.

- Anuário Geográfico Argentino
- Argentina en La Post Guerra — P.J. Cristiá — E. Díaz Molano — S. Gorbán — J. Lazarte — A. López Mayer — V.F. Ottado
- Problemas Demográficos Argentinos — Carlos B. Quirós
- Síntesis Estadística Mensual de La Republica Argentina
- Informaciones
- La Poblacion y el Movimiento Demográfico de la Republica Argentina en los años de 1941 y 1942
- Estudos Brasileiros de Demografia — Giorgio Mortara
- Los Factores demográficos del crecimiento de las poblaciones americanas en los últimos cien años — Giorgio Mortara
- La Capacidad Física del Soldado Argentino — Dr. José O. Pizzi

13º BATALHÃO DE CAÇADORES

RESUMO HISTÓRICO

Ten. E. Orsi Pimenta

Nota da Redação — Escrita ao ensejo do 1º Centenário de Joinville e extraída, com a devida vênia, da bela revista daquela cidade "Vida Nova", a história do 13º B.C. se recomenda à leitura de oficiais e praças. São páginas de um vivo colorido, ressaltando os fatos marcantes e os feitos gloriosos dessa Unidade e que falam à alma de todo o soldado de raça. Sacrifício, abnegação, heroísmo, noção exata do cumprimento do dever, na guerra e entusiasmo, disciplina, integração perfeita com a vida da comunidade local e da Pátria, na paz, constituem o fundo desta história viva e brilhante, preñhe de profundo sentido humano e exemplo para todo o Exército. Felicitamos o Ten. E. Orsi Pimenta pela sua bem organizada compilação e lhe pedimos excusas pela supressão de alguns pontos, motivada pela carência de espaço. Ao mesmo tempo, concitamos os camaradas responsáveis pelo histórico de outros Corpos a nos enviarem resumos semelhantes, pois, ao transcrevê-los, a nossa Revista, que é do Exército e para o Exército, não só se identifica com eles, como concorre para que oficiais e praças se irmanem cada vez mais, através do conhecimento de seus próprios feitos e episódios salientes, dos exemplos dignificantes e porque não dizer, também, da poesia que, para os verdadeiros soldados, irradia da caserna.

I — ORIGEM — CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO 13º B.C.

O oitavo quatriênio republicano, sob a gestão do Dr. Epitácio Pessoa (26-7-918 a 15-11-922), foi dos mais fecundos para o Exército Nacional.

Ocupava, pela primeira vez na República, a pasta da Guerra, um ministro civil, o Dr. João Pandiá Calógeras.

Tal era a projeção que grangeara, que Martin Francisco de Andrade assim lhe resumira o perfil: "Ministro para qualquer pasta em qualquer país do Mundo".

Poucos anos antes sangrentos conflitos travaram-se no campo das Palmas, extensa área disputada pelo Paraná e Santa Catarina, o "Contestado". Como outrora em Canudos, uma multidão de fanáticos agruparam-se em torno do "monge" José Maria, e, após a morte deste, sob a chefia de Bonifácio Papudo, Aleixo Gonçalves e outros, tra-

zando os mesmos em sobressalto as povoações circunvizinhas. Contra eles seguiram diversas expedições militares, contando-se os mortos às centenas. Por fim, à ferro e à fogo, foram dominados por uma coluna de 6.000 homens comandada pelo General Setembrino de Carvalho (1917).

Cabe lembrar dessa campanha a ação decisiva do então Cap. Potiguara, vencedor do último reduto dos fanáticos em Santa Maria, cuja ação relevante é destacada pelo próprio General Setembrino que assim se exprimiu, após o bando ser destroçado graças, disse ele, à "bravura dos soldados do Exército, arrastados pelo valente e extraordinariamente ousado Potiguara".

O 5º Regimento de Infantaria, que fôra criado pelo Dec. n. 6.971, de 4-VII-908, transfere parada para Ponta Grossa, por Aviso de 1-I-909. Em 1914, segue para o Contestado.

Após 2 anos de luta, é recolhido para Ponta Grossa, por Aviso de

4-I-916, e por fim, em 29 de setembro de 1917, transfere-se definitivamente a parada do Regimento para Santa Catarina, devendo ficar com o 13º Batalhão em Joinville, o 14º em Blumenau e o 15º Batalhão a organizar em Florianópolis (essa distribuição sofreu alterações).

Por essa época, o 5º R.I. estava dissociado, estando o 14º em Ponta Grossa, o 15º em Curitiba e o 13º em Porto União.

O 13º Batalhão recebe ordens de ir para Itajaí. A 29 de novembro de 1917, ele embarca por via férrea para São Francisco, com destino àquela cidade. Dia 30, às 6 horas da tarde, chega a São Francisco, pronto para tomar o navio.

Antes porém que embarque, recebe ordens de retornar a Porto União, onde o 13º era estimado, tendo o povo dirigido longa petição às autoridades; daí a ordem.

A 1 de dezembro, às 2 horas da tarde, o trem retoma a viagem de regresso a Porto União, chegando às 18 horas do dia seguinte, onde o aguarda o povo em festiva recepção.

Pouco depois anuncia-se porém que deverá se transferir para Joinville. E realmente assim é. Chega a ordem, e a 9 de março de 1918, embarca em trem especial.

O 14º Batalhão chegara a Joinville pouco tempo antes. Diversos motivos levaram as autoridades a determinar essa troca de destino com o 13º, o qual chega a Joinville a 10 de março, e no mesmo trem embarca o 14º Batalhão, que se destinava a Itajaí, via São Francisco.

O 13º Batalhão teve em Joinville uma recepção memorável. A antiga "Gazeta do Comércio" (que passou a ser mais tarde o "Jornal de Joinville"), na sua edição de 14 de março de 1918, assim noticia o fato: "No dia 10 do corrente, às 17 horas, chegou a esta cidade o 13º Batalhão do 5º Regimento de Infantaria do nosso Exército.

Ansiosamente esperado há mais de 3 meses, chegou, afinal, a galharda Unidade de nosso Exército, que vem estacionar em Joinville.

O Dr. Superintendente Municipal, a quem o Sr. Major Julio Cesar de Vasconcelos comunicara a sua partida de Porto União, no dia 9, às 3 horas da tarde, mandou espalhar boletins pela cidade, convidando o povo para embandeirar as suas casas e comparecer à Estação da Estrada de Ferro.

Efetivamente, o dia de Domingo, que amanheceu belíssimo, deu um aspecto festivo à nossa cidade, banhada de luz plena de um sol sem manchas e acariciada por uma brisa fresca, agitando em numerosas fachadas o glorioso pendão auri-verde. O trem deveria chegar às 11 horas da manhã, de sorte que, a essa hora, a estação da Estrada de Ferro regorgitava de povo.

Explicado que somente chegaria à tarde, às 4 horas, dispersaram-se movimentando-se pelas ruas, animadas pelo ruído dos automóveis, carros e pelo vozerio do povo alegre.

A tarde, a Estação da via férrea estava repleta de autoridades representativas de todas as classes, o Tiro 226, grande massa popular. Não havia um veículo disponível. Numerosas famílias ocupavam automóveis e acompanhavam o desfilar da tropa.

As 4 1/2 horas da tarde, a locomotiva apitou na curva do desvio, um frêmito de entusiasmo agitou a multidão, a banda de música do Tiro 226 tocou uma marcha patriótica, o Tiro estendia linhas em frente à Estação. Na plataforma da Estação, o Sr. Dr. Arthur Costa, Superintendente Municipal, apresentou ao Sr. Comandante do Batalhão, em nome da cidade, votos de boas vindas e de feliz permanência.

Agradecendo o Sr. Comandante Julio Cesar os cumprimentos do Governador da cidade, assegurou a sua simpatia pela nossa população ordeira e progressista.

Outro depoimento precioso é o do atual Tenente reformado Mário Figueiredo, que chegou integrando o Btl. como sargento. Diz ele: "A chegada do 13º Btl. do 5º R.I. em Joinville, foi um espetáculo suprapendente. A população recebeu-o confiante e carinhosamente, sendo

facilitado a oficiais, praças e suas famílias, alojamento e conforto, conforme os recursos daquela época. O Btl. ficou acantonado em dois prédios à Rua Jaguaruna: o antigo Salão Walter (no mesmo local onde foi posteriormente construído o Cine Rex) e a casa residencial do pastor da Igreja Evangélica Luterana, em frente. Esta casa, que passou por numerosas reformas, ainda é a mesma daquela época".

O Salão Walter foi alugado pela quantia de 200 mil réis (200 cruzeiros) mensais, e o outro prédio pela importância de 100 mil réis (100 cruzeiros) mensais.

Na casa residencial ficou alojada a 3ª Cia., e no Salão todas as demais Companhias, Estado-Menor e repartições do Btl.

Posteriormente, o Btl. construiu um galpão de madeira para alojamento da 2ª Cia. (no terreno entre a Casa Paroquial e o Corpo de Bombeiros), e outro para a Casa das Ordens e Secretaria, à esquerda do atual prédio do "Cine Rex"; alugou também em Iririu, um pasto para os animais do Btl. e manteve-a atrás do acantonamento, um poteiro para os poucos animais de serviço (no local onde está atualmente a cancha de basquete do "Guarani Esporte Clube").

O ano de 1918 corria sem incidentes de monta, quando, em novembro, Joinville é atingido por um surto de gripe epidêmica, tendo o Batalhão de ocupar o prédio da antiga Escola Evangélica Alemã (hoje Colégio Bom Jesus), para poder alojar o grande número de doentes. Felizmente não houve vítimas.

Em meados de fevereiro de 1919, a 1ª Cia. recebe ordem superior de deslocar para Canoinhas. Havia na cidade a ameaça de perturbação de ordem, motivada pela existência de dois prefeitos. Resolvido o caso político em paz, a 1ª Cia. regressou.

Passaram-se os meses. Entre os últimos "Diários Oficiais" chegados em fins de dezembro, um deles trazia notícias que seriam de imenso agrado: Criava-se o 13º Batalhão de Caçadores, desmem-

brado do 5º R.I., com sede definitiva em Joinville.

Imposições administrativas levaram o então Comandante a publicar na Unidade o ato oficial e torná-lo efetivo a 1 de janeiro do ano seguinte.

E diante da tropa formada, foi lido o Boletim Interno n. 1, de 1 de janeiro de 1920, do 13º Batalhão de Caçadores, que dizia num de seus itens:

"Organização do Batalhão — Em vista das disposições contidas no Decreto n. 13.916, de 11, publicado no D.O. de 19, tudo de dezembro findo, que dá nova organização ao Exército e de acordo com o mesmo Decreto, é esta Unidade elevada à categoria de 13º Batalhão de Caçadores, ficando assim desmembrado do 5º R.I., ao qual pertencia".

A 2ª Cia., que se achava destacada em Blumenau, passou a constituir naquela cidade a 18ª Companhia de Metralhadoras.

No mesmo Boletim Interno n. 1, de 1-1-1920, está escrito:

"Não tendo sido ainda designado o oficial para comandar o Batalhão, ficarei exercendo essas funções interinamente".

Assinava o Boletim o Major José Franco da Fonseca, que, embora interinamente, tem a honra de ter sido o 1º Comandante do 13º B.C.

Logo no mês seguinte, chega a Joinville o 1º Comandante efetivo, Tenente-Coronel Otávio Valga Neves, que assume o Comando a 20 de fevereiro de 1920 e que comandaria a Unidade até 17 de outubro de 1923.

O "Jornal de Joinville", de 10 de janeiro de 1920, assim noticia o fato: "Em cumprimento ao Decreto n. 13.916, de dezembro findo, o 13º Batalhão do Quinto Regimento de Infantaria, em parte aquartelado nesta cidade, foi organizado em Batalhão de Caçadores.

A nova Unidade, que deverá ter um efetivo de 446 homens, entre praças e oficiais, fará, como já noticiamos o seu estacionamento definitivo, nesta cidade.

São os seguintes oficiais classificados no 13º Batalhão de Caça-

dores: Cmt. Ten.-Cel. Valga Neves, Fiscal Major José Franco, Ajudante Capitão Nascimento Lins, Cmt. da 1ª Cia. Cap. Juvêncio de Lima, da 2ª Cia. Com. Floduardo de Oliveira e da 3ª Cia. Archias Colônia.

Pena é não existir aqui um edifício onde se possa condignamente instalar essa nova Unidade do Exército.

O 13º Batalhão de Caçadores está hoje naturalmente mal instalado no antigo teatro Walter e na casa fronteira, e é de esperar que o governo não se demore em atender a essa necessidade, construindo um quartel onde melhor se acomode o 13º Batalhão de Caçadores.

II — UMA VISITA MEMORÁVEL — O CONDE D'EU

A 21 de janeiro de 1921, Joinville e o Batalhão são honrados com a visita do príncipe Gastão de Orleans, Conde D'Eu, e seu filho, o Príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança.

O velho Marechal era uma figura de extraordinária projeção no cenário histórico nacional.

No seu último comandante do Exército Imperial na Guerra do Paraguai, espôso da Princesa Isabel, pai da Princesa D. Francisca, genro de D. Pedro II — títulos de nome e de carreira ombreavam-lhe a figura veneranda.

Era um dos mais ilustres remanescentes do Exército que voltara do Paraguai coberto de glórias, e assistia agora "de viso" a remodelação por que passavam as Forças Armadas.

A tropa forma e lhe presta as honrarias militares. Visita as instalações da Unidade e quando regressa, leva a firme convicção de advogar anseios. Era sua norma de conduta.

A emoção é geral. Joinville e o 13º B.C. associam-se na homenagem e recebe entre aclamações de entusiasmo o neto de Luiz Felipe.

Dêle se recorda, ainda hoje, como um dos mais ilustres estrangeiros que soube fazer da grandeza da Pátria adotiva a aspiração de uma vida ilustre, e cuja memória é per-

pétuo exemplo do mais puro e são patriotismo.

Sua vida e seu exemplo, alicerçam as bases da nacionalidade.

III — A CONSTRUÇÃO DO QUARTEL — O BATALHÃO OCUPA SUA NOVA SEDE (26-6-921 a 1-10-922) — IRMA EDELTRUDES E SARGENTO MELO

Sob a gestão do Ministro Calógeras, passou o Exército por uma fase de grandes progressos, e a construção de obras militares era iniciada em todo o país.

Entre as 100 obras atacadas na gestão do famoso ministro, o novo aquartelamento do 13º B.C. ocupava uma posição destacada.

As notícias do empreendimento futuro aqui chegadas, reacendiam entusiasmos e retemperavam confiança. O quartel era o lar, a casa do soldado que se erguia, era a afirmativa de um nome e o alevantamento de uma tradição, era espaço, recursos, conforto e perspectiva de uma estabilidade e de um futuro.

Imanavam-se a vontade do povo e os anseios dos soldados do 13º. O "Jornal de Joinville", de 10 de janeiro de 1920, ao noticiar a criação do 13º B.C., havia dito: "Pena é não existir aqui um edifício onde se possa condignamente instalar essa nova Unidade do Exército".

O Conde D'Eu vira de perto o desconforto da tropa e auscultara anseios. A sede própria seria uma realidade.

De fato, não havia de demorar. A 26 de junho de 1921, o Btl. recebe a visita do Gen. Pedro Ferreira Neto, Comandante da 2ª Circunscrição Militar (divisão territorial militar correspondente à atual em regiões), que vem a Joinville escolher o local da construção do aquartelamento.

Papel destacado nesse empreendimento teve a administração municipal, sobretudo na pessoa do Sr. Eduardo Schwartz, presidente da Câmara Municipal, que empresta decisiva e eficaz cooperação na escolha do terreno próprio. O Cmt. Ten.-Cel. Valga Neves em-

penha-se de corpo e alma nessa construção.

Diversos terrenos são estudados. O primeiro ficava próximo à atual Estação da Estrada de Ferro (onde é hoje a firma Elias Malamud Filhos, do Brasil-Comércio de madeiras). A compra desse terreno chegou quase a ser firmada. Determinadas escavações no fundo do mesmo, encontrou-se água a menos de um metro, e a transação foi suspensa.

O segundo terreno em cogitação foi o local onde é hoje o Campo de Futebol do Caxias. Havia também um meio banhado em parte.

O terceiro foi na atual Rua Duque de Caxias, onde se localiza agora a torrefação de café da firma Stein. Parece que o argumento mais forte para não se concretizar a escolha desse terreno, foi a distância excessiva do centro.

Finalmente, surgiu o quarto, que foi o preferido. Era também um pasto meio alagadico, sobretudo nos fundos. Preenchia no entanto outras vantagens e a proximidade do centro foi uma delas.

A compra se processou pela verba do Exército e mais o auxílio municipal.

Ultimou-se rapidamente a transação, e logo a 28 de julho, é lançada a pedra fundamental. Comparecem as autoridades, muitas famílias e no mastro improvisado do terreno meio alagadico inseguro, hasteia-se o Pavilhão Nacional, e nêle a tropa presta a primeira continência à Bandeira nos terrenos do atual Quartel.

Lavra-se a ata solene. Lida e assinada pelos presentes, é encerrada, junto com os jornais do dia e moedas do país, numa urna de cobre que jaz hoje ao lado da pedra fundamental.

No aditamento ao Boletim do Batalhão desse dia, o velho e querido Comandante Ten.-Cel. Valga Neves, tem palavras justas e correntes. A alma do poeta-soldado, Olavo Bilac, está presente:

"Aditamento ao Boletim do Batalhão n. 153, de 28 de julho de 1921"

"Lançamento da pedra fundamental que marca o início da construção do novo edifício para aquartelamento do 13º Batalhão de Caçadores".

"A solenidade de hoje vem trazer e efetivar um dos maiores desejos de todos nós, brasileiros, que aspiramos ver a nossa Pátria forte e coesa, em marcha crescente na senda do progresso".

"Ao ser lançada a pedra fundamental, que serve de base a elevação de um novo edifício, que se constituirá em mais uma escola moderna de civismo, "mais um filtro admirável onde os homens se depuram e apuram", a nossa alma de brasileiro vibra uníssona de entusiasmo e de contentamento. A caserna é um filtro, disse-o Bilac. Um filtro sim, porque é nela que os homens, muitas vezes simples e rudes, depois dos proveitosos ensinamentos que aí são ditados, saem conscientes da grandeza e exuberância da Pátria, livres das cadeias do analfabetismo, fortalecidos pela prática dos exercícios, aptos enfim para as lutas da vida, para o trabalho honesto".

"Iniciamos hoje os obras desta futura oficina de regeneração e de civismo. A antiga aspiração de todos nós militares e do povo de Joinville entra no período de sua realização prática, graças à boa vontade dos nossos dirigentes, sempre prontos a acudir às necessidades de nosso Exército, guarda da nossa soberania, baluarte de nossas instituições. Júbilemo-nos pois! O marco que ora plantamos vem assinalar não só o início de nossa almejada caserna, assim como é também a demonstração inequívoca de que o povo de Joinville, ama, sente e compreende tudo aquilo que concorre para a elevação material e moral de nossa Pátria comum.

(a) Octavio Valga Neves, Tenente-Coronel Comandante."

Era agora o trabalho. Diariamente ao lado do operário mourajava o soldado. As faxinas militares revezavam-se e o trabalho progredia. A preparação militar do contingente, corria "pari-passu".

Os locais alagadiços firmavam-se a pouco a pouco, à força de atêrro. Estreitos caminhos de tábuas entrecruzavam-se. Os carrinhos de mão cheios de terra quando resvalavam, entravam a roda no terreno mole e desaparecia até o eixo...

Duro trabalho. O contorno se delineava em longas valas de base. Os montes de material se distribuíam aqui e acolá. Mais um alicerce que firmava, uma parede que se erguia, o vão de uma janela que se esboçava e o imponente edifício tomava vulto.

Em princípio de 1922, o Ministro da Guerra, Dr. João Pandiá Collôgeras, vem visitar a obra e incentivar os trabalhos que se aceleram.

A 1 de outubro de 1922, decorre festivamente a cerimônia de inauguração. O ato é solene, e conta com a presença do General Ferreira Neto, Comandante da 2ª Circunscrição Militar, o Comandante Valga Neves, autoridades de Joinville, representantes da Cia. Construtora de Santos e outros.

O povo acorre em massa. Entre palavras de fé e entusiasmo, o Quartel é entregue ao Cmt. da 2ª Circunscrição.

Dá-se início aos festejos esportivos programados, que se prolongam até o dia 4.

Nos dias subsequentes, inicia-se a mudança, as instalações e arrumações. A alegria ambiente é contagiante e comunicativa. A soldadesca exulta ante o contraste que experimenta. Tudo novo e limpo. O espetáculo é uma festa para os olhos.

Assim, o 13º B.C. integrava-se no solo de Joinville, por um dos mais fortes elementos de estabilidade — a sede própria e definitiva.

IRMA EDELTRUDES E SARGENTO MELO

Nesse período que narramos ocorre uma fatalidade.

Em agosto de 1921, alguns soldados são atacados de estranha moléstia e imediatamente levados ao médico. O diagnóstico é inquietador: meningite cérebro-espinhal.

Início de perigosíssima epidemia. Os casos de gripe também se multiplicam. Dupla epidemia.

Os doentes são recolhidos ao isolamento do Hospital de Caridade (hoje, São José), onde, com dedicação sem par as irmãs de caridade, socorrem, velam e confortam.

Para o Btl. só há uma solução: abandonar imediatamente o Quartel, para sofrer desinfecções. Ordens são dadas, e no mesmo dia as subunidades começam a se deslocar para a região do Bartol. No dia seguinte, dia 18, todo o Batalhão já está acampado.

Soldados que vieram transferidos de outras unidades para completar o efetivo do 13, trouxeram o insidioso mal. Tudo faz crer que assim foi, porque as vítimas estavam entre eles.

No trato dos doentes, há duas pessoas dedicadas e incansáveis: Irmã Edeltrudes e o Sargento Enfermeiro Melo.

Irmã Edeltrudes torna-se naquele antro de agonia um anjo de bondade. Sorri dos cuidados que lhe recomendam, e não desfalece de seu zelo.

Impiedosamente o mal lhe atinge; fôra contaminada.

Em vão se procura salvá-la. Hoje, entre aqueles a quem se consagrou de todo o coração, ela também repousa. No alto do "Campo Santo", em cova rasa e singela, jazem seus restos mortais.

Os exemplos de virtudes e bondade que ela legou, viverão muito pelos tempos em fora, e no "Dia dos Mortos", uma romaria de soldados sobe o alto da colina levando uma coroa de flores para ornar e perfumar seu túmulo, convictos de que a nossa lembrança e reconhecimento estão muito aquém do que ela mereceu!

Quanto ao Batalhão, somente a 31 do mês pôde regressar.

Nas fileiras há alguns claros...

IV — O 13º B.C. NO PERÍODO REVOLUCIONÁRIO (1922-1932)

Papel destacado nesse decênio teve o 13º B.C.

A 5 de julho de 1922, irrompe contra o governo de Epitácio Pessoa

a sedição do Forte de Copacabana, que contou com a adesão dos alunos da Escola Militar. Esse movimento foi prontamente jugulado, posto que outros elementos que se haviam comprometido recuaram no momento da ação, mas deixou reflexos em todo o país e despertou um clima de desconfiança e insegurança que duraria cerca de 10 anos, reacendendo e encorajando velhos provocadores de desordem, bandoleiros que se homisiavam no Oeste do Paraná e Santa Catarina, remanescentes muitos da era do Jaguncismo de José Maria, Bonifácio Papudo e outros.

Mais uma vez o Exército tinha de se entregar à sua alta missão de "manter a ordem interna".

A 23 de outubro, a 1ª Cia. do 13º Batalhão de Caçadores segue para Mafra, para manter a ordem ameaçada e combater desordens. Somente a 15 de junho regressa a última tropa que lá ficara.

A missão se estende a outros lugares — Canoíñas, Valões, ...

Em 1923, o ambiente é mais sereno. Dois fatos importantes assinalaram-se nesse transcorrer de ano. A 17 de outubro, deixa o Comando do Batalhão o Cel. Octávio Valga Neves, que teve marcada influência na vida da Unidade.

Nesse mesmo ano, a 26 de dezembro, novo comandante assume as funções, o Tenente-Coronel Gustavo Maria de Andrade Santiago, que conduziria o 13 na sangrenta jornada de 1924, e onde pereceria.

O período governamental do Dr. Artur Bernardes (1922-1926), decorre desde seu início em grande agitação, apesar dos esforços empenhados para a pacificação dos espíritos. Mas, a campanha da sucessão criara fundas raízes, os descontentes e os proscritos, pelo movimento de 1922 continuavam em seu trabalho de solapamento, articulando novo movimento armado: o movimento irrompido no Estado de São Paulo, com início na sua Capital, a 5 de julho de 1924.

Já a 9 de julho, o 13º B.C. entra de prontidão, pronto para seguir rumo ao Norte da República,

a fim de combater os revoltosos. A Unidade deveria seguir com cerca de 500 homens, e quando, a 13 de julho, já está embarcada no vapor "Tocantins", no porto de São Francisco, pronto para seguir, recebe do 14º B.C. um contingente de 220 praças, que passa a constituir a sua 3ª Cia., sendo os elementos excedentes distribuídos pelas outras subunidades do B.C.

A 16 de julho a tropa está desembarcando em Santos. Nesse mesmo dia segue para São Caetano (próximo à Capital Paulista). No dia imediato, 17, segue o B.C. para o Alto do Ypiranga. A 18, passa a fazer parte do "Grupamento Valga Neves".

Dois destinos entrecruzavam-se de novo, e o encontro do velho e bondoso chefe despertava entusiasmo e reafirmava confiança.

A 20 de julho dá-se violento encontro com os rebeldes em Cambuci. Mortos e feridos.

A 21, o Batalhão vive um dia de luto. O Livro Histórico assinala essa efeméride: "Faleceu em combate o Sr. Tenente-Coronel Comandante do Batalhão, Gustavo Maria de Andrade Santiago".

Quem hoje entra no saguão do atual edifício, depara do lado esquerdo com uma placa de mármore encrustada na parede, na qual lê-se estas palavras: "Soldados do 13! Lembrai-vos do vosso Cmt. Coronel Gustavo Maria de Andrade Santiago — Morto gloriosamente em São Paulo em 27-1-1924. Em defesa da Pátria, da legalidade e da ordem — Homenagem do povo de Joinville".

No mesmo dia, assume o Comando do Batalhão, acumulando com o do Grupamento, o Coronel Octávio Valga Neves. A fibra do velho chefe retempera a moral abatida.

Prossegue o combate com mais arrojo ainda, e a 24 é ocupada a Igreja da Glória, onde o inimigo se achava fortemente entrincheirado. Novos assaltos se dão e a violência do combate abre claros nas fileiras, onde tombam mortos e feridos.

A 28 de julho os revoltosos abandonam a cidade, e rumam para o interior, pelas vias férreas Sorocabana e Paulista. O Batalhão compartilha a um grande quinhão da vitória, mas não estava terminada a luta.

Finda esta jornada, em nome do Presidente da República, o Ministro da Guerra tem para o Btl. o seguinte louvor: "Louvo aos oficiais e praças deste Batalhão, cuja sagrada fé, servida por uma inquebrantável bravura, salvou a República, para o orgulho de nossa raça, da ignomínia dos traidores do dever militar e da honra Nacional".

Depois desse acontecimento o 13 recebe ordem de seguir para Ponta Grossa, onde chega a 7 de setembro. Os revolucionários perseguidos e expulsos de São Paulo rumam para o Oeste, descem o Rio Paraná e em ligação com os que do Rio Grande do Sul marcham sobre a fronteira de Santa Catarina, procuram pela rodovia Iguçu-Guarapuava atingir o eixo ferroviário da "São Paulo-Rio Grande".

Em consequência, empenha-se ainda o B.C. em operações através extensíssimas regiões, que impunham deslocamentos contínuos e prolongados, enfrentando os remanescentes do movimento rebelde e todas as vicissitudes dessa luta incruenta.

Movimentadíssima e agitada é então a fase que se desenrola. Marchando e combatendo, a tropa demonstra capacidade e valor excepcionais. Houve dia em que se venceu numa jornada 42 km. A extensa região é palmilhada: Guarapuava, Rio Coutinho, Mallet, Cavernoso, Santa Galo, Tapira, Jacutinha, Arroio Bormann, Região de Belarmíno, Rochinha, Rio Izolino, Formiga.

Em meados de janeiro de 1925 o Batalhão e a tropa que com ele combatia, ficaram com a retaguarda cortada por uma incursão do Ten. Cabanas, conhecido Oficial revoltoso, na região de Formiga.

A 1ª Cia. do 13 e a Cia. da Força Policial do Paraná, sob o

Comando do Cap. Sarmiento, defenderam arrojadamente a retaguarda, pondo em fuga os rebeldes e salvando toda a tropa dessa crítica situação.

Outros ataques são repelidos. Contam-se mortos e feridos, mas a missão prossegue.

A 31 de março de 1925, dominada Catanduvas, o Batalhão recebe ordem de retirar-se da linha de frente.

Após longa jornada de regresso, o Batalhão recolhe-se a Ponta Grossa, e a 21 de abril, chega a Curitiba, onde acantona no Quartel do 5º B.E.E., com justiça sua atuação é assim ressaltada: "Ao terminar uma das mais trabalhosas missões que o Batalhão desempenhou nesta Campanha, não posso calar a satisfação que sinto ao vê-la concluída sem incidente que pudesse diminuir o brilho sempre demonstrado às outras, essa de conduzir 376 rebeldes presos, foi uma das mais difíceis. Sessenta e três léguas em sertão bruto, foram vencidas em 18 dias, o que representa um esforço extraordinário e uma resistência fora do comum". Realmente, assim fôra a marcha de Catanduvas a Irati.

Os prisioneiros, fato curioso e sugestivo, quando se decidiram pela alternativa de depor as armas, só o queriam fazer ao 13º B.C. Foram chegando aos grupos e recebidos pelo então 1º Tenente Manoel Alire Borges Carneiro, oficial que prestou inestimáveis serviços ao 13º B.C., durante largo período de sua existência. Esse oficial, atualmente Coronel da Reserva de 1ª classe, e residente em Joinville, pôde prestar informações valiosas.

A 18 de maio, segue para Paranaguá um contingente conduzindo prisioneiros que se destinavam ao Rio, sob o Comando do 1º Tenente Alire, com 50 praças. Este contingente recebeu mais prisioneiros no Rio, perfazendo 508 e foi ainda o mesmo contingente que se dirigiu para o Norte do País, até a foz do Oiapoque. Um ano após regressavam.

REVOLUÇÕES DE 1930-1932

Em 1926, inicia-se auspiciosamente o governo do Dr. Washington Luiz (1926-1930), que procura resolver com sabedoria e critério os problemas que se antolhavam.

O fato porém, comenta o Prof. Joaquim Silva, é que os movimentos revolucionários de 1922 e 1924 teriam deixado "um potencial de revolta em tensão, a que faltava apenas um agente propulsor".

"O penúltimo ano do governo de Washington Luiz atravessara a gravíssima crise econômica que caíra sobre o mundo, trazendo formidáveis prejuízos a várias nações, como os Estados Unidos". A economia brasileira também fôra duramente abalada apesar da reconhecida prudência do governo. O café, produto básico de nossa economia, desceu a preços ínfimos.

Agita-se por essa época a campanha de sucessão e negros se tornam os horizontes. Forma-se a "Aliança Liberal", que congrega vários grupamentos partidários, com o ideal renovador dos velhos moldes da política nacional.

Delineada a visão do conjunto, desçamos aos detalhes fundamentais do papel histórico do 13º B.C.

A 26 de maio de 1925, o Batalhão, que terminara a campanha de 1924, regressa de Curitiba para Joinville, menos o contingente que fôra ao Norte e só está de regresso a 15 de julho.

Restabelecida a ordem, parecia agora que o 13º B.C. encetaria os seus trabalhos de caserna, na preparação de novos contingentes.

A 28 de maio de 1926, o Batalhão recebe a honrosa visita do Dr. Washington Luiz, chefe do governo.

Em 1927 dois bandeireros ameaçam a segurança no interior do Estado. O primeiro é Leonel Rocha, que desde 22 de outubro de 1926 mantinha o nosso Batalhão guarnecendo o interior.

A 1 de janeiro, estava o Batalhão com a 1ª Cia. em Guaira, integrando um destacamento de vigilância ali organizado; a 2ª Cia. em Ilhéus e o restante do B.C. em Rio do Sul.

A 20 de janeiro a tropa está de regresso a Joinville, e a 10 de fevereiro foi oficialmente comunicado o fim da luta, com a internação na Argentina de Leonel Rocha e um grupo de 12 homens.

Em setembro, o Batalhão abandona de novo sua guarnição. Outro bandeirero surge em cena — Fabrício Vieira. A linha férrea tem de ser guarnecida. Maíra e Três Barras são o destino da tropa. A vigilância se estende até Valões. Porto União é o centro da ação. Em correrias e assaltos, a fronteira é cruzada, procurando os bandeireros safarem-se à ação do Exército.

Em novembro finalmente são dizimados e os poucos remanescentes escapam pelo vasto território, internando-se nos municípios de Curitiba e Lajes.

Mais uma vez era implantado o domínio da ordem, que dá segurança e tranquilidade.

Vencida mais uma jornada o Batalhão regressa a Joinville em fins de novembro.

Na caserna, retorna à faina normal, e, além de algumas visitas sumamente honrosas à Unidade, nada ocorre de anormal até outubro de 1929.

A 16 de outubro, o Batalhão recebe ordem de se deslocar para Porto União. Retornava à sua origem e ponto neválgico de suas longas jornadas pelo interior.

A 21, chega um telegrama perturbador. De ordem do Sr. Ministro da Guerra, a ida do Batalhão para Porto União devia ser considerada como mudança de sede.

O desejo de retornar a Joinville, é geral.

Um ano decorre porém. Vive-se os dias agitados de 1930.

A 3 de outubro de 1930, deflagra o movimento revolucionário.

O Exército se colocara ao lado do movimento. No 13º B.C., três oficiais não aderem ao movimento e são afastados. Entre eles o Cmt. Ten.-Cel. Alvaro Jansen Serra Lima Saldanha. Assume o Comando o Capitão Manoel Caldas Braga.

No Boletim Diário n. 1, de 5 de outubro de 1930, são expostas as razões dessa decisão e assim conclui o Cap. Caldas Braga o 1º item: "Salve pois aqueles que com entusiasmo pela ação visam o horizonte longínquo de dias mais felizes para o nosso Brasil infeliz!"

Logo no dia 4, o Batalhão aposa-se da cidade de Porto União e União da Vitória.

Chegam notícias de que as forças legais ocupam Joinville; fuzileiros navais e polícia estadual.

A 6, inicia-se o movimento sobre Joinville para retomá-la. O Batalhão segue em trem especial. A 10, o Quartel é atacado de surpresa e retomado.

No mesmo dia, em uma das ruas da cidade, um Pel. Naval opõe resistência.

Ocorre um incidente no cais do Porto. Mortos de ambos os lados.

Retomada Joinville, o Btl. recebe ordem de seguir para Jaguariáiva, a fim de ser incorporado ao destacamento do Gen. Miguel Costa.

O objetivo era a Capital Federal. Impunha-se atravessar São Paulo, e o Exército revolucionário do Sul defrontava com forte concentração na fronteira Norte paranaense (região de Itararé).

São Paulo era o núcleo de resistência do governo. Itararé era o centro nevrálgico e poderia viver momentos decisivos.

A 16 de outubro segue para Sangés o Batalhão, já como integrante do Grupo Destacamento "Miguel Costa".

A 23, prossegue de Sangés em direção ao flanco esquerdo da cidade de Itararé, com a missão de atacar as forças inimigas. A tropa enfrenta sacrifícios. O ataque estava marcado para 25.

A 24, porém, é deposto no Rio o Presidente Washington Luiz, pela junta de Generais.

O Boletim de 26, faz justiça à ação do 13, quando disse: "A rendição, sem combate, de Itararé, veio ser o epílogo da Campanha brilhante em que o 13º Batalhão de Caçadores se empenhou desde o dia 4 de outubro, acompanhando os anseios do povo brasileiro. Coube-

lhe e o historiador do futuro lhe há de fazer justiça uma das porções mais árduas, uma das posições de mais sacrifício na luta".

"Deslocando-se incessantemente, vencedor em Joinville, o alto Comando incumbiu-lhe do desempenho da missão de avanço sobre o flanco esquerdo de Itararé. Foram três dias e três noites de sacrifícios que a tropa sob meu comando soube vencer, passando em zona dada como intransponível pelo comando adversário. Em consequência, para que fique lembrada a realização de tal missão e como prêmio do esforço de nossos camaradas, elogio a todos os oficiais e praças que tomaram parte na aludida marcha, pelo estupendo espírito de sacrifício manifestado, pela energia com que souberam vencer todas as dificuldades, pelo estoicismo com que enfrentaram a própria falta de recursos de alimentação, e mais ainda, pelo destemor com que cumpriram a sua missão, não se intimidando diante do inimigo próximo e bem defendido, atitude que só podem ter aqueles que, como os oficiais e praças do batalhão, eram providos pelos mais puros dos ideais".

O Batalhão parte de Itararé a 28 de outubro com destino à Capital Federal, onde chega a 31, acantonando na Escola de Aviação Militar.

A 13 de novembro embarca no paquete "Rui Barbosa", com destino a Joinville, onde chegou a 16.

Estava terminado o agitado ano de 1930.

REVOLUÇÃO DE 1932

Em prol de uma reconstitucionalização imediata do país, rompeu, a 9 de julho de 1932, a revolução em que tomou parte todo o Estado de São Paulo, apoiado por Mato Grosso, donde veio com forte contingente militar o General Batoldo Köhner. A direção do levante coube ao General Isidoro Dias Lopes, que teve por imediato o Coronel Euclides de Figueiredo.

A 19 de julho o Batalhão já estava em Itararé. A 25 rechaça os revoltosos de Foz de Iguaçu, até se apos-

sar da estrada geral para Capão Bonito, onde a 6 de agosto, manteve 6 horas de cerrado combate.

Prossegue o avanço sobre o Rio das Almas, onde retoma o contacto. Cai esta posição, e o movimento é retomado sobre Rio Cristal. O avanço prossegue sobre Taquaral-Abaixo.

A 3 de outubro, quando se deslocava para retomar contacto com a tropa revoltosa, é surpreendido por um tiroteio à retaguarda, que causa apreensões. Em breve chega a notícia. Era a nossa tropa que exultava de satisfação pelo término do movimento.

Eram decorridos cerca de 70 dias de ininterrupta e acirrada peleja, para que a Nação retomasse o verdadeiro rumo da paz interna.

Com esse último movimento armado encerrava-se o doloroso período revolucionário de 1922-1932. A luta, mau grado a soma de malefícios que a acompanham, despertou também novos sentimentos e idéias novas que muitas vezes traçam rumos decisivos na vida dos indivíduos e das nações.

O País ressurgia da luta esgotada e muitas vezes decepcionado de seus resultados. As idéias dominantes deviam traçar rumos novos que conduziriam os destinos do Brasil numa senda de progresso, cujo ritmo ultrapassaria de muito os anos que precederam.

O Exército acompanhava nos quartéis o avanço do progresso geral e no âmbito das casernas essas "escolas de civismo" reviviam os mais belos ideais.

Para o Brasil, para o Exército e para o 13º B.C., abriram-se novos horizontes.

V — O MONUMENTO A CAXIAS — A BANDEIRA NACIONAL — O MAUSOLÉU — JÓLIA — ESPORTES E FESTAS

Em 1930, o grande historiador nacional Dr. João Pandiá Calógeras, ao tratar da "questão Caxias", expendeu a seguinte opinião: "Tem sido triste a sina do Exército no Brasil, nunca ter logrado ser compreendido pelas classes civis, e especialmente pelos partidos políti-

cos. Tranquilos em suas casas, confortavelmente sentados em suas cadeiras nas administrações ou no Parlamento, discutem, aprovam ou acusam soldados, cuja tarefa, sofrimentos ou possibilidades são incapazes de medir ou mesmo de compreender por completo".

(Calógeras, Form. Hist. do Brasil, 3ª ed., São Paulo, pág. 304).

Razões ponderabilíssimas naquela época levaram-no a tal afirmação. Em tese, sua opinião foi julgada razoável e justa.

Porém, no âmbito restrito deste quadro que narramos, como se apresentaria o panorama? Os fatos demonstram que em Joinville, particularmente, estivemos mais à margem desse estado de coisas.

Três decênios de vida em comunhão de sentimentos e interesses, permitem afirmar que, maugrado crises passageiras, temos estado unidos e coesos, e civis e militares, vivemos num ambiente de fraternidade, que é apanágio de nossa convivência a que aspiramos concretizar com os laços mais sólidos.

Na galeria do simbolismo patriótico, dois existem que impressionam a mente do soldado brasileiro e faz brotar na alma o alento que o agiganta no dever: a Bandeira Nacional e a memória do ínclito Duque de Caxias. E o povo nos presenteou com essas duas dádivas, num gesto feito de compreensão e alicerçado no ideal de união, que enobrece e fortalece a todos nós.

O MONUMENTO A CAXIAS

Junto à pedra fundamental da Unidade, ergueu-se um sólido pedestal e sobre ele o busto do maior soldado brasileiro — o Duque de Caxias.

Em 5 de fevereiro de 1939, sob grande solenidade, inaugurou-se o monumento. Os governos estadual e municipal, doaram o pedestal; o comércio e indústria de Joinville, o busto.

A cerimônia contou com a presença do Sr. Nereu Ramos, interventor estadual, Comandante da Região, demais autoridades militares e civis. A cerimônia teve a presença da Banda da Força Pú-

blica do Estado, com 64 figuras, emprestando excepcional brilhantismo. O povo assiste ao ato, e com emoção ouvem-se os oradores. Era mais um sólido laço de união.

Hoje, no Dia do Soldado, 25 de agosto, data em que se comemora o nascimento do Duque de Caxias, o pedestal recebe ornamentos de flores e no pátio ressoam as palavras que narram e glorificam a vida do ilustre chefe, porque às gerações cumpre conhecê-lo e amá-lo.

E ao soldado a quem se deseja ensinar a história da Unidade, lê-se os dizeres da placa encrustada no pedestal: "Busto oferecido pelo Comércio e Indústria de Joinville. Repousa sobre pedestal mandado construir pelo governo de Santa Catarina, sendo interventor o Sr. Dr. Nereu Ramos e com a colaboração do Prefeito Municipal Sr. Joaquim Wolf. Inaugurado a 5 de fevereiro de 1939, sendo Cmt. do 13º B.C. o Ten.-Cel. João Moraes de Niemeyer. Construção e escultura de Fritz Alt".

A BANDEIRA NACIONAL

Entre as preciosidades que o Batalhão possui, uma merece menção especial: É uma artística Bandeira Nacional, onde sobressai a delicadeza e a perfeição dos trabalhos de bordado.

Quem quiser se informar sobre sua história, tem de se reportar a 19 de novembro de 1940, Dia da Bandeira.

A tropa se apresta para a grande formatura. Nesse dia, 343 recrutas instruídos e prontos para combater, preparam-se para fazer o juramento militar, diante do Pavilhão Nacional.

Escolas e colégios, entram em passo cadenciado e se dispõem pelo grande pátio interno. O povo afluí pelos portões. A hora da cerimônia se aproxima. A Bandeira da Unidade avança com sua guarda e é disposta no local.

No meio do silêncio que se segue uma comissão de senhoras dirige-se para o porta-bandeira. Uma delas conduz a nova Bandeira que

as senhoras oferecem ao Batalhão, em nome do povo de Joinville. São as senhoras D. Josefina Rossi Douat, D. Maria Cotrim Nunes Guimarães, D. Talita Campos, D. Regina Douat Loyola, D. Darcy Garcia Moreira e D. América Batista Lobo, todas da Sociedade Joinvilense.

Fala em nome das ofertantes o Dr. José Acácio Moreira Filho, e em nome do Batalhão agradece o Comandante, Major Pedro Eugênio Pies.

Segue-se a cerimônia de incineração dos velhos pavilhões, cujas cinzas são enterradas no pátio, junto ao monumento do Duque de Caxias.

É dia de festa.

A partir de então, o 13º B.C. conduz com garbo marcial o novo pendão. Ele sempre estará presente, não somente como imagem da Pátria, mas também como símbolo da amizade do povo de Joinville.

O MAUSOLEU

Nas longas jornadas de combate que o 13º empreendeu no período revolucionário, espalhados foram ficando os túmulos dos companheiros tombados na luta.

Os reservistas que participaram desses encontros, rememoravam os companheiros mortos, pois as agruras das pejeas aproximam os homens.

Numa reunião de reservistas realizada, foi aventada a idéia de que se trasladasse para Joinville os restos mortais dos combatentes tombados em 24 no Paraná, e em 1930 e fossem reunidos na glória de um Mausoléu. Quanto aos demais mortos naquele período, não havia elementos seguros para localizá-los.

A idéia, levada ao Cmt. do Bil. encontrou pronto apoio, mas se adiará por algum tempo, pela falta de recursos materiais.

Finalmente, a 16 de abril de 1940, segue uma caravana de militares sob a chefia do Capitão Manoel Alire Borges Carneiro, a fim de realizar trabalhos de exumação e recondução a Joinville.

Essa extensa peregrinação vai até Arroio Bormann e Colônia Mallet, no Paraná.

Lança-se depois ao trabalho de construção do Mausoléu.

Por fim, a 25 de agosto de 1944, Dia do Soldado, em cerimônia solene é inaugurado o monumento.

Os nomes de oficiais e praças estão gravados ali, para que sejam perpetuados. Acima da relação dos mortos, lê-se: "Aqui repousam aqueles que morreram a serviço da Pátria".

Em defesa de um ideal e de um nome, eles fizeram o último e o maior dos sacrifícios.

JOLIA

Em 2 de maio de 1935, era incorporado ao Batalhão como voluntário um recruta alourado e de constituição franzina. Seu nome era Francisco Niemert.

Em breve se encontrava baixado à Enfermaria em tratamento. Sua mãe não tardou aparecer. Era uma senhora rude e modesta, que não abandonava o vestido branco.

Apareceu uma vez, duas e mais. Em breve sua assiduidade tornou-a quase familiar. Tinha pelo filho desvelo de mãe bondosa e não aparecia sem lhe trazer doces e alguma comida; era preciso ajudar com as comidas caseiras habituais o restabelecimento do doente.

Uma curiosidade natural levava-a a dilatar a vista pelo receso do Quartel. Ao seu espírito simples, impressionava o cerimonial cívico que no Quartel se presta aos mortos, nas figuras dos heróis nacionais e militares. Em conversa com o filho, se informava e esclarecia.

Passou a assisti-lo mais a miude. Procurava com os olhos atentos nas fileiras o lugar do filho, e se orgulhava tê-lo agora como parte integrante daquela massa de jovens, que periodicamente vinha com solenidade cultuar os mortos.

Tornou-se conhecida de todos. Comparecia agora nos feriados em trajes brancos mais limpos e tênis branco. Aos poucos foi se aproximando e a singeleza de seus atos

lhe grangeara simpatia de todo o Quartel.

Depois trazia a tiracól duas fitas, verde e amarela, e um buquê de flores. Era assim que no dia do Soldado transpunha o saguão e parava ao entrar no pátio. Era ali recebida e conduzida até o monumento a Caxias, e muitas vezes pelo próprio Comandante. Depositava as flores no pedestal, ajoelhava e rezava. Quando o Batalhão rompia para o desfile, era de ver o garbo com que seguia junto à Banda, acampanhando todo o percurso pela cidade.

Com o tempo passou a amar o convívio militar ainda mais. Na rua, a garotada lhe atirava apodós e perturbava a pobre mulher. Na caserna, suas atitudes despertavam simpatia simples e amigável.

A 23 de outubro de 1936, o filho foi excluído por conclusão de tempo. Ela porém continuou a vir religiosamente cumprir a sua obrigação que se impusera, e passou a ser figura querida e tradicional.

Passam-se os anos. Eis que a 17 de março de 1943 falece seu querido Chico. Golpe rude sofreu a pobre mãe desventurada. Talvez ela o revesse pequenino trepado sobre os sepelhos no carrinho de mão que ela rolava pela cidade, na luta pelo pão de cada dia. Ou no garbo das fileiras como belo soldado aos olhos de uma mãe.

Sua razão já um pouco turbada, talvez tenha se obscurecido ainda mais. Continuava porém a frequentar o Quartel, onde nas fileiras extensas se multiplicava a imagem do amor filial e no carrinho do meio amigo se condensasse a retribuição do amor materno.

A velhice e canseira lhe encurvaram o corpo. Já não acompanhava o Batalhão no desfile. A mãe cansada precisava repousar.

A 8 de agosto de 1946, faleceu. Pela primeira vez, no Dia do Soldado, faltou. Como gratidão e homenagem, os militares velaram seu corpo e a conduziram à última morada. Próximo ao Mausoléu, no alto da colina do Cemitério, uma lápide singela cobre seu jazigo e

nela uma placa de mármore, onde se lê: "À Julia — Homenagem do 13º B.C. 8-VIII-946".

Uma alma assim teve gestos nobres de estranhos fados, que não nos é dado explicar ou compreender. A nós cumpre apenas tributar-lhe singela admiração, porque amando verdadeiramente o Quartel e os soldados, inspirou-nos exemplos de bondade, a amizade, amor aos mortos e resignação, que lhe asseguram na História do 13º B.C. uma página de saudade, para que o exemplo perpetue muito além de seus dias.

Entre as muitas flores que levamos em devoção ao Cemitério, no Dia dos Mortos, sempre haverá uma para ornar o Túmulo de JULIA.

ESPORTES E FESTAS

Historiando a vida do 13º B.C. muitas páginas dever-se-ia dedicar às suas atividades esportivas, porque no acervo de glórias conquistadas, muitas procedem dos campos de esportes.

A brevidade na narrativa não permite nos alongarmos em demasia, porém dois fatos têm de ser registrados: o valor e o "sangue" das representações militares nas disputas dos campeonatos olímpicos regionais e a grande participação dos militares nas lidas esportivas de Joinville.

Nos campeonatos militares, não poucas vezes a nossa representação tem saído invicta em duros prêmios e aos vencidos não resta outro consolo senão, dizer que só perdeu para o 13º B.C. A equipe da camisa vermelha tem mantido tradição elevada nas disputas, e se algumas vezes sente o trazo da derrota, sobra virtudes de combatividade e disciplina esportiva que superam as vicissitudes da luta perdida.

Em Joinville, militares e civis se congregam pelo incremento do esporte, e em todos os setores esportivos encontramos lado a lado, o civil e o militar na mais perfeita comunhão de idéias. Como praticantes ou dirigentes em cargos de distinção, oficiais, sargentos, cabos

e soldados, emprestam o melhor de seus esforços e muitas vezes, com sacrifício das horas de repouso, se consagram de corpo e alma a essa tarefa de abnegados, que não almejam recompensa, mas lutam servindo um nobre ideal e uma elevada causa.

O ambiente alegre das festas concorre também grandemente para a aproximação fraterna.

Há uma ligação muito estreita com a grande maioria dos clubes da cidade, que contam comumente com elementos militares, ou nas diretorias ou no corpo social.

No Quartel, anualmente realizam-se festas que confraternizam e alegam, e entre elas merece referência destacada os festejos de São João. O pátio interno vive feéricos momentos de luz e alegria; e com os portões abertos decorre a festa, que atrai, ao Quartel gente amiga de todas as classes, e ao som de músicas e à luz das fogueiras e fogos, vivem momentos de satisfação, compreensão e camaradagem.

VI — O 13º B.C. NA 2ª GRANDE GUERRA — VIGILANCIA DO LITORAL — "O JABAQUARA" — FORÇA EXPEDICIONARIA BRASILEIRA (F.E.B.)

Ao irromper a 2ª Grande Guerra na Europa, em 1 de setembro de 1939, neutro se colocara o Brasil e lealmente procedia de acordo com a atitude assumida.

Traídoeira e inopinadamente porém uma nação americana, os Estados Unidos, fôra agredida pelo Japão, com o famigerado ataque a Pear-Harbour de 7 de dezembro de 1941.

Os compromissos que o Brasil assumira com todos os países americanos, na conferência de Havana e outras, obrigaram-no a manifestar à nação irmã a sua solidariedade. Assim, rompe as relações diplomáticas com as nações do "eixo" — Alemanha, Itália e Japão, a 28 de janeiro de 1942. Não havia porém, de parte de nossa Pátria, uma atitude agressiva.

A 18 de fevereiro, submarinos alemães põem a pique o navio nacional "Buarque", seguindo-se ou-

tros ataques à navegação brasileira, inclusive em plenas águas territoriais. E continuam nesse proceder, causando-nos, brutal e injustamente, avultada perda de homens e material.

Protestos foram feitos em vão. A 18 de agosto, a situação se agrava inesperadamente: "contra todos os preceitos do direito e princípios de humanidade, cinco navios de nossa marinha mercante, navegando em nossas águas, transportando de um a outro porto de nosso litoral, famílias, viajantes e militares, foram brutal e covardemente atacados por submarinos que os puseram a pique. Mais de 600 brasileiros, homens, mulheres e crianças, sucumbiram no inominável atentado.

A Nação estava ferida no seu corpo e na sua honra. A 22 de agosto de 1942, o Brasil declarou guerra às nações agressoras.

A mobilização geral enche os quartéis, e no 13º B.C. lutava-se penosamente contra a falta de espaço.

Missão imediata necessitava ser cumprida: A vigilância do litoral. No cumprimento dessa missão, a 1ª Cia. do 13º B.C. recebe ordem de se deslocar para São Francisco do Sul, e parte às 11,00 horas do dia 8 de outubro de 1942, chegando no mesmo dia e acantonando no galpão de Standard Oil.

São imediatamente organizados destacamentos de vigilância, para cobrir um arco aproximado de 50 km de orla litorânea, que partindo da praia de Ubatuba (próximo ao campo de aviação e nas imediações do Forte) se estendia até Araquari.

Os núcleos desses destacamentos, comandados por sargentos, tinham parada na praia de Ubatuba, em Pontal, Ensiada, Itapema e Araquari, juntos a pequenos grupos praiheiros. Acantonavam em ranchos próximos aos locais de vigilância (setores), e dadas as dificuldades de ligação normais, conduziam rações para 20 dias, com prejuízo apenas das rações de carne e pão. Comia-se carne seca e bolachas. Os mantimentos corriam o

risco de deteriorar pela grande umidade reinante.

A malária grassava com virulência, atingindo às vezes até 30 % do destacamento. A vigilância prolongava-se ativamente, pelo dia e pela noite.

Foi uma dura jornada, que chegou a termo feliz graças à fibra excepcional dos nossos oficiais, sargentos e soldados.

Os submarinos rondavam sinistramente a costa. De quando em vez os vigias assinalavam formas suspeitas no mar: eram destroços de navio. Um torpedo que errou o alvo, foi jogado até às areias. Balcãs de navios estrangeiros deram a praia. O drama da luta se desenrolava ao largo. Na praia, dia e noite, olhos atentos velavam.

Naqueles ermos desgarrados, a solidão trazia consigo às vezes, a melancolia. E os soldados, no mais são humor, lamentavam. Horas de tristeza e saudade.

"O JABAQUARA"

Por essa época eis que surge inesperadamente um nobre e grande amigo. Em enseada, como nos outros destacamentos, o cheiro da "bola" atraía os pescadores amigos. E os cães também aproximavam e afeiçoavam.

O pequeno cão que chegou aí nesse dia, trazia o destino diferente de tantos outros. Ainda era novo, pelo avermelhado, pernas em meio arco, cara curta, e com olhar calmo e sereno dos grandes amigos. Foi bem recebido, angariou simpatia geral, comeu e ficou. Foi escondido, com medo que o dono reclamasse, mas ninguém apareceu...

Discutia-se ardentemente o nome, que fosse bem característico dessa pequena estampa. Depois de muitos palpites, o Sargento Bruno, ocasionalmente, propôs Jabaquara. Era então o nome do pequeno clube de futebol de São Paulo, recém-fundado, cujo valor era o fantasma dos grandes. Agradou cem por cento, e ficou.

Que amigo o soldado ganhou! Aceitou o dever militar e o cumprimento escrupulosamente, acompa-

nhando a ronda pelos destacamentos. Aprendeu caminhos e ganhou simpatias por toda a frente praieira.

Depois, passou a fazer a ronda sozinho. Diariamente, de manhã e à tarde, se deslocava do destacamento de Araquari até o de Enseada. Amarrado na coleira trazia as mensagens. De longe era avisado no seu trote curto e inconfundível, e o grito de — "Lá vem o Jabaquara!" — despertava alegria incontida. Com que festas os amigos o recebiam.

A 20 de julho de 1944, a 1ª Companhia regressou a Joinville. Lá estava, já agora inseparável, o Jabaquara.

Sua história correu bocas no Quartel; tornou-se estimado e estimou mais ainda. Frequentava todas as companhias, e nunca ninguém lhe acusou de preferência, porque sua amizade jamais causou ciúmes ou discórdias.

Sua vida foi uma lição de assiduidade. Não faltava as marchas ou acampamentos. Estava entrando no Quartel de uma marcha de 30 km de Cia., e encontrando outra de saída, lá estava de volta, para marchar mais de 30 km ou quantos fossem.

Seu corpo, velho e cansado, nesses últimos tempos jamais reclamou o conforto do descanso numa viatura. Na fileira, junto do soldado, era o seu lugar preferido. Nas grandes Manobras do Vale do Itajaí em 1947, o Batalhão se deslocou marchando até Blumenau. Ninguém compreendia a fibra daquela Unidade feita para vanguardas impetuosas. A soldadesca vencida todas as vicissitudes com sereno espírito de alegria. Ignoravam talvez que nossa Unidade havia, entre outras coisas, a sombra tutelar do Jabaquara. Sua presença era uma lição de coragem.

Nos dias de desfile vestia garbosamente uma túnica de lã verde. No lombo seu nome pregado em letras de pano branco. E impávido lá ia ele percorrendo toda a coluna, como um velho, garboso e querido general que revistasse sua

tropa. Assim, sempre foi a maior atração dos desfiles!

Quando a 1ª Cia. seguiu com a Banda de Música para Blumenau, para participar dos festejos do seu 1º Centenário, lá estava ele.

Ornaram-lhe o peito de medalhas (ele bem as merecia!), e na grande parada, não faltou. Os soldados de volta comentaram com justeza: "Causou mais sucesso que o resto do desfile!"

Na vida diária do Batalhão cumpria numerosas obrigações.

Primeira, visitar religiosamente todas as companhias e algumas vezes as repartições. O ambiente de poucos soldados não o atraía.

Segunda, espantar os burros das baias que fugiam para o pátio do Quartel, numa algazarra digna de seus melhores dias.

Terceira, caçar ratos no depósito de lenha ou nas valas do Quartel, lá para as bandas das baias. Ultimamente apanhava poucos mas emprega-se no esporte com todo o ardor.

Quarta, visitar assiduamente o rancho, onde desfrutava de largo prestígio e boa carne.

Quinta, dar algumas voltas pelas redondezas... (raramente saía sozinho dos portões da Unidade) visitava as casas de alguns oficiais e sargentos. Mas não havia agrado que o prendesse longe do Quartel.

A velhice e o excesso de comida, lhe deram gorduras de mais. Estava pesado e qualquer pequena carreira deixava-o arquejante. Numa dessas fugidas, um carro imprudente apanhou o nosso amigo. Era 9 de agosto de 1950. Sua onda de amigos fez o chofer passar maus pedaços.

Foi levado para o Quartel e tratado na enfermaria com todo o cuidado. Chegou a reagir, e mesmo andar mas não resistiria.

No dia seguinte, de manhã, no pé da escada da Enfermaria, foi encontrado morto.

Teve enterro solene e a cerimônia foi um espetáculo de tristeza que confrangia o coração.

Hoje, no fundo das baias, um monte singelo de pedras aponta o lugar do seu jazigo. Os mureas

transitam por ali tranquilos porque ele não pode mais latir.

Quem passou pelo 13º B.C., de 1942 a 1950, guarda sua figura e seu nome com grande saudade.

Aqueles que sobem hoje até o alojamento da 1ª Cia., deparam lá em cima, dependurada sobre a porta de entrada do alojamento, uma atraente fotografia de pequeno cão, ampliada e de moldura simples. Ostenta a garbosa túnica de desfile, estático em posse de parada (a fotografia é da parada de 7 de setembro de 1948). Com letra firme, lê-se a dedicatória: "Oferece sinceramente à 1ª Cia. — Jabuquara".

A sua lembrança atravessará os tempos, porque aquela grande "alma" se colocou acima de nosso direito de esquecer. Dê-se se pode dizer: "Foi o mais poderoso sopro de amor que bafejou a alma de um cão".

Eu aqui procuro esboçar a glória de sua existência ilustre, e guardar para a História do 13º B.C. a figura inesquecível, certo de que cumprio um dever de justiça e reconhecimento geral, e de minha parte tributo-lhe minha amizade e admiração.

O 13º B.C. E AS FORÇAS EXPEDICIONÁRIAS BRASILEIRAS

Declarado o estado de guerra com as nações agressoras imediatamente a marinha e a aeronáutica iniciam ativa cooperação com as forças aliadas, nas operações de patrulhamento do "Atlântico Meridional".

As indústrias são aparelhadas para enfrentar a contingência. Tomam-se medidas para incrementar a produção agrícola e acelera-se a indústria extrativa particularmente das matérias-primas estratégicas, que deram decisivo impulso à causa aliada.

O Exército apresta poderosa força para combater além-mar. Vão ser formadas as "Forças Expedicionárias Brasileiras", F.E.B.

A convocação superlota os quartéis. A instrução é intensificada; a ordem de embarque pode chegar a qualquer momento.

O prognóstico da campanha é de luta árdua e inclemente. Capacidade física é uma das condições indispensáveis.

No 13º B.C. inicia-se a 24 de março de 1944, o exame de seleção. O contingente escolhido se avoluma e apresta-se para seguir.

A 28 de abril assiste-se a espetáculo que conforta o coração. O povo presta homenagem aos que vão partir na missão de honra. Na Sociedade Ginástica de Joinville, vive-se momentos de emoção cívica. Os que partem levam apreensão; os que ficam guardam inquietude. Naquele momento porém os corações estão próximos.

Cooperam decisivamente nessa homenagem, em gesto espontâneo e significativo, a Legião Brasileira de Assistência, as Samaritanas, a Cruz Vermelha. O comércio e a indústria associam-se nesse ato. O que melhor soa é a magia da palavra — o povo — é a homenagem do Joinvilense amigo que vem trazer seu fraternal aperto de mão.

No dia seguinte, 29 de abril, parte o 1º Escalão. São 3 Sargentos, 4 cabos e 81 soldados. Logo no dia 30 segue o próximo: 2 sargentos, 4 cabos e 81 soldados. O 3º Escalão segue a 1ª de maio. Vão 1 subtenente, 5 sargentos, 3 cabos e 30 soldados. O Contingente é o maior da Região — 214. A F.E.B. engrossa suas fileiras. Os que procedem do 13º B.C. têm um nome e uma tradição para velar.

A qualquer momento o oceano seria cruzado. Finalmente a 18 de julho de 1944, desembarca em terras da Itália o 1º Contingente da F.E.B.

Na massa que aflui continuamente, dissociam-se os destinos desse contingente. A F.E.B. vai colhendo louros, e há no seu seio destinos heróicos.

A 4 de junho de 1944 os aliados haviam tomado a cidade de Roma, e prosseguiram o avanço para o norte. A tropa brasileira desembarca e poucos dias depois engaja decisivamente no combate e agiganta-se pela força de seu valor e a fama de seu nome infunde respeito. A 8 de maio de 1945 a Ale-

manha se rende. No regresso, o fantasma dos mortos paira na lembrança, mas a satisfação é justa e profunda.

O 13º B.C. tem o nome disseminado nos contingentes. O destino não os reúne de volta e em diferentes rumos se desgarram.

Dois deram suas vidas pela causa da Pátria: Gerhard Holz e Estevam Borges.

Este é o maior sacrifício que o homem pode dar, porque na vida se condensam todos os outros.

A glória se constrói com luta e sangue, e no acervo das tradições do 13º B.C. esses dois nomes não podem cair no olvido.

VII — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os religiosos gregos, depois de construir altares para todos os grandes deuses, adicionavam mais um ao "Deus Desconhecido".

No final desta narrativa, lembrando os nomes que por ventura tenha referido, e rememorando a quantos deveria ter tocado, venho à lembrança de render homenagem a esses ilustres ignorados, erguendo nesta página minha simbólica devoção ao "Soldado Desconhecido do 13º B.C.", todos esses abençoados e dedicados sol-

dados, do mais alto posto à mais baixa graduação, que, nos campos de luta ou no recesso da Caserna, emparelharam o brilho de suas vidas e a dedicação de seu trabalho, anônimos e desconhecidos soldados que tocaram o destino da Unidade e deram a ela esse são impulso coletivo, elevando-a aos pináculos do respeito, admiração e glória, que ornaram hoje o 13º Batalhão de Caçadores!



SACO AZUL - CINTA ENCARNADA

CERÂMICA BRASIL

FUNDADA EM 1927

FABRICA DE LOUÇAS DE BARRO

Diploma de honra na Exp. Ind. do 1º Centenário de Rio Claro-1927 —
Diploma de honra e medalha de bronze na Exp. do Algodão, Cereais e derivados, em Araraquara-1939

Ferreira & Irmão

Grande sortimento de Talhas com ou sem Filtros — Vasos de todos os tipos — Louças para cozinhar — Cache-Pots, Jarros e objetos artísticos — Manilhas para esgoto de todas as bitolas, etc. — Telhas e Tijolos

RUA 4 N. 486 (CANTO DA AV. 13) — TELEFONE, 237
RIO CLARO — ESTADO DE SÃO PAULO

DEPÓSITO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÕES

Telhas — Cal — Cimento — Canos — Conexões — Ferragens em geral

Elpidio Fernandes da Silva

RUA MARECHAL DEODORO, 285 — STO. ANTONIO DA PLATINA
ESTADO DO PARANÁ



IMPORTÂNCIA DAS ROTAS MARÍTIMAS PARA O BRASIL

Notas extraídas de uma conferência pronunciada no Clube Naval pelo Almirante CARLOS PENNA BOTTO, Subchefe do Estado-Maior da Armada

Os Estados Unidos adquiriram do Brasil 14 por cento do total de manganês importado em 1949. Ou, discriminadamente, por país e por toneladas métricas:

da Índia.....	294.937
da Costa do Ouro.....	229.271
da África do Sul.....	191.129
do Brasil.....	186.771
da Rússia.....	161.761
de Cuba.....	51.350
do México.....	33.685
do Chile.....	16.265

A quantidade de manganês a ser importado do Brasil, pelos Estados Unidos, terá, no entanto, de aumentar consideravelmente, em caso de guerra declarada, pois cessarão as importações provenientes da Rússia (15%) e da Índia (28%), num total de 43%. O manganês do Amapá e do Urucum terá de ser explorado, o que permitirá suprir a América do Norte e, ao mesmo tempo, reservar para uso interno o minério existente em Minas Gerais (minas de Queluz e Lafayette, ser-

vidas pela E.F.C.B.) e na Bahia (Minas de Jacobina, Bonfim e Saúde, servidas pela E.F.L.B.), a cerca de 500 km de Salvador.

OUTRAS MATERIAS-PRIMAS

No ano de 1949, o Brasil também forneceu aos Estados Unidos 87% de todo o berilo importado, 83% da tantalita, 98% do cristal de rocha, 67% do mentol, 95% do óleo de mamona, 100% do côco babaçu, 20 % da cera de abelha e 100% da cera de carnaúba. A exportação de borracha natural, contudo, foi mínima.

IMPORTAÇÃO BRASILEIRA

A importação, pelo Brasil, dos produtos mais importantes e representada pela média verificada no triênio 1947-1949, foi a seguinte, em toneladas:

óleo e combustíveis.....	1.245.219
gasolina.....	1.143.999
carvão de pedra.....	1.119.546

coque.....	28.940
óleos lubrificantes.....	87.387
óleo Diesel.....	371.043
querosene.....	179.382
tubos metálicos.....	45.792
ferro e aço em barras.....	24.642
celulose.....	81.600
papel para a imprensa.....	52.266
fólias de flandres.....	63.784
soda cáustica.....	51.391
breu.....	13.085
enxofre.....	38.805
fosfato de cálcio.....	46.706
automóveis para carga.....	20.111
truques para automóveis.....	42.849

Afirmou o Almirante Penna Botto que, sob a denominação de "estratégicas", reunimos todas as matérias-primas que, nos Estados Unidos, em classificação mais rigorosa, são consideradas nas três seguintes categorias: estratégicas, críticas e essenciais.

O CONTROLE DAS MATERIAS-PRIMAS

Mais adiante frisou que, em linhas gerais, o problema de controle das matérias-primas apresenta triplice aspecto, pois exige as três seguintes providências:

a) acumular matérias-primas, na paz e na guerra, sobretudo na paz, importando aquelas não existentes no país;

b) negar matérias-primas ao inimigo provável ou declarado, na paz e na guerra, sobretudo na guerra (bloqueio econômico);

c) exportar matérias-primas para os países nossos aliados.

A primeira providência inclui, evidentemente, a aquisição no estrangeiro e o conseqüente transporte de matéria-prima estratégica não existente no próprio país. Em tempo de guerra, o transporte de matéria-prima, ou de material bélico de qualquer sorte, dos mercados estrangeiros para o país, ou vice-versa, fica na estrita dependência do poder marítimo, que inclui o poder naval e do grau de êxito do inimigo nas suas tentativas de interromper ou reduzir esse tráfego sobre águas, isso admitindo, é claro, que as fontes supridoras só possam ser alcançadas, para fins práticos, por via líquida.

A segunda providência envolve, na paz, a adoção de medidas restritivas à saída de matérias-primas, proibição de exportação daquelas consideradas mais vitais, etc. e, na guerra, não só o bloqueio econômico, no qual cabe à Marinha "magna pars", como também o bombardeio estratégico com aviões, dirigido contra depósitos de matérias-primas e parques industriais.

A terceira providência, tal qual a primeira, repousa preclupamente na possibilidade de manter abertas as linhas marítimas de comunicações.

CARVOARIA PROGRESSO

José Dias Gonçalves

Depósito de carvão a varejo — Entregas a domicílio

RUA DR. RICARDO VILELA, 446 — TELEFONE, 135

MOGI DAS CRUZES — E. F. C. B. — ESTADO DE SÃO PAULO

ARMAZÉM ROTHEN

Secos — Molhados — Bebidas — Latarias, etc.

João Rothen

RUA QUINZE DE NOVEMBRO — PIRAÍ DO SUL — E. DO PARANÁ

HOMENAGENS A CAXIAS

Em meio a maior vibração cívica, realizaram-se, nesta capital, no dia 25 do mês p. passado, ou seja, no Dia do Soldado, as solenidades comemorativas de mais um aniversário de nascimento do patrono de nosso Exército. As 8 horas, foi rezada missa solene, no convento de Santo Antônio, pelo repouso eterno da alma do maior dos nossos soldados. As 9 horas, diante do Pantheon de Caxias, na praça fronteira ao Quartel-General do Exército e com a presença do Exmo. Sr. Presidente da República, Ministros de Estado e altas autoridades civis, eclesiásticas e militares, teve lugar a entrega de condecorações dos oficiais e civis recentemente galardoados com a Ordem do Mérito Militar ou promovidos na mesma e bem assim a cerimônia de compromisso dos cadetes do 1º Ano da Academia Militar das Agulhas Negras. Foram também agraciadas com a Ordem do Mérito Militar as bandeiras do Estado-Maior do Exército e do Superior Tribunal Militar, em reconhecimento aos assinalados serviços prestados por essas instituições ao Exército e à Nação, sendo as condecorações apostas às mesmas pelo próprio Exmo. Sr. Getúlio Vargas. As solenidades foram iniciadas com a continência ao Duque de Caxias, a qual constou dos toques de "Sentido" e "Comandante em Chefe", sendo, logo a seguir, executado, sob intensa vibração cívico-patriótica dos presentes, o Hino da Independência e efetuadas as salvas de artilharia. Para terminar, seguiu-se brilhante desfile do Destacamento de Forças da Marinha, Exército e Aeronáutica,

destacando-se o contingente dos garbosos cadetes do 1º Ano da Academia Militar das Agulhas Negras.

• •

Ao congratular-se com o Exército, ao ensejo de mais um aniversário de nascimento do inclito Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, a Redação desta Revista, refletindo o brilho das comemorações, não pode deixar de congratular-se vivamente com as duas instituições agraciadas com a Ordem do Mérito Militar: com o E.M.E., pelo seu trabalho anônimo, porém grandioso, profundo e meritório em favor da solução dos grandes e importantes problemas do Exército e mesmo da Nação e com o Superior Tribunal Militar pela sua intransigente e pertinaz vigilância e defesa dos códigos de honra, das leis e regulamentos e dos princípios morais das Forças Armadas.

• •

Não pode silenciar, igualmente, a entrega da condecoração da Ordem do Mérito Militar ao Sr. Armando Cesar Petra de Barros, Diretor da Imprensa Militar e operoso colaborador desta Revista, em sua parte de impressão. Trabalhando na Imprensa Militar há mais de 40 anos, com dedicação invulgar, o Sr. Petra de Barros fez-se credor do reconhecimento das altas autoridades do Exército não só pelos seus destacáveis serviços, como pela sua fidalguia, lhanza de trato e desejo de bem servir. Ao Sr. Petra de Barros os sinceros cumprimentos da Redação.

PERSONALIDADE

(NOTAS)

Cel. COSTA BRAGA

Não são, apenas, as insígnias que definem o oficial, mas o seu valor profissional e, acima de tudo, as qualidades morais que caracterizam a sua personalidade.

Aos chefes cabe indicar, principalmente aos jovens recém-saídos das escolas de formação, a direção que leva ao êxito e que torna respeitado o militar. É somente a direção.

O itinerário a utilizar é tarefa individual.

A personalidade estará formada e bem definida, desde que, em síntese :

1º) O oficial, ao desincumbir-se de quaisquer missões, quer as normais, ligadas às suas funções, quer aquelas eventuais, atribuídas pelos chefes, o faça com a exclusiva preocupação de bem desem-

penhá-las, sabendo que tem, em si, as qualidades para cumpri-las. Jamais imagine qual possa ser o julgamento do superior e trabalhe, com o máximo de intensidade, para sentir-se em paz com a consciência.

É o bastante.

2º) Saiba o oficial expor o seu ponto de vista, sempre que levado a fazê-lo, com firmeza e desinteressado quanto ao número de opiniões contrárias à sua e à posição hierárquica dos que as emitem.

3º) Possa tomar atitudes firmes, quanto ao modo de encarar situações de qualquer aspecto, sem quebra da disciplina, é óbvio, abstendo-se de se ver acompanhado ou não.

4º) Haja coerência em todas as manifestações do oficial.

CASA GUTIERRES

Secos — Molhados — Conservas, etc.

Rafael Gutierrez

RUA VENCESLAU BRAZ, 1041 — Santo Antônio da Platina — Paraná

EMPÓRIO AVENIDA

DE

Eduardo de Barros

AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 598 — JACAREZINHO — PARANÁ

DÚVIDAS SÔBRE UM NOME — "CAXIAS"

Ten.-Cel. FELICÍSSIMO DE AZEVEDO AVELINE

Se há um nome sôbre o qual não deveria existir divergência alguma, pelo menos nas publicações militares, êsse, a nosso ver, seria o Duque de Caxias. No entanto, a cada passo topamos publicações oficiais do próprio Ministério da Guerra, como o Almanaque do Exército, em que o nome do ínclito Marechal é citado como sendo Luiz Alves de Lima.

Certa ocasião, ao reclamarmos junto à redação de "A Defesa Nacional", a respeito do nome de Caxias que julgávamos, como ainda o cremos, ser Luiz Alves de Lima e Silva, e não sômente Luiz Alves de Lima, como certa vez publicara "A Defesa Nacional", recebemos, como resposta do redator, Cel. Alberto Ribeiro Paz, que o assunto era controvertido, alvitrandos-nos ainda que provássemos, documentadamente, que o nome do Duque Imortal era Luiz Alves de Lima e Silva.

Claro está que essa tarefa escapa às nossas possibilidades, amarrados que estamos, de há muito, ao interior do Brasil, onde os documentos originais são desconhecidos. Encargo êsse só poderia ser desempenhado por um General João Pereira de Oliveira, insigne cultor e divulgador da nossa história, ou outrem que, de tempo, capacidade e meios dispusesse, para vasculhar os arquivos e nunca por um "troupiér" perdido numa longínqua cidade da fronteira.

A Revista Militar Brasileira, comemorativa do 133º aniversário do Nascimento do Duque de Caxias, publicada em 1936 — N. 3, sob a direção do Chefe da 5ª Seção do

Estado-Maior do Exército, logo na sua terceira página, exhibe um quadro com o cartaz da Edição, chamando-o Luiz Alves de Lima. Já se vê que isso foi um cochilo do desenhista, pois que, pelas alentas das duzentas e noventa e oito páginas da citada Revista, tudo prova que Luiz Alves de Lima e Silva é o seu nome verdadeiro.

Pelo menos, isso é o que se conclui da leitura atenta dessa magnífica publicação oficial.

O Padre Joaquim Pinto de Campos, a cuja obra "Vida do Grande Cidadão Brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva — Barão, Conde, Marquês, Duque de Caxias, desde o seu nascimento em 1803 até 1878", todos aqueles que quizerem saber algo sôbre a vida de Caxias terão de acorrer, também nos afirma ser Luiz Alves de Lima e Silva o nome do Duque de Caxias, o General nunca vencido.

O Barão do Rio Branco, assim como Tasso Fragoso, também em suas obras o chamam de Luiz Alves de Lima e Silva.

Em face da documentação apresentada, tanto oficial como de autores de peso, sugerimos que as autoridades educacionais do país, à luz da verdade documentada, mandem gravar certo, daqui por diante, nos documentos oficiais pelo menos, o nome do homem que durante mais de meio século "prestou toda a casta de serviços a êste país, na sua separação, no seu organizar-se, na sua pacificação, na sua segurança interna e externa", no dizer do insigne prelado pernambucano Padre Pinto de Campos.

A NACIONALIZAÇÃO DO PETRÓLEO IRANIANO

Alguns aspectos do problema, extraídos de
PERSPECTIVES, número de maio último, pelo
Major JOSÉ CODECEIRA LOPES

Em ordem cronológica, os principais fatos que balizam a evolução do caso iraniano são os seguintes:

1901 — Funda-se, em Londres, a Anglo Iranian Oil Company (AIOC), com exclusividade de prospecção no Turkestão Iraniano, em área de cerca de 1 milhão de km². Essa fundação decorria dos direitos de perfuração que a Inglaterra se assegurara, sem muito custo, em fim do Século XIX.

1912 — Churchill compra 52,55% das ações da AIOC, para o governo inglês.

1932 — A produção já é de mais de 5 milhões de tons. O governo iraniano manifesta desejo de anular a concessão outorgada à AIOC. Estabelece-se o litígio.

1933 — Novo acordo é firmado: renova-se a concessão até 1993, passando o governo iraniano a perceber 20% dos benefícios distribuídos aos acionistas, além de uma taxa fixa de 4 shillings por ton.

1949 — Ante novas pretensões iranianas, os ingleses concordam em aumentar para 6 shillings a taxa fixa e em atenuar a política de bloqueio dos dividendos, seguida pelos trabalhistas britânicos.

1950 — Face a rumores de nacionalização, a AIOC apressa-se em oferecer 50% dos benefícios distribuídos aos acionistas, isto é, participação igual à concedida ao governo da Venezuela. Uma produção de 32 milhões de tons, já situa o Irã em 3º lugar, entre os produtores de petróleo.

1951 — O governo iraniano, em contra-proposta, exige 75%. Os

ingleses não aceitam a exigência. Em consequência, os iranianos empreendem a nacionalização.

Como se percebe, mesmo que a influência no Oriente Médio não constituísse alto interesse estratégico para os britânicos, e mesmo que não lhes fizesse grande falta o petróleo iraniano, só o simples fato de possuírem mais de metade das ações da AIOC seria suficiente para compreender o empenho do governo inglês nessa questão.

Quanto ao Irã, tem em jogo, não apenas o problema de soberania, mas, principalmente o econômico, pois vive "assentado sobre o petróleo", de vez que seus recursos são quase totalmente tirados da exploração de suas abundantes jazidas. Há quarenta anos que se vê transformado em centro de ebulição das grandes potências petrolíferas, e em alvo de intervenções estrangeiras. Estas circunstâncias, aliás, embora hajam acarretado servidões para a nação iraniana, muito têm influído para unificação do povo em torno da forte campanha nacionalista que se desenvolve no país e da qual um dos reflexos é, precisamente, a atual questão do petróleo.

Consumada a nacionalização, os dirigentes iranianos deparar-se-ão com três sérios problemas: 1º) o da indenização, pois sendo precárias as condições financeiras do país, deverão enfrentar despesas da ordem de 300 milhões de libras, correspondentes às ações e aos haveres da AIOC; 2º) o dos técnicos, de vez que os ingleses ocupam todos os postos de direção e é pos-

sível que as outras companhias petrolíferas não se disponham a desfalcicar os seus quadros para colaborar contra os interesses da congénere; 3º) o da tonelagem necessária para evacuar a abundante produção, pois os ingleses naturalmente retirarão suas embarcações. Assim, há margem para duvidar-se da solidez da nova política petrolífera iraniana, muito embora os altos círculos do país estejam convencidos de que, mesmo enfrentando um declínio de

75 % na produção, o Irã será mais beneficiado do que recebendo a taxa atualmente paga.

Considerando que as relações anglo-egípcias continuam envenenadas pela questão do Canal de Suez e que já se ouvem rumores de nacionalização do petróleo iraquiano, forçoso é reconhecer-se que o caso iraniano complica seriamente a posição britânica no Oriente Médio, onde o mundo árabe já realiza um concerto de imprecações contra "o estrangeiro".

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BOMBAS HIDRAULICAS

DE

Antonio Máximo Filho

RUA BARÃO DE JACGUAL, 402 — TELEFONE, 498

MOGI DAS CRUZES — E.F.C.B. — ESTADO DE SÃO PAULO

GRÁFICA DE LUCA

Impressos em geral — Papelaria — Artigos de escritórios e escolares

ORLANDO DE LUCA

Proprietário

RUA PREFEITO PEDRO ROLIM DE MOURA (Edifício próprio)

Telefone, 55 — Caixa Postal, 8 — PIRAI DO SUL — E. DO PARANÁ

OLARIA DIRCEU

Tijolos e telhas a preços módicos

Dirceu Schiller Ribeiro

PORTO AMAZONAS — ESTADO DO PARANÁ

CASA MONTE LIBANO

Fundada em 1904

MIGUEL J. QUEIROZ

Comércio e Indústria

PRAÇA RIO BRANCO, 30 — Caixa Postal, 36 — Teleg. "QUEIROZ"

PIRAI DO SUL — ESTADO DO PARANÁ

ATHAYDE, MOREIRA & CIA.

CONCESSIONARIOS "CHEVROLET"

Automóveis "Chevrolet" — Peças e acessórios —
Gasolina e lubrificantes — Pneus e câmaras de
tôdas as marcas — Oficina mecânica — La-
vagem e lubrificação — Geladeiras "Frigidaire"
— Rádios

Rua Quinze de Novembro

Caixa Postal, 410 — Telefone, 172

CORNÉLIO PROCÓPIO — PARANÁ

SAIB ABIB

**Fazendas Pernambucanas, Calçados Clark e
Nápoles, Chapéus Ramenzoni, Fazendas,
Armarinho, Roupas Feitas, Miudezas,
Secos e Molhados, etc.**

Rua São Paulo, 112 — Caixa Postal N. 23

ANDIRÁ — ESTADO DO PARANÁ

R. V. Paraná — Sta. Catarina

IMPORTÂNCIA DO BRASIL COMO PRODUTOR DE MINERAIS ATÔMICOS

A indústria nuclear está em seu primeiro estágio de desenvolvimento. Embora se não tenha imposto ainda, como fonte de produção de energia, essa indústria nascente, será de importância capital no futuro, a julgar pelos resultados obtidos em outros países, já no caminho do seu pleno aproveitamento.

Falando sobre o assunto, o engenheiro Avelino Ignácio de Oliveira, atual diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral, lembrou a relativa pobreza do país em reservas carboníferas e frisou que não podemos deixar de envidar esforços, a fim de vencer o atraso em que nos encontramos em relação à produção de energia industrial e energia atômica. Lembrou que os primeiros passos do governo, nesse sentido, foram dados com a criação do Conselho Nacional de Pesquisas, órgão ao qual compete a indicação das medidas que se fizerem necessárias à investigação e à industrialização da energia atômica e suas aplicações, inclusive a aquisição, transporte, guarda e transformação das respectivas matérias-primas.

Prosseguindo, referiu-se o diretor geral do D.N.P.M. à necessidade inadiável de uma investigação ampla e profunda nas áreas do país onde existem jazidas de matérias-primas, a fim de conhecermos as suas reservas utilizáveis. Trata-se, acrescentou, de trabalho objetivo e sistemático no sentido de medir os depósitos de Tório, Berílio e Lítio, já conhecidos no país e de localizar e medir jazidas uraníferas e novos depósitos destes minérios, susceptíveis

de aproveitamento econômico. Nesse sentido, estão sendo estudadas as ocorrências uraníferas da região de S. João del Rei, em Minas Gerais, realizadas investigações nos depósitos de urânio, berílio e lítio do Nordeste e pesquisados os materiais toríferos (monazita), nos litorais dos Estados do E. Santo, Bahia e Rio de Janeiro.

REGIÃO PRIVILEGIADA

Recordou o diretor do D.N.P.M. que, nas investigações e estudos realizados na região de São João del Rei, pelos órgãos técnicos do Departamento, em colaboração com o Instituto de Tecnologia Industrial do Estado de Minas Gerais, positivou-se ser aquela uma região privilegiada quanto a minérios complexos de estanho, contendo minerais raros associados, como os de urânio, lítio, tântalo, nióbio e tório, podendo vir a ser uma área produtora, em larga escala, dos referidos metais. Ali se desenvolvem os trabalhos, de avaliação dessas ocorrências, lembrando que está sendo providenciada a instalação de um engenho de beneficiamento dos minérios de estanho, com capacidade para produção de 10 toneladas de concentrados por dia, a fim de conseguir-se a recuperação ou preservação dos minerais atômicos e dos minérios raros associados.

A concretização de tal providência, apenas uma etapa dos esforços de ajuda e fomento pelos quais estão clamando as empresas e mineradores da região, é de atendimento imperativo, podendo-se dizer mesmo, de ordem nacional.

A MONAZITA

Falando da monazita, recordou o engenheiro Avelino de Oliveira que a primeira ocorrência desse minério, descrita no Brasil, foi a de Salobro, em Canavieiras (Bahia), por Gorceix, em 1884, onde a monazita aparece como um dos satélites do diamante.

As reservas, hoje conhecidas, acham-se nas areias do litoral da Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro, já se conhecendo, também, algumas ocorrências valiosas no Estado de Minas e no Nordeste.

Em 80 anos de mineração, ou seja, de 1890 a 1950, exportamos cerca de 80 mil toneladas de concentrados de monazita.

O que ainda nos resta deste mineral, segundo Oton Leonardo, é avaliado entre 100 e 150 mil toneladas. Em face da necessidade de se conhecer, com precisão, essas reservas, a Divisão de Fomento da Produção Mineral mantém uma turma de engenheiros de minas e topógrafos na zona litorânea do Espírito Santo, procedendo a investigações. Do mesmo modo, se desenvolvem trabalhos de prospecção por órgãos do D.N.P.M., no Nordeste, investigando ocorrências de minério de urânio, berílio, lítio e de outros metais raros.

PLANO DE PESQUISAS E PROSPECÇÃO DE MINERAIS ATÔMICOS

Complementando estas notas, a Redação pode anunciar que o Presidente da República já aprovou o "Plano de Pesquisas e Prospecção de Minerais Atômicos", organizado pelo Conselho Nacional de Pesquisas. A execução se fará imediatamente, com a cooperação do Departamento Nacional de Produção Mineral, os Ministérios da Marinha, Guerra e Aeronáutica e outros órgãos técnicos. Os trabalhos se desenvolverão, simultaneamente, em três regiões diferentes, a saber:

- a) Rio Grande do Norte, Paraíba e regiões vizinhas;
- b) Bahia, Espírito Santo e Estado do Rio;
- c) Minas Gerais.

Fornecerá o Conselho os equipamentos e demais recursos necessários para o rápido andamento e eficiência dos trabalhos.

Recentemente, o presidente do Conselho Almirante Alvaro Alberto, reuniu-se com os membros do Conselho Deliberativo do C. N. P. e os técnicos do Departamento Nacional de Produção Mineral, assentando providências a respeito. Já foram realizados entendimentos com a Marinha, para as pesquisas de natureza submarina. Serão feitas amplas e profundas sondagens na plataforma continental.

ARMAZÉM E BAR DE

TEODORO HUBIE

Secos e molhados — Bebidas nacionais e conservas

RUA JOÃO PESSOA, s/n. — PORTO AMAZONAS — E. DO PARANÁ

CASA DOS RETALHOS LTDA.

Retalhos a metro e a quilo — Chapéus "Cury" e "Ramenzoni" — Armarinhos — Calçados

RUA RUY BARBOSA, 641 — TELEFONE, 18 — CAIXA POSTAL, 5
Matriz: S. A. PLATINA — Filiais: BANDEIRANTES e TULHAS

CHAPELARIA CONSTANTINO

Grande sortimento de artigos para homens — Preços mais razoáveis da praça — Calçados — Chapéus — Camisas — Gravatas e Armário

Constantino Alves dos Reis

RUA QUINZE DE NOVEMBRO, 217 — FONE, 753
CURITIBA — PARANÁ

A ÉPOCA

Chapéus — Calçados — Artigos finos para cavalheiros — Recebendo sempre as melhores novidades do país a preços razoáveis

Reis & Cia. Ltda.

RUA QUINZE DE NOVEMBRO, 473 — FONE, 1108
CURITIBA — PARANÁ

COMÉRCIO E INDÚSTRIA MINATTI

DE

Jacob Bartholomeu Minatti

Comerciante e industrial com ramos de ferragens e indústria

RUA MATO GROSSO, 1001

Telefones, 398/9 — Caixa Postal, 82

Telegráfico "JABARMIN"

LONDRINA — ESTADO DO PARANÁ

FILIAL EM IBIJARA

ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL

(DA IMPRENSA)

A "Expedição do Roncador-Xingu", ponta de lança da Fundação Brasil Central, que há 8 anos iniciou a sua marcha para o Oeste, terminou a sua pista aérea n. 12, último elo de uma cadeia de aeroportos construídos em plena selva. Os 12 aeroportos estão disseminados numa diagonal de Aragarças ao Tapajós e já tornam possível o voo direto do Rio a Manaus, pela rota mais curta, cortando o Brasil Central de Sudeste a Nordeste. Ficou, também, aberta, virtualmente, outra grande rota, ou seja o eixo Rio-Miami, sobre a maior região silvestre da América do Sul. As pistas semeadas pelos expedicionários estão sendo usadas apenas pelos aviões da F.A.B., em vôos especiais.

Em declarações que fez à imprensa, o Sr. Arquimedes Pereira Lima, presidente da F.B.C., disse que o Ministério da Aeronáutica lhe ofereceu o necessário equipamento de rádio-farol, para a proteção de vôo nas pistas já abertas, ficando aos cuidados da Fundação a sua instalação, bem como as indispensáveis obras de superfície.

Aragarças, ao Sul de Mato Grosso, não consta ainda dos antigos mapas.

Em virtude de recente decisão do presidente da República, essa nova localidade foi escolhida para sede da Fundação Brasil Central, que já está providenciando a mudança de seus escritórios, da Esplanada do Castelo para lá.

AÇOUGUE FONSECA

DE

JOSE FONSECA

Carnes de porco, de vaca e linguças

RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA, s/n. — Caixa Postal, 31
JAGUARIAÍVA — ESTADO DO PARANÁ

COMÉRCIO E INDÚSTRIA "SANTO ANTÔNIO"

DE

Doralicio Lima

RUA MARECHAL DEODORO, 1097 — SANTO ANTÔNIO DA PLATINA
ESTADO DO PARANÁ

PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DO VALE DO RIO DOCE

(DA IMPRENSA)

Segundo os dados fornecidos pela "Cia. Vale do Rio Doce", a produção e exportação de minério de ferro dessa empresa, no corrente ano, está assim classificada:

Produção, em toneladas:

Janeiro.....	70.709
Fevereiro.....	81.957
Março.....	87.921
Abril.....	113.921
Maio.....	108.600
Junho.....	115.437
Total.....	578.545

Em igual período de 1950, a produção foi de 317.338 toneladas:

Exportação, em toneladas:

Janeiro.....	58.045
Fevereiro.....	66.672
Março.....	73.992
Abril.....	81.716

Maio.....	113.237
Junho.....	93.290
Total.....	486.972

No primeiro semestre de 1950, o total exportado atingiu 221.687 toneladas. No que concerne ao transporte de minério de ferro, os dados esclarecem que, no ano passado, de janeiro a junho, o total elevou-se a 266.207 toneladas. No primeiro semestre do corrente ano, o volume subiu a 533.871 toneladas. As estatísticas informam que a produção da Companhia, em 1950, alcançou 701.835 toneladas, o minério transportado 694.757 toneladas e o exportado 710.399 toneladas. No corrente ano, calcula-se que serão exportados 1.200.000 toneladas de minério de ferro. Em 1951, a exportação alcançará 1.500.000 e, em 1954, será duplicada, ou seja, atingirá 3.000.000 de toneladas.

ALFAIATARIA LONDRES

DE

ALFREDO REDLEWSKI

Diplomado pela Escola de Corte e Costura São Paulo — Roupas para homens

RUA QUINZE DE NOVEMBRO — PORTO AMAZONAS — PARANÁ

CASA SILVA

DE

Antonio da Silva

Armazém de secos e molhados — Anexo açougue de suínos
RUA MARECHAL DEODORO, 1131 — CAIXA POSTAL, 104
SANTO ANTÔNIO DA PLATINA — ESTADO DO PARANÁ

COMO O SENTIDO DAS FRASES SE DETURPA NAS TRANSMISSÕES VERBAIS

A Redação recebeu e publica, a seguir, uma velha versão da historieta sobre a deturpação do sentido das frases nas transmissões verbais.

Embora antiga e humorística, nem por isso perde o seu valor na atualidade, principalmente com referência à instrução de mensageiros em cadeia, à qual se aplica como um exemplo do que pode resultar, se todos não se capacitarem da necessidade de dar a ordem ou informação e fazer o seu interlocutor repeti-la com o seu exato sentido.

Ei-la :

"Sabe-se que, em bacteriologia, os micróbios ganham em virulência, à medida que passam de um para outro organismo. Os boatos também. Quanto mais ganham em extensão, mais se recobrem de tenebrosas aparências. Quando Napoleão desembarcou, com alguns homens, no golfo Jouan, em 1815, de volta da ilha de Elba, os boatos foram ganhando de intensidade, a tal ponto que quando chegaram a Paris, atribulam a Napoleão o comando de um exército de um milhão de homens. Damos abaixo, o exemplo de uma ordem militar, no estilo dos velhos tempos do exército Colonial, a qual, transmitida de cima para baixo, foi se transformando e deturpando à maneira dos boatos :

— "Do capitão ao sargenteante : Dando-se, amanhã, um eclipse do

sol, determino que a companhia esteja formada, com uniforme de campanha, no campo de exercícios, onde darei explicações sobre o raro fenômeno que não acontece todos os dias. Se, por acaso, chover, nada se poderá ver. Neste caso, a companhia ficará dentro do quartel."

— "Do sargenteante ao sargento de dia à companhia : De ordem de meu capitão, haverá, amanhã, um eclipse do sol em uniforme de campanha. Toda a companhia no campo dos exercícios, onde o meu capitão dará as explicações necessárias, o que não acontece todos os dias. Se chover, o fenômeno será mesmo dentro do quartel."

— "Do sargento de dia ao cabo de dia à companhia : O nosso capitão fará amanhã, um eclipse do sol no campo dos exercícios, o que não acontece todos os dias. Se chover, nada se poderá ver. Em uniforme de campanha, o nosso capitão dará a explicação necessária dentro do quartel."

— "Do cabo de dia aos soldados : Amanhã, para receber o eclipse, que dará as explicações necessárias sobre o nosso capitão, a companhia formará. O fenômeno sairá, em uniforme de exercícios, para o campo da companhia ; isso se chover dentro do quartel, o que não acontece todos os dias."

CASA HOFFMANN

Armazém de secos e molhados

Augusto Hoffmann

RUA PARANA, 649 — JACAREZINHO — ESTADO DO PARANA

PORTUGUES SEM MESTRE

821. GERALDINO MARONES

2ª PARTE

Sintaxe — estudo das palavras combinadas.

Nomes das orações :

Principal — exprime o sentido essencial, não começa por conjunção.

Absoluta — quando o período tem só uma oração.

Podem ser . . . } Coordenadas
 } Subordinadas.

1) Coordenadas :

a) Copulativas — são as mais comuns. Ligam naturalmente uma sentença à outra.

Ex. : Não sabes nem desejas saber.

b) Alternativas — têm um sentido contrário ao anterior.

Ex. : És bom homem, mas não trabalhas.

d) Conclusivas — indicam uma conclusão.

Ex. : Queres ser pianista, portanto estudas.

e) Explicativas — explicam com clareza um sentido anterior.

Ex. : Pedro trabalha pouco, isto é, não tem vontade de trabalhar.

f) Continuativas — continuam o sentido anterior.

Ex. : Ora aconteceu que . . .

2) Subordinadas :

a) Condicionais — indicam uma condição.

Ex. : Tu ganharás, se trabalhares.

b) Causais — indicam a razão.

Ex. : Você irá passear, porque foi bom.

c) Finais — indicam um fim.

Ex. : Tu irás trabalhar, a fim de que melhores.

d) Concessivas — indicam uma concessão.

Ex. : Tu irás ao baile, se bem que se tenhas portado mal.

e) Consecutivas — indicam uma consequência de um fato expresso noutra oração.

Ex. : Maria é tão bôba, que todos se riem dela.

f) Temporais — indicam tempo.

Ex. : Tu irás passear, depois que seu pai chegar.

g) Integrantes — inteiram o sentido de outra oração.

Ex. : Diga-me quanto são hoje.

- h) Comparativas — comparam um sentido com outro.
Ex. : Rozinha é mais bonita, que Maria.
- i) Modais — indicam o modo.
Ex. : João matou-o como se matasse um cachorro.
- j) Relativas — indicam relação.
Ex. : Vendí um cavalo, que é bom.
- l) Gerundiais — começam por um gerúndio isolado.
Ex. : Sendo muito tarde, saímos.
- m) Participiais — começam por um particípio passado.
Ex. : Feitos os trabalhos, o tenente disse...
- n) Correlativas — há uma relação entre as idéias.
Ex. : Ana era tão bonita, quão antipática.
- o) Infinitivas — quando há um infinito na oração.
Ex. : Basta seres bom.

Elementos essenciais da oração.

São... { Sujeito.
 } Predicado.

Sujeito — é o termo ou membro da proposição de que se declara alguma coisa.

Ex. : de uma oração : Maria trabalha muito.
— Quem trabalha muito ?
— Maria (é o sujeito).

Para se achar o sujeito pergunta-se ao verbo :

O que ? (para coisa).

Quem ? (para pessoa).

O sujeito pode ser... { simples — constituído por um único ser.
 } composto — constituído por seres diversos.
 } gramatical — é o sujeito sem complemento.
 } lógico — é o que tem complemento.
 } expresso — se está na oração.
 } elíptico — se se subentende.

Exemplos : simples — os soldados são disciplinados.
 composto — o leite e a água são alimentos.
 gramatical — Elsa é boa.
 total ou lógico — José, filho de Antônio é correto.
 expresso — tu estudas.
 elíptico — estudas.

Predicado — é aquilo que se diz do sujeito.

O predicado pode ser. { complexo — é o que tem complemento.
 } incomplexo — é o que não tem complemento.
 } gramatical — é o simples verbo.
 } total — é o verbo com seus complementos.

Exemplos : complexo — Mário é bom.
 incomplexo — a lebre corre.
 gramatical — João estuda.
 total ou lógico — a lebre corre por sobre os campos.

COMPLEMENTOS

Complemento — é o membro secundário da oração.

Os complementos podem ser

adjunto atributivo — é o adjetivo qualificativo ou de terminativo.
 atributo ou nome predicativo — é o complemento dos verbos neutros ou de ligação.
 aposto — é um substantivo que explica outro antecedente.
 vocativo — é um chamamento.
 complemento restritivo — é o que restringe a significação de um substantivo.
 complemento indireto — é o que termina o sentido de um verbo.
 complemento direto — é o termo essencial que recebe a ação do verbo transitivo.
 complementos circunstanciais — indicam uma circunstância.

Exemplos: Pedro estuda a lição (adjunto atributivo "a").
 José está triste (atributo: triste).
 Maria, filha de Rosa (aposto: filha).
 Ó Maria, que tens?
 Caderno de João (restritivo: de João).
 Dei um lápis à Maria (complemento indireto: à Maria).
 Comprei um livro (complemento direto: um livro).
 Estou na sala (circunstancial de lugar: na sala).

ANÁLISE LÓGICA

Maria cortou a árvore.

Sujeito: Maria — simples, gramatical, expresso.
 Predicado gramatical: cortou.
 Predicado lógico: cortou a árvore — complexo.
 Complemento direto: a árvore.
 Adjunto atributivo: a.

Nesta sala há brinquedos.

Sujeito: Indeterminado.
 Predicado gramatical: há.
 Predicado lógico: há brinquedos nesta sala?
 Complemento direto: brinquedos.
 Complemento circunstancial de lugar: nesta sala.
 Adjunto atributivo: esta.

Ana e Maria são amáveis.

Sujeito: Maria e Ana — composto, gramatical, expresso.
 Predicado gramatical: são.
 Predicado lógico: são amáveis — complexo.
 Complemento direto: amáveis.

Compraste um livro?

Sujeito: elíptico.
 Predicado gramatical: compraste.
 Predicado lógico: compraste um livro? Complexo.
 Complemento direto: um livro.
 Adjunto atributivo: um.

José, filho de Artur, é estudioso.

Sujeito : José, filho de Artur — total, expresso.

Apôsto : filho.

Complemento restritivo : de Artur.

Predicado gramatical : é.

Predicado lógico : é estudioso.

Complemento direto : estudioso.

Pedro deu um livro a Paulo.

Sujeito : Pedro — simples, gramatical, expresso.

Predicado gramatical : deu.

Predicado lógico : deu um livro a Paulo — complexo.

Complemento direto : um livro.

Complemento indireto : a Paulo.

Adjuntos atributivos : um, a.

Eu contei o fato à autoridade.

Sujeito : eu — simples, gramatical, expresso.

Predicado gramatical : contei.

Predicado lógico : contei o fato à autoridade, complexo.

Complemento direto : o fato.

Complemento indireto : à autoridade.

Adjuntos atributivos : o, à.

João e Pedro abraçaram-se.

Sujeito : João e Pedro — composto, gramatical, expresso.

Predicado gramatical : abraçaram.

Predicado lógico : abraçaram-se — complexo.

Complemento direto : se.

Mascarenhas é um exemplo de guerreiro.

Sujeito : Mascarenhas — simples, gramatical, expresso.

Predicado gramatical : é.

Predicado lógico : é um exemplo de guerreiro.

Complemento direto : um exemplo.

Complemento indireto : de guerreiro.

Adjunto atributivo : um.

O Brasil será o espelho das nações.

Sujeito : o Brasil — simples, gramatical, expresso.

Predicado gramatical : será.

Predicado lógico : será o espelho das nações.

Complemento direto : o espelho.

Complemento indireto : das nações.

Adjuntos atributivos : o, das.

Rui deixou aos estudiosos, lindas obras.

Sujeito : Rui — simples, gramatical, expresso.

Predicado gramatical : deixou.

Predicado lógico : deixou aos estudiosos, lindas obras.

Complemento direto : lindas obras.

Complemento indireto : aos estudiosos.

Adjunto atributivo : aos.

Obedeço a isso.

Sujeito : elíptico.

Predicado gramatical : obedeco.

Predicado lógico : obedeco a isso.

Complemento indireto : a isso.

Maria depende de José.

Sujeito: Maria — simples, gramatical, expresso.

Predicado gramatical: depende.

Predicado lógico: depende de José.

Complemento indireto: de José.

Deu-me um livro.

Sujeito: indeterminado.

Predicado gramatical: deu.

Predicado lógico: deu-me um livro.

Complemento direto: um livro.

Complemento indireto: me.

Assisti a uma sessão.

Sujeito: elíptico.

Predicado gramatical: assisti.

Predicado lógico: assisti a uma sessão.

Complemento indireto: a uma sessão.

Ontem, estive de serviço.

Sujeito: elíptico.

Predicado gramatical: estive.

Predicado lógico: estive de serviço, ontem.

Complemento circunstancial de tempo: ontem.

Complemento indireto: de serviço.

Análise lógica por diagrama.

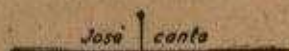
Atribui-se aos norte-americanos, este processo prático de expor a análise lógica. Muitos professores não aceitam este processo moderno, porque mecaniza um trabalho.

Sobre uma linha horizontal, põem-se sujeito e predicado. Separados por um traço vertical. Depois do traço vertical, põe-se também, o nome predicativo ou o complemento direto.

Sob a linha, põem-se os adjuntos atributivos e os outros completos.

Exemplos:

José canta

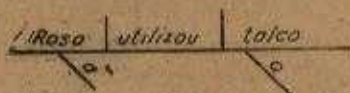


Pedro é um mau indivíduo.

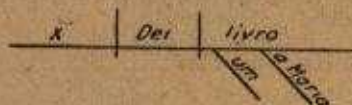


(indivíduo é nome predicativo, separa-se do verbo por um traço inclinado.)

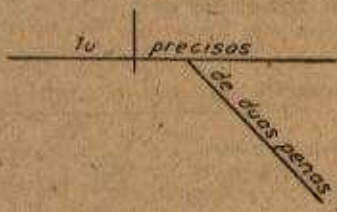
A Rosa utilizou o talco.



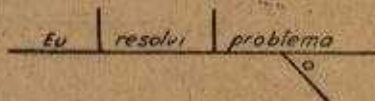
Dei um livro a Maria.



Tu precisas de duas penas.



Eu resolvi o problema.

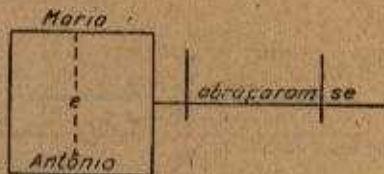


Pedro feriu-se.

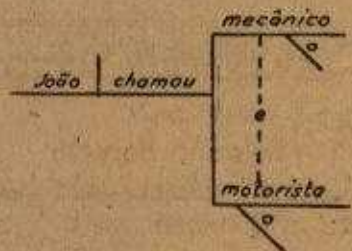


(se é objeto direto.)

Maria e Antônio abraçaram-se.



João chamou o mecânico e o motorista.



João estudou a lição.

João | estudou | lição
o

Ele arrogou-se esse direito.

Ele | arrogou | direito
se esse

Faz calor.

x | faz | calor

Precisa-se de dois criados.

x | precisa-se
de dois criados

O Brasil será o espelho das nações.

Brasil | será | espelho
o o das nações

LAVANDERIA LUCIO

DE

Tolmino Selucio

Executa todo e qualquer serviço do ramo

RUA MATEUS LEME, 279 — FONE, 486 — CURITIBA — PARANA

Noticiário de Interesse Militar

Bomba "Napalm"

A aviação norte-americana está empregando na Coréia, com indiscutível êxito, para a luta contra os carros de combate russos T-34, a bomba "Napalm", já utilizada na última Grande Guerra. A carga da bomba "Napalm" é de gasolina gelatinosa, que se inflama por um sistema de espoleta-carga de ignição-detonador. A bomba explode ao chocar-se contra o objetivo, lançando-se a gasolina gelatinosa em todas as direções, na forma parecida com as folhas de uma palmeira, característica a que parece responder o seu nome (abreviatura de "Nafta" e "palm", equivalente a palmeira). A "Napalm" é especialmente eficaz contra comboios de caminhões, edifícios e zonas arborizadas e a sua qualidade pegajosa e a intensidade do calor que gera a fazem também muito indicada para a luta contra as unidades blindadas, as quais geralmente destrói, provocando a destruição dos seus depósitos de combustíveis.

Novo carro de combate

Um novo carro de combate russo — o AM11, entrará em produção brevemente, de acordo com um jornal de Augsburg, Alemanha.

Esse jornal declara que o AM11, incluirá as últimas experiências

das produções britânicas e norte-americanas em tal ramo. (*The Christian Science Monitor*).

Eletivos militares

O Livro anual das Forças Armadas Britânicas apresenta as seguintes informações sobre a União Soviética:

1. Em 1954, o potencial humano russo, com treinamento militar, alcançará de 12 a 13 milhões.
2. O Exército Soviético provavelmente conta com 3 milhões de homens em armas, tendo, após a terminação da guerra, chamado às fileiras, anualmente, 1.200.000.
3. Desde 1945, o Exército Soviético, dando maior ênfase aos blindados e à artilharia, vem sendo verdadeiramente reorganizado e instruído.
4. A F.Ae. Soviética possui uma frota aérea militar (de primeira linha) da ordem de 18.000 aviões. (*The New York Times*).

Produção e estratégia

O Editor do *Intelligence Digest*, de Londres, afirmou recentemente que a Rússia estava produzindo, pelo menos, 4 bombas atômicas por mês. Disse mais que:

1. Em 1952, a Rússia deverá ter um estoque de bombas que lhe

possibilitará empregá-las em uma guerra.

2. A estratégia soviética preconiza um rápido ataque ao Oriente Médio, ao mesmo tempo que os comunistas chineses o realizariam sobre o Sudeste Asiático.

3. Os ataques atômicos soviéticos teriam, como seus principais alvos, os portos marítimos das Potências Ocidentais, empregando projetis dirigidos e foguetes de longo alcance lançados de submarinos.

Tiro controlado

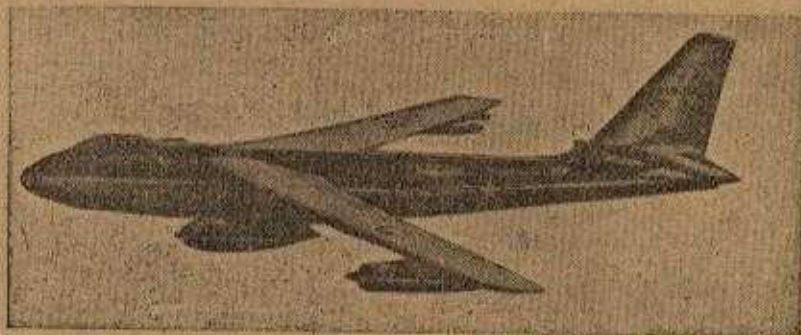
As Forças Armadas norte-americanas estão construindo uma peça anti-aérea e contracarro, provida de um aparelho eletrônico que impedirá disparar, por erro, contra aviões ou carros de combate amigos. Naturalmente que a natureza do invento e o seu funcionamento constituem segredos militares. Contudo, julga-se que o mais provável

Avião B-47 — O bombardeiro B-47-A, da Força Aérea dos Estados Unidos, fotografado durante um recente voo de provas. O avião pode atingir uma velocidade de mais de 600 milhas horárias. É impulsionado por seis motores turbo-jato, sendo considerado um dos mais rápidos do mundo, na classe dos aviões de bombardeio.

Em 1949 um modelo anterior, do Stratojet, como também é chamado o atual modelo, correu todo o território dos Estados Unidos em 3 horas e 46 minutos, com uma velocidade média de 971 quilômetros por hora. (Foto USIS)

A carga do soldado

Estudos cuidadosos, feitos na Inglaterra e Alemanha para determinar a carga máxima que um soldado pode levar, haviam demonstrado que um homem não deve levar mais de um terço do seu peso. O Exército norte-americano



Avião B-47

é que se trata de um aperfeiçoamento do equipamento radar de identificação para o tiro contra aviões, usado na II Grande Guerra, que, em esquema, consistia em um emissor de ultrafrequência, instalado nos aviões próprios, que transmitiam, sob o impulso de um sinal secreto, a imagem radar, de modo totalmente automático, enquanto que, se a estação de terra não recebia a imagem da identificação, mantinha aberto o fogo.

concorda com esta fórmula e como o Corpo de Intendência estabeleceu que o soldado norte-americano tem uma estatura média de 1,73 m e um peso médio de 71,5 kg, a carga máxima não deveria superar 23 kg. Se este peso fosse aumentado de 4 libras, o soldado não sentiria, porém, não se ganharia nada no seu treinamento para conduzir cargas. Por outro lado, é possível dar ao soldado tudo o que necessita para o combate sem ultrapassar tal peso.

Calcula-se em 5 kg o uniforme que o homem leva e em 13 o armamento e equipamento (cartuchos, pacote de curativos, capacete, fuzil, duas bombas de mão, cantil cheio, marmitta de víveres e ração para um dia). A mochila, com mudas de vestuário e de passeio e outra ração de víveres para um dia pesam 3,60 kg. O total é de 21,60 kg. Portanto, ainda seria possível acrescentar uma manta que pesasse mais ou menos 2 kg. (Do *Infantry Journal*)

Se a guerra na Europa começasse amanhã

O Dr. James B. Conant, presidente da Universidade de Havard, declarou que os exércitos soviéticos, se começar amanhã a guerra na Europa, poderiam marchar, quase sem encontrar obstáculos, até o Canal da Mancha.

Conant, falando perante a Associação Austrália-Estados Unidos, afirmou que não está longe o momento em que bombas atômicas poderão ser utilizadas para apoiar forças terrestres, em seu avanço para posições estratégicas.

Não obstante, advertiu de que, embora a força de bombardeio estratégico possa causar enorme destruição, com o uso de armas atômicas, os métodos melhorados de defesa antiaérea provavelmente reduzirão a eficácia dos aviões utilizados nos bombardeios atômicos.

Acrescentou que, por essa razão, a defesa terrestre da Europa é tão importante para o mundo livre.

Declarou Conant:

— "Poderemos encarar o futuro com grande esperança, sempre e quando os povos livres do mundo façam o sacrifício necessário para a defesa terrestre européia".

Observou que, se julgasse impossível a organização das defesas terrestres européias, o general Eisenhower jamais teria aceito o comando das forças do Pacto do Atlântico. Predisse que, dentro de pouco mais de uma década, a Europa estaria segura e protegida contra a agressão terrestre e que

haveria possibilidade real, então, de negociar com a Rússia o desarmamento gradual, inclusive o atômico.

Não obstante, terminou advertindo que, "enquanto existir o perigo atual, os povos do mundo livre têm de manter-se armados e dispostos a lutar, no caso de ser precipitada a guerra contra eles". (U.P.)

Área do Mediterrâneo

A defesa do estratégico Mediterrâneo

Considerando que as hostilidades entre o Oriente e o Ocidente podem ter início a qualquer momento, as Potências do Atlântico e seus aliados têm quatro principais problemas e objetivos no Mediterrâneo e Oriente Médio:

1. *Preservar a independência da Itália, Iugoslávia, Grécia e Turquia.*

2. *Manter abertas as rotas marítimas e aéreas através das quais as forças e bases Aliadas da área possam ser supridas, além de mantidas as comunicações diretas entre os oceanos Atlântico e Índico.*

3. *Proteger os extensos e valiosos campos petrolíferos em exploração pelas Potências Ocidentais nos Estados Árabes e outras áreas vizinhas.*

4. *Assegurar a manutenção de bases-aéreas, desde as quais os países do bloco soviético possam ser atacados.*

Nos últimos meses, vem sendo acelerado o planejamento estratégico para a bacia do Mediterrâneo, enquanto, reforçadas, as defesas de toda a área. Assim, têm sido realizados exercícios combinados entre a Força-Tarefa da Marinha dos EE.UU. e as unidades navais britânica, italiana, grega e turca: têm sido mantidas conferências militares; foram celebrados acordos entre a França e os EE.UU.; para que, as forças deste tomem, a seu cargo, a construção no Marrocos, de novas bases aéreas ou a expansão das existentes.

Além disso, a Grécia e a Turquia tornaram-se membros do Pacto do



Objetivos da defesa da área do Mediterrâneo

Atlântico Norte, ao mesmo tempo que as relações políticas com a Iugoslávia melhoraram de muito.

Tendo por base as presentes perspectivas, os peritos militares acreditam que os Aliados dispõem de uma boa oportunidade para tornar o flanco-mediterrâneo razoavelmente seguro. (*The New York Times*).

Gás de combate

O mortífero gás de mostarda, usado para fins militares, vem sendo estudado para uso medicinal.

Este gás está sendo experimentado no tratamento da leucemia — superprodução de leucócitos; na doença de Hodgkins e na linfossarcoma, formas fatais de câncer.

Outro agente químico de guerra — disopropil-fluorofosfato — foi considerado útil no tratamento da miastemia grave — doença caracterizada pela extrema fraqueza — e no glaucoma — doença causada pelo aumento de pressão do líquido no globo ocular, provocando a cegueira. (*The New York Times*).

Dezenove mil aviões por ano

A produção aeronáutica russa alcançou o número de 19.000 aparelhos por ano, "muito acima da produção de todas as nações do Pacto do Atlântico, em conjunto", segundo anunciou a revista comercial e técnica "Aviation Age". A revista, em edição especial, inteiramente dedicada à força aérea russa, adverte que os norte-americanos ainda não compreenderam todo o significado do poderio aéreo russo. Segundo elementos obtidos em fontes públicas e secretas em 10 países, a revista diz que a produção aeronáutica na Rússia, em 1950, constituiu em 8.200 caças, 3.700 bombardeiros leves e médios, 1.200 bombardeiros pesados e 1.800 transportes, sendo que os restantes 4.100 compõem-se de aviões de treinamento e vários outros tipos. Declarou que a União Soviética realizou o progresso aeronáutico "através de uma tremenda aplicação do esforço e inteligência", que formaram um poderio aeronáutico; materiais técnicos e potencial humano, auxiliados por sistemas de

transporte civil e militar, rapidamente crescente, programas de treinamento de voo em larga escala e um notável nível de mentalidade aeronáutica entre o povo.

Entretanto, o "verdadeiro significado" do progresso soviético repousa no fato de que os russos "avanzaram muito em suas pesquisas a ponto de aproveitar as vantagens imediatas das mais avançadas idéias dos Estados Unidos, Alemanha e outras nações, cujos segredos foram obtidos através do furto e da espionagem".

Adverte a revista que "os soviéticos possuem um crescente estoque de bombas atômicas e pretendem atirá-las".

A revista diz que seus cálculos sobre o formidável poderio aéreo soviético está baseado nas notícias de muitas pessoas, a maioria das quais preferiu ficar no anonimato, por ter receio de arriscar suas vidas e as de seus parentes. Disse que a Rússia possui uma indústria aeronáutica descentralizada, que agora provavelmente está operando a um ponto inferior à metade de sua capacidade potencial e observou que, enquanto os soviéticos fabricaram 19.000 aviões em 1950, os Estados Unidos produziram apenas 3.000. Declarou que a Rússia deverá produzir ainda mais, este ano. Acrescentou que "as melhores informações atribuem à Rússia 28 grandes fábricas de aviões, 12 a 15 fábricas de motores e possivelmente cerca de 40 fabricantes de peças isoladas". Disse que a Rússia está se concentrando na construção de caças a jato e que começou a produção do TUG-71 "uma cópia da B-29 norte-americana" e os estudos para a fabricação do TUG-7, a versão russa da B-36, com motores a jato. (U.P.)

Transmissões

O uso do teletipo nas transmissões militares tomou grande incremento na última guerra devido à inapreciável característica deste meio de proporcionar, de modo automático, o texto transmitido, já

pronto para ser utilizado. Pois bem. Os estudos, experiências e trabalhos que se realizam desde o começo do período de após-guerra, com o fim de tornar "aerotransportáveis", no máximo grau possível, as forças armadas, já se vai refletindo, juntamente com o material bélico, nos equipamentos de transmissões e, dentro destes, nos teletipos.

Europa Ocidental

Exércitos do Pacto do Atlântico Norte

Os planejadores da defesa do Pacto do Atlântico Norte esperam completar a concentração de suas forças armadas em 1953. Tal concentração refere-se, somente, às di-



Exércitos do Pacto do Atlântico Norte

visões estacionadas no continente europeu, pois, a Grã-Bretanha e a França mantêm várias no Sudeste Asiático e outros lugares. A Rússia e seus satélites, atribui-se, hoje, mais de 200 divisões. (*The New York Times*).

Padronização das armas leves

Os ministros da Defesa dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Canadá e França, reuniram-se hoje novamente no Pentágono, para discutir a padronização das armas leves nos países que aderiram ao Pacto Atlântico.

Os círculos bem informados saientam que a conferência tem por objetivo principal convencer a Grã-Bretanha de adotar o calibre norte-americano de 7,62 mm como fizeram o Canadá e a França.

Com efeito, observa-se que a França já estabeleceu um programa de produção de fuzis de 7,62 mm e que o Canadá equipou uma parte das suas unidades com armas desse calibre.

Todavia, acredita-se que o ministro francês, Sr. Jules Moch, teria feito reservas no que concerne às forças da União Francesa que combatem na Indochina e que estão equipadas com fuzis franceses de calibre 7,5 mm. Por motivos técnicos evidentes a França continuará, por consequência, a produzir munições de 7,5 mm para a Indochina. (*A.F.P.*).

Companhias de Rangers

Cias de Rangers ("Comandos") passarão a fazer parte integral das D.I. norte-americana, de acordo com os planos anunciados pela Secretaria do Exército, na base de uma por G.U. Essas unidades serão empregadas em missões especiais, do tipo das que cumpriram durante a última guerra. Serão elas constituídas inteiramente de voluntários, sendo que o pessoal para as primeiras unidades será selecionado dentro de padrões mentais e físicos. Todos serão qualificados como pára-quedistas. O trei-

namento abrangerá o uso de armas e mapas estrangeiros, demolições e sabotagens, guerrilhas, operações anfíbias e aeroterrestres, além de combate corpo a corpo. (*Noticiário da imprensa*).

Potência de fogo

O Exército anunciou recentemente que, homem a homem, as forças armadas norte-americanas e soviéticas possuem aproximadamente igual potência de fogo. Outrossim, que o tipo e a fabricação do armamento soviético são bons, comparando-se ao similar norte-americano.

A potência de fogo das divisões norte-americanas é 50 % maior do que a das congêneres soviéticas. Entretanto, uma divisão soviética normalmente compreende de 10.000 a 12.000 homens, enquanto a norte-americana, quase 18.000, o que coloca, pois, a potência de fogo, homem a homem, em termos iguais. (*The New York Times*).

Avião russo ultramoderno

Os russos possuem um novo avião de caça ultra-moderno de reação a jato, o "La-17, que é muito superior ao seu "Mig-15", e que é capaz de desclassificar os caças norte-americanos e britânicos, em sua maioria, atualmente em serviço. Foi o que afirmou a revista de aviação norte-americana "Skyways", que acrescentou que a União Soviética já disporia de mais de 1.000 aparelhos desse tipo.

A revista sublinhou que o "La-17" é de grande simplicidade de construção, muito rápido e manejável. Todavia, disse ainda que o armamento do "La-17" — dois canhões de 20 ou 30 mm — seria insuficiente em relação ao do caça "Sabre F-88", norte-americano. (*A.F.P.*).

Novo avião de caça noturno

Teve início a produção do Meteor NF-11, destinado aos esquadrões de caça noturna da Royal Air Force. Esse avião substituirá o Mosquito

NF-36; espera-se que será pôsto em serviço ainda este ano.

Trata-se de um tipo modificado do similar Meteor de instrução, de 2 lugares, conduzindo um radar no nariz e 2 canhões de 20 mm em cada



O Meteor NF-11, caça-noturno da R.A.F.

asa. Não foram divulgados maiores detalhes quanto às suas características e possibilidades, talvez por razões de segurança que o momento recomenda. (*The Aeroplane*, Grã-Bretanha).

Tratado de paz do Brasil com o Japão

Deverá ser assinado pelos países que estiveram ou estão ainda em estado de guerra com o Japão, um Tratado de Paz com esse país. Nesse sentido, o governo dos Estados Unidos convidou o governo brasileiro para participar da Conferência de São Francisco da Califórnia, a realizar-se no próximo dia 4 de setembro.

A propósito, o Sr. Getúlio Vargas acaba de enviar aos membros do Congresso Nacional, a seguinte mensagem: "De acordo com o preceito constitucional, solicito a vossa autorização para assinar o Tratado de Paz com o Japão, nos termos da inclusa Exposição de Motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores".

A Exposição de Motivos em apreço diz que o texto desse importante documento está sendo objeto de estudos entre os vários países e que, embora o estado de guerra com o Japão tenha sido de fato extinto no território brasileiro, conforme o de-

creto n. 19.955, de novembro de 1945, a normalização das nossas relações com esse país só se dará, de direito, com a assinatura pelo Brasil do referido Tratado. (*Imprensa local*).

Estudos sobre transmissões

Um melhoramento das transmissões no Ártico — área vital se outra guerra ocorrer, deve resultar dos estudos que vêm sendo realizados no Alasca sobre a aurora boreal e a estratosfera.

Normalmente, a presença da aurora boreal determina interferência na rádio recepção e, frequentemente, resulta em bloqueio. Tal informação está induzindo a procura de uma frequência que permita as transmissões rádios, de outra forma, impossíveis. (*Science News Letter*).

Caça a jato

Conquanto tenha sido realizado, em 1950, o primeiro voo do caça a jato SE 2410, só agora foram reveladas suas fotografias, pelo Ministério da Aeronáutica Francês.



O caça a jato francês SE 2410

O SE 2410, com asas e cauda enflexadas para trás, dispõe de uma única tomada de ar e dois tubos de descarga, sendo acionado por dois turbo-jato do tipo Nene.

Dados sobre seu rendimento continuam secretos. (*The Aeroplane*, Grã-Bretanha).

Arma secreta experimentada na Inglaterra

Uma arma secreta foi empregada para abrir caminho nos cam-

pos de minas, no decorrer de uma demonstração militar feita hoje na Escola de Infantaria de Warminsfer, diante do Secretário da Guerra, John Strachey, e em presença dos adidos militares de 27 países e representantes, dos exércitos austríaco, israelita e siamês.

A manobra tinha por tema: — "Ataque a uma posição de defesa fortemente organizada". (A.F.P.).

Bases aéreas ultramarinas

Mediante acôrdo entre os EE. UU. e a França, esta colocou à disposição daquele, 5 bases aéreas no Marrocos Francês.

A Engenharia da Força-Aérea Norte-Americana ampliará aquelas bases e instalará equipamento moderno, inclusive radar e proteção antiaérea. As bases permanecerão

sob o comando francês e serão utilizadas pelas duas nações. (The New York Times).

Bombas controladas pelo rádio

Estão sendo empregadas, na Coreia, bombas controladas pelo rádio.

Essas bombas são razoavelmente simples quando comparadas com os avançados modelos, ora em aperfeiçoamento. Constituem, de qualquer forma, os precursores da guerra com projetis-dirigidos.

De acôrdo com a comunicação da Força Aérea, dois tipos de bombas-dirigidas estão sendo lançadas pelos B-29. São elas o resultado do aperfeiçoamento da bomba pesada Tarzon e da Razon VD-3 — mais leve, surgida quando a 2ª Grande Guerra terminava. (Da Imprensa).

ARMAZÉM DE SECOS E MOLHADOS

DE

Marão Elias

RUA PROFESSOR FLAVIANO DE MELO, 974 — MOGI DAS CRUZES
ESTADO DE SÃO PAULO

CASA MELLO

Bicicletas e acessórios

José de Oliveira Mello

IMPORTADOR

RUA PADRE JOÃO, 264 — MOGI DAS CRUZES — E. DE S. PAULO

FELICIANO MARTINS

Comerciante de secos e molhados — Bebidas — Conservas —
Louças e Ferragens

R. RUY BARBOSA, 461 — SANTO ANTÔNIO DA PLATINA
ESTADO DO PARANÁ

ATOS OFICIAIS GERAIS

Atos oficiais do Ministério da Guerra, publicados no "Diário Oficial", no período de 24 de julho a 25 de agosto de 1951

ALTERAÇÃO NO CÓDIGO BRASILEIRO DO AR

LEI N. 1.306 — DE 13 DE JUNHO
DE 1951

Dá nova redação ao art. 49, do Código
Brasileiro do Ar

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 49 do Código Brasileiro do Ar, instituído pelo Decreto-lei n. 483, de 8 de junho de 1938, passa a ter os seguintes dispositivos e redação:

"Art. 49. Nenhuma aeronave particular poderá transportar, salvo com autorização especial do Ministério da Aeronáutica, explosivos, munições de guerra, armas de fogo ou quaisquer petrechos bélicos, bombas-correio e equipamento fotográfico destinado a levantamento aerofotográfico.

§ 1.º Os aparelhos fotográficos e cinematográficos de amador, para tomada de vistas panorâmicas, poderão ser transportados e utilizados, independente de licença especial, a bordo de aeronaves de linhas regulares realizando viagens de horário. Esta prerrogativa, no entanto, poderá ser suspensa, temporariamente, pelo Ministério da Aeronáutica, sempre que o interesse da segurança nacional o exigir.

§ 2.º Nos demais casos, além do previsto no parágrafo anterior, o transporte e o uso de aparelhos fotográficos e cinematográficos de amador em aeronaves particulares dependerá de prévia licença do Ministério da Aeronáutica".

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1951;
130.º da Independência e 83.º da República.

GETULIO VARGAS

Nero Moura

("Diário Oficial" de 24-VII-51).

ALTERAÇÃO NO REGIMENTO DOS ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

DECRETO N. 29.796 — DE 24 DE
JULHO DE 1951

Dá nova redação ao art. 2.º, do Decreto
n. 23.822, de 10 de outubro de 1947,
que aprova o Regimento dos Órgãos
da Presidência da República

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n. 1, da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 2.º, do Decreto número 23.822, de 10 de outubro de 1947, que aprova o Regimento dos Órgãos da Presidência da República, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2.º O Gabinete Militar é constituído dos seguintes oficiais:

Chefe: Oficial General do Exército.

Subchefes:

— Capitão de Mar e Guerra ou de Fragata;

— Coronel ou Tenente-Coronel Aviador.

Ajudantes de Ordens:

— Dois Majoress ou Capitães do Exército;

— Um Capitão de Corveta ou Capitão-Tenente;

— Um Major ou Capitão Aviador.

Chefe do Serviço do Pessoal: Um Major ou Capitão do Exército.

§ 1º. O Chefe do Gabinete terá:

— Um Adjunto — Oficial Superior do Exército;

— Um Ajudante de Ordens — Capitão do Exército.

§ 2º. Além dos oficiais acima enumerados, integrarão o Gabinete Militar os auxiliares que forem requisitados pelo respectivo Chefe.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de julho de 1951;
130º da Independência e 63º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Renato de Almeida Guillobet,

Newton Estillac Leal.

Nero Moura.

("Diário Oficial" de 24-VII-1951.)

SITUAÇÃO DE BRASILEIROS POR OPÇÃO

Tendo em vista a necessidade de melhor definir a situação dos brasileiros sujeitos a opção na forma do art. 129 da Constituição, em face das exigências da Lei do Serviço Militar, resolvo, de acordo com os pareceres do Consultor Jurídico deste Ministério e do Estado-Maior do Exército:

a) O alistamento militar dos brasileiros sujeitos a opção, na forma do art. 129 da Constituição, só será permitido a partir da data da publicação do ato oficial da opção, quando deverão fazê-lo obrigatoriamente, de acordo com o § 2º, do art. 2º, da Lei do Serviço Militar, e dentro do prazo de 30 dias, a contar da referida data, procedendo-se, depois do alistamento, de conformidade com as prescrições dos Planos anuais de Convocação e na forma do art. 76, e § 4º, do artigo 140 da Lei do Serviço Militar.

b) A Diretoria de Recrutamento fica autorizada a elaborar e regular as condições do fornecimento, por intermédio de seus órgãos de execução, aos brasileiros sujeitos a opção que o requererem por justificada necessidade, de um documento esclarecendo que os mesmos não estão sujeitos, até a maioridade, a obrigações militares, também não o estão, desde que não e que, até 4 anos após a maioridade, optem pela nacionalidade brasileira — Gen. Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 473, de 23-VII-1951 — "Diário Oficial" de 24-VII-1951.)

RESTRIÇÃO NA MOVIMENTAÇÃO DO PESSOAL

Atendendo ao que propõe o General Diretor de Finanças do Exército em ofício n. 2.262-D/1-S/1, de 31-V-1951, e a necessidade de restringir ao máximo as despesas consequentes da movimentação de pessoal do Ministério da Guerra, determino que, a partir desta data, toda movimentação de oficial ou sargento do Exército, por interesse do serviço, deverá ser previamente submetida a este Gabinete, pela Diretoria interessada; não se inclui nesta determinação a movimentação que venha a ser feita por interesse próprio e por conveniência da disciplina — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 474, de 23-VII-1951 — "Diário Oficial" de 24-VII-1951.)

* *

ANDAMENTO DE PARECERES E INFORMAÇÕES SOLICITADAS PELO LEGISLATIVO

Tendo em vista regularizar o andamento de Pareceres e Informações solicitadas pelos órgãos do Poder Legislativo a este Ministério, determino que:

I — Os pedidos de Pareceres e Informações relativos a projetos de lei em andamento ou existentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, quer sejam solicitados por qualquer das duas Casas do Congresso, quer sejam encaminhados pela Secretaria da Presidência da República, devem ter caráter absolutamente preferencial e urgente, sendo respondidos no prazo de sete dias, ao Ministro, preparando-se a documentação (pareceres, informações, etc.) em quatro vias.

II — Toda a vez que as informações solicitadas, pela sua natureza e complexidade, exigirem prazo maior que esse para a elaboração dos pareceres, a Repartição ou Órgão encarregado do estudo do documento, deverá enviar ao Ministro, dentro dos mesmos sete dias, um ofício justificativo, onde se apontem as razões da demora, e se indique o prazo em que a resposta poderá ser dada.

III — A fim de que se torne cada vez mais rápida e eficaz, é de toda conveniência que, os órgãos técnicos e as repartições deste Ministério, aos quais compete dar parecer sobre assuntos de interesse do Exército relativos a projetos em curso nas Casas de Congresso Nacional, estudem e examinem quando possível, com an-

prova de vacinação ou revacinação para os efeitos da lei.

Art. 511, § 15 — Nas épocas de epidemias poderão as autoridades sanitárias vacinar e revacinar em massa a população, independente de qualquer prazo da última imunização, ficando sujeitas à multa estipulada no § 3º, deste artigo as pessoas que se opuseram a esta exigência — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n.º 481, de 24-VII-1951 — "Diário Oficial" de 25-VII-1951.)

* *

NOVA DENOMINAÇÃO AS "OFICINAS DA URCA"

DECRETO N. 29.808 — DE 26 DE JULHO DE 1951

Altera o nome das "Oficinas da Urca" para "Arsenal da Urca"

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo n.º 87, item I, da Constituição e considerando:

a) que as Oficinas da Urca, subordinadas à Diretoria de Fabricação do Exército, após sete anos de atividade, desenvolveram-se de maneira apreciável, tanto em pessoal como em maquinaria e instalações;

b) que em virtude do aumento de suas possibilidades as Oficinas da Urca, receberam novas incumbências, estendendo-se atualmente sua ação a toda Artilharia de Costa do Brasil, quer quanto a assistência técnica ao material, quer quanto a fornecimentos diversos;

c) que se enquadrando a denominação de Oficinas da Urca na classificação adotada para designar os estabelecimentos industriais militares da Diretoria de Fabricação do Exército onde existem outros órgãos com missão idêntica a sua, decreta:

Art. 1º. As Oficinas da Urca, subordinadas à Diretoria de Fabricação do Exército, passam a se denominar "Arsenal da Urca".

Art. 2º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1951; 130º da Independência e 63º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Newton Estillac Leal.

("Diário Oficial" de 27-VII-1951.)

DENOMINAÇÃO DE "BATALHÃO MAUÁ" AO 2º BTL. FERV.

DECRETO N. 29.809 — DE 26 DE JULHO DE 1951

Dá a denominação de "Batalhão Mauá" ao 2º Batalhão Ferroviário

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. O 2º Batalhão Ferroviário passa a denominar-se "Batalhão Mauá".

Art. 2º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Rio de Janeiro, 26 de julho de 1951; 130º da Independência e 63º da República.

GETÚLIO VARGAS

Newton Estillac Leal

("Diário Oficial" de 27-VII-1951.)

* *

TRANSFERÊNCIA DE SEDE DO 6º R.I.

DECRETO N. 29.810 — DE 26 DE JULHO DE 1951

Transfere a sede do 6º Regimento de Infantaria de Bauru para Caçapava

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica transferida a sede do 6º Regimento de Infantaria de Bauru, Estado de São Paulo, para Caçapava, no mesmo Estado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1951; 130º da Independência e 63º da República.

GETÚLIO VARGAS

Newton Estillac Leal

("Diário Oficial" de 27-VII-1951.)

* *

LIMITE DE IDADE PARA PROMOÇÃO A SUBTENENTE

DECRETO N. 29.811 — DE 26 DE JULHO DE 1951

Altera o limite de idade para promoção à graduação de subtenente

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. A letra b) do art. 7º do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 23.347, de 13 de novembro de 1933, modificada pelo Decreto número 9.674, de 12 de junho de 1942, passa a ter a seguinte redação:

"b) ter, no máximo, quarenta e seis anos de idade".

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1951; 130º da Independência e 63º da República.

GETÚLIO VARGAS

Newton Estillac Leal

("Diário Oficial" de 27-VII-51.)

NOVA REDAÇÃO A ARTIGO DO REG. PARA OS C.P.O.R.

DECRETO N. 23.313 — DE 26 DE JULHO DE 1951

Suprime o parágrafo único do art. 131 do Regulamento para os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (Decreto n. 22.392, de 31 de dezembro de 1946) e dá nova redação ao art. 147 do mesmo Regulamento.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica suprimido o parágrafo único do art. 131 do Regulamento para os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva, aprovado pelo Decreto n. 22.392, de 31 de dezembro de 1946.

Art. 2º. O art. 147 do citado Regulamento passa a ter a seguinte redação:

"Art. 147. Os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva reger-se-ão, na parte administrativa e disciplinar pelo Regulamento Interno e dos Serviços Gerais, Regulamento de Administração do Exército, Regulamento de Continência e Regulamento Disciplinar do Exército, em tudo que não contrariar este Regulamento".

Art. 3º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1951; 130º da Independência e 63º da República.

GETÚLIO VARGAS

Newton Estillac Leal

("Diário Oficial" de 27-VII-51.)

COMPROVANTES DA CONDIÇÃO DE ARRIMO

Para fins de percepção de vantagens do art. 72, da Lei n. 1.316, de 20-1-51, devem ser exigidos, como comprovantes da condição de arrimo de mãe viúva, irmã ou pai inválido, os seguinte documentos:

- a) requerimento do pretendente;
- b) atestado de invalidez ou de óbito de pai ou, de invalidez de irmã, conforme o caso;
- c) atestado de vida do beneficiário ou beneficiária;
- d) prova de que o que carece de arrimo:

1) não recebe pensão dos cofres públicos (federal, estadual e municipal);

2) não ganha o bastante para o sustento próprio;

3) não tem bens de fortuna;

e) declaração do beneficiário ou beneficiária de que realmente, recebe ajuda e de que essa ajuda é no mínimo, igual a 10% dos vencimentos da pessoa que presta o arrimo;

f) prova de ser filho único ou o escolhido pela progenitora;

g) atestado anual, do Cmt. ou Chefe, de que o interessado continua com direito à condição de arrimo para os efeitos do art. 72 do C.V.V.M. Este atestado, escrito, será remetido ao órgão pagador (Estabelecimento de Finanças ou Pagadorias dos Inativos), com as folhas do mês de janeiro de cada ano — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 486, de 27-VII-51 — "Diário Oficial" de 27-VII-51.)

SEDE DE UNIDADE COM NOVA DENOMINAÇÃO

Declara-se que o 6º R.A. Au. Reb. 75 com sede em Cruz Alta, Rio Grande do Sul, continua com autonomia administrativa de acordo com o artigo 23 do Regulamento 3, aprovado pelo Decreto n. 3.251, de 9-XI-50.

A denominação dada pelo Aviso Reservado n. 183-128, de 6-XI-50 ao

antigo 6º R.A.M., não lhe tirou a autonomia administrativa, competindo, a sua administração mandar encerrar a escrita normal em 31-XII-1950 e reabri-la no dia 1 de janeiro de 1951, com nova denominação.

O pessoal, material e saldos da unidade transformada passam a constituir o 6º R.A. Au. Reb. 75 a partir de 1 de janeiro de 1951 obedecendo as restrições do Aviso 183-128, citado, no que se refere a sua organização.

Os órgãos interessados deste Ministério providenciem o que lhes disser respeito. — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 488, de 27-VII-1951 — "Diário Oficial" de 28-VII-1951.)

SEDE DE UNIDADE QUE RECEBEU NOVA DENOMINAÇÃO

Declara-se que o 3º R.A. Au. Reb. 75 com sede em Santa Maria, Rio Grande do Sul, continua com autonomia administrativa de acordo com o art. 25 do Regulamento 3, aprovado pelo Decreto n. 3.251, de 9-XI-1938.

A denominação dada pelo Aviso Reservado n. 183-128, de 6-XI-1950, ao antigo 5º R.A.M., não lhe tirou a autonomia administrativa, competindo, a sua administração mandar encerrar a escrita normal em 31 de dezembro de 1950 e reabri-la, no dia 1 de janeiro de 1951, com nova denominação.

O pessoal, material e saldos da unidade transformada passam a constituir o 3º R.A. Au. Reb. 75, a partir de 1 de janeiro de 1951 obedecendo as restrições do Aviso n. 183-128, citado, no que se refere a sua organização.

Os órgãos interessados deste Ministério providenciem o que lhes disser respeito. — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 489, de 27-VII-1951 — "Diário Oficial" de 28-VII-1951.)

IDADE PARA INGRESSO NAS BANDAS E FANFARRAS

A fim de sanar os inconvenientes, que, no momento, prejudicam as Bandas e Fanfarras, com efetivos desfalçados, declaro:

a) Como medida de exceção, e até 31 de dezembro de 1952, é tolerada a idade de 35 anos, para o ingresso, nas Bandas de Músicas e Fanfarras, de músicos para os seguintes instrumentos: sax-soprano, sax-alto, 1º cornetim, 1º trombone, bombardino e o contra-baixo;

b) O preenchimento das vagas até a data acima referida, poderá ser feito com voluntários músicos, reservistas ou não, e que satisfaçam as demais disposições em vigor — Gen. Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 495, de 27-VII-1951 — "Diário Oficial" de 28-VII-1951.)

REGULAMENTO DO GABINETE DO MINISTRO DA GUERRA

DECRETO N. 29.212 — DE 26 DE JULHO DE 1951

Aprova o Regulamento para o Gabinete do Ministro da Guerra

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n. 1, da Constituição, Decreta:

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento para o Gabinete do Ministro da Guerra, que com este baixa, assinado pelo General de Divisão Newton Estillac Leal, Ministro de Estado da Guerra.

Art. 2º. O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1951; 130º da Independência e 63º da República.

GETULIO VARGAS.

Newton Estillac Leal.

NOTA — O Regulamento de que trata o presente Decreto acha-se publicado no "Diário Oficial" n. 173, de 30 de julho de 1951, das páginas 11281 a 11283.

("Diário Oficial" de 30-VII-1951.)

ATIVIDADES DE MILITARES E FUNCIONÁRIOS CIVIS DO M. DA GUERRA

Atuação de Militares e funcionários civis do Ministério da Guerra em assuntos da alçada do Poder Legislativo e do Ministro da Guerra

1. Desde que assumi as funções de Ministro da Guerra, mantenho o fime e inabalável propósito de, coerente com o meu passado e na continuidade do meu presente, restituir à minha classe tudo que dela recebi, tomando as iniciativas indispensáveis ao aprimoramento das condições materiais do Exército e ao bem estar de seu pessoal, como, ainda, apoiar toda e qualquer aspiração, que traduza essas finalidades, avocando a mim, nesse

último caso, o seu estudo, o seu encaminhamento e a sua defesa.

Para isso, dispõe este Ministério, de órgãos próprios encarregados de estudar, propor e acompanhar, junto a quem de direito, tudo o que surgir com aqueles objetivos.

II. Diante da norma de conduta que me impus e que me cabe, é mister que os oficiais e praças do Exército e os funcionários civis do Ministério da Guerra, se abstenham de qualquer atuação direta, individual ou coletiva, junto ao Poder Legislativo, para tratar de assuntos dependentes de sua alta deliberação, bem como se grupem dentro dos Corpos de Tropa, Repartições ou Estabelecimentos Militares, visando ventilar ou discutir assuntos que são da alçada do Ministro da Guerra.

III. Face aos propósitos que me animam, recomendo aos meus subordinados que se abstenham dessas manifestações, pois acolherei, com a máxima satisfação, as sugestões que me forem enviadas por qualquer camarada, recebendo-as como prova de confiança, seja diretamente, seja por meio dos trâmites legais.

Todas as idéias e sugestões que me forem apresentadas, serão estudadas com a maior atenção, sendo encaminhadas aos órgãos competentes e junto a eles pleiteadas e defendidas, aquelas que forem justas e atenderem aos legítimos interesses do Exército, conciliando-os, sempre que possível, com os anseios individuais.

IV. O presente Aviso deve ser transcrito nos boletins internos de todas as Unidades, Repartições e Estabelecimentos Militares — General Newton Estillac Leal, Ministro da Guerra.

(Aviso n. 503, de 31-VII-951 — "Diário Oficial" de 5-VIII-951.)

PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÕES

O Ministro de Estado da Guerra, atendendo ao que propõe o General Diretor de Finanças do Exército, em Ofício n. 2.537-D/1-SI, de 12-VI-951 e no Parecer da Comissão Interministerial Interpretativa do C.V.V.M., em Ofício n. 58, de 14 do corrente, a este Ministério, determino que seja iniciado o pagamento da gratificação de que trata a letra *a*, do art. 110 ficando, assim, com a exclusão desse dispositivo, alterada a 1ª parte, do item 1, da letra *b*, das Instruções Provisórias para execução do C.V.V.M., aprovadas por Portaria n. 44, de 16 de fevereiro de 1951.

(Portaria n. 171, de 31-VII-951 — "Diário Oficial" de 1-VIII-951.)

NORMAS PARA PROCESSO DE CANCELAMENTO DE PUNIÇÕES

I — Tendo em vista simplificar o processo de cancelamento de punições impostas aos militares e, ainda, economizar material de expediente, determino:

— Os requerimentos pedindo cancelamento de punições (n. 5 do art. 73, do Regulamento Disciplinar do Exército) passam a ser instruídos, doravante unicamente com os seguintes documentos:

1 — Requerimento do interessado;
2 — Certidão das punições sofridas;

3 — Informação do comandante, chefe ou diretor, na qual fique claramente demonstrado o decurso de dez anos de efetivo serviço, sem qualquer outra punição, a contar da última pena imposta;

4 — Referência sintética do informante sobre o mérito do pedido.

II — Caso ocorra a hipótese de antes de ser deferido o requerimento, vir o interessado a ser punido, tal fato determinará a suspensão imediata do processo em andamento — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 508, de 1-VIII-951 — "Diário Oficial" de 3-VIII-951.)

DATA PARA VIGENCIA DE DISPOSIÇÕES DE AVISO

Em aditamento ao Aviso n. 371, de 30 de maio de 1951 e de acordo com pareceres da Diretoria de Finanças do Exército e Departamento Geral de Administração, declaro que as disposições daquele Aviso devem ser consideradas, para todos os efeitos, a contar da vigência da Lei n. 1.318, de 20 de janeiro de 1951 — Gen. Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 514, de 2-VIII-951 — "Diário Oficial" de 3-VIII-951.)

ADICIONAIS A OFICIAL REFORMADO

Em solução à Consulta do Chefe da 22ª C.R., em Ofício n. 378-S/2, de 28-XII-949, sobre os adicionais de 26 % que, devem ser pagos ao oficial, reformado com os vencimentos do posto imediato, declaro:

a) até 22 de janeiro de 1951 o adicional devido será calculado sobre os vencimentos que percebia o oficial, em tais condições:

pacho. — *Lourival Fontes*, Secretário da Presidência da República."

3. É revogado o Aviso n. 425, de 20 de junho de 1951 — *Gen Newton Estillac Leal*.

(Aviso n. 516, de 2-VIII-951 — "Diário Oficial" de 3-VIII-951.)

PARECER SOBRE RECOLOCAÇÃO DE OFICIAIS NO ALMANAQUE

Aviso ministerial n. 319/5, de 27 de junho de 1951, ao Exmo. Sr. Consultor Geral da República, versando sobre a recolocação no Almanaque do Exército dos oficiais abrangidos pelas Leis ns. 231, de 6-II-948 e 1.210, de 26-X-950, solicitando reexame da questão e baseado no parecer n. 86/S, de 12-III-951, do mesmo Consultor.

Despacho

1. Considerando que o art. 1º da Lei n. 1.210, de 26-X-950, diz:

"Passa a ter a seguinte redação o § 1º do art. 4º da Lei n. 231, de 6-II-948".

2. Considerando que o termo "passa" está no tempo presente, mostrando, assim, que essa disposição só deve vigorar ao entrar em vigor a referida Lei.

3. Considerando que as antiguidades que, por Decreto de 20-XII-950, publicado no *Diário Oficial* de 24-I e 21-II-951, foram contadas de acordo com o art. 8º da Lei n. 231, de 6 de fevereiro de 1948, não o foram em virtude da nova redação que ao § 2º do art. 4º do Decreto n. 21.461, de 3-VI-932, foi dada pelo § 1º do art. 4º da Lei n. 231, e sim por ter o art. 15 desta Lei revogado o Decreto n. 5.156, de 19-I-940, e os artigos 2º e 3º do Decreto-lei n. 7.040, de 10-XII-944, que determinaram a inclusão no Quadro Ordinário de Oficiais dos Quadros "A" e "QA", hoje denominado "B", contrariando o Decreto n. 21.461 citado, que só permitia a inclusão de Oficial do Quadro "A" no Ordinário por motivo de promoção por merecimento ou escolha, e o Decreto n. 23.674, de 2-I-934, que só admitia a inclusão de oficial anistiado da Revolta de São Paulo de 1932, no Quadro Ordinário em face de promoção por merecimento ou de vagas decorrentes de modificação extraordinária na organização do Exército.

4. Considerando os graves prejuízos advindos da aprovação do Parecer n. 86-S, de 12-III-951, do Exmo.

Sr. Consultor Geral da República, não só para oficiais do Quadro Ordinário que têm correspondentes no Quadro "A", como para oficiais deste Quadro promovidos por merecimento, conforme expõe o Exmo. Sr. Comandante da Z.M.L. e 1º R.M. no seu Ofício de 27-VI-951.

5. Considerando que pelo Parecer n. 623, de 1949, da Comissão de Forças Armadas do Senado, publicado no "Diário do Congresso" de 6 de julho de 1949, pág. 5.743, verifica-se que o art. 2º do Projeto n. 46, de 1948, que deu origem a atual Lei n. 1.210, determinava que as alterações decorrentes dessa Lei seriam efetivadas a partir da publicação da Lei n. 231, de 6-II-948, e sofreu emenda mandando suprimir as palavras:

"e serão efetivadas a partir da publicação da Lei n. 231, de 6 de fevereiro de 1948".

a fim de que a dita Lei n. 1.210 não tivesse efeito retroativo, para alterar a colocação de oficiais nos seus respectivos Quadros, ferindo assim, direitos adquiridos.

6. Considerando que, reexaminando a questão, em virtude do Aviso deste Ministério n. 319-5, de 27 de abril de 1951, o Exmo. Sr. Consultor Geral da República em Parecer n. 23-T, de 14-VI-951, levando em conta o novo elemento elucidativo constante do item 5, modificou o seu Parecer anterior para concluir que:

"A revisão admitida pela Lei n. 1.210 só deverá produzir efeitos a partir de sua vigência, não afetando as promoções feitas anteriormente, à base de lista organizada de acordo com os preceitos então vigentes. Pelo mesmo motivo, somente para o preenchimento das vagas que ocorreram após a publicação da Lei n. 1.210 é que a nova lista poderá ser invocada".

Resolução

a) Aprovar o Parecer n. 22-T, de 14-VI-951, do Exmo. Sr. Consultor Geral da República, relativo a interpretação da Lei n. 1.210, de 25 de outubro de 1950.

b) Tornar sem efeito o despacho de 4-VI-951, publicado no "Diário Oficial" de 11-IV-951, pág. 5411, que aprovou o Parecer n. 86-S, de 12 de março de 1951, do Exmo. Sr. Consultor Geral da República, sobre interpretação das Leis ns. 231, de 6 de fevereiro de 1948 e 1.210 de 25 de outubro de 1950.

c) Publique-se. Em 31-VII-51 — Gen. Newton Estillac Leal.

(Processo n. 7.871, de 27-VI-51 — "Diário Oficial" de 4-VIII-51.)

criação de TIROS DE GUERRA

O Ministro de Estado da Guerra resolve, nos termos do art. 74 do Decreto-lei n. 9.500, de 23 de julho de 1946 (Lei do Serviço Militar) e de acordo com a proposta da Diretoria de Recrutamento, criar os Tiros de Guerra n. 279, em Itatiba, no Estado de São Paulo, n. 280 em Guarabira, no Estado da Paraíba, e n. 281, em Conselheiro Lafaiete, no Estado de Minas Gerais.

(Portaria n. 180, de 7-VIII-51 — "Diário Oficial" de 10-VIII-51.)

ALTERAÇÃO EM REGULAMENTO DA A.M.A.N.

DECRETO N. 29.870 — DE 10 DE AGOSTO DE 1951

Introduz alteração no Regulamento da Academia Militar das Agulhas Negras

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. O art. 10 do Regulamento da Academia Militar das Agulhas Negras (2ª Parte) aprovado pelo Decreto n. 19.837, de 23 de outubro de 1945 e alterado pelo Decreto n. 28.356, de 10 de julho de 1950, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 10. Ao Subcomandante, Coronel da ativa, com o curso de Estado-Maior, são diretamente subordinados:

a) a assistência da Diretoria de Ensino;

b) a Secretaria e a Casa das Ordens da Academia;

c) as dependências não subordinadas a outros elementos orgânicos da Academia;

d) O Batalhão de Comando e Serviço;

e) a Estação de Rádio."

Art. 2º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1951: 130º da Independência e 63º da República.

GETULIO VARGAS.

Newton Estillac Leal

("Diário Oficial" de 13-VIII-51.)

RESTABELECIMENTO DE DISPOSIÇÕES

DECRETO N. 29.871 — DE 10 DE AGOSTO DE 1951

Restabelece disposições do Decreto número 3.251, de 9 de novembro de 1938

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. São restabelecidas as disposições dos §§ 2º, 3º e 4º do art. 53 do Regulamento de Administração, aprovado por Decreto n. 3.251, de 9 de novembro de 1938.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1951: 130º da Independência e 68º da República.

GETULIO VARGAS.

Newton Estillac Leal.

("Diário Oficial" de 13-VIII-51.)

MILITAR COM DIREITO AO ABONO MILITAR

De acordo com o Parecer contido no Ofício n. 80, de 18 de junho último, da Comissão Interministerial Interpretativa do C.V.V.M., declara:

a) só tem direito ao abono militar o militar da ativa que, nos termos do Estatuto dos Militares, esteja em condições de contrair matrimônio ou que já o tenha feito;

b) o abono de família, concedido nas mesmas condições em que o for o salário-família, nos servidores públicos em geral, tem finalidade diferente do abono militar e dele independe completamente, nos termos do C.V.V.M., e, assim sendo, o fato de um militar já percebê-lo, não pode servir de argumento para se lhe pagar também, o abono militar;

c) os cabos e soldados com permanência assegurada nas fileiras até o limite da idade (Aviso n. 433, de 24 de junho de 1949), aos quais foram

mandados aplicar as disposições sobre casamento constantes do art. 102, alínea b), n. 3, do Estatuto dos Militares, tem a sua situação no Exército perfeitamente definida e fazem jus ao abono militar;

d) a declaração da apresentação da certidão de casamento dos interessados, deverá ser publicada em boletim das organizações militares em que servem, para que constem dos seus assentamentos os dados indispensáveis à apreciação dos seus direitos — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 518, de 9-VIII-951 — "Diário Oficial" de 13-VIII-951.)

DIÁRIA DE SERVIÇO GEOGRÁFICO OU HIDROGRÁFICO

Em solução à consulta do Comandante da 3ª R.M., em Ofício número 1.052-S.I., de 19-VI-951 e de conformidade com o parecer em Ofício n. 54, de 13 de julho de 1951, do Sr. Presidente da Comissão Intermunicipal Interpretativa do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares declaro que, de acordo com as decisões do Exmo. Sr. Presidente da República, uma delas já publicadas no *Diário Oficial* de 11 do corrente, o militar dos Serviços Geográficos Militar e Hidrográfico, só terá direito a diária de serviço geográfico ou hidrográfico nos dias de efetivo serviço de levantamentos geográfico ou hidrográfico, em tarefas organizadas pelo respectivo serviço ou diretoria, considerados dias de efetivo serviço os domingos e feriados intercalados entre os dias úteis em que for devida essa vantagem (art. 159).

O Código não faz distinção entre militares técnicos e não técnicos; todos os militares do Serviço Geográfico Militar, nos dias de efetivo serviço de levantamento nas condições do art. 159, fazem jus à diária de serviço geográfico ou hidrográfico — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 519, de 9-VIII-951 — "Diário Oficial" de 13-VIII-951.)

GRATIFICAÇÃO A CHEFE DE GABINETE

Em solução à consulta da Diretoria de Motomecanização em Ofício número 155-D. Adm., de 21-II-951, sobre qual a gratificação a ser paga ao Chefe do Gabinete da referida Diretoria, declaro que a gratificação de representação devida aos Chefes de

Gabinete de Estado-Maior, Departamento Geral e Diretorias, compreendidos na letra 1) do art. 110, da Lei n. 1.316, de 20-I-951 é a de 10 %, conforme estabelece o art. 111 da citada Lei, exceto quando as referidas funções forem privativas de oficial de estado-maior (Quadro de Estado-Maior da Ativa) que fará jus apenas à gratificação do art. 115, em face da restrição do art. 119, tudo do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares — Gen. Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 520, de 9-VIII-951 — "Diário Oficial" de 13-VIII-951.)

NORMAS SOBRE PAGAMENTO DE ETAPAS

Para uniformidade na aplicação pelas diversas organizações deste Ministério do item 5 das instruções da "Tabela Geral de fixação da etapa comum às Forças Armadas", a vigorar no corrente ano, aprovada pelo Decreto n. 29.625, de 31-V-951, declaro:

1. O pagamento das etapas a que se refere o § 2º do art. 92, do C.V.M., só é devido ao militar que se encontre nas seguintes condições:

a) sirva em organização militar, sem rancho;

b) quando pelo horário e continuidade do serviço for obrigado a fazer as refeições da jornada fora do domicílio.

2. A concessão da vantagem acima, para cada caso justificado, fica sujeita a prévia autorização do Comando da grande unidade, diretor ou chefe a que estiver diretamente subordinada a unidade administrativa interessada na requisição do numerário e respectivo pagamento.

3. Independentemente do determinado no item precedente: Gabinete do Ministro, Estado-Maior, Departamento Geral de Administração, Secretaria Geral, Departamento Técnico e de Produção, Comandos de Região, de Grandes Unidades, de Gerais e organizações dirigidas ou chefiadas por oficiais deste posto. — Gen. Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 521, de 9-VIII-951 — "Diário Oficial" de 13-VIII-951.)

MANUTENÇÃO DE AUTONOMIA ADMINISTRATIVA

Declara-se que a nova denominação de Arsenal da Urca dada às Oficinas da Urca pelo Decreto n. 29.808,

de 26-VII-951 não tirou a autonomia administrativa que foi concedida ao Estabelecimento em Aviso n. 1.704, de 26-VII-944.

O pessoal, o acervo e os saldos das Oficinas da Urca passam a constituir o Arsenal da Urca a partir de 1 de agosto de 1951, e nas mesmas condições em que se encontram naquela data.

Os órgãos interessados deste Ministério providenciem o que lhes competir a respeito — General Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 524, de 10-VIII-951 — "Diário Oficial" de 13-VIII-951.)

DISTINTIVO DE BRAÇO DO REGIMENTO OSÓRIO

Aprovo o modelo, que a este acompanha, de "distintivo de braço", que poderá ser usado em todos os uniformes pelos Oficiais e praças do 13º Regimento de Cavalaria (Regimento Osório). — General Newton Estillac Leal.

NOTA — O modelo citado acha-se publicado à página n. 11956 do "Diário Oficial" n. 185, de 13-VIII-951.

(Aviso n. 525, de 10-VIII-951 — "Diário Oficial" de 13-VIII-951.)

PREENCHIMENTO DE FUNÇÕES

DECRETO N. 29.893 — DE 14 DE AGOSTO DE 1951

Dispõe sobre o preenchimento de funções de extranumerário-mensalista

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n. 1, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Poderá ser autorizado, em caráter excepcional, o preenchimento de vaga de referência inicial de extranumerário-mensalista, se o exigir o interesse do serviço.

§ 1. A proposta de admissão deverá indicar precisamente a necessidade do preenchimento da função e será encaminhada ao Departamento Administrativo do Serviço Público, que a submeterá, com seu parecer, à decisão do Presidente da República.

§ 2º. O Departamento Administrativo do Serviço Público fixará, na forma da lei, o critério de habilitação dos candidatos.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de agosto de 1951: 130º da Independência e 68º da República.

GETÚLIO VARGAS,

Francisco Negrão de Lima,
Renato de Almeida Guillobel,
Newton Estillac Leal,
João Neves da Fontoura,
Horácio Lafer,
Alvaro de Sousa Lima,
João Cleofas,
E. Simões Filho,
Danton Coelho,
Nero Moura.

("Diário Oficial" de 17-VIII-951.)

SITUAÇÃO DE CONVOCADOS POSSUIDORES DE "BREVET"

Tendo em vista a necessidade de regular a situação dos convocados que possuem o "brevet" de aviador civil, em face da Lei n. 438, de 18-X-948, que manda excluí-los das relações dos alistados do Exército e incluí-los na reserva da F.A.B., resolvo, de acordo com o que propõe o Exmo. Sr. General Chefe do Estado-Maior do Exército, determinar à Diretoria de Recrutamento e Comandos de Regiões Militares, que os jovens convocados mesmo com a incorporação adiada, de acordo com a letra b), do art. 56, da Lei do Serviço Militar, que apresentarem "brevet" de aviador civil brasileiro, inclusive piloto de planador, e prova de terem requerido o registro desse "brevet" no Ministério da Aeronáutica, devem ser excluídos de qualquer obrigação perante o serviço militar no Exército. Tal fato deverá ser comunicado à Diretoria do Pessoal da Aeronáutica, pela Circunscrição de Recrutamento Interessada. — Gen. Newton Estillac Leal.

(Aviso n. 530, de 14-VIII-951 — "Diário Oficial" de 17-VIII-951.)

PARECER REFERENTE A PENSÕES MILITARES

Pensão do montepio militar e pensões especiais para herdeiros de militares — As alterações dos beneficiários do montepio aplicam-se às pensões especiais, quando as leis que instituíram as últimas determinaram se considerassem beneficiários os da legislação em vigor para o primeiro — Decretos-leis ns. 4.819, de 8 de outubro de 1942, art. 8º, § 749, de

23 de janeiro de 1946, art. 13 e Lei número 458, de 29 de outubro de 1948, art. 1º.

Parecer:

N. de referência — 227 R

I — Consulta o Sr. Ministro da Guerra sobre o seguinte: "D. Janina Louzada Teixeira, mãe do soldado Milton Louzada Teixeira, morto no afundamento do vapor "Baependy", tendo marido inválido, requereu os benefícios da Lei n. 458, de 29 de outubro de 1948. A Lei citada estendeu à mãe casada com marido inválido o direito a receber a pensão de montepio. 2. Entretanto, antes da vigência da Lei n. 488, de 15 de novembro de 1948, os soldados não eram contribuintes dos navios torpedeados durante a guerra só compete o direito à pensão especial, na forma do Decreto-lei n. 9.878, de 16 de setembro de 1946, combinado com o art. 2º, do Decreto-lei n. 8.794, de 23 de janeiro de 1946. 3. Surgindo diferentes interpretações dos dispositivos da Lei n. 458, na aplicação do caso em apêço, como se pode verificar do processo junto, tenho a honra de solicitar o parecer de Vossa Excelência".

II — O parecer do Consultor Jurídico focaliza a divergência e conclui: "1. Pede D. Janina Louzada Teixeira pagamento de pensão especial, por haver seu filho, o soldado Milton Louzada Teixeira, falecido no torpedeamento, do vapor Baependy. Alega a peticionária ser o seu marido inválido, o que a enquadra nos preceitos da Lei n. 458, de 29 de outubro de 1948. 2. Estabelece a Lei n. 458: Art. 1º. São considerados membros da família militar, para receber a pensão do montepio, além das pessoas a que alude o art. 15 do Regulamento baixado com o Decreto-lei n. 3.695, de 6 de fevereiro de 1939, nos termos em que ficou por efeito do Decreto-lei n. 8.958, de 28 de janeiro de 1946, as seguintes: a) a mãe e os irmãos menores de 21 anos, se o militar houver morrido na guerra entre os anos de 1939 e 1945, desde que o marido da primeira ou o pai dos últimos seja inválido ou incapaz fisicamente de manter a economia do lar; b) os irmãos órfãos, menores de 21 anos. Parágrafo único — As pessoas acima enumeradas seguit-se-ão, na ordem estabelecida pelo art. 15, citado, às que aí vem mencionadas no n. 5. 3. Informando a fls., entende a S.G.M.G. não se aplicarem as disposições acima às pensões especiais, dado que se referem expressamente

a pensão de montepio. 4. Ao contrário entende a Pagadoria de Inativos e Pensionistas do Rio, que assim se manifesta: Finalizando permitido seja a esta Chefia acrescentar que, no seu desvalioso sentir, entende extensivas aos herdeiros beneficiados pela Lei n. 459 as mesmas vantagens já conferidas à totalidade dos herdeiros dos militares que faleceram na Itália, bem assim aos dos que foram vítimas de torpedeamento, na costa brasileira, em 1942, não obstante na acenada Lei n. 459, se tenha usado, talvez imprópriamente, a expressão "pensão de montepio" ao invés de "pensão especial" sabido que, somente agora, em virtude do § 2º, art. 29 da Lei n. 488, os soldados e cabos passaram a contribuir para o montepio militar "desde que tenham mais de dois (2) anos de serviço" condição essa difícil de satisfazer pela maioria do pessoal convocado da F.E.B. e dos que viajavam rumo ao Norte do País, em 1942, e ainda porque a legislação de pensões, em tais casos isto é, quando o óbito ocorreu em virtude de acidente em serviço cogita, sempre, de pensão especial e não de montepio. 5. Esta Consultoria concorda com as conclusões da Pagadoria de Inativos. Há se ter em vista, além dos argumentos acima expendidos, que a legislação em geral ao conferir as pensões especiais enumera a escala sucessória ou, mais comumente, remete à legislação comum do montepio. Assim é que o Decreto-lei n. 4.189, de 8 de outubro de 1942, reza, no art. 9º que a habilitação dos herdeiros às pensões concedidas por esse diploma legal se deve proceder de acordo com o Decreto n. 3.695, de 6 de fevereiro de 1939. E o Decreto-lei n. 8.794, de 23 de janeiro de 1946, dispõe: Art. 13 — São considerados herdeiros, no tocante às pensões concedidas pelo presente Decreto-lei, os que a legislação em vigor define como tais para a percepção do montepio militar, com os mesmos direitos de preferência e reversão. 6. Ante o exposto, somos de parecer que, salvo os casos de disposições legais em contrário, as pensões especiais devem ser concedidas na consonância do Decreto-lei n. 458, de 29 de outubro de 1948".

III — A questão jurídica em tela diz respeito a saber se a alteração nos beneficiários da pensão de montepio estabelecida pela Lei n. 458, de 29 de outubro de 1948 se aplica, também, às pensões especiais.

Não nos parece possível qualquer dúvida, a respeito, quando a lei, ins-

tutuidora da pensão especial declara taxativamente, que se consideram herdeiros no tocante à referida pensão, os que a legislação em vigor define como tais para a percepção do montepio militar, com os mesmos direitos de preferência e reversão".

Assim o declaram respectivamente nos arts. 8º e 13 os Decretos-leis números 4.819, de 8 de outubro de 1942 e 5.794, de 23 de janeiro de 1946 que concederam pensões especiais para os herdeiros dos militares "que faleceram ou venham a falecer vítimas de naufrágio, acidente ou quaisquer atos de agressão causados pelo inimigo" ou "que participaram da Força Expedicionária Brasileira, no teatro de operações da Itália".

Nestes termos concordamos com o parecer do Consultor Jurídico do Ministério.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1949 — *Haroldo Teixeira Valadão*.

(Parecer n. 227-R da Consultoria Geral da República — "Diário Oficial" de 21-VIII-951.)

DIÁRIAS DE SAÚDE A MÉDICO DE FÉRIAS

Em solução a consulta do Comandante do Regimento Guararapes, em Ofício n. 148-Sup., de 17-IV-951, em que indaga se o "médico que entra em férias tem direito às diárias de saúde" declaro que o assunto está negativamente resolvido pelo Parecer da Comissão Interministerial Interpretativo do C.V.V.M., aprovado pelo Senhor Presidente da República, em 10 de julho do corrente ano, publicado a pág. 10.284, do "Diário Oficial" de 11 do mesmo mês — *Gen. Newton Estillac Leal*.

(Aviso n. 538, de 21-VIII-951 — "Diário Oficial" de 22-VIII-951.)

ENTREGA DE CONDECORAÇÕES

1. A entrega de condecorações da Ordem do Mérito Militar deverá ser

feita, com toda solenidade, no "Dia do Soldado" (25 de agosto), nas sedes das Quarnições em que se encontrarem os agraciados, promovidos ou nomeados.

2. Os Oficiais promovidos deverão restituir à Secretaria da Ordem, logo depois do dia 25 de agosto, a condecoração de grau anterior com o respectivo estôjo. — *General Newton Estillac Leal*.

(Aviso n. 532, de 23-VIII-951 — "Diário Oficial" de 24-VIII-951.)

TEMPO DE SERVIÇO DE EX-ALUNOS DOS C.P.O.R.

Consulta o Comandante do Batalhão-Escola de Engenharia sobre qual o tempo de serviço a que são obrigados a prestar em Corpo de Tropa os alunos desligados dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva.

Em solução, aprovando o parecer do Estado-Maior do Exército, declaro:

a) Aos alunos desligados dos C.P.O.R. devem ser aplicadas as prescrições contidas no Decreto-lei número 9.331, de 10-VI-946 e Aviso número 818, de 29-VII-947, se portadores do Certificado de Instrução Pré-Militar, tendo em vista que, após o desligamento dos C.P.O.R. e incorporados nos Corpos de Tropa, os ex-alunos perdem essas prerrogativas e passam a ser soldados ou cabos conforme o caso;

b) Aos alunos desligados dos C.P.O.R., não possuidores do Certificado de Instrução Pré-Militar, devem ser aplicadas as prescrições contidas no Decreto-lei n. 22.392, de 31-XII-946 e Aviso n. 476, de 31-V-948 — *General Newton Estillac Leal*.

(Aviso n. 554, de 24-VIII-951 — "Diário Oficial" de 25-VIII-951.)

ARMAZÉM SANTO ANTÔNIO

SECOS E MOLHADOS

DE

Manoel Gonçalves & Cia.

Completo sortimento de secos e molhados, conservas, bebidas e miudezas em geral
RUA RUY BARBOSA, 832 — SANTO ANTÔNIO DA PLATINA — E. DO PARANÁ

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Gen. James M. Gavin.
Almirante Carlos Penna Botto.
Gen. Antonio de Castro Nascimento.
Cel. Adalardo Fialho.
Cel. Costa Braga.
Cel. Ivano Gomes.
Ten.-Cel. Arold Ramos de Castro.
Ten.-Cel. Felcissimo de Azevedo Aveline.
Ten.-Cel. Jayme Alves de Lemos.
Ten.-Cel. J. H. Garcia.
Ten.-Cel. Hermenegildo de O. Carneiro.
Ten.-Cel. Newton Franklin do Nascimento.
Ten.-Cel. Paulo Enéas F. da Silva.
Ten.-Cel. Raphael de Souza Aguiar.
Ten.-Cel. Riograndino da Costa e Silva.
Maj. Cesar Neves.
Maj. Floriano Möller.
Maj. José Codeceira Lopes.
Maj. Meton Borges Gadelha.
Cap. Paulo Afonso F. Vianna.
Cap. Roberto Meira de V. Chaves.
Ten. E. Orsi Pimenta.
Ten. Gustavo Lisboa Braga.
Sgt. Geraldino Maronês.



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

Cr\$ 10,00

S. G. M. G.
IMPrensa MILITAR
Rio de Janeiro — 1951